JÚLIO CÉSAR LINDEMANN

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, NO ÂMBITO DA GRADUAÇÃO, COMO UM INDICATIVO DE QUALIDADE EDUCACIONAL

CANOAS, 2020

JÚLIO CÉSAR LINDEMANN

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, NO ÂMBITO DA GRADUAÇÃO, COMO UM INDICATIVO DE QUALIDADE EDUCACIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – Unilasalle, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientação: Profa. Dra. Dirléia Fanfa Sarmento

CANOAS, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L743i Lindemann, Júlio César.
A internacionalização da educação superior, no âmbito da graduação, como um indicativo de qualidade educacional [manuscrito] / Júlio César Lindemann. – 2020.
301 f.: il.; 30 cm.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2020.
"Orientação: Profª. Dra. Dirléia Fanfa Sarmento".

1.Educação. 2. Educação superior. 3. Intercionalização. I. Sarmento, Dirléia Fanfa. II. Título.

CDU: 378

Bibliotecário responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

JULIO CESAR LINDEMANN

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabricio Pontin
Universidade La Salle

Prof. Dr. José Alberto Antunes de Miranda
Universidade La Salle

Prof. Dr. Jardelino Menegat
Universidade Católica de Petrópolis/RJ

Prof. Dr. Lucio Gomes Dantas
Universidade Católica de Brasília

Profª. Drª. Marília Costa Morosini
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Profª. Drª. Dirleia Fanfa Sarmento
Orientadora e Presidenta da Banca - Universidade La Salle

Área de concentração: Educação
Curso: Doutorado em Educação

Canoas, 18 de dezembro de 2020.

RESUMO

A pesquisa bibliográfica, tem como foco a internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação e suas relações com a qualidade educacional nesse nível de ensino. O estudo se insere na linha de pesquisa Gestão, Educação e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle. Tem como problema de investigação: Quais são as abordagens dos autores de dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação, situados no Brasil, sobre a internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, e de que forma tais abordagens estabelecem relações entre a internacionalização e a qualidade educacional neste nível de ensino?Com base em tal problema, a tese norteadora da pesquisa é: A Internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, contribui para a qualidade educacional neste nível de ensino e não se reduz ao mero cumprimento de uma exigência legal em termos de avaliação. Os aportes teóricos são apresentados por meio de um diálogo com as produções de um conjunto de autores internacionais e nacionais. Contudo, destacamos que, dentre tais autores, realizamos uma maior interlocução com as autoras Jane Knight, Jocelyne Gacel-Ávila e Marília Morosini. O *corpus* investigativo está composto por 4 teses e 24 dissertações, selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com base na Técnica Análise de Conteúdo, categorizamos o corpus investigativo em quatro eixos temáticos: Políticas públicas fomentadoras da internacionalização; Processos de internacionalização da Educação Superior; Avaliação da internacionalização da Educação Superior; e Internacionalização e Mobilidade Acadêmica Estudantil. Em relação aos principais achados, destacamos: a) em termos de tendências investigativas: preponderam os estudos com foco na mobilidade acadêmica discente, enfatizando-se, dentre estes, o Programa Ciência sem Fronteira; as pesquisas de campo predominam sobre as pesquisas teóricas; observando-se o acento em Estudos de Caso. Os cinco autores mais citados para funtamentar as questões relativas à internacionalização são: Knight, Morosini, De Wit, Stallivieri, Lima e Contel. Nas pesquisas de campo os instrumentos mais utilizados são a entrevista e o questionário. A Técnica de Análise de Conteúdo e a de Análise Textual Discursiva são as mais utilizadas para a análise dos dados. b) em relação as lacunas: o número reduzido de

estudos que abordam a Internacionalização do Currículo; e a escassez de estudos direcionados à Internacionalização em Casa; c) no que se refere a tese proposta: dos 28 estudos analisados, quatro enfatizam as contribuições da internacionalização para a qualidade educacional no âmbito da Graduação. Entretanto, desse conjunto de estudos, somente dois mencionam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Tal constatação nos possibilita comprovar a tese proposta de que a internalização não se restringe ao mero cumprimento de uma exigência legal em termos de avaliação.

Palavras-chave: Internacionalização. Educação Superior. Instituições de Ensino Superior. Graduação. Qualidade Educacional.

ABSTRACT

Bibliographic research focuses on the internationalization of Higher Education, within the scope of Graduation and its relationship with educational quality at this level of education. The study is parto of the research line Management, Education an Public politics, of the Graduate Program in Education at La Salle University. Its research problem is: What are the approaches of the authors of dissertations and theses defended in Postgraduate Programs, located in Brazil, on the internationalization of Higher Education establish relations between internationalization and educational quality at this level of education? Based on this problem, the guiding thesis of the research is: The Internationalization of Higher Education, within the scope of Graduation, contributes to the educational quality at this level of education and is not reduced to the mere fulfillment of a legal requirement in terms of assessment. Theoretical contributions are presented through a dialogue with the Productions of a set of international and national authors. However, we emphasize that, among these authors, we have a greater dialogue with the authors Jane Knight, Jocelyne Gacel-Ávila and Marília Morosini. The investigative corpus consists of 4 dissertations and 24 theses selected from the Catalogo of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Based on the Content Analysis Technique, we categorize the investigative corpus into four thematic axes: Public politics that promote that internationalization; Internationalization processes of Higher Education; Evaluation of the internationalization of Higher Education; and Internationalization and Student Academic Mobility. In relation to the main findings, we highligth: a) in terms of investigative trends: studies with a focus on student academic mobility predominated, emphasizing, among these, the Science without Borders Program; field research predominates over theoretical research; observing the accent in Case Studies. The five most cited authors to support internationalization issues are: Knight, Morosini, De Wit, Stallivieri, Lima and Contel. In field research, the most used instruments are the interview and the questionnaire. The Content Analysis Technique and the Discursive Textual Analysis Tecniques are the most used for data analysis. b) in relation to the gaps: the small number of studies that address the internationalization of the Curriculum; and the scarcity of studies aimed at Internationalization at home; c) with regard to the proposed thesis: of the 28 studies analyzed, four emphesize the

contributions of internationalization to educational quality in the context of undergraduate courses. However, of this set of studies, only two mention the National Higher Education Assessment System. This observation allows us to prove the proposed thesis that internalization is not restricted to the mere fulfillment of a legal requirement in terms of evalution.

Keywords: Internationalization. College education. Higher education institutions. University graduate. Educational Quality.

RESUMEN

La investigación bibliográfica se centra em la internacionalización de la Educación Superior em el ámbito de la Graduación y su relación com la calidad educativa em este nível educativo. El estúdio forma parte de la línea de investigación Gestión, Educación y Politicas Públicas, del Programa de Posgrado em Educación de la Universidad La Salle. Tiene como problema de investigación: ¿Cuáles son los enfoques de los autores de disertaciones y tesis defendidas em los Programas de Posgrado, ubicados em Brasil, sobre la internacionalización de la Educación Superior, estabelecer relaciones entre internacionalización y calidad educativa em este nível de educación? A partir de esta problemática, la tesis rectora de la investigación es: La Internacionalización de la Educación Superior, em este nível educativo y no se reduce al mero cumplimiento de um requisito legal em matéria de evaluación. Los aportes teóricos se presentan a través de um diálogo com las producciones de um conjunto de autores internacionales y nacionales. Sin embargo, destacamos que, entre estos autores, tenemos um mayor diálogo com las autoras Jane Knight, Jocelyne Gacel-Ávila y Marília Morosini (Brasil). El corpus investigativo consta de 4 tesis y 24 disertaciones, selecionadas del Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación para la Perfeccionamento del Personal de Educación Superior (CAPES). Com base em la Técnica de Análisis de Contenido, categorizamos el corpus investigativo em cuatro ejes temáticos: Políticas públicas que promuevem la internacionalización; Procesos de internacionalización de la educación superior; Evaluación de la internacionalización de la Educación Superior; e internacionalización y mivilidad académica estudantil. Em relación a los principales hallazgos, destacamos: a) en términos de tendências investigativas: predominaron los estúdios com enfoque em la movilidad académica de los estudiantes, destacando, entre ellos, el Programa Ciencia sin Fronteras; la investigación de campo predomina sobre la investigación teórica; observando el acento em los estúdios de caso. Los cinco autores más citados para apoyar temas de internacionalización son: Knight, Morosini, De Wit, Stallivieri, Lima y Contel. Em la investigación de campo, los instrumentos más utilizados son la entrevista y el cuestionario. La técnica de análisis de contenido y las técnicas de análisis textual discursivo son las más utilizadas para el análisis de datos. b) em relación a las lagunas: el reducido número de estúdios que abordan la

internacionalización del Currículo; y la escassez de estúdios orientados a la internacionalización em el hogar; c) em cuanto a la tesis propuesta: de los 28 estudios analizados, cuatro enfatizan los aportes de la internacionalización a lá calidad educativa em el contexto de las carreras de grado. Sin embargo, de este conjunto de estudios, solo dos mencionam el Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior. Esta observación nos permite comprovar la tesis propuesta de que la internacionalización no se limita al mero cumplimiento de um requisito legal em matéria de evaluación.

Palabras clave: Internacionalización. Educación universitária. Instituciones de educación superior. Graduado universitario. Calidad educativa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fases a serem observadas para a realização da pesquisa bibliográfica. 28
Figura 2 – Síntese do percurso metodológico. 43
Figura 3 – Internacionalização: aspectos a considerar. 47
Figura 4 – Benefícios da Internacionalização.....61
Figura 5 – Estratégias para a Internacionalização das Instituições de Ensino Superior. 62
Figura 6 – Internacionalização e atores, segundo Morosini. 71
Figura 7 – Aspectos a serem considerados para potencializar a internacionalização da Educação Superior, segundo De Wit, Gacel-Ávila e Knobel. 79
Figura 8 – Avaliação da Instituição de Ensino Superior: eixos e dimensões avaliativas. 98
Figura 9 – Nuvem de Palavras-chave. 102
Figura 10 – Internacionalização - Contribuições e desafios nos diferentes níveis. .170
Figura 11 – Ciclo da internacionalização, segundo Knight. 176
Figura 12 – Actividades para la internacionalización del currículo. 184
Figura 13 – Objetivo específico 1 e os principais achados. 196
Figura 14 – Objetivo específico 2 e os principais achados. 198
Figura 15 – Objetivo específico 3 e os principais achados. 200
Figura 16 – Objetivo específico 4 e principais achados. 205
Figura 17 – Indicativos que corroboram a tese proposta e lacuna. 207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de teses e dissertações defendidas, por ano, no espaço temporal entre 2006 e 2017.....100
Gráfico 2 – Número de teses e dissertações defendidas por Instituição, no espaço temporal entre 2006 e 2017.....101
Gráfico 3 – Número de teses e dissertações por área de concentração do Programa de Pós-graduação stricto sensu, no espaço temporal entre 2006 e 2017.....101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribución geografica de las instituciones participantes.....80
Tabela 2 – Corporativos e grupos de empresas mencionados.....82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Revisão de Literatura – artigos.....30
Quadro 2 – Revisão de Literatura – livros, coletâneas e enciclopédia.....32
Quadro 3 – Revisão de Literatura – Dispositivos e demais subsídios difundidos pela UNESCO. 33
Quadro 4 – Temáticas abordadas nos estudos e investigações, segundo Gacel-Ávila (2017). 34
Quadro 5 – Eixos temáticos. 40
Quadro 6 – Ficha de leitura.....41
Quadro 7 – Caracterização do corpus investigativo. 42
Quadro 8 – Fatores que mobilizam a internacionalização, em nível nacional, segundo Knight. 57
Quadro 9 – Fatores que mobilizam a internacionalização, em nível nacional, segundo Knight. 58
Quadro 10 – Fases da internacionalização na Europa, segundo Wächter.....67
Quadro 11 – Metas do Plano Nacional de Educação referentes ao Ensino Superior. 74
Quadro 12 – Principais resultados do estudo de Gacel-Ávila e Rodríguez relativos a posição das IES participantes sobre a internacionalização.....83
Quadro 13 – Palavras-chave e frequência.....102
Quadro 14 – Número de teses e dissertações por orientador.....103
Quadro 15 – Eixo temático 1: Políticas públicas fomentadoras da internacionalização.....105
Quadro 16 – Eixo temático 2: Processos de internacionalização das Instituições de Ensino Superior. 111
Quadro 17 – Sub eixo temático 2.1: Internacionalização do currículo.....122
Quadro 18 – Sub eixo temático 2.2: Gestão da Informação.....124
Quadro 19 – Eixo temático 3: Avaliação da internacionalização das Instituições de Ensino Superior. 127
Quadro 20 – Eixo temático 4: Mobilidade Acadêmica Estudantil. 130
Quadro 21 – Autores mais citados nos estudos.....151

Quadro 22 – Produção bibliográfica de Knight, e de Knight com coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações. 153
Quadro 23 – Produção bibliográfica de Morosini utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações.....154
Quadro 24 – Produção bibliográfica de De Wit, e de De Wit e coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações. 156
Quadro 25 – Produção bibliográfica de Stallivieri, e de Stallivieri e coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações.....157
Quadro 26 – Produção bibliográfica de Altbach, e de Altbach e coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações.....158
Quadro 27 – Produção bibliográfica de Lima e Contel, e de Lima e outros coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações.....159
Quadro 28 – Produção bibliográfica de Laus, e de Laus e coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações.....160
Quadro 29 – Produção bibliográfica de Miura utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações.....161
Quadro 30 – Produção bibliográfica de Moreira, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização do campo do currículo, citadas pelos autores das teses e dissertações. 161
Quadro 31 – Autores e produções (artigos e trabalhos em eventos) citadas nas teses e dissertações: referencial metodológico. 162
Quadro 32 – Autores e produções (livros e capítulos) citadas nas teses e dissertações: referencial metodológico. 165
Quadro 33 – Disciplina Cross-cultural Negotiations.....185
Quadro 34 – Conceito e Critério de Análise das Políticas Institucionais para Internacionalização da IES.....190
Quadro 35 – Critérios de analise da política.....191

Quadro 36 – Aspectos a serem contemplados no processo de avaliação da dimensão internacional de uma IES.....193

LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ARWU	Academic Ranking of World Universities
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Clacso	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF	Ciência sem Fronteiras
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
Faubai	Associação Brasileira de Educação Internacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FURB	Universidade Regional de Blumenau
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inpi	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
IsF	Idiomas sem Fronteiras
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PUCMG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UCRJ	Universidade Católica do Rio de Janeiro
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espirito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIAM	Universidade Federal da Integração Amazônica
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 22
2 PERCURSO METODOLÓGICO 25
2.1 Caracterização do estudo 25
2.2 Relevância, problema, objetivos e a tese da investigação 28
2.2.1 Relevância pessoal/profissional 28
2.2.2 Relevância acadêmica/científica 29
2.2.3 Relevância social 35
2.2.4 O problema, os objetivos e a tese da investigação 36
2.3 Constituição do corpus investigativo e a técnica de análise dos dados 37
2.3.1 Fase de pré-análise 37
2.3.2 Fase de exploração do material 39
2.3.3 Fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação 40
3 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRESSUPOSTOS TÉORICOS 44
3.1 Considerações iniciais sobre a internacionalização 44
3.2 Internacionalização: das compreensões acerca do conceito aos aspectos a serem considerados em sua implementação 47
3.2.1 Compreensões sobre o conceito 48
3.2.2 Internacionalização: distinções conceituais 53
3.2.3 Fatores (ou razões) que mobilizam a internacionalização 56
3.2.4 Níveis e estratégias de internacionalização 59
3.2.5 Internacionalização do currículo e a internacionalização em casa 63
4.1 O direito à educação 85
4.2 Qualidade educacional e internacionalização 89
5 A INTERNACIONALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA 100
5.1 Categorização e apresentação das dissertações e teses por eixos temáticos 100
5.1.1 Eixo temático 1: Políticas públicas fomentadoras da internacionalização 104
5.1.2 Eixo temático 2: Processos de internacionalização das Instituições de Ensino Superior 111
5.1.2.1 Sub eixo-temático 2.1: A internacionalização do currículo 122
5.1.2.2 Sub eixo-temático 2.2: Gestão da informação 124

5.1.3 Eixo temático 3: Avaliação da internacionalização das Instituições de Ensino Superior.....127
5.1.4 Eixo temático 4: Internacionalização e Mobilidade Acadêmica Estudantil.....129
5.2 Caracterização dos estudos atinentes às dimensões teórica e metodológica 151
6 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA GRADUAÇÃO, E SUAS RELAÇÕES COM A QUALIDADE EDUCACIONAL.....170
6.1 Contribuições e desafios da internacionalização 170
6.1.1 Contribuições e desafios no nível internacional 171
6.1.2 Contribuições e desafios no nível nacional e ou do sistema educativo.....174
6.1.3 Contribuições e desafios no nível institucional.....175
6.1.3.1 Contribuições e desafios no âmbito da Graduação.....179
6.1.3.2 Relações ente a internacionalização e a qualidade educacional, no âmbito da Graduação.....187
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....195
7.1 Revisitando o escopo do plano de investigação.....195
7.2 Indicativos que corroboram a tese proposta e lacuna.....207
7.3 Perspectivas para a continuidade do estudo em futuras pesquisas.....209
REFERÊNCIAS.....211
APÊNDICE A – Quadro 37 – Síntese da dissertação realizada por Almeida (2016) 223
APÊNDICE B – Quadro 38 – Síntese da dissertação realizada por Anastacio (2014).....224
APÊNDICE C – Quadro 39 – Síntese da dissertação realizada por Braz (2015) 225
APÊNDICE D – Quadro 40 – Síntese da tese realizada por Bischoff (2017).....227
APÊNDICE E – Quadro 41 – Síntese da Dissertação realizada por Coelho (2016) 229
APÊNDICE F – Quadro 42 – Síntese da tese realizada por Cunha (2016).....230
APÊNDICE G – Quadro 43 – Síntese da dissertação realizada por Egreggio (2016) 231
APÊNDICE H – Quadro 44 – Síntese da tese realizada por Fernández (2016) .232

APÊNDICE I – Quadro 45 – Síntese da dissertação realizada por Gianasi (2006) 234
APÊNDICE J – Quadro 46 – Síntese da dissertação realizada por Guimarães (2016).....235
APÊNDICE K – Quadro 47 – Síntese da dissertação realizada por Jesus (2015) 237
APÊNDICE L – Quadro 48 – Síntese da dissertação realizada por Lage (2015) 238
APÊNDICE M – Quadro 49 – Síntese da dissertação realizada por Lago (2015) 239
APÊNDICE N – Quadro 50 – Síntese da dissertação realizada por Martins (2015) 240
APÊNDICE O – Quadro 51 – Síntese da dissertação realizada por Munzlinger (2016).....241
APÊNDICE P – Quadro 52 – Síntese da realizada por Nascimento (2016) 242
APÊNDICE Q – Quadro 53 – Síntese da dissertação realizada por Ramos (2009) 244
APÊNDICE R – Quadro 54 – Síntese da dissertação realizada por Regis (2016) 245
APÊNDICE S – Quadro 55 – Síntese da dissertação realizada por Rioga (2017) 246
APÊNDICE T – Quadro 56 – Síntese da dissertação realizada por Rosa (2015) 247
APÊNDICE U – Quadro 57 – Síntese da dissertação realizada por Santos (2017) 248
APÊNDICE V – Quadro 58 – Síntese da dissertação realizada por Sena (2013) 249
APÊNDICE W – Quadro 59 – Síntese da dissertação realizada por Silva (2014) 251
APÊNDICE X – Quadro 60 – Síntese da dissertação realizada por Silva (2015) 252
APÊNDICE Y – Quadro 61 – Síntese da dissertação realizada por Silva (2016) 253
APÊNDICE Z – Quadro 62 – Síntese da tese realizada por Sehnem (2015).....254

APÊNDICE AA – Quadro 63 – Síntese da dissertação realizada por Souza (2016) 256
APÊNDICE BB – Quadro 64 – Síntese da dissertação realizada por Voigt (2015) 258
APÊNDICE CC – Quadro 65 – Indicadores do Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional 259
APÊNDICE DD – Quadro 66 – Indicadores do Eixo 2: Desenvolvimento Institucional 260
APÊNDICE EE – Quadro 67 – Indicadores do Eixo 3: Políticas Acadêmicas...261
APÊNDICE FF – Quadro 68 – Indicadores do Eixo 4: Políticas de Gestão.....262
APÊNDICE GG – Quadro 69 – Indicadores do Eixo 5: Infraestrutura Física 263
APÊNDICE HH – Quadro 70 – Autores, documentos, sites e órgãos citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 1 264
APÊNDICE II – Quadro 71 – Autores, documentos, sites e órgãos citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 2 285
APÊNDICE JJ – Quadro 72 – Autores, documentos, sites e órgãos citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 3 292
APÊNDICE KK – Quadro 73 – Autores, documentos, sites e órgãos citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 4 294
APÊNDICE LL – Quadro 74 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 5.....295
APÊNDICE MM – Quadro 75 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 6.....296
APÊNDICE NN – Quadro 76 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 8.....297
APÊNDICE OO – Quadro 77 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 10.....298
APÊNDICE PP – Quadro 78 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 33.....300

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa bibliográfica, tem como foco a internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, e suas relações com a qualidade educacional nesse nível de ensino.

O estudo insere-se na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (UNILASALLE), *Gestão, Educação e Políticas Públicas.* A linha de pesquisa:

> Investiga a gestão de sistemas de ensino e/ou de instituições educativas, no contexto das políticas públicas sociais, considerando as diferentes concepções teóricas de estado e de cidadania. Focaliza os mecanismos de produção das desigualdades sociais e educacionais, confrontando-as com as políticas públicas sociais. Desenvolve pesquisas para subsidiar diagnósticos, análises, proposições, programas e projetos nas áreas das políticas públicas. (UNILASALLE, 2019).

A investigação está articulada à pesquisa *O direito à Educação de Qualidade: fundamentos e modos de efetivação nos contextos educacionais,* coordenada pela orientadora dessa tese e desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas e Indicadores de Qualidade.

O interesse em realizarmos uma pesquisa com foco na Internacionalização das Instituições de Educação Superior, no âmbito da graduação, tem sua relevância justificada em três dimensões: a pessoal-profissional; a acadêmico-científica e a social, sendo elas descritas no capítulo *Procedimentos Metodológicos.*

A problemática investigativa norteadora do estudo é: Quais são as abordagens dos autores de dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação, situados no Brasil, sobre a internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, e de que forma tais abordagens estabelecem relações entre a internacionalização e a qualidade educacional neste nível de ensino?

Em consonância com tal problemática, traçamos como objetivo geral do estudo: Compreender como os autores de dissertações e teses, defendidas em Programas de Pós-graduação situados no Brasil, abordam em seus estudos a internacionalização, da Educação Superior, no âmbito da Graduação, analisando se tais abordagens relacionam a Internacionalização à qualidade educacional neste nível de ensino. Em decorrência, os objetivos específicos são:

a) Mapear as dissertações e teses, defendidas em Programas de Pós-graduação situados no Brasil, que tenham como temática investigativa a internacionalização, no âmbito da Graduação.
b) Identificar as abordagens relativas à internacionalização, no âmbito da Graduação, selecionados pelos autores das dissertações ou teses.
c) Descrever as tendências investigativas sobre a internacionalização, no âmbito da Graduação, atinentes as dimensões teórica e metodológica.
d) Analisar as contribuições e os desafios relativos à internacionalização e as suas relações com a qualidade educacional no âmbito da Graduação, segundo a ótica dos autores das dissertações e teses.

Elegemos como fonte de consulta o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo-se presente que todos os Programas de Pós-Graduação do Brasil possuem a obrigatoriedade de encaminhar à CAPES dados relativos às dissertações e teses defendidas anualmente em cada programa.

O *corpus* investigativo, composto por 4 teses e 24 dissertações, é analisado por meio da Técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011).

A tese norteadora da pesquisa é: A internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, contribui para a qualidade educacional neste nível de ensino e não se reduz ao mero cumprimento de uma exigência legal em termos de avaliação.

Os aportes teóricos são apresentados por meio de um diálogo com as produções de um conjunto de autores internacionais e nacionais. Contudo, destacamos que, dentre tais autores, realizamos uma maior interlocução com as autoras Jane Knight, Jocelyne Gacel- Ávila e Marília Morosini.

Feitas tais considerações, a tese está estruturada em sete capítulos.

No primeiro introduzimos a temática investigativa.

No segundo, *Percurso metodológico,* caracterizamos o estudo; descrevemos as justificativas que conferem relevância pessoal-profissional; acadêmico-científica e social à pesquisa; apresentamos o problema, os objetivos e a tese da investigação e situamos o percurso percorrido para a efetivação da investigação em pauta.

No terceiro, *A internacionalização da Educação Superior: pressupostos teóricos,* apresentamos pressupostos relativos à internacionalização, tendo como

referência aportes de autores cujas publicações foram identificadas no decorrer do processo de revisão de literatura.

No quarto, *Qualidade educacional e internacionalização no âmbito da Graduação,* apresentamos alguns pressupostos acerca do direito à educação e a qualidade educacional bem como as relações entre tal qualidade e a internacionalização.

No quinto, *A internacionalização da Educação Superior na produção acadêmico-científica* apresentamos o *corpus* investigativo do estudo. Descrevemos as abordagens relativas a internacionalização, no âmbito da Graduação, selecionados pelos autores das dissertações ou teses e explicitamos as tendências investigativas dessas produções atinentes as dimensões teórica e metodológica.

No sexto, *Contribuições e desafios da internacionalização, no âmbito da Gradução, e suas relações com a qualidade educacional,* retomamos os principais pressupostos constantes na produção analisada, evidenciando as contribuições dessa produção para a reflexão sobre a internacionalização.

No sétimo, *Considerações finais,* retomamos os principais achados da tese, indicando questões para novos estudos.

Por fim, listamos as referências e apresentamos os apêndices.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, caracterizamos o estudo; descrevemos as justificativas que conferem relevância pessoal-profissional; acadêmico-científica e social à pesquisa; apresentamos o problema, os objetivos e a tese da investigação e situamos o percurso percorrido para a efetivação da investigação em pauta.

2.1 Caracterização do estudo

A pesquisa bibliográfica tem como foco a Internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, e suas relações com a qualidade educacional nesse nível de ensino.

Consideramos oportuno justificar nossa opção por adotar o termo *Internacionalização da Educação Superior*. Nossa inquietação teve origem na etapa de revisão de literatura sobre a internacionalização onde constatamos a utilização dos seguintes termos: *Internacionalização das Instituições de Ensino Superior*; *Internacionalização das Instituições de Educação Superior*, e *Internacionalização da Educação Superior*.

Tal constatação nos mobilizou a buscar algum referencial que nos permitisse clarificar ambas as denominações, pois partimos do pressuposto de que ensino e educação são conceitos distintos. Dessa forma, tomamos como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Segundo o artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Título V (Dos níveis e das modalidades de Educação e Ensino), Capítulo I (Da composição dos níveis escolares), “A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior”. No capítulo IV (Da Educação Superior), deste mesmo título, no artigo 44, é evidenciado que

> A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência [...]; II - de graduação [...] III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento [...] IV - de extensão [...]. (BRASIL, 1996).

No artigo seguinte, é exposto que “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 1996, artigo 45). Os artigos 46, 49, 50, 51 e 57 fazem menção às Instituições de Educação Superior (BRASIL, 1996). Já no artigo 47, observamos a utilização de ambos os termos, sendo que no parágrafo 1º, nos incisos I ao V menciona Instituições de Ensino Superior e, no parágrafo 4º deste mesmo artigo, utiliza Instituições de Educação Superior (BRASIL, 1996).

Ao utilizar os termos como sinônimos, o legislador abre precedentes para que qualquer um dos termos seja adotado. A educação é um processo mais amplo e não se reduz ao ensino, como é evidenciado no artigo 43, ao fazer alusão às finalidades da Educação Superior (BRASIL, 1996).

Sob outro ponto de vista, que não o da legislação, recorremos à explicação de Morosini (2006) quando a autora menciona que a compreensão acerca da internacionalização e as relações que se estabelecem entre tal conceito e outros termos, passou por um processo de evolução:

> Internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas: a) *dimensão internacional* – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) *educação internacional* – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) *internacionalização da educação superior*, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior. (MOROSINI, 2006, p. 115, grifo da autora).

Morosini (2011, p. 94) esclarece também que:

> A internacionalização da educação superior pode ser analisada em diferentes planos, tais como o plano do sistema de educação superior e o plano da instituição universitária. Em termos de compreensão da internacionalização da educação, esses planos estão interconectados porque as instituições estão alocadas em um país, no caso do Brasil, que regula, avalia e supervisiona a educação superior.

Outro ponto a destacar, é a afirmação de Morosini e Nascimento (2017, p. 4) quando asseveram que a expressão *Internacionalização da Educação Superior* é “consagrada internacional e nacionalmente como descritor”.

Igualmente, percebemos que a avaliação da qualidade educacional, no âmbito da Graduação, é aferida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Novamente, o acento está na Educação Superior. Nesse contexto avaliativo, são considerados tanto aspectos que dizem respeito à organização, ao planejamento, à gestão, à estrutura ao coletivo de colaboradores e às dimensões didático-pedagógicas quanto ao desempenho acadêmico.

Nessa linha reflexiva, compreendemos que a Educação Superior é mais abrangente e, de certa forma, pressupõe a existência de uma instituição que a oferte. Visto sob esta lógica, parece-nos viável a nossa opção por utilizar a Internacionalização da Educação Superior, salvaguardando-se as denominações adotadas por cada um dos autores que citamos.

Da mesma forma, justificamos nossa opção pelos dispositivos difundidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por ser tal organização vinculada as Nações Unidas. Criada em 1945 e tendo sua Ata Constitutiva firmada em 1946, por vinte países, incluindo o Brasil, a UNESCO

> […] se propone contribuir a la paz y a la seguridad estrechando, mediante la **educación, la ciencia y la cultura,** la colaboración entre las naciones, a fin de asegurar el respeto universal a la justicia, a la ley, a los **derechos humanos** y a las libertades fundamentales que sin distinción de raza, sexo, idioma o religión, la Carta de las Naciones Unidas reconoce a todos los pueblos del mundo. (CONSTITUCIÓN DE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA, 1945, artigo I, grifo nosso).

Para a realização do estudo, seguimos o proposto por Lakatos e Marconi (2017) acerca das fases a serem consideradas numa pesquisa bibliográfica, conforme ilustramos com a Figura 1.

Figura 1 – Fases a serem observadas para a realização da pesquisa bibliográfica

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Lakatos e Marconi (2017).

Para a concretização do previsto em cada uma das fases apresentadas na Figura 1, buscamos aportes na Técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). A descrição de tal Técnica apresentamos na seção 3.3 deste capítulo.

2.2 Relevância, problema, objetivos e a tese da investigação

Fundamentados em autores tais como André (2006) e Gil (2008), entendemos que a relevância de uma pesquisa está assentada na possibilidade de se justificá-la em três dimensões: a relevância pessoal-profissional, a relevância acadêmico-cientifica e, a relevância social. Passamos a explicitação de cada uma delas.

2.2.1 Relevância pessoal/profissional

A relevância pessoal-profissional diz respeito à relação da problemática investigativa com a trajetória pessoal-profissional do pesquisador. Registro que minha trajetória profissional foi construída inteiramente em instituições educacionais privadas de grande porte. Destaco a Sociedade Porvir Científico, nome jurídico da Mantenedora das escolas da Província Lassalista, onde iniciei minha atuação profissional no Colégio Nossa Senhora Medianeira, na cidade de Candelária-RS. Exerci diversas atividades administrativas até ser transferido para a mantenedora no ano de 1989. Na mantenedora, mais precisamente na Casa Provincial, permaneci mais onze anos, atuando em diversas funções administrativas no suporte e assessoramento à Direção Provincial no processo de gestão da organização.

A partir do ano 2000, com objetivo de buscar novos desafios e conhecimentos, fui trabalhar na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), onde exerci diversas funções na gestão e planejamento na mantenedora, nas instituições de Ensino Superior e de Educação Básica, sempre ligados à promoção da educação integral das pessoas com compromisso social. Destaco que no período de 2000 a 2003 exerci a função de Superintendente Estadual do Estado do Rio Grande do Sul.

No período de 2004 a 2009, exerci a função de Superintendente Nacional, principal executivo responsável pela gestão de 180 unidades mantidas em 23 Estados e no Distrito Federal. No período de 2010 a 2014, exerci a função de Diretor do Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo e do Colégio Cenecista Sepé Tiaraju ambos em Santo Ângelo-RS. No período de 2014 a 2018, exerci a função de Diretor da Faculdade Cenecista de Osório (FACOS) e do Colégio Cenecista Marquês de Herval, complexo educacional com cerca de sete mil alunos na cidade de Osório-RS.

Cabe ressaltar que na gestão dessa Unidade contribui em sua transformação em Centro Universitário, primeiro Centro Universitário da Rede CNEC, tendo sido o primeiro profissional a ocupar o cargo de Reitor nos anos de 2016 a 2018 no Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC). Desde o mês de julho de 2018, até o mês de fevereiro de 2020, exerci a função de Pró-Reitor de Administração da Universidade Católica de Brasília (UCB) em Brasília-DF. De março de 2020 até a presente data assumi a Reitoria do Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos (UNICEPLAC), no Gama em Brasília-DF.

Nos últimos dez anos atuando na gestão do ensino superior a internacionalização tem sido um tema presente e desafiador para os gestores e, especialmente, para mim como Reitor.

2.2.2 Relevância acadêmica/científica

A relevância acadêmico-científica tem como cerne situar a problemática no contexto dos estudos já realizados sobre a mesma e indicar, especialmente no caso de uma tese, a originalidade do que se propõe a realizar e que distingue o estudo proposto dos demais já realizados. Além disso, sinalizar para as possíveis contribuições que os achados poderão trazer para o avanço do conhecimento acerca do pesquisado.

No entender de Gil (2008, p. 35): “Um problema será relevante em termos científicos à medida que conduzir à obtenção de novos conhecimentos”. Para justificar a relevância acadêmico-científica de determinada investigação, é fundamental que o pesquisador demonstre conhecimento acerca do conhecimento acumulado acerca da problemática investigativa. Para tanto, recorre-se ao levantamento de teses e dissertações para tal contextualização e outras produções científicas que viabilizem ao pesquisador tomar conhecimento sobre os estudos realizados sobre o tema de investigação.

No caso dessa pesquisa, as teses e dissertações identificadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) são apresentadas no capítulo cinco. Assim, no tocante à relevância acadêmica deste projeto, o mapeamento que realizamos para constituir o *corpus* investigativo do estudo já aponta para o ineditismo do proposto, considerando não termos encontrado nenhum estudo no enquadramento teórico-metodológico adotado.

Para a Revisão de Literatura, recorremos à ferramenta de busca *Google Scholar* utilizando os descritores “internacionalização”, “internacionalización” e “Internationalization”. Esta ferramenta viabiliza a identificação de publicações científicas, em vários idiomas, realizadas em periódicos, livros, coletâneas e congressos.

Além da revisão de literatura que realizamos, contemplamos as indicações feitas, por ocasião da qualificação deste projeto, pelos professores que participaram da banca. No Quadro 1, apresentamos os artigos selecionados sobre a internacionalização.

Quadro 1 – Revisão de Literatura – artigos

AUTOR(ES)	TÍTULO	ANO	PERIÓDICO/JOURNAL
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli.	Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual.	2007	Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM
DE WIT, Hans.	Rationales for Internationalization of Higher Education.	1998	Millenium
DE WIT, Hans; GACEL-ÁVILA, Jocelyne; KNOBEL, Marcelo.	Estado del arte de la internacionalización de la educación superior en América Latina.	2017	ESAL - Revista de Educación Superior en América Latina
GACEL-ÁVILA, Jocelyne.	La dimensión internacional de las universidades mexicanas.	2000a	Educación Superior y Sociedad
GACEL-ÁVILA, Jocelyne.	Calidad y educación sin fronteras.	2007	Apertura.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne.	La postura de América Latina y el Caribe frente a los rankings globales.	2017b	ESAL - Revista de Educación Superior en América Latina
KNIGHT, Jane.	Internationalization: Elements and Checkpoints.	1994	CBIE Research. Canadian Bureau for International Education.
KNIGHT, Jane.	Updated Definition of Internationalization.	2003	International Higher Education.
KNIGHT, Jane.	Internationalization Remodelled Definitions, Approaches and Rationales.	2004	Journal for Studies in International Education.
KNIGHT, Jane.	Five Truths about Internationalization.	2012	International Higher Education – The Boston College Center for International Higher Education.
LEASK, Betty.	"Using formal and informal curricula to improve interactions between home and international students".	2009	Journal of Studies in International Education.
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli.	Características atuais das políticas de internacionalização de instituições de ensino superior no Brasil.	2008	Revista E-Curriculum.
MAUÉS, Olgaíses; BASTOS, Robson B. dos;	Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro.	2017	Educação
MAUÉS, Olgaíses C., SOUZA, Michele B. de.	A transnacionalização e a expansão da educação superior.	2018	Revista Educação em Questão.
MIRANDA, José Alberto A.; FOSSATTI, Paulo**.**	Gestão da internacionalização da educação superior: desafios para o desenvolvimento do estudante global.	2018	Revista Educação.
MIRANDA, José Alberto A.; BISCHOFF, Viviane.	Educação internacional como S*oft Power*: o ensaio da política externa de Dilma Rousseff.	2018	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação
MIRANDA, José Alberto A.; STALLIVIERI, Luciane.	Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil.	2017	Avaliação
MOROSINI, Marilia C.	Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal.	2011	Educação em Revista.
MOROSINI, Marilia. C.	Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas.	2012	Educar.
MOROSINI, Marília C.	Apresentação. Dossiê: Internacionalização da educação superior.	2017	Educação.
MOROSINI, Marília C.	Internacionalização do currículo: produção em organismos multilaterais	2018	Roteiro.
STALLIVIERI, Luciane.	Compreendendo a internacionalização da educação superior.	2017	Revista de Educação do Cogeime.
WÄCHTER, Bernd.	An introduction: Internationalization at home in context.	2003	Journal of Studies in International Education.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No Quadro 2, indicamos os livros, coletâneas e enciclopédia selecionadas.

Quadro 2 – Revisão de Literatura – livros, coletâneas e enciclopédia

AUTOR(ES)	TÍTULO	ANO	TIPOLOGIA
DE WIT, Hans et al.	Internationalisation of higher education. Study.	2015	Livro
GACEL-ÁVILA, Jocelyne.	La dimensión internacional de las universidades mexicanas: políticas y estrategias institucionales. Guadalajara, México: Associación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior-ANUIES.	1997	Livro
GACEL-ÁVILA, Jocelyne et al.	Al estilo latinoamericano.	2005	Coletânea
GACEL-ÁVILA, Jocelyne.	La dimensión internacional de las universidades. Contexto, procesos, estrategias. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara.	2006	Livro
GACEL-ÁVILA, Jocelyne.	La educación terciaria en América Latina. El concepto de internacionalización comprehensiva.	2012	Coletânea
GACEL-ÁVILA, Jocelyne.	Estrategias de internacionalización de la educación superior: implementación, evaluación y rankings. México: UNESCO-IESALC.	2017a	Livro
GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRÍGUEZ, Scilia.	Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe. Un balance. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, UNESCO-IESALC, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.	2018b	Coletânea
GACEL-ÁVILA, Jocelyne.	Educación superior, internacionalización e integración en América Latina y el Caribe.	2018c	
GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRÍGUEZ, Scilia.	La dimensión internacional de la educación superior en América Latina y el Caribe.	2018b	Coletânea
LEASK, Betty.	Internationalizing the Curriculum.	2015	Livro.
LAUS, Sonia P.; MOROSINI, Marília Costa.	Internacionalización de la Educación Superior em Brasil.	2005	Coletânea
MIRANDA, José Alberto A.; BENTES, Jackson.	Internacionalização: dificuldades na gestão das IES brasileiras.	2017	Coletânea
STALLIVIERI, Luciane.	Estratégias para Internacionalização do Currículo: do Discurso à Prática.	2016	Coletânea

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Também recorremos à Biblioteca Digital da UNESCO[1], utilizando o descritor “Educação Superior” e “internacionalização”.

[1] Disponivel em: https://unesdoc.unesco.org/.

Quadro 3 – Revisão de Literatura – Dispositivos e demais subsídios difundidos pela UNESCO

TÍTULO	ANO
Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.	1990
Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação.	1998
Educação para Todos: o Compromisso de Dakar.	2000
Educação superior: reforma, mudança e internacionalização.	2003
Declaración Mundial sobre la Educación Superior en el siglo XXI: visión y acción.	2008
Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social.	2009
Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020.	2012
Declaração de Incheon – Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e à educação ao longo da vida para todos.	2015a
Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015.	2015b

Fonte: Elaborado pelo autor com base no mapeamento realizado na Biblioteca Digital da UNESCO. (Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/. Acesso em: 20 nov. 2019).

Conforme fomos mapeando a produção e procedendo à leitura flutuante para estabelecer um primeiro contato com o material selecionado, direcionamos nosso olhar também para as referências utilizadas pelos autores dessas produções. Esta ação nos permitiu identificar alguns autores de referência, considerando-se a recorrência de seus trabalhos. Com base nessa identificação, passamos a localização daquelas produções que não havíamos localizado no nosso mapeamento inicial. Destacamos, também, que incluímos as produções sugeridas pelos examinadores por ocasião da qualificação do projeto dessa tese.

Morosini e Nascimento (2017) apresentam dados sobre a produção em teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* relativas à internacionalização da Educação Superior. As autoras identificaram, no espaço temporal entre 2011 e 2014, 12 dissertações e 11 teses. As autoras afirmam que “Quando comparada com a produção internacional, a produção científica sobre internacionalização da educação superior em dissertações e teses, no Brasil, é pequena” (MOROSINI; NASCIMENTO, 2017, p. 5).

Com relação aos estudos sobre a internacionalização, Gacel-Ávila (2017, p. 7) destaca que:

> La investigación sobre la internacionalización de la educación superior es relativamente reciente y la realiza un número muy reducido de expertos e investigadores en el mundo, principalmente provenientes de Europa

> Occidental y América del Norte. Como campo de estudio, inició a mediados de los años noventa en estas regiones y se enfocó fundamentalmente en el estudio de políticas y programas institucionales, debido a que estaba considerada como estrategia clave para enfrentar los desafíos derivados de la globalización y la sociedad del conocimiento.

O Quadro 4 apresenta as temáticas identificadas por Gacel-Ávila (2017), indicando as tendências em termos de temática investigativas presentes nos estudos e investigações.

Quadro 4 – Temáticas abordadas nos estudos e investigações, segundo Gacel-Ávila (2017)

TEMÁTICAS
• Internacionalización y globalización. • Movilidad de estudiantes y académicos. • Comportamiento de los flujos de movilidad a nivel global, regional y nacional. • Impacto de las estancias y estudios en el extranjero en la relevancia y calidad del perfil profesional. • Políticas y estrategias institucionales de internacionalización. • Equivalencias y reconocimiento de estudios. • Integración regional y convergencia intra- e interregional. • Internacionalización del currículo. • Internacionalización de la investigación. • Cooperación académica y competencia internacional. • Papel de las TIC en la internacionalización. • Internacionalización y calidad de la educación. • Aprendizaje de culturas e idiomas extranjeros. • Internacionalización comprehensiva o integral. • Internacionalización at home. • Redes temáticas y de investigación a nivel global. • Reclutamiento de estudiantes internacionales. • Estructuras de gestión para la internacionalización. • Financiamiento. • Venta y exportación de servicios educativos. • Establecimiento de branch campi y franquicias.

Fonte: Gacel-Ávila (2017, p. 9).

Dentre as temáticas investigativas e de estudos emergentes, Gacel-Ávila (2017, p. 7) menciona:

> La competencia entre los diferentes sistemas de educación superior bajo el impulso de la globalización y los *rankings* son cada día más objetos de estudio, así como la acreditación internacional, el impacto de la internacionalización sobre la calidad y pertinencia de la educación superior y su evaluación, la transferencia de conocimiento a nivel global y las nuevas formas de producir conocimiento.

Devido à complexidade que representa tanto a definição, abrangência, atores envolvidos e relações com outros termos, um estudo sobre a internacionalização, (mesmo que seja feito o recorte necessário a qualquer pesquisa) requer do pesquisador um olhar amplo sobre as várias dimensões que a permeiam.

Conforme fomos adentrando nos pressupostos teóricos, constatamos a necessidade de um *corpus* de conhecimentos e relações entre eles, para não tratarmos a temática em tela de forma superficial. Devido à falta de familiaridade com vários desses pressupostos, a internalização e a compreensão exigiram do pesquisador várias leituras e a realização de sínteses, de forma a ter certo domínio sobre aqueles elementos fundamentais e condições de interpretação e tradução na elaboração textual.

Com base no exposto, justificamos a relevância acadêmico-científica da pesquisa realizada.

2.2.3 Relevância social

Gil (2008, p. 35) sugere que, para explicitar a relevância social de investigar a problemática escolhida, o pesquisador se questione acerca de algumas questões tais como: “Qual a relevância do estudo para determinada sociedade? Quem se beneficiará com a resolução do problema? Quais as consequências sociais do estudo”?

Diante de tais questões, consideramos o estudo em tela relevante para o campo da Educação, pelo forte impacto da internacionalização no processo de acreditação e, em decorrência, de reputação das instituições, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

O tema é instigante e o movimento das IES segue o movimento do mercado globalizado. A internacionalização das empresas e a globalização dos mercados traz demandas e requer das IES a formação de um profissional que possa atuar nessas condições e atenda com diferenciais de qualidade as novas necessidades exigidas. Quando podemos entregar um profissional com competências inovadoras e capacidade de enfrentar os novos desafios e se esse profissional conseguir trazer junto em seu escopo de formação uma instituição que nos apresenta índices de

avaliação nacionais e internacionais de excelência, podemos afirmar que a missão da Instituição de Ensino Superior atingiu seus objetivos sociais.

Explicitadas as justificativas que concedem relevância ao estudo em tela, passamos a apresentação da problemática investigativa, dos objetivos e a tese da investigação.

2.2.4 O problema, os objetivos e a tese da investigação

Para Gil (2008, p. 32), “na acepção científica, problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”. A problemática investigativa norteadora do estudo é: Quais são as abordagens dos autores de dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-graduação, situados no Brasil, sobre a internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, e de que forma tais abordagens estabelecem relações entre a internacionalização e a qualidade educacional neste nível de ensino?

Em consonância com tal problemática, traçamos como objetivo geral do estudo: Compreender como os autores de dissertações e teses, defendidas em Programas de Pós-Graduação situados no Brasil, abordam em seus estudos a internacionalização, da Educação Superior, no âmbito da Graduação, analisando se tais abordagens relacionam a Internacionalização à qualidade educacional neste nível de ensino.

Em decorrência, os objetivos específicos são:

a) Mapear as dissertações e teses, defendidas em Programas de Pós-Graduação situados no Brasil, que tenham como temática investigativa a internacionalização, no âmbito da Graduação.

b) Identificar as abordagens relativas à internacionalização, no âmbito da Graduação, selecionados pelos autores das dissertações ou teses.

c) Descrever as tendências investigativas sobre a internacionalização, no âmbito da Graduação, atinentes às dimensões teórica e metodológica.

d) Analisar as contribuições e os desafios relativos à internacionalização e as suas relações com a qualidade educacional no âmbito da Graduação, segundo a ótica dos autores das dissertações e teses.

A tese norteadora da pesquisa é: A internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, contribui para a qualidade educacional neste nível de ensino e não se reduz ao mero cumprimento de uma exigência legal em termos de avaliação.

2.3 Constituição do corpus investigativo e a técnica de análise dos dados

Para o processo de constituição do *corpus* investigativo e a análise dos dados nele contidos, optamos pela Técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). A Análise de Conteúdo consiste numa técnica de análise de dados que está sendo utilizada com frequência nas pesquisas qualitativas no campo da Educação, bem como na Psicologia, na Ciência Política e na Sociologia, dentre outros.

Bardin (2011, p. 38) refere que a análise de conteúdo consiste em “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistêmicos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. No entender da autora: “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 124).

Dessa forma, quando a análise de conteúdo é escolhida como procedimento de análise mais adequado, como em qualquer técnica de análise de dados, os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada.

Segundo Bardin (2011), a análise de dados é organizada em três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

2.3.1 Fase de pré-análise

A fase de pré-análise é o momento em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas, a saber: a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; c) formulação das hipóteses e dos objetivos, e d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise.

Nesta etapa de pré-análise, procedemos à leitura flutuante do material selecionado, visando “estabelecer contato e [...] conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2011, p. 126).

Para a constituição do *corpus* investigativo elegemos como fonte de consulta o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo-se presente que todos os Programas de Pós-Graduação do Brasil possuem a obrigatoriedade de encaminhar à CAPES dados relativos as dissertações e teses defendidas anualmente em cada programa. O levantamento foi realizado no decorrer do ano de 2018. Dessa forma, o ano base final para a consulta foi o de 2017, pois os dados atinentes a 2018 ainda não estavam disponíveis no Catálogo da CAPES.

Para a consulta, utilizamos o descritor *internacionalização.* Com esse descritor, o Catálogo registrou 2.650 trabalhos. Foi possível identificar que o primeiro trabalho defendido num Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil, com foco na internacionalização no âmbito da Graduação, foi no ano de 2006.

Inicialmente, analisamos os títulos de cada um desses trabalhos, descartando-se aqueles estudos que não tinham nenhuma relação com a temática em tela. Após, com base nos títulos das teses e dissertações que indicavam a possibilidade de constituírem o c*orpus* investigativo, montamos um Banco de Dados contendo todos os resumos dessas teses e dissertações de forma a termos mais elementos para o processo de inclusão ou exclusão. Na leitura dos resumos tivemos presente os seguintes critérios estabelecidos: a) idioma: Língua Portuguesa; b) foco do estudo: Internacionalização no âmbito da Graduação; e, c) texto integral disponível *online*.

Na sequência, acessamos e realizamos a leitura flutuante dos resumos dos trabalhos cujos títulos sinalizavam, de forma direta ou indireta, alguma relação com o foco de nosso estudo. Dessa seleção resultou um conjunto de 72 trabalhos. Importante destacar que, no caso de alguns resumos, devido à ausência das informações necessárias, tivemos que recorrer de imediato a leitura da tese ou dissertação na íntegra para a tomada de decisão.

A seguir, acessamos o texto integral das teses e dissertações para darmos continuidade à pré-análise do material, sendo que não conseguimos o texto de somente um trabalho, o qual foi excluído do *corpus* investigativo. Essa leitura foi determinante para a escolha dos trabalhos que comporiam o *corpus* da pesquisa.

Concluída essa etapa chegamos aos trabalhos que comporiam o *corpus* da pesquisa que está composto por 28 trabalhos (4 teses e 24 dissertações).

Dentre as dificuldades encontradas para o acesso dos textos na íntegra, destacamos: a) o Catálogo da CAPES não disponibiliza o detalhamento dos dados dos trabalhos defendidos antes do ano de 2013, pois são anteriores à Plataforma Sucupira; b) nem todos os trabalhos defendidos no espaço temporal entre 2013 e 2017 estão disponibilizados na íntegra no Catálogo. Diante dessas dificuldades, recorremos ao *site* de busca *Google* com o intuito de acessar os trabalhos não disponibilizados no Catálogo e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

2.3.2 Fase de exploração do material

A segunda fase tem como foco a exploração do material, tendo em vista a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro) (BARDIN, 2011).

A exploração do material consiste numa etapa importante porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. A codificação e a categorização possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências. A codificação, “corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (BARDIN, 2011, p. 103). Após a codificação, segue-se para a categorização, a qual consiste em:

> Uma classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos... sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2011, p. 117).

Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2011). Assim, definimos quatro eixos temáticos, sendo que alguns deles foram divididos em subeixos, conforme apresentamos no Quadro 5.

Quadro 5 – Eixos temáticos

- **Eixo temático 1:** Políticas públicas fomentadoras da internacionalização.
- **Eixo temático 2:** Processos de internacionalização das Instituições de Ensino Superior.

Sub eixo temático 2.1: A internacionalização do currículo

Sub eixo-temático 2.2: Gestão da Informação.

- **Eixo temático 3:** Avaliação da internacionalização das Instituições de Ensino Superior.
- **Eixo temático 4:** Internacionalização e Mobilidade Acadêmica Estudantil.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da exploração do c*orpus* investigativo.

2.3.3 Fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2011). No entanto, por mais que se devam respeitar certas “regras” e que se salientem as diferentes fases e etapas no emprego, a análise de conteúdo não deve ser considerada e trabalhada como modelo exato e rígido.

Bardin (2011) rejeita esta ideia de rigidez e de completude, deixando claro que a sua proposta da análise de conteúdo acaba oscilando entre dois polos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade, da cientificidade, e a riqueza da subjetividade. Nesse sentido, a técnica tem como propósito o ultrapassar o senso comum do subjetivismo e alcançar o rigor científico necessário, mas não a rigidez inválida, que não condiz mais com tempos atuais.

Para efetivar o proposto nesta fase, elaboramos uma ficha de leitura a qual foi utilizada para o registro analítico dos conteúdos presentes nas teses e dissertações. Tal ficha foi organizada contemplando os aspectos apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Ficha de leitura

FICHA DE LEITURA
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
a) Título: b) Autor: c) Nível: ( ) Mestrado ( ) Mestrado Profissional ( ) Doutorado d) Ano de defesa: e) Instituição: f) Programa: g) Orientador:
DADOS SOBRE A INVESTIGAÇÃO
a) Palavras-chave: b) Problema de Pesquisa (ou equivalente): c) Objetivos (ou equivalente): d) Metodologia • Autores que fundamentam o referencial metodológico: No caso de pesquisa de campo: • Caracterização do estudo: • Participantes do estudo: • Campo empírico: • Instrumentos de coleta de dados: • Técnica de análise dos dados: No caso de pesquisa teórica: • Caracterização do estudo: • Constituição do *corpus* investigativo: • Técnica de análise dos dados: e) Referencial teórico • Autores que fundamentam o referencial teórico acerca da internacionalização. • Obras dos autores citadas pelo autor do trabalho. f) O estudo estabelece alguma relação entre a internacionalização e o SINAES? Em caso afirmativo, considerações acerca de tais relações (pressupostos, autores, etc.). g) Principais Resultados:

Fonte: Autoria própria, 2018.

Com base no fichamento do *corpus* investigativo, apresentamos a caracterização das teses e dissertações (conforme Capítulo 6.1) apontando aspectos elencados no Quadro 7.

Quadro 7 – Caracterização do corpus investigativo

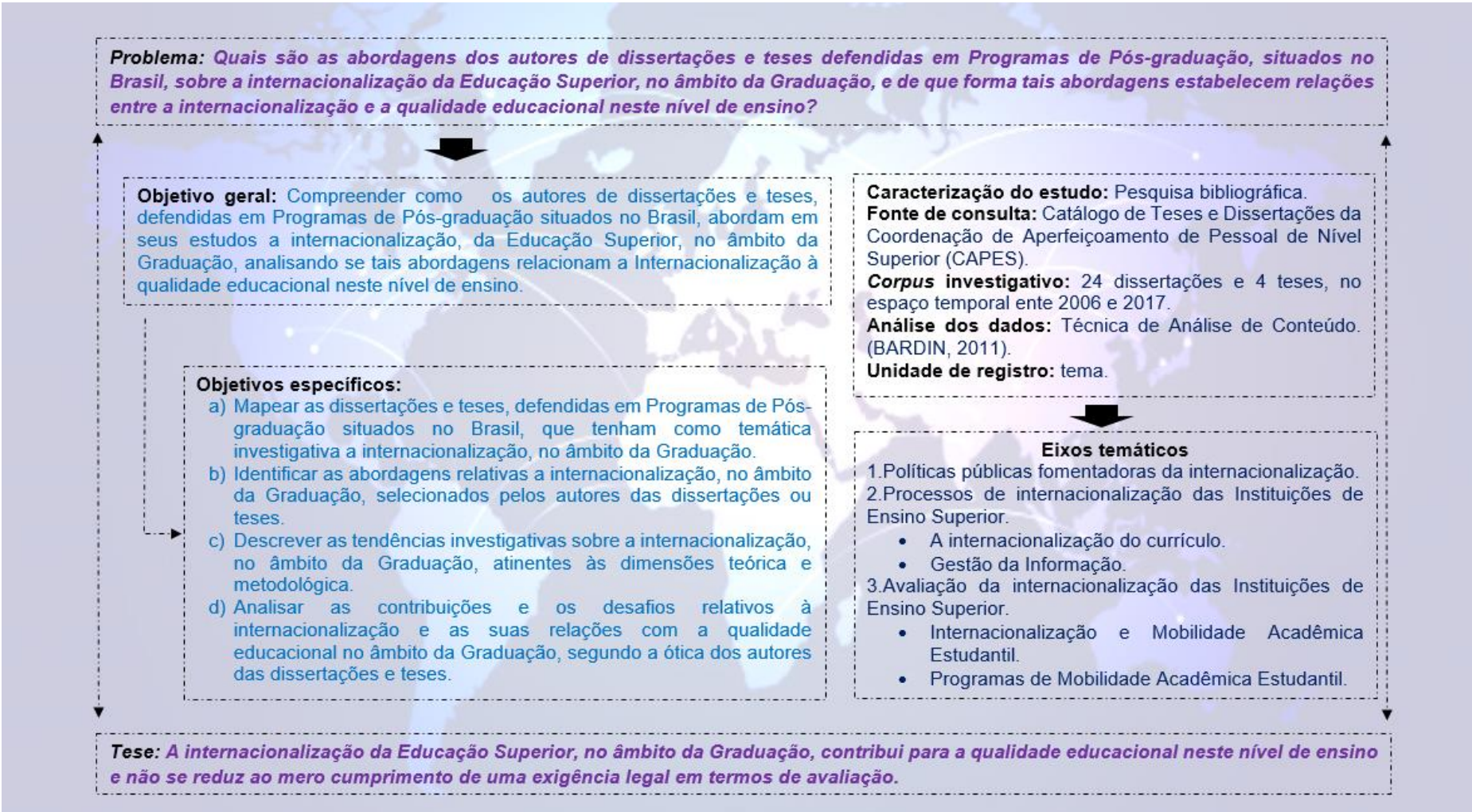
TÓPICOS
• Número de teses e dissertações defendidas por ano. • Número de teses e dissertações defendidas por Instituição. • Número de teses e dissertações por área de concentração do Programa de Pós-graduação *stricto sensu.* • Palavras-chave indicadas nas teses e dissertações. • Número de teses e dissertações por orientador. • Autores utilizados no referencial teórico sobre internacionalização nas teses e dissertações. • Produção bibliográfica dos autores utilizados no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações. • Tipologia dos estudos realizados nas teses e dissertações. • Autores utilizados no referencial teórico-metodológico nas teses e dissertações. • Produção bibliográfica dos autores utilizados no referencial teórico-metodológico, citadas pelos autores das teses e dissertações, • Instrumentos de coleta de dados utilizados nas pesquisas de campo nas teses e dissertações. • Procedimentos de análise dos dados utilizados nas pesquisas de campo das teses e dissertações. • Pesquisas teóricas: caracterização dos estudos. • Constituição do corpus investigativo das pesquisas teóricas. • Técnica de análise dos dados das pesquisas teóricas.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Com base nesse conjunto de dados articulados aos eixos temáticos, é possível estabelecermos as tendências investigativas acerca da internacionalização das Instituições de Ensino Superior.

Feitas tais considerações, a Figura 2 apresenta uma síntese do percurso metodológico.

Figura 2 – Síntese do percurso metodológico



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

3 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRESSUPOSTOS TÉORICOS

Neste capítulo, apresentamos pressupostos relativos à internacionalização, tendo como referência aportes de autores cujas publicações foram identificadas no decorrer do processo de revisão de literatura. Conforme exposto na introdução desta tese, as produções de Jane Knight, Gacel-Ávila e de Morosini são as mais referidas no decorrer do estudo, contemplando-se dessa forma, perspectivas teóricas oriundas da América do Norte e da América do Sul, priorizando as autoras do contexto latino-americano e, também, dentro desse contexto, do Brasil.

3.1 Considerações iniciais sobre a internacionalização

A internacionalização da Educação Superior não é um fenômeno da contemporaneidade (MOROSINI, 2006; SOUZA, 2006; LIMA; CONTEL, 2007; DE WIT; HUNTER, 2015; MAUÉS; SANTOS, 2017). Ações de internacionalização já ocorriam nas “práticas educativas das universidades medievais”, mas “em decorrência das transformações sociais, políticas e econômicas mais recentes, [...] ela tem ganhado uma dimensão renovada na literatura especializada” (SOUSA, 2017, p. 348). Há consenso entre os autores referidos que mudanças significativas acerca da internacionalização se colocam em curso a partir da década de 90, do século XX.

Conforme De Wit e Hunter (2015, p. 48), na “segunda metade da década de 1990, a lógica política da internacionalização deu lugar gradualmente à lógica econômica”. (tradução nossa) [2]. Nesse contexto,

> O recrutamento de alunos internacional, preparando graduados para o mercado de trabalho global, a capacidade de para atrair talentos de todo o mundo para a economia do conhecimento, a educação transnacional e a capacitação tornaram-se pilares importantes da internacionalização do ensino superior durante a última década. O surgimento de grandes grupos educacionais nacionais e globais com fins lucrativos, operações de franquia universitária, programas de estudo parcialmente concluído no exterior, campi realocados, centros educacionais internacionais e, mais recentemente, aprendizagem virtual e treinamento online massivo e aberto a todos (Massive

[2] “A partir de la deuxième moitié des années 1990, la logique politique de l'internationalisation a cédé le pas progressivement aux logiques économiques” (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 48).

> Online Open Courseware, MOOC) são todas manifestações desta evolução. (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 48, tradução nossa)[3].

Continuam os autores explicando que:

> [...] a nível institucional e a nível de programas ou campos de estudo, os esforços se limitaram a atividades isoladas e marginais destinadas a uma minoria de alunos, como estudos no exterior, intercâmbios, estudos recrutamento de estudantes regionais e internacionais. Uma reflexão crítica sobre resultados dessas atividades e, em particular, seu impacto na aprendizagem de alunos, bem como uma preocupação crescente com o estado do mundo, têm estimulou a busca por novas abordagens para a internacionalização com uma forma mais significativa profundo e um impacto maior (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 48, tradução nossa)[4].

Diante deste novo cenário, na Europa, a competitividade começa a predominar nos discursos institucionais, sendo pautada pela ideia da sociedade do conhecimento, o modelo Erasmus, o processo de Bolonha e a Estratégia de Lisboa da União Europeia (DE WIT; HUNTER, 2015). Nesse sentido, conforme De Wit e Hunter (2015, p. 48):

> Juntos, Erasmus e o Processo de Bolonha se tornaram não apenas a expressão da cooperação intra-regional e mobilidade bem-sucedidas na Europa (assim como o programas-quadro e, em menor medida, a Estratégia de Lisboa para pesquisa), mas também modelos para fortalecer a cooperação e mobilidade intra-regional em outras regiões do mundo. (tradução nossa)[5].

Lima e Contel (2007), Maués e Santos (2017) destacam os fatores tais como o processo de globalização, as transformações no capitalismo e a instituição do

---

[3]"[...] Le recrutement des étudiants internationaux, la préparation des diplômés au marché mondial de l'emploi, la capacité d'attirer les talents du monde entier pour l'économie de la connaissance, la prestation transnationale d'enseignement et le renforcement des capacités sont devenus autant de piliers importants de l'internationalisation de l'enseignement supérieur au cours de la dernière décennie. L'émergence de grands groupes nationaux et mondiaux d'enseignement à but lucratif, les opérations de franchises universitaires, les programmes d'études partiellement accomplis à l'étranger, les campus délocalisés, les pôles éducatifs internationaux et, plus récemment, l'apprentissage virtuel et les formations en ligne massives et ouvertes à tous (Massive Online Open Courseware, MOOC) sont autant de manifestations de cette évolution" (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 48).

[4] "[...] au niveau institutionnel et au niveau des programmes ou des domaines d'études, les efforts se sont limités à des activités isolées et marginales visant une minorité d'étudiants, comme les études à l'étranger, les échanges, les études régionales et le recrutement d'étudiants internationaux. Une réflexion critique sur les résultats de ces activités, et en particulier sur leur incidence sur l'apprentissage des étudiants, ainsi qu'une préoccupation accrue en ce qui concerne l'état du monde, ont suscité la recherche de nouvelles approches de l'internationalisation ayant un sens plus profond et une incidence plus importante" (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 48).

[5] "Ensemble, Erasmus et le processus de Bologne sont devenus non seulement l'expression d'une coopération intrarégionale réussie et de la mobilité en Europe (tout comme les programmes-cadres et, dans une moindre mesure, la Stratégie de Lisbonne pour la recherche), mais aussi des modèles pour le renforcement de la coopération et de la mobilité intrarégionales dans d'autres régions du monde" (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 48).

neoliberalismo no contexto latino-americano, dentre outros, como aspectos propulsores da internacionalização. Conforme Morosini (2006, p. 96):

> A década de 90 foi marcada pela acentuada expansão das IES preferencialmente privadas. O novo século mantém esta característica e acrescenta à expansão da privatização a via da sociedade limitada ou de capital aberto, não importando mais os limites políticos do Estado Nação. Tais IES são organizações que têm campi em diversos países, seja como matriz, seja em forma de consórcio ou pelo predomínio no capital, via controle acionário da IES.

A consideração do conhecimento como força produtiva para o desenvolvimento dos países trouxe novas demandas à Educação Superior (MAUÉS; SANTOS, 2017), sendo ela considerada como um serviço. Dessa forma, a Educação Superior "torna-se uma alavanca para o desenvolvimento dos países e é considerada uma mercadoria importante, cujo valor tem aumentado na medida do crescimento da demanda". (MAUÉS; SANTOS, 2018, p. 153). Em decorrência dessa tendência, no âmbito mundial, no Brasil

> [...] se aprofundava e expandia a necessidade de o país participar, de forma efetiva e organizada, de comunidades universitárias internacionais, em um movimento por vezes de cooperação, em um tipo de internacionalização horizontal. Assim, o país se inseriu na internacionalização, tanto trazendo estudantes e professores para períodos no Brasil, quanto enviando pessoal para o exterior, sendo que esta última modalidade, denominada mobilidade externa, tem, até os dias atuais, um peso maior nas ações desenvolvidas (MAUÉS; SANTOS, 2018, p. 337).

Conforme apresentado, o foco do nosso estudo é a internacionalização no âmbito da Graduação. Contudo, fundamentados em autores tais como Gacel-Ávila (2006, 2017), Knight (2014), Hudzki (2011), De Wit e Hunter (2015), Morosini (2011), endentemos que, apesar de fazermos um recorte, aspectos relativos à internacionalização precisam ser considerados de forma articulada, pois estão inter-relacionados e se implicam mutuamente.

Diante dessa constatação, nas seções que seguem, temos o intuito de apresentar uma visão panorâmica relativa a cada um dos aspectos que consideramos essenciais, tendo como base a revisão de literatura realizada. Cada um desses aspectos, devido sua complexidade, merece um estudo aprofundado, tal como o realizado nas dissertações e teses que constituem o *corpus* investigativo deste estudo, que elegem um foco específico a ser analisado. Fazemos tal destaque a fim

de justificar o nível de incursão que realizamos. A Figura 3 apresenta uma síntese dos aspectos a serem abordados.

Figura 3 – Internacionalização: aspectos a considerar

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da revisão de literatura e da análise das dissertações e teses.

3.2 Internacionalização: das compreensões acerca do conceito aos aspectos a serem considerados em sua implementação

A reflexão sobre a internacionalização é densa e complexa, sendo necessário termos presente, dentre outros, que: a) com o decorrer das discussões e das transformações socioculturais, políticas e econômicas, a compreensão sobre seu significado e finalidades vai se aperfeiçoando e assumindo novos contornos; b) o processo de internacionalização, seja no nível nacional ou institucional, pode ocorrer de formas distintas. Portanto, mesmo sendo um movimento mundial, há de se considerar as especificidades desse processo em cada contexto, não existindo um modelo universal tido como o correto; c) a implementação da internacionalização, seja no nível nacional ou institucional (e apontamos também, para o internacional) requer a consideração de vários aspectos.

3.2.1 Compreensões sobre o conceito

Ao se referir a definição de internacionalização, Knight (2004, p. 8) explica que:

> Por mais de 20 anos, tem havido muito discurso e debate sobre definir internacionalização. Internacionalização não é um termo novo. Tem sido usado por séculos na ciência política e relações governamentais, mas sua popularidade no setor de educação só aumentou realmente desde o início dos anos 80. Antes desta vez, educação internacional foi o termo preferido e ainda é em alguns países. Na década de 90, a discussão sobre o uso do termo educação internacional centrou-se em diferenciá-lo de educação comparada, educação global e educação multicultural.

A autora destaca ainda:

> É um termo que significa coisas diferentes para pessoas diferentes e, portanto, é usado em uma variedade de maneiras. Embora seja encorajador ver o aumento do uso e atenção sendo dada para a internacionalização, há uma grande confusão sobre o que isso significa. Para algumas pessoas, significa uma série de atividades internacionais, como mobilidade acadêmica para alunos e professores; vínculos, parcerias e projetos internacionais; e novos programas acadêmicos internacionais e iniciativas de pesquisa. Para outros, significa a oferta de educação para outros países por meio de novos tipos de arranjos, como campi filiais ou franquias, usando uma variedade de técnicas presenciais e à distância. Para muitos, significa a inclusão de um conceito internacional, intercultural e/ou dimensão global no currículo e no processo de ensino-aprendizagem. Outros ainda veem projetos de desenvolvimento internacional e, alternativamente, a ênfase crescente em comércio no ensino superior como internacionalização (KINIGHT, 2004, p. 5-6, tradução nossa).

Assim como Knight (2004), autores tais como Morosini e Baranzeli (2018), Sousa (2017) e Miranda e Fossatti (2018) também tem apontado para a complexidade do conceito de internacionalização. Conforme Morosini e Baranzeli (2018, p. 270):

> Esse termo guarda-chuva abriga uma gama de noções como Internacionalização pela Mobilidade, Internacionalização em Casa - IaC, Internacionalização do Currículo - IoC, Internacionalização do Campus, ou ainda a Internacionalização Abrangente. Cada uma dessas vertentes possui perspectivas distintas de pensar, construir e consolidar os processos de internacionalização e podem – ou não – estar imbricadas, dependendo unicamente dos objetivos que levam as instituições a se internacionalizar.

Sousa (2017, p. 348), assevera que “em consequência de sua abrangência e natureza, tem se constituído em um fenômeno com conceituação bastante complexa e multidimensional”. Para Miranda e Fossatti (2018, p. 277): “O conceito de

internacionalização da educação superior em si é muito abrangente e carrega vários significados para diferentes pessoas".

Dentre algumas definições sobre a internacionalização que identificamos na revisão de literatura, destacamos as de Knight (1994, 2003, 2004), De Wit e Hunter (2015), Gacel-Ávila (2000, 2006), Hudzki (2011), Morosini (2006), Miranda e Fossatti (2018).

Knight (1994, p. 7)[6] define a internacionalização como o "processo de integração de uma dimensão internacional e intercultural às funções de ensino, pesquisa e serviço da instituição" (KNIGHT, 1994, p. 7, tradução nossa). Em 2003, Knight revitaliza sua definição de internacionalização, destacando que:

> Uma parte desafiadora do desenvolvimento de uma definição é levar em consideração sua aplicação em muitos países, culturas e sistemas educacionais diferentes. Esta não é uma tarefa fácil. O que está em questão não é desenvolver uma definição universal, mas sim garantir que o significado seja apropriado para uma ampla gama de contextos e países do mundo. Portanto, é importante que uma definição não especifique os fundamentos, benefícios, resultados, atores, atividades ou partes interessadas da internacionalização, visto que esses elementos variam entre as nações e de instituição para instituição. O ponto crítico é que a dimensão internacional se relaciona a todos os aspectos da educação e ao papel que ela desempenha na sociedade[7] (KNIGHT, 2003, p. 2, tradução nossa).

Assim, a autora propõe a seguinte definição:

> Internacionalização nos níveis nacional, setorial e institucional é definida como o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global ao propósito, funções ou oferta da educação pós-secundária[8] (KNIGHT, 2003, p. 2, tradução nossa).

Conforme Knight (2004, p. 11), na sua definição sobre a internacionalização, a adoção "do termo processo é usado deliberadamente para transmitir [...] um esforço

---

[6] "[...] process of integrating an international and intercultural dimension into the teaching, research and service functions of the institution" (KNIGHT, 1994, p. 7).

[7] "A challenging part of developing a definition istaking into account its application to many differentcountries, cultures, and education systems. This is noeasy task. At issue is not developing a universaldefinition but rather ensuring that the meaning isappropriate for a broad range of contexts and countriesof the world. Thus it is important that a definition doesnot specify the rationales, benefits, outcomes, actors, activities, or stakeholders of internationalization as theseelements vary across nations and from institution toinstitution. The critical point is that the internationaldimension relates to all aspects of education and the rolethat it plays in society" (KNIGHT, 2003, p. 2).

[8] "With this in mind the followingworking definition is proposed: Internationalization at the national, sector, andinstitutional levels is defined as the process of integrating aninternational, intercultural, or global dimension into thepurpose, functions or delivery of postsecondary education" (KNIGHT, 2003, p. 2).

contínuo. [...] denota uma evolução ou qualidade de desenvolvimento ao conceito". (tradução nossa). Com relação aos termos *Dimensão internacional, intercultural e global*, "são intencionalmente usados como uma tríade, pois juntos refletem a amplitude da internacionalização. Internacional é usado no sentido de relações entre as nações, culturas ou países" (KNIGHT, 2004, p. 11, tradução nossa)[9]. A autora[10] complementa:

> Mas sabemos que internacionalização também é relacionar-se com a diversidade de culturas que existem dentro de países, comunidades e instituições, e assim intercultural é usado para abordar os aspectos da internacionalização em casa. Finalmente, global, um termo muito controverso e carregado de valor nos dias de hoje, é incluído para fornecer o sentido de alcance mundial. Esses três termos se complementam e juntos proporcionam riqueza em amplitude e profundidade ao processo de internacionalização. (KNIGHT, 2014, p. 11, tradução nossa).

Em relação ao objetivo, *a função e a entrega*, a autora aponta que os três conceitos devem ser utilizados em conjunto, sendo que:

> A finalidade se refere à função e aos objetivos gerais que a educação pós-secundária tem para um país/região ou, mais especificamente, a missão ou mandato de uma instituição individual. Função refere-se aos principais elementos ou tarefas que caracterizam um sistema nacional pós-secundário e também uma instituição individual. Normalmente, estes incluem ensino/treinamento, atividades de pesquisa e acadêmicas, e serviço à sociedade. A entrega é um conceito mais restrito. Refere-se à oferta de cursos de educação e programas domésticos ou em outros países. Isso inclui entrega até instituições de ensino superior tradicionais, mas também inclui os novos provedores como empresas que estão mais interessadas na entrega global de seus programas e serviços e não estão tão focadas na internacional ou intercultural dimensão de um campus ou as funções de ensino, pesquisa e serviço[11] (KNIGHT, 2014, p. 12, tradução nossa).

---

[9] "The term process is deliberately used to convey that internationalization is an ongoing and continuing effort. The term process denotes an evolutionary or developmental quality to the concept" (KNIGHT, 2004, p. 11).

[10] "But we know that internationalization is also about relating to the diversity of cultures that exists within countries, communities, and institutions, and so intercultural is used to address the aspects of internationalization at home. Finally, global, a very controversial and value-laden term these days, is included to provide the sense of worldwide scope. These three terms complement each other and together give richness both in breadth and depth to the process of internationalization" (KNIGHT, 2004, p. 11).

[11] "Purpose refers to the overall role and objectives that postsecondary education has for a country/region or, more specifically, the mission or mandate of an individual institution. Function refers to the primary elements or tasks that characterize a national postsecondary system and also an individual institution. Usually these include teaching/training, research and scholarly activities, and service to the society at large. Delivery is a narrower concept. It refers to the offering of education courses and programs either domestically or in other countries. This includes delivery by traditional higher education institutions but it also includes the new providers such as companies who are more interested in the global delivery of their programs and services and are not as focused on the

Ainda, em relação ao aperfeiçoamento de sua definição relativa à internacionalização, apresentada em 1994, Knight (2014, p. 12)[12] afirma:

> Esta definição não entra em conflito com a nova definição proposta neste artigo. Na verdade, o oposto é verdadeiro. As definições são muito complementares. A nova definição tenta abordar realidades do contexto de hoje, onde o nível nacional /setorial é extremamente importante e, portanto, deve ser coberto em uma definição. Em segundo lugar, o número e a diversidade de provedores de educação que têm interesses e abordagens muito diferentes para as dimensões internacional, intercultural e global estão crescendo. Portanto, os termos mais genéricos de propósito, função e entrega são usados em vez dos termos funcionais específicos de ensino, pesquisa e serviço. Usando esses três termos mais gerais, a definição proposta pode ser relevante para o nível do setor, o nível institucional, e a variedade de provedores no amplo campo de Educação pós-secundária.

Para De Wit e Hunter (2015, p. 50) a "internacionalização tornou-se um termo amplo que cobre muitas dimensões, componentes, abordagens e atividades". (tradução nossa) [13]. Dessa forma, inclui

> [...] a mobilidade de créditos e diplomas para alunos, o intercâmbio acadêmico e a busca de talentos em todo o mundo, desenvolvimento de currículos e resultados de aprendizagem, franquias, universidades e campi offshore, tanto do ponto de vista da cooperação como concorrência (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 50, tradução nossa)[14].

No entender de Gacel-Ávila (2000, p. 122), a Internacionalização da Educação Superior

> […] se refiere a un processo de transformación institucional que tiene como meta la integración de la dimensión internacional e Íntercultural en la misión, cultura, planes de desarrollo y políticas generales de las IES. Para ello, es

---

international or intercultural dimension of a campus or the teaching, research, and service functions" (KNIGHT, 2004, p. 12).

[12] "This definition does not conflicto with the new definition proposed in this article. In fact, the opposite is true. The definitions are very complementary. The new definition attempts to address therealities of today's context where the national/sector level is extremely important and therefore must be covered in a definition. Second, the number and diversity of education providers that have very different interests and approaches tothe international, intercultural, and global dimensions are growing. Therefore, the more generic terms of purpose, function, and delivery are used instead of the specific functional terms of teaching, research, and service. By using these three more general terms, the proposed definition can be relevant for the sector level, the institutional level, and the variety of providers in the broad field of postsecondary education" (KNIGHT, 2004, p. 12).

[13] "L'internationalisation est devenu un terme au sens large couvrant de nombreuses dimensions, composantes, approches et activités" (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 50).

[14] "Il inclut la mobilité des crédits et des diplômes pour les étudiants, les échanges universitaires et la recherche de talents dans le monde entier, le développement des curricula et les résultats des apprentissages, les franchises universitaires et les campus délocalisés, tant du point de vue de la coopération que de la concurrence" (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 50).

> preciso diseñar e implementar, con la participación de los diferentes actores de la comunidad universitaria, una política de internacionalización explícita, centrada en el interés institucional, implementada por medio de estructuras - organizacional y programática- adecuadas y profesionales para asegurar su institucionalización y sustentabilidad.

Posteriormente, Gacel-Ávila (2006, p. 61), revitaliza sua compreensão acerca da internacionalização, definindo-a como

> […] un proceso educativo que integra en las funciones sustantivas universitarias una dimensión global, internacional, intercultural, comparada e interdisciplinaria, que pretende fomentar en los estudiantes una perspectiva global de las problemáticas humanas y una consciência global en pro de los valores y las actitudes de una ciudadanía global responsable, humanista y solidaria.

Hudzki (2011, p. 6), considera que a internacionalização numa perspectiva abrangente (*Comprehensive Internationalization)* que no seu entender é

> [...] é um compromisso, confirmado por meio da ação, de infundir perspectivas comparativas em todo o ensino, pesquisa e missões de serviço do ensino superior. Dá forma ethos e valores institucionais e atinge toda a empresa de ensino superior. É essencial que seja abraçado pela liderança institucional, governança, corpo docente, alunos e todos os serviços acadêmicos e unidades de apoio. É um imperativo institucional, não apenas uma possibilidade desejável. A internacionalização abrangente não afeta apenas toda a vida no campus, mas também os quadros de referência externos, parcerias e relações da instituição. A reconfiguração global das economias, sistemas de comércio, pesquisa e comunicação, e o impacto das forças globais na vida local, expandem dramaticamente a necessidade de internacionalização abrangente e as motivações e propósitos que a impulsionam[15] (tradução nossa).

Para Morosini (2006b, p. 97), a internacionalização é:

> [...] qualquer esforço sistemático que tem como objetivo tornar a Educação Superior mais respondente às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho. É a análise da Educação Superior na perspectiva internacional.

---

[15] "Comprehensive internationalization is a commitment, confirmed through action, to infuse international and comparative perspectives throughout the teaching, research, and service missions of higher education. It shapes institutional ethos and values and touches the entire higher education enterprise. It is essential that it be embraced by institutional leadership, governance, faculty, students, and all academic service and support units. It is an institutional imperative, not just a desirable possibility. Comprehensive internationalization not only impacts all of campus life but the institution's external frames of reference, partnerships, and relations. The global reconfiguration of economies, systems of trade, research, and communication, and the impact of global forces on local life, dramatically expand the need for comprehensive internationalization and the motivations and purposes driving it" (HUDZIK, 2011, p. 6).

Segundo Miranda e Fossatti (2018, p. 178), a internacionalização **"**é vista como o comprometimento por meio de ações que trabalhem as perspectivas internacional e comparativa por meio do ensino, da pesquisa e das missões de serviço do Ensino Superior".

Portanto, "Ela define o *ethos* e os valores institucionais e atinge todo o empreendimento da Educação Superior" (MIRANDA; FOSSATTI, 2018, p. 178).

3.2.2 Internacionalização: distinções conceituais

Conforme asseveram Gacel-Ávila (2000), Knight (2012) e De Wit (1998) uma das diferenciações conceituais necessárias de ser feita é entre o conceito de globalização e o de internacionalização. Igualmente, acrescentamos as definições de transnacionalização e cooperação internacional.

Para Gacel-Ávila (2000, p. 122):

> A internacionalização e a globalização são dois conceitos distintos, porém, unidos por uma mesma dinâmica. A globalização pode ser entendida como o elemento catalizador, enquanto a internacionalização seria a resposta proativa a tal fenômeno por parte dos universitários.

Knight (2012, p. 65) destaca que "a globalização tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimentos, bens, serviços e tecnologias", e a "internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas".

De Wit (1998, p. 1) explica que a internacionalização é "Um processo e ao mesmo tempo uma resposta à globalização, mas ela não deve ser confundida com a globalização por ela mesma. Internacionalização inclui tantos aspectos locais como internacionais, ou seja, elementos interculturais".

No entender de Morosini (2006b, p. 95) a globalização

> [...] refere-se ao processo de apropriação, pelas diferentes comunidades, das evoluções mundiais. [...] É considerada também como a expansão da tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores, ideias... além das fronteiras geopolíticas. A Globalização afeta cada país de uma diferente forma de acordo com a história da nação, tradições, cultura e prioridades; globalização tende a considerar a sociedade como um todo e a ignorar a existência de nações e sua diversidade e se direciona mais para similaridades do que para diferenças.

Assim como apresentação distinções entre internacionalização e globalização, parece-nos importante clarificar o significado da Transnacionalização. Conforme explicam Maués e Souza (2018, p. 152):

> A Transnacionalização é um fenômeno que se organiza com a globalização da economia e com a etapa da financeirização do capital, tendo sido facilitada pelo avanço das tecnologias informacionais e pela formatação do Estado neoliberal que quebrou as fronteiras nacionais e enfraqueceu o conceito de Estado Nação.

Knight (2004, p. 8)[16] explica os termos internacional, transnacional e global do seguinte modo:

> O termo internacional enfatiza a noção de nação e refere-se para a relação entre diferentes nações e países. Transnacional é usado no sentido de cruzar as nações e não aborda especificamente a noção de relacionamentos. Transnacional é frequentemente usado de forma intercambiável e no da mesma forma que transfronteiriça. Global, por outro lado, refere-se a todo o mundo em âmbito e substância e não destaca o conceito de nação (tradução nossa).

A UNESCO, ao se referir a internacionalização (2003, p. 154), considera-a "como um conceito amplo, muito abrangente, que pode envolver a cooperação internacional, mas se refere também a mudanças que ocorrem dentro de uma determinada instituição, através de iniciativas políticas e de caráter específico". Diante disso, nem sempre as ações de internacionalização contemplam a cooperação internacional.

Morosini (2018, p. 116), chama a atenção que "A internacionalização é ligada e, muitas vezes, confundida, com cooperação internacional e, frequentemente com intercâmbios de professores e/ou estudantes". No entender de Wit e Hunter (2015, p. 49) a "Cooperação também é interpretada como uma forma de se manter competitivo, e a internacionalização é cada vez mais vista como um elemento essencial da missão das instituições" (tradução nossa)[17].

---

[16] "The term international emphasizes the notion of nation and refers to the relationship between and among different nations and countries. Transnational is used in the sense of across nations and does not specifically address the notion of relationships. Transnational is often used interchangeably and in the same way as cross-border. Global, on the other hand, refers to worldwide in scope and substance and does not highlight the concept of nation" (KNIGHT, 2004, p. 8).

[17] "La coopération est aussi interprétée comme un moyen de rester compétitif, et l'internationalisation est perçue de plus en plus comme un élément essentiel de la mission des institutions" (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 49).

Assim, a transnacionalização está relacionada a questão mercadológica, contemplando-se, por exemplo, aspectos relacionados a franquias, instituições corporativas, e filiais de universidades estrangeiras em outros países. Já a cooperação internacional, caracteriza-se pelas relações que as instituições estabelecem, promovendo a mobilidade internacional (discente ou docente), pesquisas em parceria e docência, dentre outras.

Ainda, no entender de Maués e Souza (2018, p. 168):

> As políticas desenvolvidas pelos diferentes governos brasileiros têm estimulado a adoção da transnacionalização, no sentido de mercantilização neoliberal. [...] No caso da expansão da educação superior e a relação que esta possa ter com esse fenômeno, pode-se imputar, nessa lógica, as grandes fusões que têm sido feitas de estabelecimentos privados, tendo como acionistas grupos internacionais. Como o crescimento desse nível de ensino vem ocorrendo via instituições privadas, esse tipo de oligopólio, decorrente das fusões, contribui para o aumento do efetivo de estudantes nesse nível de ensino. Outra forma de expansão do ensino superior via transnacionalização vem ocorrendo por meio da adesão aos cursos de instituições estrangeiras ofertados pelos estabelecimentos brasileiros, como é o caso do MBA, mas também por meio do ensino a distância.

Além dos termos mencionados, Knight (2003, p. 2)[18] menciona a emergência dos termos “educação sem fronteiras e educação além-fronteiras”:

> O termo sem fronteiras apareceu, pela primeira vez, em relatórios de 2000, na Austrália e no Reino Unido relatórios em 2000. Basicamente, o termo se refere ao borramento de fronteiras conceituais, disciplinares e geográficas tradicionalmente inerentes ao ensino superior. É interessante justapor o termo educação sem fronteiras com educação além-fronteiras. O primeiro termo reconhece o desaparecimento das fronteiras, enquanto o último enfatiza sua existência. As abordagens de bothap refletem a realidade de hoje. Nesse período de crescimento sem precedentes na educação a distância e e-learning, as fronteiras geográficas parecem ter pouca importância. Ainda assim, há uma importância crescente atribuída às fronteiras quando o foco se volta para a responsabilidade regulatória, especialmente relacionada à garantia de qualidade, financiamento e credenciamento.

---

[18] “The term borderless first appeared in Australian and U.K. reports in 2000. Basically, the term refers to the blurring of conceptual, disciplinary, and geographic borders traditionally inherent to higher education. It is interesting to juxtapose the term borderless education with cross-border education. The former term acknowledges the disappearance of borders while the latter term actually emphasizes their existence. Both approaches reflect the reality of today. In this period of unprecedented growth in distance and e-learning education, geographic borders seem to be of Little consequence. Yet, there is growing importance attached to borders when the focus turns to regulatory responsibility, especially related to quality assurance, funding, and accreditation” (KNIGHT, 2003, p. 2).

3.2.3 Fatores (ou razões) que mobilizam a internacionalização

De acordo com Knight (2004), os fatores que mobilizam a internacionalização são apresentados em quatro grupos: social /cultural, político, acadêmico e econômico. Além deste conjunto de fatores, Knight (2004, p. 21) chama a atenção para a acreditação internacional, "seja para fins acadêmicos, econômicos, sociais ou políticos", considerando que

> [...] as instituições de ensino sempre foram competitivas na busca por elevados padrões acadêmicos e, mais recentemente, um perfil internacional. No entanto, houve uma mudança não tão sutil em direção ao desenvolvimento de uma reputação internacional para competir com sucesso em um ambiente mais competitivo. Instituições e empresas estão competindo por participação de mercado no recrutamento de estudantes internacionais que pagam taxas; oferecendo programas de educação e treinamento com fins lucrativos; ou venda de serviços educacionais, como teste de idioma ou credenciamento. O interesse na marca está levando as instituições a buscarem acreditação ou serviços de garantia de qualidade por organismos de acreditação nacionais e internacionais, alguns dos quais muito confiáveis e outros de baixa reputação. Basta dizer que as instituições e provedores estão empreendendo esforços sérios para criar uma reputação internacional e uma marca de nome para sua própria instituição ou para uma rede / consórcio para colocá-los em uma posição mais desejável para obter vantagem competitiva[19] (tradução nossa).

O Quadro 8 apresenta os fatores que mobilizam a internacionalização em nível nacional.

---

[19] "In the past several years, much has been written about the changes in rationales both within and between these four groups (De Wit, 2000, 2002; van Vught, van der Wende, & Westerheijden, 2002). These generic categories remain a useful way to analyze rationales; however, the significant changes in nature and priority within each category need to be highlighted. Furthermore, given the increasing emphasis on competition at the international level, it is tempting to introduce a new category that recognizes the importance that institutions are giving to branding or developing a strong international reputation. One could say that education institutions have always been competitive in trying to achieve high academic standards and, more recently, an international profile. However, there has been a not-so-subtle shift toward developing an international reputation to successfully compete in a more competitive environment. Institutions and companies are competing for market share in the recruitment of international, fee-paying students; offering for-profit education and training programs; or selling education services like language testing or accreditation. The interest in branding is leading institutions to seek out accreditation or quality-assurance services by national and international accrediting bodies, some of which are very trustworthy and some of which are not so reputable. Suffice it to say that institutions and providers are undertaking serious efforts to create an international reputation and name brand for their own institution or for a network/consortium to place them in a more desirable position for competitive advantage" (KNIGHT, 2004, p. 21).

Quadro 8 – Fatores que mobilizam a internacionalização, em nível nacional, segundo Knight

FATORES
Desenvolvimento de recursos humanos (capital humano)
• Ênfase na economia do conhecimento; mudanças demográficas; mobilidade da força de trabalho e aumento do comércio de serviços. • Recrutamento de estudantes de outros países para aumento da competividade científica, tecnológica e econômica. • Estratégias de recrutamento: incentivos e políticas de imigração para atrair e reter os estudantes e acadêmicos. • Aprimoramento da dimensão internacional do ensino e da pesquisa, para que os estudantes e acadêmicos nacionais possam estar mais bem equipados para contribuir para a eficácia e competitividade de seus países no cenário internacional. • Desenvolvimento da compreensão intercultural e habilidades para o desenvolvimento pessoal, profissional e da cidadania.
Alianças estratégicas
• A mobilidade internacional, iniciativas colaborativas de pesquisa e educação: consideradas formas produtivas de desenvolver laços geopolíticos e relações econômicas. • Mudança definitiva de alianças com fins culturais para fins econômicos. • Alianças econômicas e políticas com países por meio do aumento de suas atividades de educação internacional em uma base regional. • Alianças estratégicas por meio da internacionalização da educação: forma de desenvolver uma cooperação mais estreita bilateral ou regionalmente para obter uma vantagem competitiva.
Abordagem comercial
• Ênfase, na última década, nas oportunidades econômicas e de geração de renda associadas à oferta de educação além-fronteiras. • Novos acordos de franquia, campi estrangeiros ou satélites, entrega online e aumento do recrutamento de alunos pagantes • Educação: um dos 12 setores de serviços no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços. • A importação e exportação de programas de educação e treinamento e serviços de educação é uma área comercial potencialmente lucrativa. • Maior interesse dos países no potencial de exportação de educação para benefício econômico. • Desenvolvimento de novos acordos comerciais internacionais e regionais, novas regulamentações para diminuir as barreiras ao comércio e tentativa de aumentar o comércio internacional transfronteiriço na educação.
Construção da nação
• Países interessados na importação de programas e instituições educacionais para fins de construção da nação. • Cidadãos instruídos, treinados e bem informados e uma força de trabalho capaz de pesquisar e gerar novos conhecimentos são componentes-chave da agenda de construção nacional de um país. • Muitos países carecem de infraestrutura física/humana e de recursos financeiros para oferecer oportunidades de educação superior aos seus cidadãos.
Desenvolvimento social e cultural
• Promoção da compreensão intercultural e da identidade cultural nacional • Necessidade de reflexão: será que os fatores sociais e culturais para a internacionalização possuem a mesma importância os econômicos e políticos?

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Knight (2004, p. 22-25).

Knight (2004) indica a existência de relações entre os fatores que mobilizam a internacionalização em nível nacional e aqueles em nível institucional. Contudo, tal

relação está vinculada ao processo de internacionalização que se estabelece, isto é, se “é um processo de baixo para cima ou de cima para baixo em um determinado país” (KNIGHT, 2004, p. 26). Diante disso,

> onde a internacionalização não tem muito destaque em nível nacional, o que ainda é muito o caso em muitas regiões do mundo, os fundamentos de nível institucional têm maior importância e também podem diferir mais de uma instituição para outra (KNIGHT, 2004, p. 26).

Conforme a autora, os fatores de nível institucional “variam de missão, população estudantil, perfil do corpo docente, localização geográfica, fontes de financiamento, nível de recursos e orientação para interesses locais, nacionais e internacionais” (KNIGHT, 2004, p. 26).

O Quadro 9 apresenta os fatores que mobilizam a internacionalização em nível institucional.

Quadro 9 – Fatores que mobilizam a internacionalização, em nível nacional, segundo Knight

FATORES
Perfil e reputação internacional
• Destaque dado à importância de atingir os padrões acadêmicos internacionais • Esforço geral para alcançar uma sólida reputação mundial como uma instituição internacional de alta qualidade. • Busca pelo reconhecimento internacional do nome na tentativa de atrair os mais brilhantes acadêmicos/alunos, um número substancial de estudantes internacionais, projetos de pesquisa e treinamento de alto nível. • Mudança perceptível de uma ênfase em uma experiência acadêmica de alta qualidade para alunos/professores para uma em que altos padrões acadêmicos são fundamentais para fins de marca para competir nacional e internacionalmente.
Desenvolvimento de alunos e funcionários
• Ênfase na internacionalização como um meio de aumentar a compreensão e as habilidades internacionais e interculturais para alunos e funcionários. • Número crescente de conflitos nacionais, regionais, internacionais e culturais requer a compreensão de questões globais e das relações internacionais/interculturais. • A mobilidade do mercado de trabalho e o aumento da diversidade cultural requer compreensão e habilidades para trabalhar e viver em um ambiente culturalmente diverso ou diferente. • Ênfase na responsabilidade e na educação baseada em resultados requer a identificação das competências dos alunos e funcionários desenvolvidas por meio de iniciativas de internacionalização. • As tecnologias de informação e comunicação, especialmente a Internet.
Geração de renda
• Desenvolvimento econômico: instituições buscam atividades de internacionalização como forma de gerar fontes alternativas de renda.
Alianças estratégicas
• Aumento do número de acordos educacionais bilaterais ou multilaterais

• Estágios iniciais da internacionalização: estabelecimento de vínculos institucionais internacionais (que por vezes se tornam inativos) para mobilidade acadêmica, benchmarking, currículo conjunto ou desenvolvimento de programas, seminários e conferências e iniciativas conjuntas de pesquisa. • Amadurecimento institucional em relação à internacionalização: alianças estratégicas com objetivos claros e resultados articulados; o desenvolvimento de redes, sendo estas mais difíceis de administrar do que os acordos bilaterais devido à complexidade de trabalhar com tantos sistemas de educação e culturas diferentes. • Meio para alcançar objetivos acadêmicos, científicos, econômicos, tecnológicos ou culturais.
Pesquisa e produção de conhecimento
• Crescente interdependência entre as nações. • Questões e desafios globais que não podem ser enfrentados apenas em nível nacional. • Colaboração internacional e interdisciplinar é a chave para resolver muitos problemas globais. • Instituições e os governos nacionais: dimensão internacional da pesquisa e da produção de conhecimento a razão principal para a internacionalização.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Knight (2004, p. 26-28).

3.2.4 Níveis e estratégias de internacionalização

De acordo com Knight (2004, p. 11), “É cada vez mais claro que a internacionalização deve ser entendida tanto a nível nacional /setorial como a nível institucional”[20]. Diante disso, Knight (2004, p.11) salienta “a necessidade de reconhecer a relação e integridade entre eles”, sendo que

> O nível institucional é relativamente claro. O nível nacional é mais complicado, pois pode incluir diferentes governos ou ONGs que atuam na internacionalização do ensino superior. Do lado do governo, isso pode incluir departamentos de educação, relações exteriores, ciências e tecnologia, cultura, emprego e imigração - todos os quais têm um interesse primário ou periférico na dimensão internacional do ensino superior. No entanto, em muitos casos, a internacionalização do ensino superior é apenas na agenda dos departamentos e organizações relacionadas com a educação. Nesses casos, o setor de educação é o ator principal e, portanto, o termo nível do setor é incluído para complementar ou significar o nível nacional (KNIGHT, 2004, p. 8, tradução nossa)[21].

Ao abordar a internacionalização com foco no processo institucional, Gacel-Ávila (2000, p. 122) toma como referência “as funções das IES”, destacando que

---

[20] “It is increasingly clear that internationalization needs to be understood both at the national/sector level and at the institutional level” [...] “the need to acknowledge the relationship and integrity between them” (KNIGHT, 2004, p. 11).

[21] “The institutional level is relatively clear. The national level is more complicated as it can include different governmental or NGOs that are active in the internationalization of higher education. On the government side, this can include departments of education, foreign affairs, Science and technology, culture, employment, and immigration—all of which have a primary or peripheral interest in the international dimension of higher education. However, in many instances, the internationalization of higher education is only on the agenda of the education-related departments and organizations. In these cases, the education sector is the key actor, and therefore, the term sector level is included to complement or signify the national level” (KNIGHT, 2004, p. 8).

> La palabra "intercultural" ha sido agregada para subrayar el hecho que la internacionalización no se refiere únicamente a países o naciones, sino que también debe incluir a los diferentes grupos culturales y étnicos representados al interior de un país (grifo da autora).

Diante do exposto pela referida autora, podemos perceber que a internacionalização das IES deveria iniciar dentro do próprio país, contemplando as diferentes culturas e etnias existentes em seu território. Conforme a autora:

> Esta definición describe a la internacionalización como un proceso dinámico y central en la misión de la institución y no como el producto de una serie de actividades aisladas y marginales a las políticas de desarrollo institucional. Aquellas actividades internacionales promovidas únicamente por el interés individual, que se concreta em la experiencia y movilidad de personas -académico o estudiante-, deben dejar paso a acciones centradas en el interés institucional. El término integración significa que la dimensión internacional sea parte central de los programas, políticas y procedimientos institucionales, garantizando así su viabilidad y sustentabilidad (GACEL-ÁVILA, 2000, p. 122).

Desse ponto de vista, a internacionalização não se reduz a ações pontuais, mas deve permear os processos e práticas de todas as instâncias institucionais, havendo uma articulação entre ensino, pesquisa, extensão e gestão. Em relação à essa perspectiva, Gacel-Ávila (2017, p. 13) assevera que:

> La consideración de la internacionalización como un fenómeno compreensivo hace evidente la necesidad de conceptualizar y aplicarla como un proceso en el que se involucra toda la comunidad universitaria. Los diferentes departamentos se ven como subsistemas del sistema organizacional universitario, resultando medulares para el cumplimiento de la misión internacional de la institución. En esta lógica, para que la internacionalización llegue a ser una función comprehensiva y una realidad institucional, todas las dependencias académicas deben estar convencidas de su necesidad y beneficios. Esta faceta de la definición destaca la relevancia de la internacionalización para todos los campos académicos, así como la participación activa de los miembros de la organización en su puesta en marcha. Este carácter comprehensivo requiere la interacción de todas las entidades administrativas y académicas, así como la necesidad de establecer planes estratégicos de internacionalización en todas las dependencias.

A partir das definições apresentadas, compreendemos que a internacionalização, no nível institucional, remete a questões relativas às políticas institucionais, aos investimentos, à cultura, à organização, ao planejamento, à gestão, aos modos de efetivação e a avaliação das políticas e processos de internacionalização nesse nível. Igualmente, contempla a organização, o planejamento, a gestão, os modos de efetivação e a avaliação das ações e

experiências educativas com vistas a implementação da internacionalização no âmbito acadêmico. Diante disso, os benefícios da internacionalização, direcionam-se para a IES em sua totalidade, conforme apresentamos na Figura 4.

Figura 4 – Benefícios da Internacionalização.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Gacel-Ávila (2017, p.21-24).

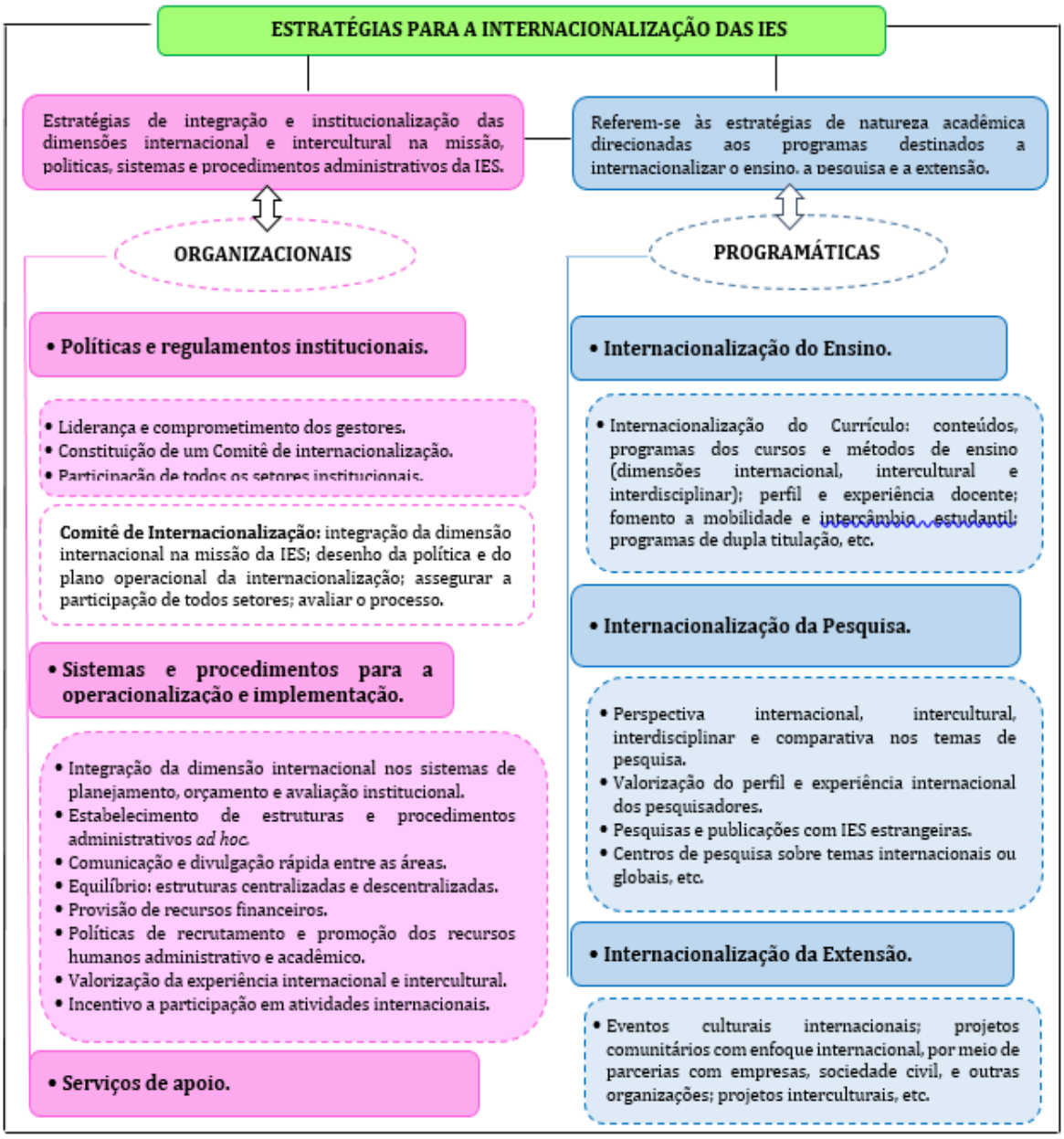
Para que tais benefícios se efetivem, é necessário que as IES possuam um plano institucional contendo, dentre outros elementos, estratégias a serem desenvolvidas. Nesse sentido, Gacel-Ávila e Rodríguez (2018, p. 13-14) explicam que:

> El contexto global actual demanda que las estrategias respecto de la internacionalización de la educación terciaria sean sistémicas y transversales a todas las políticas públicas e institucionales, esto con la finalidad de impactar una diversidad de áreas académicas como la actualización de los contenidos y estructuras curriculares, el fomento de competencias

> internacionales e interculturales en los estudiantes, la generación de conocimiento con una perspectiva global y la promoción del entendí miento intercultural, entre otras. Entendida de esta forma, la internacionalización se convierte en un medio estratégico para innovar y mejorar la calidad y la pertinencia del sector de educación terciaria.

Gacel-Ávila (2000) apresenta um conjunto de elementos a serem considerados, em termos de estratégias para a Internacionalização das Instituições de Ensino Superior. A Figura 5 apresenta uma síntese desses elementos.

Figura 5 – Estratégias para a Internacionalização das Instituições de Ensino Superior



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Gacel-Ávila (2000, p. 135-127).

De acordo com o apresentado na Figura 5, Gacel-Ávila (2000) indica dois grupos de estratégias: as organizacionais e as programáticas. As estratégias organizacionais se referem e contemplam as dimensões relativas à missão, às políticas, aos sistemas e aos procedimentos necessários à implementação da internacionalização no âmbito institucional. Já as estratégias programáticas dizem respeito ao conjunto de ações a serem postas em curso, no âmbito acadêmico, com vistas à internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão.

3.2.5 Internacionalização do currículo e a internacionalização em casa

A Internacionalização do Currículo, enquanto foco de estudos, é recente no Brasil (MOROSINI, 2011; STALLIVIERI, 2016). No âmbito internacional, uma das autoras que tem se debruçado sobre tal tema é Leask (2015). De acordo com Leask (2009, p. 209):

> A internacionalização do currículo é a incorporação de dimensões interculturais e/ou globais no conteúdo do currículo bem como os resultados de aprendizagem, tarefas de avaliação, métodos de ensino e serviços de apoio a um programa de estudos (tradução nossa)[22].

A autora destaca a necessidade de haver uma distinção entre "o processo de internacionalização do currículo e seu produto, um currículo internacionalizado" (LEASK, 2015, p. 9-10, tradução nossa)[23]. No seu entender, isso "[...] ajuda a distinguir entre os meios e os fins, uma fonte duradoura de confusão evidenciada por, por exemplo, declarações que afirmam que os programas de mobilidade são evidências de internacionalização do currículo" (LEASK, 2015, p. 10, tradução nossa).

A autora continua explicando que "Os programas de mobilidade são um meio pelo qual os alunos podem desenvolver as perspectivas internacionais e interculturais desejadas". (Ibidem, tradução nossa)[24]. Já o currículo internacionalizado

> [...] irá envolver os alunos com pesquisas informadas internacionalmente e diversidade cultural e linguística e, propositalmente, desenvolver suas

---

[22] "Internationalization of the curriculum is the incorporation of international, intercultural, and/or global dimensions into the content of the curriculum as well as the learning outcomes, assessment tasks, teaching methods, and support services of a program of study" (LEASK, 2009, p. 209).

[23] "[...] the process of internationalization of the curriculum and its product, an internationalized curriculum" (LEASK, 215, p. 9-10).

[24] "Um currículo internacionalizado irá envolver os alunos com pesquisas informadas internacionalmente e diversidade cultural e linguística e propositalmente desenvolver suas perspectivas internacionais e interculturais como profissionais e cidadãos globais" (LEASK, 215, p. 10).

> perspectivas internacionais e interculturais como profissionais e cidadãos globais (LEASK, 2015, p. 10, tradução nossa)[25].

De Wit e Hunter (2015) destacam que no Reino Unido e na Austrália,

> [...] que concentraram esses últimos 40 anos em recrutamento de estudantes internacionais para gerar renda, mais atenção está sendo dada à mobilidade de crédito de curto prazo, internacionalização do currículo e resultados de aprendizagem. Esses países também são a fonte de muitas das pesquisas atuais sobre a internacionalização do currículo e sobre a cidadania global [...] (DE WIT; HUNTER, 2015, p. 49, tradução nossa)[26].

Morosini (2018, p. 127) enfatiza a tendência da "internacionalização da educação superior, via currículo", indicando "a complexidade do conceito de IoC e a necessidade de reflexão sobre os paradigmas que o sustentam. A concepção de IoC não está clara, da mesma forma que a concepção de internacionalização da educação superior também não. No entender da autora,

> A IoC implica, da mesma forma, na mobilidade, mas tem um caráter mais abrangente e pode proporcionar aos estudantes não mobilidade uma experiência similar à daqueles que tiveram a oportunidade de uma vivência acadêmica no exterior. Outro ponto a considerar quando da análise da bibliografia é o foco da IoC. Ela pode estar dirigida à formação disciplinar e profissional com atendimento a aspectos profissionais, propriamente ditos, emocionais, sociais e interculturais; e também, pode ter um caráter mais amplo de formação para a cidadania global. [...] os estudos em países desenvolvidos buscam um aprofundamento na IoC com formação e competitividade em um mundo globalizado e os países emergentes, com um grande gap entre as classes sociais, batalham por implantar/consolidar um desenvolvimento curricular para esse mundo globalizado, além de princípios de atendimento a diversidade (MOROSINI, 2018, p. 127).

Os currículos internacionalizados são aqueles "com foco voltados ao mercado externo, preferencialmente na área do conhecimento da administração e de negócios, exigindo o domínio da língua inglesa e de conhecimentos gerais internacionais" (MOROSINI 2006b, p. 106). Portanto, a Internacionalização do Currículo (IoC) "pode incluir tanto atividades locais quanto mobilidade docente e Estudantil [...] está focado

---

[25] "An internationalized curriculum will engage students with internationally informed research and cultural and linguistic diversity and purposefully develop their international and intercultural perspectives as global professionals and citizens" (LEASK, 2015, p. 10).

[26] "[…] qui se sont concentrés ces 40 dernières années sur le recrutement international d'étudiants pour générer des revenus, on accorde aujourd'hui une plus grande attention à la mobilité à court terme des crédits, à l'internationalisation du curriculum et aux résultats des apprentissages. Ces pays sont d'ailleurs la source d'une grande partie des recherches actuelles sur l'internationalisation du curriculum et sur la citoyenneté mondiale […]" (DE WIT; HUNTER, 2015).

na função ensino e é orientado pelos organismos multilaterais e outras fontes influenciadas pelos organismos internacionais (OIs)" (MOROSINI, 2018, p. 117).

Ainda, segundo a autora:

> No processo de internacionalização do currículo, vem ocupando espaço uma concepção, de caráter mais amplo, que se afasta da formação para atendimento ao mercado globalizado e postula a construção de uma formação mais igualitária e solidária – a cidadania global (MOROSINI, 2018, p. 126).

Em relação ao objetivo da "internacionalização interna ou em casa", Maués e Bastos (2017, p. 337) indicam o de "preparar os estudantes para uma carreira internacional, para se tornarem cidadãos do mundo", por meio "da integração de conteúdos internacionais no próprio currículo, além de promover programas conjuntos com universidades no exterior e desenvolvendo cursos em inglês". Além disso, contempla a recepção de "professores e estudantes estrangeiros nas próprias instituições de ensino nacionais" (MAUÉS; BASTOS, 2017, p. 337). Para as autoras, "No Brasil, ainda há poucos estudos que buscam analisar até que ponto as estratégias e ações em curso estão dentro dessa classificação" (MAUÉS; BASTOS, 2017, p. 337).

De acordo com Stallivieri (2016, p. 161), em decorrência da globalização, os estudantes deverão desenvolver "competências globais para atuação em mercados multiculturais passa a ser fortemente valorizado e requer fundamental atenção para a formação de cidadãos globais". O comprometimento com os direitos humanos e o meio ambiente; as relações interpessoais; a comunicação com pessoas de diferentes etnias e a capacidade de se adaptar a qualquer contexto são atributos a serem desenvolvidos no decorrer da trajetória formativa dos acadêmicos. Nessa perspectiva, Stallivieri (2016, p. 162) ressalta que

> [...] a possibilidade de internacionalização curricular como um rompimento de paradigma é um forte estímulo para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e requer um esforço também, para o rompimento de padrões pré-estabelecidos pelas universidades. Pensar sobre os contornos de um ambiente educacional internacionalizado, com a presença de estudantes de várias nacionalidades, com diferentes backgrounds, falando diferentes línguas e com hábitos, crenças e valores diferentes certamente coloca o professor- educador na posição de vigília permanente, pois tem em suas mãos um dos mais profícuos e estimulantes laboratórios ou observatórios educacionais.

Nesse sentido, a aprendizagem global contempla “o desenvolvimento de habilidades que tratarão de questões de ordem local, regional, nacional e global” (STALLIVIERI, 2016, p. 162), no próprio contexto institucional, ou seja, “em casa”.

Wächter (2003) assevera que o conceito Internacionalização em Casa (IaC) não é novo, mas sim “uma redescoberta. Isso não diminui em nada sua importância. Pelo contrário, o que conta é que a descoberta original não conseguiu implantar o conceito no público consciência, e que IaH de Bengt Nilsson fez”. (tradução nossa).

Segundo Wächter (2003), quando Bengt Nilsson exercia o cargo de diretor do Gabinete Internacional de Relações da Universidade de Lund, a internacionalização ocorria por meio da mobilidade acadêmica, especialmente via Programa Erasmus. Contudo, esta modalidade atingia um número reduzido de estudantes. O autor explica que, após sair da Universidade de Lund, Bengt Nilsson assumiu a função de vice-presidente de assuntos internacionais da recém constituída Universidade em Malmö (Suécia), nos anos 90. Wächter (2003, p. 5) explica que Bengt Nilsson tomou a decisão de

> [...] “internacionalizar” a educação daquela grande maioria de alunos do ensino superior que nunca sairiam do seu país de origem. [...] a nova universidade em Malmö deveria atender a uma população-alvo regional, entre outras coisas. E a região de Malmö tem uma taxa de imigrantes de cerca de um terço. Uma parte considerável da população estudantil esperada teria, portanto, raízes culturais muito diferentes daqueles do estudante sueco tradicional. Como consequência, estudos interculturais e comunicação intercultural teriam que desempenhar um papel forte[27] (grifo do autor, tradução nossa).

Dessa forma, segundo o autor, no breve relato que fez sobre a inciativa de Bengt Nilsson, encontram-se “os dois pilares sobre os quais o conceito de IaH se apoiou desde o início: uma compreensão da internacionalização que foi além da mobilidade e uma forte ênfase no ensino e aprendizagem em um ambiente culturalmente diverso[28] (WÄCHTER, 2003, p. 5-6, tradução nossa).

---

[27] “internationalise” the education of that vast majority of higher education students who would never leave their home country. Second, the new university in Malmö was to cater to a regional target population, amongst other things. And the Malmö region has an immigrant rate of about one third. A sizeable part of the expected student population would therefore have cultural roots very different from those of the traditional Swedish student. As a consequence, intercultural studies and intercultural communication would have to play a strong role”.

[28] “[…] the two pillars on which the concept of IaH rested from the beginning: an understanding of internationalisation that went beyond mobility and a strong emphasis on the teaching and learning in a culturally diverse setting” (WÄCHTER, 2003, p. 5-6).

Para explicar porque a perspectiva de IaH proposta por Nilsson teve êxito, Wächter (2003) menciona que “A internacionalização - na Europa, pelo menos - foi um fenômeno marginal em maioria dos países até meados da década de 1980”. (WÄCHTER, 2003, p. 6). Wächter (2003) descreve as fases do processo de internacionlizaçao na Europa, cuja síntese apresentamos no Quadro 10.

Quadro 10 – Fases da internacionalização na Europa, segundo Wächter

FASE	ASPECTOS
1	• Níveis de atividade na internacionalização (ou cooperação internacional, como era chamada na época) baixas. • Internacionalização era em grande parte idêntica à mobilidade das pessoas, em outras palavras, de alunos e estudiosos. • Base individual, sem envolvimento estrutural das instituições de ensino superior.
2	• Década de 1980 a meados de 1990: mobilidade organizada; redes internacionais.
3	• Origem da Fase 3: iniciada em 1995. • Mobilidade: preocupação central, mas não era mais o principal e o fim de todo o projeto de internacionalização. • Novo foco: internacionalização curricular, na forma de assuntos internacionais e abordagens comparativas, bem como institucionalização da internacionalização. • Paradigma da mudança: novo Programa Erasmus. • Internacionalização curricular: contida nas chamadas medidas de Desenvolvimento Curricular. • Abordagem e contrato institucional e contrato Institucional: mudar a responsabilidade pela cooperação (desde voluntários individuais na base acadêmica até a liderança de instituições de ensino superior. Desenvolvimento de políticas (um conjunto de objetivos) e estratégias (um plano de implementação); tentativa de superação da ação aleatória.
	• Última fase: final do milênio em Bolonha, Itália, onde os ministros da educação de quase 30 países europeus subscreveram uma reforma ao nível do sistema de várias estruturas características do ensino superior, sobretudo da arquitetura dos diplomas. • Mercado mundial emergente de ensino superior, competição e globalização em geral. • A internacionalização passa do nível da pessoa individual (Fase 1), para o de unidades acadêmicas (Fase 2), ao nível institucional (Fase 3), e finalmente ao nível do sistema (4).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em (2003, p. 6-7).

Wächter (2003, p. 7) indica que a IaH “pertence à fase 3, caracterizada pela tentativa de ir além da mobilidade para a internacionalização do currículo, e para a institucionalização de instituições de ensino superior”[29]. (tradução nossa). Contudo, no entender no autor, a IaH em sua proposta inicial não avançou porque

> A reforma de Erasmus falhou. O Contrato Institucional acabou por ser uma reforma da logística de entrega do programa, em vez do final do programa em si. As instituições de ensino superior não gostaram da mudança para o núcleo institucional e lamentaram o fim das redes de programas. A reorientação curricular, a segunda parte da reforma, nunca realmente decolou

[29] “It belongs in Phase 3, characterised by the attempt to move beyond mobility and into curricular internationalisation, and into institutionalisation of higher education institutions” (WÄCHTER, 2003, p. 7).

> devido a severas limitações de financiamento [...]. A primeira tentativa de IaH foi natimorta. Uma segunda tentativa tornou-se necessária. Bengt Nilsson assumiu, com sucesso[30] (WÄCHTER, 2003, p. 7-8).

Wächter (2003, p. 6) relata também que Bengt Nilsson começou a partilhar sua ideia, sendo ela bem recebida:

> A história de sucesso começou no final de 1999, em uma conferência da European Association for International Education (EAIE) em Maastricht, onde sua proposta de criar um especial grupo de interesse dedicado a IaH encontrou uma ressonância avassaladora (WÄCHTER, 2003, p. 6, tradução nossa).

Ainda, segundo o autor, foi constituído um grupo, liderado por Bengt Nilsson, sendo o próprio Wächter um dos integrantes desse grupo (WÄCHTER, 2003).

De acordo com Wächter (2003, p. 10) o conceito de IaH, “se desenvolveu a partir de dois pilares: um conceito maduro de internacionalização e adaptação dos estudos interculturais ao ensino superior”[31]. (tradução nossa). Por fim, o autor chama a atenção para dois problemas relacionados com conceito de IaH:

> O primeiro diz respeito às tecnologias de informação e comunicação (TIC) em geral e às ciberuniversidades em particular. Continuo tendo um problema básico em conciliar os conceitos de uma universidade virtual totalmente desenvolvida com a de "casa". [...] Mas não consigo ver um lar no ciberespaço. Também não posso concordar com o raciocínio de que a ciberuniversidade é, por definição, internacional. A educação internacional, particularmente em IaH, precisa aparecer no conteúdo da educação. A segunda preocupação é que nas atuais discussões de IaH, o elemento de língua estrangeira está ausente. Uma educação internacionalizada deve permitir que os graduados se comuniquem através das fronteiras. Se não puderem, a internacionalização não acontecerá. Portanto, um componente de idioma estrangeiro precisa ser integrado ao IaH. [...] O que é necessário é uma integração da aquisição de duas línguas estrangeiras, como uma ferramenta de comunicação, na educação de todos os alunos do ensino superior[32] (WÄCHTER, 2003, p. 10, grifo do autor, tradução nossa).

---

[30] “Erasmus reform failed. The Institutional Contract in the end turned out to be a reform of programme delivery logistics rather than of the finalité of the programme itself. The higher education institutions disliked the shift to the institutional core, and they mourned the end of the programme networks. The curricular reorientation, the second part of the reform, never really took off due to severe funding limitations [...]. The first attempt at IaH was stillborn. A second attempt became necessary. Bengt Nilsson undertook it, successfully.

[31] “has developed from two pillars: a mature concept of internationalisation and an adaptation of intercultural studies to higher education” (WÄCHTER, 2003, p. 10).

[32] “The first one concerns information and communication technologies (ICT) in general, and cyber universities in particular. I continue to have a basic problem in reconciling the concepts of a fully fledged virtual university with that of “home”. […] But I cannot see a home in cyberspace. Nor can I, for that matter, agree to the reasoning that the cyber university is by definition international. International education, particularly in IaH, needs to show in the content of education. The second concern is that in the present IaH discussions, the foreignlanguage element is lacking. An internationalised education

Knight (2004, p. 16) indica que as estratégias de internacionalização, gradativamente, estão se orientando para dois fluxos diferentes, sendo que “um fluxo inclui atividades de internacionalização que ocorrem no campus de origem e o outro fluxo se relaciona com as atividades que acontecem no exterior ou, em outras palavras, além das fronteiras”[33].

A autora explica que o termo internacionalização em casa foi proposto para se referir às ações desenvolvidas, na própria instituição, contemplando as dimensões interculturais e internacional. No seu entender, o conceito aparece num contexto em que há um acento “na mobilidade estudantil expressa em novos programas de mobilidade nacionais e regionais e também o crescente interesse pela educação transfronteiriça” (KNIGHT, 2004, p. 17, tradução nossa).

Morosini e Baranzeli (2018, p. 270), destacam que “No cenário regional latino-americano, a perspectiva da IaC ganha destaque, todavia sua conceituação é tema de debate e possui variações de acordo com o autor que a aborda”. Entretanto, segundo as autoras “Independente do modelo conceitual adotado, a implementação da IaC é imprescindível no contexto latino-americano, visto que pode promover uma integração mais solidária e abrangente” (MOROSINI; BARANZELI, 2018, p. 207). Desta forma, conforme Morosini (2018, p. 117):

> O termo IaH pode abarcar as funções universitárias, desde as tradicionais, como o ensino, a pesquisa e a extensão, como também as funções contemporâneas e complexas, com destaque à perspectiva da inovação e, especificamente, à inserção das relações universidade-empresa.

Em estudo realizado sobre o estado da arte relativo a internacionalização da Educação Superior na América Latina, De Wit, Gacel-Ávila e Knobel (2017, p. 3) constatam que “La internacionalización en casa no es una prioridad estratégica, a pesar de que su impacto en los estudiantes y profesores sería mucho más alto que el enfoque en la movilidad de una pequeña élite”.

---

should enable graduates to communicate across borders. If they cannot, internationalisation will not come off. Therefore, a foreign-language component needs to be integrated into IaH. [...] What is called for is an integration of the acquisition of two foreign languages, as a communication tool, into the education of all tertiary students”.

[33] “One stream includes internationalization activities that occur on the home campus and the other stream relates to those activities that happen abroad or, in other words, across borders” (KNIGHT, 2014, p. 16).

3.2.6 Políticas de internacionalização

Knight (2004) salienta que as políticas no nível nacional e do setor educacional interferem nas institucionais, havendo desse modo, uma inter-relação entre elas. No nível nacional e no sistema educacional são traçadas as políticas públicas. Com base em tais políticas são propostos programas, projetos e demais ações com vistas à sua implementação.

No entender de Teixeira (2002, p. 2) as políticas públicas

> [...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as "não-ações", as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Continua o autor explicando que:

> Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Teixeira (2002) aponta para a necessidade de distinção entre as políticas governamentais e as políticas públicas. As políticas, "para serem 'públicas', é preciso a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

É oportuno, também, apresentarmos as relações entre as políticas públicas sociais e as educacionais. Retomando, as políticas públicas são formuladas, implementadas e mantidas pelo Estado, sendo a proposição das mesmas decorrentes de um processo que envolve tanto o Estado quanto entidades da sociedade civil. (MOROSINI; BITTAR, 2006).

As políticas sociais também são produzidas pelo Estado e se direcionam a "ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais" (MOROSINI; BITTAR,

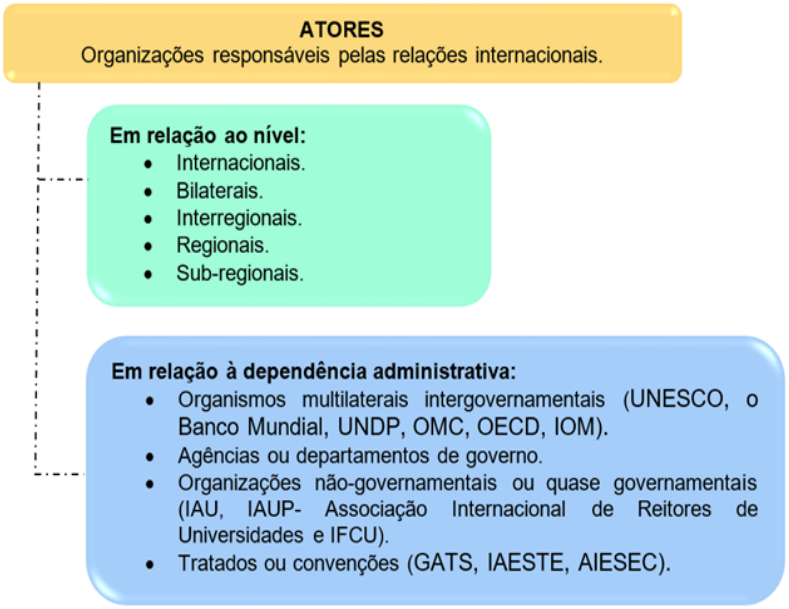
2006, p. 165). As políticas públicas educacionais, “fazem parte do conjunto de políticas públicas sociais, expressão da ação (ou não-ação) social do Estado e que têm como principal referente a máquina governamental no movimento de regulação do setor de educação” (FRANCO, 2006, p. 165-166).

Souza (2006) destaca a pluralidade de definições e modelos de políticas públicas. Contudo, independente da definição adotada, a autora elenca os seguintes elementos relativos à política pública:

> A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
> A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
> A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
> A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
> A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
> A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36).

Diante do que vimos expondo, é possível constatar que quando abordamos a questão da internacionalização e, em específico nessa seção, as políticas, existem vários atores a serem considerados, conforme ilustramos por meio da Figura 6.

Figura 6 – Internacionalização e atores, segundo Morosini



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Morosini (2006).

No nível nacional, dentre os atores governamentais, destacam-se o Ministério da Educação, por meio da CAPES, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do CNPq, e o Ministério das Relações Exteriores, com atuação demarcada por meio da ABC e da Divisão de Temas Educacionais (MOROSINI, 2006). Dessa forma, as decisões tomadas neste nível afetam e interferem no nível institucional, conforme assevera Knight (2004, p. 13):

> No nível nacional/setorial, todas as políticas que afetam ou são afetadas por uma dimensão internacional da educação estão incluídas. Isso pode envolver políticas relacionadas a relações exteriores, assistência ao desenvolvimento, comércio, imigração, emprego, ciência e tecnologia, cultura e patrimônio, educação, desenvolvimento social, indústria e comércio e outros. No nível do setor ou sistema educacional, estão incluídas todas as políticas relacionadas ao objetivo, licenciamento, credenciamento, financiamento, currículo, ensino, pesquisa e regulamentação do ensino superior (tradução nossa).

No âmbito nacional, especialmente a partir da década de 90, no Brasil, foram implementadas ações direcionadas à internacionalização, visando à inserção nesse movimento mundial. Laus e Morosini (2005, p. 126) destacam: “como principais agentes que participam do processo de internacionalização da educação no Brasil [...] o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Relações Exteriores” (LAUS; MOROSINI, 2005, p. 122).

As autoras explicam o papel de cada um desses agentes:

> O Ministério da Educação (MEC) atua como um dos principais atores do processo de internacionalização e como principal agente regulador desse processo, visto esse Ministério que define as metas da educação, os direitos à educação, o dever de educar, a organização da educação, os níveis e modalidades de educação, entre outros aspectos. Órgãos importantes do MEC nesse processo são a CAPES, o INEP e a Secretaria de Educação Superior. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) é responsável por coordenar todo um sistema nacional no campo da ciência, tecnologia e inovação, tendo o CNPq como sua principal agência. Esse ministério atua principalmente em duas frentes: financiamento para pesquisa e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. O MCTI desenvolve ainda projetos conjuntos com outros ministérios, como: Agricultura e Pecuária; Saúde; Meio Ambiente; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) atua em três principais áreas: cooperação técnica recebida; cooperação entre países em desenvolvimento; e cooperação técnica e científica. Sua Divisão de Assuntos Educacionais atua em três áreas de cooperação: cooperação oferecida a estudantes estrangeiros no Brasil; cooperação recebida para educação de Brasileiros no exterior; e apoio e discussão de assuntos educacionais na agenda internacional (LAUS, MOROSINI, 2005, p. 122).

Dentre algumas das iniciativas direcionadas à Internacionalização da Educação Superior, destacamos a criação da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e programas de mobilidade acadêmica, destacando-se dentre estes, o Programa Ciência sem Fronteira (CsF).

O Programa Ciência sem Fronteira (CsF), fomentado enquanto uma política intersetorial (Ministério de Relações Exteriores, Ministério de Ciências e Tecnologias, Inovação e Comunicação e pelo Ministério da Educação) e executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representou um marco em termos de concessão de bolsas direcionadas a internacionalização.

De acordo com o Decreto nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011), em seu artigo 1º, o Programa possui como objetivo

> [...] propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Em relação aos demais objetivos do CsF são apresentados:

> I - promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;
> II - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;
> III - criar oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional;
> IV - promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente;
> V - promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;
> VI - contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros;
> VII - propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil;

> VIII - contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras; e
> IX - estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação (BRASIL, 2011, artigo 2º).

Para efetivação de tais objetivos, a CAPES e o CNPq, enquanto executores de tal Programa, são os responsáveis pela concessão de bolsas de estudos em instituições de excelência no exterior (graduação-sanduíche; educação profissional e tecnológica; doutorado-sanduíche; doutorado pleno; pós-doutorado) e no país (para pesquisadores visitantes estrangeiros; e para jovens talentos) (BRASIL, 2011, artigo 8º). A meta estabelecida, a ser atingida até o ano de 2015, era de 101 mil bolsas. Contudo, o último edital para o referido Programa foi em 2014. A partir de uma análise realizada pelo MEC, em 2016, houve um redirecionamento do CsF, passando, a partir de 2017, a contemplar somente a pós-graduação *stricto sensu.*

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) estabelece um conjunto de metas a serem cumpridas no espaço temporal entre os anos de 2014 a 2024, sendo uma de suas diretrizes a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2014a, art. 2º, inciso IV). As metas relativas ao Ensino Superior são apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 – Metas do Plano Nacional de Educação referentes ao Ensino Superior

META	DESCRIÇÃO
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Fonte: Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base (BRASIL; INEP, 2015).

Dentre as estratégias previstas para a efetivação do proposto na meta 12, consta a consolidação e a ampliação de “programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior”. (BRASIL, MEC, SASE, 2014b, p. 41-42). Podemos perceber na referida estratégia a indicação de ações de internacionalização como um dos meios para o enriquecimento da formação dos estudantes. Com relação à meta 14, as estratégias propostas são:

> [...] expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento (Estratégia 14.1); estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as agências estaduais de fomento à pesquisa (Estratégia 14.2); ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campus novos, abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas (Estratégia 14.6); consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (Estratégia 14.9); e promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão (Estratégia 14.10) (BRASIL, MEC, SASE, 2014b, p. 46).

Ao refletirmos sobre os rumos tomados pelo CsF e o previsto pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), constatamos uma contradição. Ou seja, por um lado, o PNE (2014-2024) enquanto um dispositivo normativo e estratégico, apresenta prioridades e estratégias sugerindo a ampliação de programas “programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional” (BRASIL, 2014b, p. 42). Por outro, no mesmo espaço temporal de sua vigência, há uma descontinuidade, em termos de política pública, restringindo o CsF a pós-graduação *stricto sensu.* Não é nossa intenção travar um debate sobre os encaminhamentos relativos ao CsF, mas nos parece que esse é um exemplo para reafirmar a necessidade de uma discussão mais ampla acerca das políticas de internacionalização em nosso país. Nesse sentido, corroboramos a posição de Miranda e Stallivieri (2017, p. 610) alertam que:

> A ausência de um documento geral, de âmbito nacional, que oriente a formulação e a execução de políticas nacionais e regionais para a internacionalização da educação superior dificulta os avanços na área, o que interfere, também, na sua conceitualização para um país com as características econômicas, geográficas, linguísticas do Brasil e na definição dos seus parâmetros de qualidade.

Ainda, segundo os autores supracitados:

> É urgente a necessidade de se avançar na construção de elementos norteadores da internacionalização da educação superior no marco dos instrumentos de política pública, o que exige uma revisão da própria política externa brasileira, enfatizando mais os temas educativos e científicos, assim como promovendo a abertura de oportunidades no âmbito educacional. Da mesma forma, exige-se da educação superior uma revisão das limitações estruturais que enfrenta o seu próprio sistema em matéria de internacionalização para que se possa definir fórmulas para o avanço nesse processo (MIRANDA; STALLIVIERI, p. 2017, p. 603).

No nível institucional, de acordo com Knight (2004), a compreensão acerca das políticas pode ser restrita ou ampla. No caso restrito, as políticas dizem respeito às "declarações e diretivas que se referem a prioridades e planos relacionados à dimensão internacional da missão, propósito, valores e funções da instituição", bem como podem incluir "políticas sobre estudo no exterior, recrutamento de estudantes, vínculos e parcerias internacionais", dentre outros. (KNIGHT, 2004, p. 16). Numa compreensão ampla, as políticas institucionais:

> [...] incluiria aquelas declarações, diretrizes ou documentos de planejamento que tratam das implicações para ou da internacionalização. Se a instituição adotou uma abordagem integrativa e sustentável para a internacionalização, uma ampla gama de declarações de políticas e procedimentos estaria envolvida, desde garantia de qualidade, planejamento, finanças, pessoal, desenvolvimento do corpo docente, admissão, pesquisa, currículo, apoio ao aluno, contrato e trabalho de projeto, e assim por diante[34]. (KNIGHT, 2004, p. 16, tradução nossa).

Apesar da importância da existência de políticas institucionais específicas para a internacionalização, Miranda e Stallivieri (2017, p. 607), asseveram que:

> Poucas IES têm desenvolvido uma política de internacionalização que envolva diferentes atores com o relacionado às suas funções substantivas desde sua formulação até a sua execução. Esse fato coloca ainda mais em relevo a necessidade da construção de uma política conjunta, em nível nacional, que possa assessorar, orientar, estimular e capacitar às IES brasileiras em busca de um efetivo processo de internacionalização com vistas à qualidade educacional e respeitando as diferentes vocações institucionais e as diferenças regionais.

Lima e Contel (2008) indicam quatro períodos da internacionalização das IES:

> a) o período entre 1930 e 1950: políticas públicas com ações operacionalizadas por agências governamentais relativas ao fortalecimento das universidades públicas e à qualificação do corpo docente, enfatizando-se a cooperação acadêmica internacional por meio dos professores visitantes;
> b) o período entre 1960 e 1970: continuidade das políticas públicas com o intuito de fortalecer a Educação Superior e impulsionar sua modernização por meio da formação de pesquisadores e demais profissionais, tendo-se presente também as demandas do desenvolvimento industrial do país. Priorizam-se a presença de consultores norte-americanos e a concessão de bolsas de estudos no exterior para cursos de pós-graduação *stricto sensu*;

---

[34] "[...] include those statements, directives, or planning documents that address implications for or from internationalization. If the institution has taken an integrative and sustainable approach to internationalization, then a very broad range of policy and procedure statements would be implicated ranging from quality assurance, planning, finances, staffing, faculty development, admission, research, curriculum, student support, contract and project work, and so forth" (KNIGHT, 2004, p. 16).

> c) o período entre 1980 e 1990: investimentos no desenvolvimento científico e ampliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* nas universidades públicas e continuidade nos programas de cooperação acadêmica, enfatizando-se a formação e a difusão do conhecimento; e,
> d) o período desde o ano 2000: ampliação dos programas de cooperação acadêmica, contemplando-se a constituição de grupos de pesquisas, concessão de bolsas no exterior em áreas estratégicas, incentivo à mobilidade acadêmica, dentre outros.

Podemos perceber que as ações acerca da internacionalização, nos períodos descritos pelos referidos autores, tiveram seu direcionamento especialmente para a pós-graduação *stricto sensu*, enfatizando a dimensão da pesquisa. A exemplo do que expomos sobre o CsF, parece que as políticas de internacionalização em nosso país recolocam sua ênfase, novamente, na pós-graduação *stricto sensu*.

Diante do exposto, corroboramos a visão de Morosini (2006), quando a autora evidencia certo desequilíbrio nas políticas de internacionalização cujo foco prioritário direcionou-se para a pós-graduação e não para a IES em sua totalidade. Ainda, de acordo com Morosini (2006, p. 112):

> As características da educação estão intimamente imbricadas com o processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais. O Estado avaliativo adquire a conotação de avaliação em todos os aspectos da realidade educacional e em todos os níveis do sistema. Entretanto, é no sistema de ensino superior que se verifica o maior impacto. Isto porque a globalização considera como um dos principais valores o conhecimento e, neste, o advindo de patamares superiores, onde a busca de educação e certificação continuada se faz presente.

Se a internacionalização é uma das dimensões que contribuem para a qualidade educacional, como temos exposto, logo ela não pode ficar circunscrita ao âmbito da pós-graduação *stricto-sensu.* Ela precisa perpassar toda a Educação Superior. Ao fazer tal afirmação, temos consciência dos investimentos necessários para que isso se torne possível. Geralmente, as IES que ofertam a pós-graduação *stricto sensu* optam por direcionar os investimentos e ações para esses cursos, considerando-se que a internacionalização é condição *sine qua non* nesse contexto.

Morosini (2006b, p. 98-99):

> Por sua natureza de produção de conhecimento a universidade sempre teve como norma a internacionalização da função pesquisa. A internacionalização da Educação Superior é mais ágil e mais rápida na função acadêmica de pesquisa. Isto porque a função investigativa tem uma autonomia ligada ao pesquisador, e este busca relações internacionais para o desenvolvimento do conhecimento. Já a função ensino, principalmente o de graduação, é

> controlada pelo Estado e, no caso brasileiro, fortemente, desde o processo de autorização e reconhecimento de uma faculdade ou IES, credenciamento de cursos superiores, adequação as diretrizes curriculares dos cursos, implantação e execução do processo de avaliação institucional e o reconhecimento de títulos e diplomas realizados no exterior. O formalismo e a dependência das políticas estatais dificultam a autonomia da função ensino no contexto da internacionalização da educação superior.

Ao refletir sobre o desafio que representa a internacionalização para o conjunto total de uma IES, Lima e Contel (2008) chamam a atenção para a redução de recursos públicos nacionais e àqueles oriundos de agências internacionais e multilaterais. Conforme salientam De Wit, Gacel-Ávila e Knobel (2017, p. 3):

> A nivel nacional varios países han desarrollado recientemente estrategias internacionales, la mayoría de ellos en forma de programas de becas. A nivel continental, algunas políticas subregionales han surgido, pero en su conjunto, no hay ninguna política de internacionalización de la educación superior en AL como se puede encontrar en otras partes del mundo. Las prioridades geográficas son principalmente América del Norte y Europa. Algunas áreas de políticas específicas y reformas propuestas deberían continuarse para hacer de la región un escenario más atractivo para los estudiantes talentosos, profesores y personal universitario, así como usar mejor la limitada oferta de cooperación disponible.

Continuam os autores:

> Algunas áreas de políticas específicas y reformas propuestas deberían continuarse para hacer de la región un escenario más atractivo para los estudiantes talentosos, profesores y personal universitario, así como usar mejor la limitada oferta de cooperación disponible (DE WIT; GACEL-ÁVILA; KNOBEL, 2017, p. 4).

A Figura 7 apresenta uma síntese de aspectos a serem considerados para potencializar a internacionalização da Educação Superior, segundo a proposição de Wit, Gacel-Ávila e Knobel (2017).

Figura 7 – Aspectos a serem considerados para potencializar a internacionalização da Educação Superior, segundo De Wit, Gacel-Ávila e Knobel

Fonte: Elaborado pelo autor com base em De Wit, Gacel-Ávila e Knobel (2017, p. 3-5).

Nesse cenário, outro aspecto a considerar é o monitoramento dos processos e práticas de internacionalização. Gacel-Ávila e Rodríguez (2018b), evidenciam a escassez, e em algumas dimensões, a ausência de informações e estatísticas relativas a internacionalização da Educação Superior na América Latina e Caribe. Quando tais dados existem, geralmente contemplam ações pontuais, havendo uma lacuna de uma abordagem de forma abrangente, contemplando-se

> [...] a las diferentes estrategias organizacionales de la internacionalización como la política pública e institucional (planeación, presupuestación, evaluación, normatividad, gestión, etc.), o a las estrategias programáticas como la movilidad de académicos, la recepción de profesores invitados, la

> internacionalización del currículo, los programas de estudios e investigación en colaboración, o la cooperación internacional, por citar las principales actividades del rubro (GACEL-ÁVILA; RODRÍGUEZ, 2018b, p. 11).

No entender das autoras supracitadas, a carência de informações implica num número reduzido de estudos[35] que se direcionem para a análise dos processos de internacionacionalização nas IES (GACEL-ÁVILA; RODRÍGUEZ, 2018).

Gacel-Ávila e Rodríguez (2018a) apresentam dados de um estudo realizado com 377 instituições da região latino-americana e caribenha, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 – Distribución geografica de las instituciones participantes

PAÍS	NÚMERO DE IET	% DE IET
ARGENTINA	21	5.6
BOLÍVIA	6	1.6
BRASIL	89	23.6
CHILE	14	3.7
COLÔMBIA	59	15.6
COSTA RICA	5	1.1
CUBA	4	1.1
ECUADOR	17	4.5
EL SALVADOR	4	1.1
GUATEMALA	2	0.5
HONDURAS	1	0.3
JAMAICA	1	0.3
MÉXICO	105	27.9
NICARAGUA	4	1.1
PANAMÁ	4	1.1
PARAGUAY	3	0.8
PERÚ	17	4.5

[35] Dentre alguns estudos de referência, Gacel-Ávila e Rodríguez (2018a, p. 21) citam [...] el libro publicado por el Banco Mundial (bm) (De Wit, Jaramillo, Gacel-Ávila, y Knight, 2005), que fue pionero en el campo; las encuestas de la Asociación Internacional de Universidades (ia u, por sus siglas en inglés), que ofrecen una visión comparativa global; algunos estudios de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) que hacen evaluaciones de los sistemas nacionales, y que incluyen algunas apreciaciones sobre la internacionalización; y encuestas de las asociaciones regionales como la Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES), la Asociación Colombiana de Universidades (ASCUN) y la Asociación Brasileña de Educación Internacional (FAUBAI), por señalar algunos. Mención aparte merece la reciente *Encuesta regional sobre tendências de la internacionalización en educación terciaria en América Latina y el Caribe*, realizada por el Observatorio Regional sobre Internacionalización y Redes en Educación Terciaria (OBIRET) del Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO-IESALC). Se trata de la primera en su género y provee datos interesantes sobre el tema.

PUERTO RICO	3	0.8
REPÚBLICA DOMINICANA	9	2.4
TRINDAD Y TOBAGO	2	0.5
URUGUAY	2	0.5
VENEZUELA	5	1.3
TOTAL	377	100

Fonte: Gacel-Ávila e Rodríguez (2018a, p. 16).

O projeto foi proposto pelo Observatório Regional sobre Internacionalización y Redes en Educación Terciaria (OBIRET)[36], denominado *Encuesta regional sobre tendencias de la internacionalización en educación terciaria en América Latina y el Caribe*. De acordo com Gacel-Ávila e Rodríguez (2018a, p. 13):

> Se trata de un estúdio de gran envergadura, por su dimensión y alcance, y único en su tipo por estar centrado en las particularidades de la región, a diferencia de otros estudios realizados con un enfoque global, como la *Encuesta Global de la Asociación Internacional de Universidades* (IAU, por sus siglas en inglés), por citar solamente uno.

O objetivo do estudo, segundo as referidas autoras é:

> [...] contar con un panorama regional sobre la dimensión internacional de las instituciones de educación terciaria (IET) latinoamericanas y caribeñas, para identificar las principales tendencias, fortalezas, riesgos, obstáculos y limitaciones, en respuesta a la falta de información sistematizada y comprehensiva del proceso de internacionalización que prevalece en la región (GACEL; RODRÍGUEZ, 2018a, p. 15).

Das 89 IES brasileiras que participaram do estudo, as autoras referem que a maioria[37] delas são públicas e que “En el caso de Brasil, las instituciones con mayor

[36] “El Observatorio Regional sobre Internacionalización y Redes en Educación Terciaria (OBIRET) es un sistema de información virtual y un espacio de reflexión, estudio, debate y formación que opera bajo la coordinación del Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO-IESALC). Su objetivo general es dar a conocer y analizar en forma sistemática las características y tendencias del proceso de internacionalización de la educación terciaria en América Latina y el Caribe (ALC). El Observatorio busca ser una herramienta para la planificación, implementación y evaluación de las estrategias y los programas de internacionalización, así como para el diseño y la proyección de las políticas públicas correspondientes en la región. A través del obiret, la unesco-iesalc cumple su función de articular los procesos de la educación terciaria con las necesidades de los diferentes sectores y actores de la sociedad, en concordancia con la Conferencia General y las Conferencias Regionales de la UNESCO”. (GACEL, RODRÍGUEZ, 2018a, p. 13).

[37] De acordo com dados apresentados, as instituições públicas brasileiras perfazem aproximadamente 80% do cômputo geral (cf. GACEL-ÁVILA; RODRÍGUEZ, 2018a, p. 31).

visibilidad internacional y producción de conocimiento son, de manera general, las públicas” (GACEL-ÁVILA; RODRÍGUEZ, 2018a, p. 30).

Do conjunto das 377 instituições participantes, dez fazem parte do que as autoras denominam como sendo pertencentes a uma “empresa ou grupo de empresas educacionais”, conforme apresenta a Tabela 2.

Tabela 2 – Corporativos e grupos de empresas mencionados

NOMBRE DEL CORPORATIVO O GRUPO DE EMPRESAS	**NÚMERO DE IET AFILIADAS**
LA SALLE RED DE UNIVERSIDADES MX	3
VANGUARDIA EDUCATIVA (VANEDUC)	1
NOMBRE DEL CORPORATIVO O GRUPO DE EMPRESAS	**NÚMERO DE IET AFILIADAS**
GRUPO SER EDUCACIONAL	1
INSTITUCIONES SALESIANAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR-RED IUS	1
APOLLO GLOBAL	1
GRUPO EDSON QUEIROZ	1
LAUREATE INTERNATIONAL	1
ALIANZA PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR	1
TOTAL	10

Fonte: Gacel-Ávila e Rodríguez (2018a, p. 32).

Podemos observar que a Rede La Salle, mantida pelos Irmãos do Instituto das Escolas Cristãs, com instituições de ensino superior em diferentes países, figura em primeiro lugar. Contudo, as IES mencionadas são do México e não do Brasil.

O Quadro 12 apresenta os principais resultados obtidos pelo estudo em relação a posição das IES participantes acerca dos seguintes aspectos atinentes à internacionalização: benefícios, riscos para as IES, fatores externos que impulsionam a internacionalização, obstáculos internos e externos para a internacionalização.

Quadro 12 – Principais resultados do estudo de Gacel-Ávila e Rodríguez relativos à posição das IES participantes sobre a internacionalização

Benefícios para a IES
• Desarrollar el perfil internacional de los estudiantes • Mejorar la calidad académica de los programas educativos • Fortalecer la internacionalización del currículo • Fortalecer la investigación y la producción de conocimiento • Incrementar el prestigio/perfil internacional de la institución • Aumentar y diversificar los ingresos • Brindar oportunidades de vida para los estudiantes. • Fortalecer la interculturalidad y el respeto por otras perspectivas. • Trabajar en redes temáticas regionales e internacionales. • Apoyar la acreditación institucional. • Medir el desempeño y la calidad educativa de los estudiantes. • Mejorar la empleabilidad. • Atraer estudiantes y docentes internacionales.
Riscos para a IES
• Las oportunidades internacionales sólo favorezcan a los estudiantes con recursos económicos. • La desigualdad de beneficios entre socios. • Beneficie mayormente a una élite de académicos. • El dominio del paradigma centro-periferia. • La excesiva competencia entre instituciones. • Sobre-énfasis en la internacionalización a costa de otras prioridades institucionales.
Fatores externos que impulsionam a internacionalização
• La política gubernamental. • Las políticas regionales. • La oferta de cooperación internacional. • La búsqueda de fuentes alternas de financiamento. • La demanda del sector productivo. • Los rankings globales de universidades.
Obstáculos internos para a internacionalização
• El financiamiento insuficiente. • La falta de dominio de idiomas de estudiantes y académicos. • Dificultades administrativas y burocráticas. • Información insuficiente sobre oportunidades internacionales. • La falta de estrategia o plan para guiar el proceso.
Obstáculos externos para a internacionalização
• El limitado financiamiento público para la internacionalización. • La falta de políticas y programas nacionales de apoyo a la internacionalización. • Dificultades para el reconocimiento de estudios y transferencia de créditos académicos. • Restricciones de visa impuestas a nuestros estudiantes y académicos por otros países. • La dificultad para encontrar socios extranjeros • Las restricciones de visa impuestas por algunos países a estudiantes y académicos extranjeros.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gacel-Ávila e Rodríguez (2018a, p. 46-50).

Com a mobilização mundial relativas à internacionalização, existem associações que se dedicam à promoção da internacionalização da Educação Superior. Dentre algumas dessas associações, no âmbito da América Latina, destacamos a Asociación Mexicana para la Educación Internacional; a Asociación Colombiana de Universidades; a Asociación Colombiana de Universidades Grupo Montevideo e a Associação Brasileira de Educação Internacional.

No próximo capítulo, abordamos o direito à educação e a qualidade educacional bem como as relações entre tal qualidade e a internacionalização.

4 QUALIDADE EDUCACIONAL E A INTERNACIONALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA GRADUAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos alguns pressupostos acerca do direito à educação e a qualidade educacional bem como as relações entre tal qualidade e a internacionalização. Tomamos como referência os dispositivos difundidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

4.1 O direito à educação

Entendemos que a abordagem da qualidade educacional, independentemente do nível de ensino, requer uma retomada (mesmo que panorâmica) acerca dos direitos humanos, pois a educação de qualidade está atrelada ao direito à educação.

O direito à educação, enquanto um direito positivado, remonta ao final do século XIX e início do século XX (CURY, 2002). Contudo, até termos um conjunto de direitos positivados, foi e continua sendo necessárias várias lutas, disputas sociais, mobilizações e reafirmação constante de tais direitos. Dessa forma, conforme assevera Bobbio (2004, p. 9), os direitos humanos são “direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.

Ao se referir a positivação dos direitos, Cury (2002, p. 259) esclarece que:

> Declarar um direito é muito significativo. Equivale a colocá-lo dentro de uma hierarquia que o reconhece solenemente como um ponto prioritário das políticas sociais. Mais significativo ainda se torna esse direito quando ele é declarado e garantido como tal pelo poder interventor do Estado, no sentido de assegurá-lo e implementá-lo. A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reservam apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. Por isso, declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem, ou esqueceram, que eles continuam a ser portadores de um direito importante. Disso resulta a necessária cobrança deste direito quando ele não é respeitado.

Importante estabelecermos uma distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais. Segundo Oliveira (2010, p. 14), os direitos humanos “são positivados e garantidos nas declarações e convenções internacionais entre os diversos Estados,

sobretudo as que foram elaboradas no decorrer do século XX". Já direitos fundamentais "são positivados e garantidos no direito constitucional de um Estado específico" (OLIVEIRA, 2010, p. 14).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) afirma, em seu artigo 26 que "Todo ser humano tem direito à instrução" sendo ela obrigatória (no grau elementar) e gratuita nos graus elementares e fundamentais. O artigo enfatiza ainda que "A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito" (ONU, 1948). No que se refere à instrução superior, tratada neste artigo, não fica explicitado na Declaração as relações entre o direito à instrução e o mérito como forma de efetividade desse direito. Ainda, no mesmo artigo da referida Declaração, é indicado que:

> 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ONU, 1948, artigo 26).

A partir do exposto, podemos inferir que a instrução se refere ao processo de ensino ou educacional e que ele seria um dos meios para se alcançar os demais direitos humanos. Ao analisar a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), Piovesan (2006, p. 8) destaca ela

> [...] inova a gramática dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade destes direitos. Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais.

A universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, bem como a ênfase no direito à educação como um dos meios para o alcance aos demais direitos, são retomadas e reafirmadas em dispositivos que apresentamos na sequência.

No preâmbulo da Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (UNESCO,1990), os representantes dos países signatários, reafirmam a educação como um direito de todos.

> Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro;
> Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, económico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;
> Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social; [...]. (UNESCO, 1990).

Importante destacarmos que, especialmente a partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (UNESCO,1990), que o ideário do direito à educação passa a sublinhar a qualidade educacional. Diante dessa assertiva, parte-se do pressuposto de que todos possuem direito à educação de qualidade.

No ano de 2000, o documento denominado Educação para Todos: o compromisso de Dakar, reafirma o defendido na Declaração Mundial (UNESCO, 1990) e no Relatório da Comissão (DELORS et al., 1996) sobre o direito à educação. De acordo com o documento:

> A educação é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles, e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização. Não se pode mais postergar esforços para atingir as metas de EPT. As necessidades básicas da aprendizagem podem e devem ser alcançadas com urgência (UNESCO; CONSED, 2001).

Ao se referir à Educação Superior, a Declaración Mundial sobre la Educación Superior en el siglo XXI: visión y acción (UNESCO, 2008) afirma o seu caráter de “serviço público”, requerendo investimentos específicos.

A Declaração e o Marco de Ação de Incheon (UNESCO, 2015a), articulada às duas Declarações anteriores (UNESCO, 1990; UNESCO, CONSED, Ação educativa, 2001), assevera no seu preâmbulo:

> Reafirmamos que a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento

> sustentável. Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza (UNESCO, 2015a, p. 7).

No Brasil, apesar de outras constituições terem feito alusão aos direitos humanos, é a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que institui o Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988, artigo 1º). Os fundamentos desse Estado Democrático são "I - a soberania; II - a cidadania, III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político". Em relação aos "objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil", são indicados:

> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II - garantir o desenvolvimento nacional;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, artigo 3º).

Para Duarte (2007, p. 695), "Não foi por acaso que a opção pelo Estado social e democrático de direito veio acompanhada de uma série de avanços no campo dos direitos fundamentais". Continua a autora explicando que:

> Pela primeira vez na história constitucional do país, a matéria foi tratada com o devido destaque, passando a contar com um regime jurídico diferenciado. O documento, produzido no bojo do processo de redemocratização do país, após um longo período da ditadura militar, tem como nota característica um forte viés dirigente, que atribui ao Estado papel essencial na efetivação dos direitos fundamentais de natureza social nele elencados (DUARTE, 2007, p. 695).

No artigo 6º da Carta Constitucional, é estabelecido que:

> São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

No Título VIII, Da Ordem Social, principalmente dos artigos 205 a 214, são explicitados aspectos direcionados à efetivação do direito à educação. Destes artigos, destacamos o artigo 205, o qual explica a finalidade da educação e de quem é a responsabilidade de promovê-la.

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Além da Constituição da República Federativa (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007b), dentre outros, enfatizam o direito à educação.

Com base nesta visão panorâmica acerca do direito à educação, passamos à reflexão sobre a qualidade educacional e a internacionalização, tendo como referência os dispositivos difundidos pela UNESCO que selecionamos em nossa revisão de literatura.

4.2 Qualidade educacional e internacionalização

Quando falamos em qualidade educacional é importante termos presente que o conceito de qualidade é complexo, polissêmico e multidimensional. Ou seja, "comporta diversos significados e, por isso, tem potencial para desencadear falsos consensos, na medida em que possibilita interpretações diferentes do seu significado segundo diferentes capacidades valorativas" (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 7). No entender de Davok (2007, p. 506):

> A expressão "qualidade em educação", no marco dos sistemas educacionais, admite uma variedade de interpretações dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devem proporcionar à sociedade. Uma educação de qualidade pode significar tanto aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares; como aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária; ou aquela que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo; ou, ainda, aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social, por exemplo. Por outro lado, a expressão "qualidade educacional" tem sido utilizada para referenciar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a relevância do setor educacional, e, na maioria das vezes, dos sistemas educacionais e de suas instituições. (grifo do autor).

São vários os fatores externos e internos às instituições que concorrem para que tal qualidade se efetive (DAVOK, 2007, DOURADO; OLIVEIRA, 2010, GARCÍA, 2012). Dentre tais fatores, por exemplo, destacamos o cenário político, econômico e sociocultural; o investimento na educação; as políticas públicas; a gestão institucional; a infraestrutura e as condições efetivas para a articulação entre o ensino, a pesquisa

e a extensão; a formação do coletivo de colaboradores; as condições de acesso, permanência e conclusão dos estudos pelo corpo discente; dentre outras.

Quando se trata da Educação Superior, percebemos que nos dispositivos difundidos pela UNESCO, a internacionalização é considerada um dos atributos a ser considerado na qualidade educacional. Conforme assevera Morosini (2017, p. 288):

> [...] a educação superior se volta à internacionalização como solução para a busca da qualidade e da relevância. É nesse cenário que a internacionalização da educação superior constrói-se como um conceito-chave neste século, deslocando-se de uma posição periférica a uma posição central e imbricada a uma noção positiva de qualidade.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (UNESCO, 1998) destaca, em seu preâmbulo, a qualidade do ensino e o acesso equitativo aos benefícios da cooperação internacional, dentre outros, como desafios enfrentados pela Educação Superior. No artigo primeiro, o documento faz alusão a contribuição da Educação Superior para o “desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis” (UNESCO, 1998). Ao se referir à avaliação da qualidade, o referido documento faz o seguinte destaque:

> a) A qualidade em educação superior é um conceito multidimensional que deve envolver todas as suas funções e atividades: ensino e programas acadêmicos, pesquisa e fomento da ciência, provisão de pessoal, estudantes, edifícios, instalações, equipamentos, serviços de extensão à comunidade e o ambiente acadêmico em geral. Uma autoavaliação interna transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade. Devem ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional. Visando a levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar a devida atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos. Os protagonistas devem ser parte integrante do processo de avaliação institucional.
> b) A qualidade requer também que a educação superior seja caracterizada por sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimentos, criação de redes interativas, mobilidade de professores e estudantes, e projetos de pesquisa internacionais, levando-se sempre em conta os valores culturais e as situações nacionais.
> c) Para atingir e manter a qualidade nacional, regional ou internacional, certos componentes são particularmente relevantes, principalmente a seleção cuidadosa e o treinamento contínuo de pessoal, particularmente a promoção de programas apropriados para o aperfeiçoamento do pessoal acadêmico, incluindo a metodologia do processo de ensino e aprendizagem, e mediante a mobilidade entre países, instituições de educação superior, os estabelecimentos de educação superior e o mundo do trabalho, assim como entre estudantes de cada país e de distintos países. As novas tecnologias de informação são um importante instrumento neste processo, devido ao seu

> impacto na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos. (UNESCO, 1998, artigo 11).

Mediante o exposto no artigo 11 percebemos que, segundo a Declaração a qualidade na Educação Superior requer que sejam contempladas todas suas funções e atividades, sendo tal qualidade avaliada constantemente. O referido documento destaca a dimensão internacional, a formação e a consideração dos padrões de qualidade no âmbito mundial, e a criação de instâncias nacionais independentes que definam parâmetros comparativos de qualidade. Ganham acento a solidariedade e a parceria entre as IES; a existência de dispositivos normativos regionais e internacionais relativos ao reconhecimento de estudos; e o

> [...] domínio de múltiplos idiomas, os programas de intercâmbio de docentes e estudantes, e o estabelecimento de vínculos institucionais para promover a cooperação intelectual e científica devem ser parte integrante de todos os sistemas de educação superior (UNESCO, 1998, artigo 15).

Igualmente, a Declaração aponta a necessidade de “pôr fim à ‘perda’ de talentos científicos” (UNESCO, 1998), e

> criar um ambiente que atraia e mantenha o capital humano qualificado, por meio de políticas nacionais ou acordos internacionais que facilitem o retorno, permanente ou temporário, de especialistas altamente treinados e de investigadores muito competentes aos seus países de origem (UNESCO, 1998, artigo 16, grifo do documento).

O documento Educação Superior: reforma, mudança e internacionalização (UNESCO, 2003), ao refletir sobre a internacionalização da Educação Superior, reforça que a cooperação e os valores acadêmicos devem preponderar sobre a competição, evitando-se mecanismos de exclusão. Segundo o documento:

> Quando, por qualquer razão, as instituições desenvolvem estratégias de internacionalização motivadas também por razões financeiras, a vigilância no sentido de que os valores acadêmicos não sejam sacrificados passa a ser uma necessidade real, porque, de certo modo, a medida do sucesso dessas metas muda. No recrutamento dos estudantes que pagam taxas, a participação no mercado se torna importante, como a eficiência em termos de custo e possivelmente também em economias de escala na oferta de programas de educação a distância e na criação de filiais no exterior do campus principal. Além disso, a competição pela excelência ou pela receita tende também a deslocar a natureza cooperativa e de colaboração do intercâmbio internacional que caracteriza as estratégias tradicionais de internacionalização; e embora isto possa expandir a inovação e a experimentação, pode também inadvertidamente criar exclusão.

A Declaración Mundial sobre la Educación Superior en el siglo XXI: visión y acción (UNESCO, 2008) retoma que uma das missões e funções da Educação Superior, a de “contribuir a comprender, interpretar, preservar, reforzar, fomentar y difundir las culturas nacionales y regionales, internacionales e históricas, en un contexto de pluralismo y diversidad cultural” (UNESCO, 2008, artigo 1º). Com relação à qualidade, o documento reafirma as ideias apresentadas na Declaração de 1998 (UNESCO, 1998), também reafirma a importância da

> […] cooperación internacional fundada en la solidaridad, el reconocimiento y el apoyo mutuo, una auténtica asociación que redunde, de modo equitativo, en beneficio de todos los interesados y la importancia de poner en común los conocimientos teóricos y prácticos a nivel internacional deberían regir las relaciones entre los establecimientos de enseñanza superior en los países desarrollados y en desarrollo, en particular en beneficio de los países menos adelantados (UNESCO, 2008, artigo 15).

Nessa linha reflexiva, Jiménez Tello (2009, p. 18) indica que “A nova concepção de prestígio universitário não se baseia no elitismo e na exclusão, mas sim no estabelecimento de redes integradoras de âmbito transnacional e continental”. A autora continua explicando que: “Assim, vários dos rankings mais prestigiados a nível mundial (entre os quais se encontra *o The Times Higher Education*) estabelecem entre seus indicadores o número de estudantes e de docentes internacionais” (JIMÉNEZ-TELLO, 2009, p. 359).

Corroboramos a posição de Gacel-Ávila (2000, p. 123) quando ela enfatiza que:

> La internacionalización no debe ser un fin en sí, sino un medio para lograr la excelencia académica. Pero, para ello, la condición *sine qua non* es que la internacionalización pase a ser una función central del quehacer institucional y deje de ser una función marginal. El mejoramiento de la calidad educativa se realiza gracias a un acercamiento más profundo de las disciplinas mediante la integración, en los programas de cursos, de una perspectiva internacional, intercultural, comparativa e interdisciplinaria. Se logra una mayor pertinencia de la educación, por el hecho de formar egresados mejor preparados por trabajar y actuar socialmente en un mundo interdependiente, competitivo y global. Se subraya la importância de impartir una educación humanista, *de valores,* que promueva el conocimiento y el respeto a las culturas ajenas, así como a los propios valores y etnias nacionales. Este último fundamento, de naturaleza académica, está diretamente ligado a la historia y al desarrollo de las universidades, en fin a la universalidade del conocimiento.

O documento oriundo da Conferência Mundial sobre Ensino Superior, denominado *As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e pesquisas para a mudança e*

o desenvolvimento social, enfatiza que a educação superior “deve também contribuir para a educação de cidadãos éticos, comprometidos com a construção da paz, com a defesa dos direitos humanos e com os valores de democracia”. (UNESCO, 2009). Ao abordar a questão da qualidade, este documento enfatiza a expansão do acesso ao ensino superior, a existência de mecanismos de acesso e conclusão dos estudos e critérios de qualidade. Dentre as considerações apresentadas no referido documento, acerca destes aspectos destacamos:

> Garantia de qualidade é uma função fundamental na educação superior contemporânea e deve envolver investidores. Qualidade requer estabelecer sistemas que garantam a qualidade e padrões de avaliação assim como promover a qualidade cultural dentro das instituições.
> [...]
> Mecanismos que garantem a qualidade e promovem acesso e criam condições para a conclusão dos estudos devem ser postos em prática em todo o setor de ensino superior.
> [...]
> Critérios de qualidade devem refletir todos os objetivos da educação superior, notavelmente o propósito de cultivar o pensamento crítico e independente nos estudantes e a capacidade de aprender por toda a vida. Eles devem estimular a inovação e a diversidade. Garantir a qualidade do ensino superior requer o reconhecimento da importância de se atrair e reter uma equipe de ensino e pesquisa comprometida, talentosa e qualificada. (UNESCO, 2009).

Assim com as Declarações de 1998 e 2008, reafirma a cooperação internacional (por meio de parcerias, de redes, de intercâmbios e de mobilidade acadêmica, por exemplo), destacando o compromisso e a responsabilidade social das IES com a transferência e a promoção da circulação dos conhecimentos. Alude que:

> A disposição transfronteiriça de educação superior pode fazer uma contribuição significativa para a educação superior fornecida, oferecendo educação de qualidade, promovendo valores acadêmicos, mantendo a relevância e respeitando os princípios básicos de diálogo e cooperação, reconhecimento mútuo pelos direitos humanos, diversidade e soberania nacional (UNESCO, 2019).

A expansão do campo da pesquisa e inovação também é assinalada como um dos meios para a qualidade da educação, sendo “importante que a equipe de acadêmicos tenha oportunidades de pesquisa e bolsa de estudos” (UNESCO, 2019).

De acordo com o documento Desafios e perspectivas da Educação Superior brasileira para a próxima década: 2011-2020:

> Os novos desafios gerados pelo avanço da globalização tecnológica, econômica e cultural começam a exigir dos atores envolvidos com a ES a

> responsabilidade de viabilizar as reformas necessárias para sua consolidação no cenário nacional e ampliar sua presença internacional, na perspectiva de um desenvolvimento socialmente justo e sustentável. (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012, p. 162).

Diante disso, o documento assevera a importância de políticas e ações estratégicas que promovam e estimulem, dentre outros aspectos, o “estímulo aos programas de intercâmbio e à integração internacional da educação no país”, respeitando-se “as premissas de expansão com garantia de padrões de qualidade” (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012, p. 162).

Em 2015, a Declaração de Incheon – Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e à educação ao longo da vida para todos, decorrente do Fórum Mundial de Educação, apresenta objetivos e metas para a educação até o ano de 2030. Neste documento fica evidenciado o compromisso assumido em prol da educação de qualidade:

> Comprometemo-nos a promover, com qualidade, oportunidades de educação ao longo da vida para todos, em todos os contextos e em todos os níveis de educação. Isso inclui acesso equitativo e mais amplo à educação e à formação técnica e profissional de qualidade, bem como ao ensino superior e à pesquisa, com a devida atenção à garantia de qualidade (UNESCO, 2015a, p. 8).

Continua o documento:

> A educação de qualidade promove criatividade e conhecimento, e também assegura a aquisição de habilidades básicas em alfabetização e matemática, bem como habilidades analíticas e de resolução de problemas, habilidades de alto nível cognitivo e habilidades interpessoais e sociais. Além disso, ela desenvolve habilidades, valores e atitudes que permitem aos cidadãos levar vidas saudáveis e plenas, tomar decisões conscientes e responder a desafios locais e globais por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e da educação para a cidadania global (UNESCO, 2015a, p. 8).

Observamos o destaque feito à articulação entre a educação de qualidade, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e a Educação para a Cidadania Global (ECG). Este último conceito é explorado no documento denominado Educação para a Cidadania Global: preparando alunos para os desafios do século XXI (UNESCO, 2015b).

De acordo com este documento, a Educação para a cidadania global é:

> Um modo de entender, agir e se relacionar com os outros e com o meio ambiente no espaço e no tempo, com base em valores universais, por meio do respeito à diversidade e ao pluralismo" (UNESCO, 2015b, p.14). Portanto, a vida de cada indivíduo tem implicações em decisões cotidianas que conectam o global com o local, e vice-versa (UNESCO 2015b, p. 14).

No Brasil, a "garantia do padrão de qualidade" é enfatizada na Constituição Federal (BRASIL, 1988, artigo 206, inciso VII), sendo a educação dever do estado (artigo 208), e livre a iniciativa privada (artigo 209), atendidas a condições de cumprimento das normas gerais de educação, autorização e avaliação pelo poder público. (BRASIL, 1988). A formulação, a avaliação da política nacional de educação e o zelo pela qualidade do ensino são algumas das atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 1995). Para Leite (2006, p. 468) a avaliação da qualidade da educação possui:

> [...] pelo menos duas conotações, uma primeira diz respeito à possibilidade de um sistema de avaliação que atenda às exigências do mundo produtivo. A segunda significa o desenvolvimento de uma cultura de avaliação, crítica e fundamentada, capaz de acenar para uma condição emancipatória da educação. A primeira tem a competitividade como êmulo e a segunda aposta na participação e na solidariedade como possibilidade.

Ao mencionarmos a acreditação da qualidade, temos presente o que nos indica Dias Sobrinho (2008, p. 818): "Acreditação é um conceito e uma prática relativos à garantia de qualidade [...] é praticar um ato legal certificando que uma instituição [...] tem qualidade; portanto, seus efeitos são legítimos e publicamente assegurados e validados pelo Estado".

O autor salienta como principal objetivo o "controle legal-burocrático-formal da qualidade", o qual "culmina em um ato formal de testemunho de fé pública a respeito dos resultados alcançados por uma instituição, curso ou programa, com base em critérios e padrões externa e previamente estabelecidos" (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 818). Leite (2006, p. 468) considera que:

> Na avaliação da qualidade do Ensino Superior é possível considerar que a qualidade está associada a um elevado grau de exigência acadêmica ou aos aspectos pedagógicos ou aos referenciais para obtenção de melhores empregos ou ocupações no mercado de trabalho ou para atender ao princípio da liberdade de escolha de oferta educacional pelas famílias ou ao princípio da empregabilidade. Neste sentido, a noção de qualidade pode ter um significado diferente para pessoas diferentes e diz respeito a processos ou resultados, não se podendo, portanto, falar de qualidade, mas sim de qualidades.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído em 2004, como uma das formas de atender as prerrogativas regulatórias do Plano Nacional de Educação de 2001- (BRASIL, 2001). A ênfase na expansão da Educação Superior com qualidade e o compromisso das IES com o desenvolvimento sociocultural, econômico e científico do país (BRASIL, 2007a) é reafirmada no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a). Neste Plano, a melhoria da qualidade da educação, em todos os níveis de ensino, constitui-se numa das diretrizes norteadoras. Do conjunto de metas propostas, a meta 12 do PNE (BRASIL, 2014a), trata da elevação das taxas brutas e líquidas de matrícula na educação superior, “assegurada a qualidade da oferta da expansão [...] no segmento público”.

Com a instituição do SINAES, as Instituições de Ensino Superior passaram a implementar em suas rotinas uma série de processos e práticas, visando o cumprimento dos indicadores avaliativos estabelecidos pelo sistema. Com o objetivo de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2014d, artigo 1º), o SINAES tem por finalidade:

> [...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, artigo 1º, § 1º) (BRASIL, 2014d).

A estrutura avaliativa do Sistema contempla a avaliação de três componentes: das instituições de ensino superior (a auto avaliação, a avaliação externa), a avaliação dos cursos de graduação (organização didático-pedagógica, o perfil do corpo docente e as instalações físicas) e a dos estudantes (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE). Também complementam o SINAES, os seguintes instrumentos de informação: o Censo da Educação Superior e o Cadastro de Cursos e Instituições (BRASIL, 2014c).

Importante destacarmos que a oferta da educação superior, por instituições privadas são prerrogativas do Ministério da Educação (MEC), onde as IES devem solicitar o seu credenciamento, que significa o seu ingresso no Sistema Federal de Ensino. Após o credenciamento, de acordo com a legislação pertinente, atendendo a

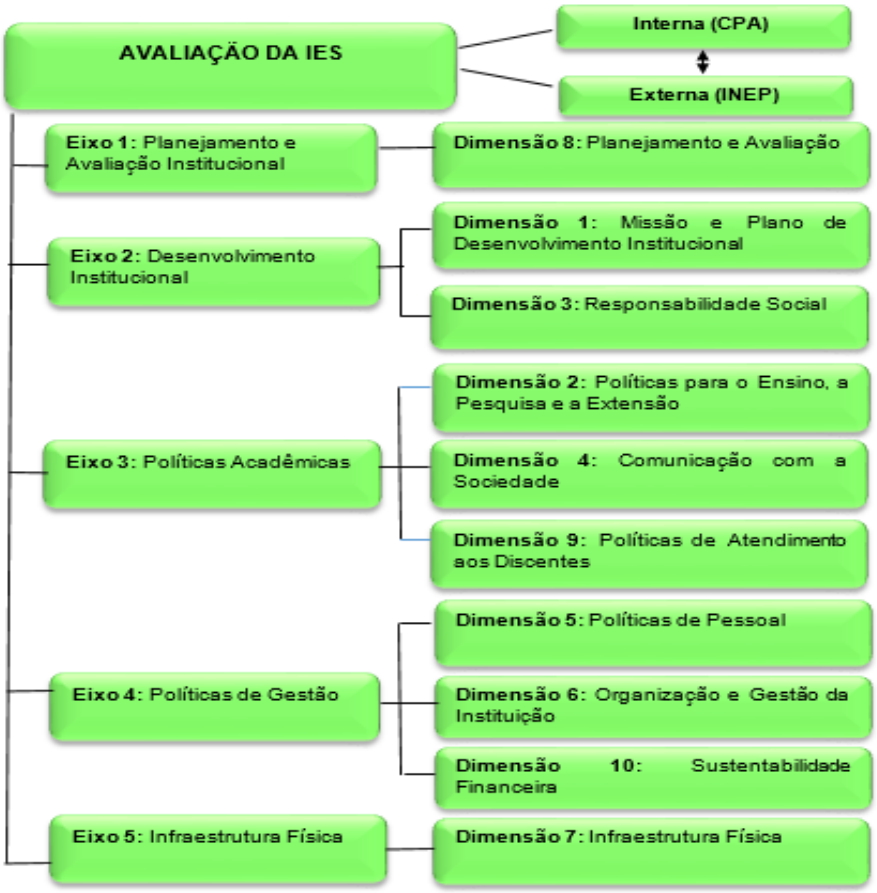
prazos e requisitos legais, as IES se submetem a processo avaliativo para obter o recredenciamento, necessário para a continuidade da oferta. As IES podem, ainda, solicitar a transformação de organização acadêmica, para tornar-se Centro Universitário ou Universidade.

Com o ingresso das Instituições de Ensino Superior (IES) no Sistema Federal de Ensino, os cursos de graduação propostos devem ter autorização para iniciar suas atividades. Na sequência os cursos autorizados são avaliados para receberem o reconhecimento do curso. Com a IES reconhecida ela adquire o direito de emitir os diplomas aos estudantes graduados. As Instituições de Ensino Superior credenciadas e reconhecidas pelo MEC, estão sujeitas a processos avaliativos periódico para manter o credenciamento e a renovação do reconhecimento, necessários a continuidade da oferta. O reconhecimento dos cursos autorizados, assim como suas renovações, transcorre dentro de um fluxo processual composto por diversas etapas, dentre as quais a avaliação *in loco*, que culmina em um relatório da comissão de avaliadores.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, contempla na avaliação das IES, a avaliação interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação. A avaliação externa realizada pelos avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que abrange a avaliação dos cursos de graduação, presencial e a distância, para autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento respeitadas as autonomias legais das IES. Contempla ainda, a avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

A avaliação interna da instituição é conduzida pelos integrantes do CPA, tendo por base o roteiro disponibilizado pelo INEP. A avaliação externa é realizada por profissionais cadastrados no INEP, pertencentes a instituições de ensino superior, reconhecidos pelo seu desempenho acadêmico e científico. Ambas as avaliações observam o conjunto de cinco eixos e suas respectivas dimensões avaliativas, conforme ilustra a Figura 8.

Figura 8 – Avaliação da Instituição de Ensino Superior: eixos e dimensões avaliativas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Nota Técnica nº 14/2014-GCACGIES/DAES/INEP/MEC (BRASIL, 2014c).

As comissões de avaliadores são as responsáveis em conferir e avaliar se as informações apresentadas pelas IES correspondem à realidade encontrada durante a visita da Comissão. Dessa visita, é resultante um relatório e com as informações desse relatório chaga-se a um resultado que é chamado de Conceito de Curso (CC).

Faculdades, Centros Universitários e Universidades tanto públicas como privadas são abrangidos pelo processo avaliativo para o reconhecimento a renovação de reconhecimento para oferta nas modalidades presencial ou a distância. Destacamos que os conceitos obtidos nas avaliações não garantem, por si sós, o deferimento do ato autorizativo, mas subsidiam as secretarias competentes do MEC em suas decisões regulatórias.

A avaliação dos estudantes ocorre por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), a qual contempla uma prova e o

preenchimento de um questionário contendo questões atinentes ao aluno, ao desempenho dos professores, ao currículo e às instalações físicas, e o significado da formação para a profissão. Participam do ENADE os estudantes ingressantes e os concluintes de cada curso. Em 2017, houve a alteração dos instrumentos de avaliação utilizados pelo SINAES, sendo a configuração dos indicadores em cada eixo apresentadas nos Quadros 65,66,67,68 e 69.

Tendo por base o exposto acerca da regulação e da avaliação da Educação Superior em nosso país, corroboramos a posição de Dias Sobrinho (2003, p. 109-110), quando o autor refere que o foco da avaliação deve ser em suas dimensões "educativa, formativa, pedagógica, proativa e construtiva". Segundo o autor:

> [...] a avaliação deve colocar como foco central de suas preocupações a questão fundamental do sentido social de uma instituição. Deve, basicamente, perguntar sobre os significados sociais de que se reveste a formação promovida nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, interrogar sobre os efeitos sociais dos trabalhos produzidos e dos serviços oferecidos. [...] A avaliação deve perscrutar os sentidos da formação e a quem ela serve; deve pôr em questão o conceito de sociedade que fundamenta a ciência e a prática nos diversos setores institucionais; fundamentalmente e, utilizando-se de várias análises particulares, deve pôr em linha de consideração crítica a missão de cada instituição e sua realização (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 109-110).

No entender de Dourado e Oliveira, (2009, p. 7):

> A análise da qualidade da educação deve se dar em uma perspectiva polissêmica, uma vez que essa categoria traz implícitas múltiplas significações. O exame da realidade educacional, sobretudo em vários países da Cúpula das Américas, com seus diferentes atores individuais e institucionais, evidencia que são diversos os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania.

Tendo presente o exposto, no próximo capítulo dedicamo-nos a apresentação da caracterização e da análise das dissertações e teses, foco do nosso estudo.

Passamos, no próximo capítulo, à reflexão sobre a Internacionalização na produção acadêmico-científica.

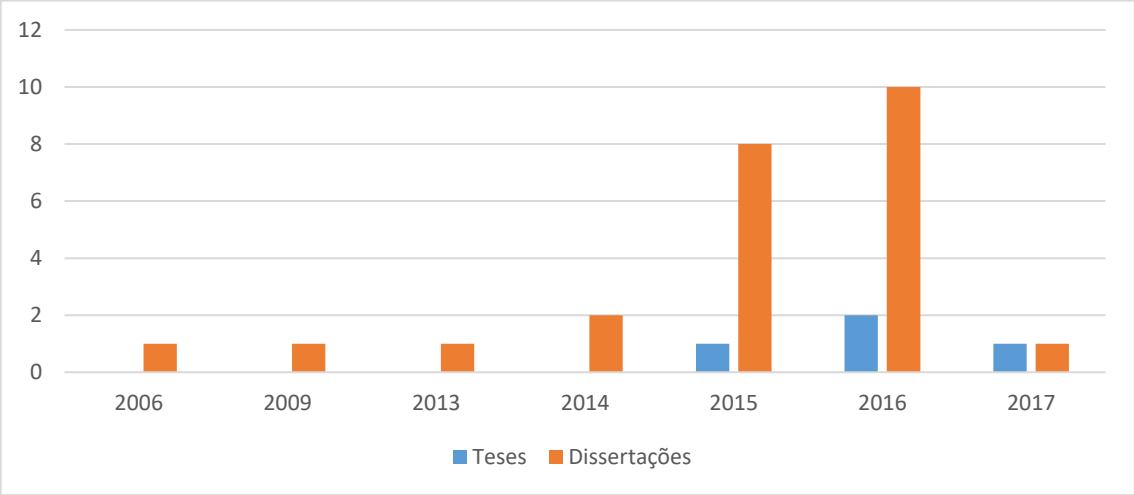
5 A INTERNACIONALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Neste capítulo, organizado em duas sessões, apresentamos uma visão geral sobre o *corpus* investigativo do estudo. Descrevemos as abordagens relativas à internacionalização, no âmbito da Graduação, selecionados pelos autores das dissertações ou teses e explicitamos as tendências investigativas dessas produções atinentes às dimensões teórica e metodológica.

5.1 Categorização e apresentação das dissertações e teses por eixos temáticos

Conforme explicitado no capítulo anterior, o *corpus* investigativo do estudo está composto por 4 teses e 24 dissertações defendidas no espaço temporal entre os anos de 2006 a 2017, em Programas de Pós-graduação situados no Brasil, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de teses e dissertações defendidas, por ano, no espaço temporal entre 2006 e 2017

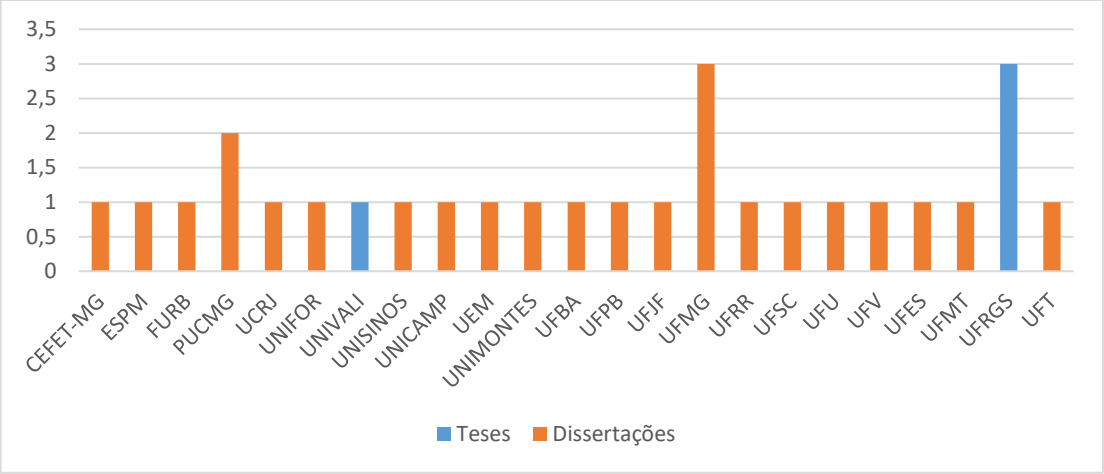


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

É possível constatar, conforme ilustram os Gráficos 1 e 2 haver certa distribuição entre as Instituições em que tais teses e dissertações foram defendidas, sendo que na UFRGS e UFMG foram defendidos três trabalhos em cada uma. Na PUCMG foram dois trabalhos e nas demais um trabalho. Tais dados nos possibilitam

inferir a ausência de um foco de estudo e disseminação de pesquisas acerca da temática da Internacionalização das IES, em nível de graduação.

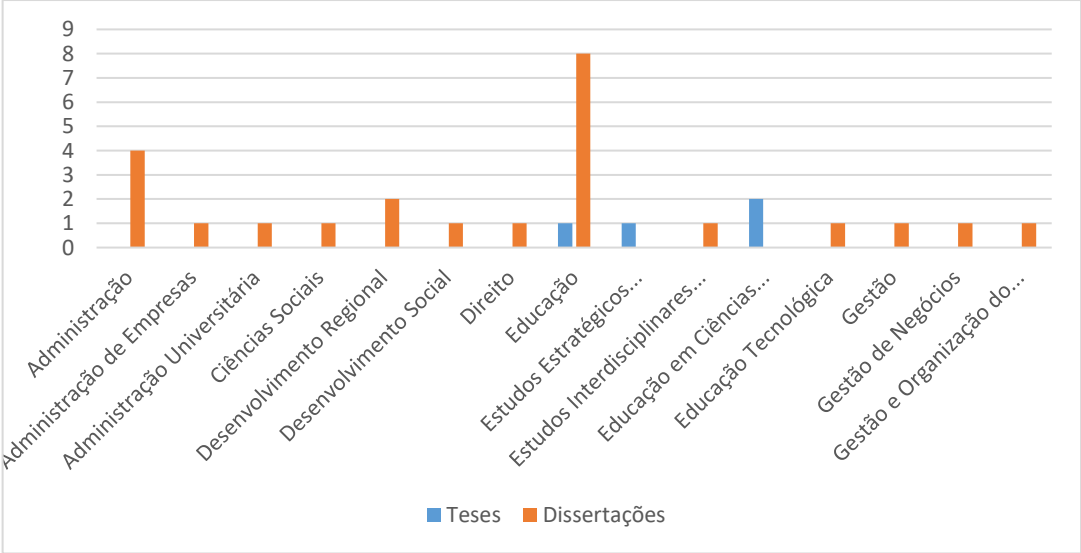
Gráfico 2 – Número de teses e dissertações defendidas por Instituição, no espaço temporal entre 2006 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

No que se refere a área de concentração do Programa de Pós-graduação em que as teses e dissertações foram defendidas, de acordo com o Gráfico 3, observamos uma certa concentração na área da Educação, a qual congrega oito trabalhos defendidos.

Gráfico 3 – Número de teses e dissertações por área de concentração do Programa de Pós-graduação stricto sensu, no espaço temporal entre 2006 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

Com relação as palavras-chave apresentadas nas teses e dissertações, a Figura 9 possibilita identificar aquelas que são mais citadas pelos autores desses estudos.

Figura 9 – Nuvem de Palavras-chave

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

Em consonância com o visualizado por meio da Figura 9, os dados apresentados no Quadro 13, indicam que as cinco palavras-chave mais citadas são internacionalização (21 indicações), Ensino Superior (12 indicações), mobilidade acadêmica (10 indicações), Ciência Sem Fronteiras (9 indicações) e Internacionalização do Ensino Superior (7 indicações). Com base nestas palavras-chave é possível inferirmos que a tendência temática em termos de foco investigativo recai sobre a internacionalização, analisada sob o ponto de vista da mobilidade acadêmica e, nesse contexto da mobilidade, a ênfase no Programa Ciência Sem Fronteiras.

Quadro 13 – Palavras-chave e frequência

Palavra-chave	**Frequência**
Internacionalização	20
Ensino Superior	12
Mobilidade Acadêmica	10
Ciência Sem Fronteiras	09
Internacionalização do Ensino Superior	07
Políticas Públicas	06
Instituições de Ensino Superior	04
Instituto Federal de Ensino	03
Graduação Sanduíche	03
Gestão do Conhecimento	03

Universidade Federal	02
Brasil	02
Formação Docente	02
Comunicação Institucional	02
Universidade	02
Mercantilização	01
Cooperação Internacional	01
Marketing	01
Democratização do Acesso	01
Estratégia	01
Gestão da Internacionalização	01
Avaliação da Internacionalização	01
Engenharia	01
Arquitetura da Informação	01
Recuperação da Informação	01
Modelagem do Fluxo Informacional	01
Desigualdades sociais de Escolarização	01
Análise de Websites	01
Domínio Cognitivo e Afetivo da Aprendizagem	01
Intercâmbios Acadêmicos	01
Capital Humano e Cultural	01
Desenvolvimento Exógeno	01
Educação a Distância	01
Cooperação Contra Hegemônica	01
Mercosul	01
Superior Tribunal de Justiça	01
Títulos	01
Desenvolvimento	01
Cultura	01
Erasmus	01
Inovação	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

Com relação aos orientadores das teses e dissertações, os dados apresentados no Quadro 14 apontam não haver uma concentração de trabalhos em um determinado orientador. Tal fato pode indicar que a temática da internacionalização, no âmbito da graduação, ainda é investigada de forma singular, não sendo possível identificar orientadores de referência que se debruçam sobre tal tema.

Quadro 14 – Número de teses e dissertações por orientador

Orientador (a)	Dissertações	Teses
Adriana Maria Tonini	1	0
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula	1	0
Antonio Flavio Barbosa Moreira	1	0
Cezar Luiz De Mari	1	0
Débora Mazza	1	0
Djalma Thürler	1	0
Eliane Medeiros Borges	1	0
Elói Martins Senhoras	1	0
Fabiane Cortez Verdu	1	0

Fátima Regina Ney Matos	1	0
Gabriel Humberto Muñoz Palafox	1	0
Ivan Rocha Neto	0	2
José Marcelo Freitas de Luna	0	1
Luciane Stallivieri	1	0
Manolita Correia Lima	1	0
Marcelo Machado	1	0
Maria Alice L. G. Nogueira	1	0
Maria das Graças Martins da Silva	1	0
Maria do Carmo de Lacerda Peixoto	1	0
Maria Gorete de Figueiredo	1	0
Marianne Hoeltgebaum	1	0
Mário Lúcio Quintão Soares	1	0
Mônica Aparecida da Rocha Silva	1	0
Paulo Gilberto Fagundes Visentini	0	1
Renata Maria Abrantes Baracho Porto	1	0
Roberto Patrus Mundim Pena	1	0
Taciana de Lemos Dias	1	0
Total	**24**	**4**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

De acordo com o anunciado na Abordagem Metodológica, para a análise dos conteúdos das dissertações e teses adotamos a Técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). No que se refere à categorização dos estudos, optamos por utilizar como unidade de registro o tema e, dessa forma, propomos quatro eixos temáticos, os quais são apresentados na sequência. Assim, o foco desta seção é apresentar a categorização das dissertações e teses os eixos propostos bem como uma visão geral acerca de cada um desses estudos.

5.1.1 Eixo temático 1: Políticas públicas fomentadoras da internacionalização

Categorizamos no eixo temático 1, as dissertações de Martins (2015), Rosa (2015) e Egreggio (2016) e a tese de Bischoff (2017), conforme apresenta o Quadro 15.

Quadro 15 – Eixo temático 1: Políticas públicas fomentadoras da internacionalização

Autor	Título/Área de concentração/Instituição	Nível	Ano
MARTINS, J. A. L. de O. A.	**Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da Educação Superior Brasileira.** Educação. Universidade Federal de Mato Grosso.	M	2015
ROSA, S. P. P. da	**Internacionalização Universitária e Interculturalidade**: análise dos Programas Federais Interuniversitários Sul-Sul durante a gestão Lula. Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Universidade Federal da Bahia.	M	2015
EGREGGIO, A. L.	**Influência das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do Ensino Superior Brasileiro**. Administração. Escola Superior de Propaganda e Marketing.	M	2016
BISCHOFF, V.	**As ações Públicas de Internacionalização da Educação Superior no Brasil e o seu alinhamento com a Política Externa Brasileira no Governo Dilma Rousseff 2011-2014**. Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	D	2017

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da consulta direta ao texto integral das dissertações e teses (2018).

Martins, em sua dissertação Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da Educação Superior Brasileira, tem como problema de investigação *Como se caracteriza, em termos de concepção e implementação, o Programa Ciência sem Fronteiras, no âmbito da política de internacionalização da educação superior no Brasil*? (MARTINS, 2015, p. 17).

Tendo como referência a análise documental realizada, a autora afirma que

> [...] podemos perceber que não há documentos oficiais que tratem da política de internacionalização da educação superior de forma específica, e, sim, ações institucionais que possibilitam as relações internacionais da educação superior aliada prioritariamente à pesquisa e pós-graduação, além, é claro, da criação do Programa CsF, com ênfase no âmbito da graduação. (MARTINS, 2015, p. 61).

Diante de tal constatação, Martins (2015, p. 164), assevera que “se não há política instituída, a reflexão fundamental poderia ser: Qual a representatividade do Programa CsF na definição da política de internacionalização da educação superior no Brasil?”. Conforme a autora, “a concepção e a implementação do Programa CsF, mesmo sem expressar exatamente a política de internacionalização como um todo, traduz posicionamentos e características as quais esboçam uma ideia consistente de internacionalização” (MARTINS, 2015, p. 154). Continua explicando que o Programa Ciência sem Fronteiras,

> [...] fortalece a perspectiva mundial de induzir as instituições de ensino a priorizar a produção de conhecimento para atendimento à demanda de formação de quadros de pessoal, principalmente técnicos-cientistas, tendo em vista a demanda de profissionais altamente qualificados, principalmente nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, com intuito de promover a competividade empresarial brasileira no mundo globalizado, e, consequentemente, promover o crescimento econômico do país (MARTINS, 2015, p. 156).

Martins (2015, p. 156) afirma que “o Brasil está na condição de consumidor de conhecimento tendo em vista a forma como o CsF foi concebido (ou seja, buscar e referenciar-se no conhecimento produzido fora do país)”. A autora defende que

> [...] a internacionalização da educação superior deve ter como norteador o “valor universal do conhecimento”, num processo de troca mútua e solidária, ou seja, de “mão dupla”, em busca de soluções para questões globais como fome, doenças, sustentabilidade etc. Ou até em busca de soluções locais/regionais, que venham a ser compartilhadas para melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo (MARTINS, 2015, p.157, grifo da autora).

Por fim, apresenta a seguinte conclusão: “a internacionalização da educação superior no Brasil, na perspectiva do que se apresenta no Programa CsF, tende a negligenciar a solidariedade mútua”, sendo uma estratégia “para o fortalecimento do modelo político-econômico vigente, posicionando-se em termos de relações internacionais com a essência da transnacionalização da educação superior” (MARTINS, 2015, p. 158).

Rosa (2015) em sua dissertação *Internacionalização Universitária e Interculturalidade: análise dos Programas Federais Interuniversitários Sul-Sul* durante *a gestão Lula*, analisou as ações de internacionalização universitárias que foram desenvolvidas nesta gestão e as suas relações com a Política Externa. A autora assevera que:

> A relação entre educação, internacionalização e desenvolvimento é clara, mas em um cenário global de interesses difusos, é fundamental entender o papel dos governos e das suas respectivas Políticas Externas para que as políticas educacionais dos Estados sejam formuladas, repensadas e transformadas em função do bem comum (ROSA, 2015, p. 36).

No entender de Rosa (2015, p. 37), “A Política Externa é comumente analisada como o conjunto de estratégias utilizadas por um Estado para atuar no cenário internacional”. Explica ainda que: “Pode também ser analisada como o conjunto de

ações que um estado desenvolve em torno dos interesses nacionais e/ou em busca da paz mundial" (ROSA, 2015, p. 37).

Um desafio apresentado pela autora, quando se trata da internacionalização, é: "Como preservar a cultura local sem anular a diversidade?" (ROSA, 2015, p. 34). Conforme a autora:

> É fundamental criar diferentes meios de convivência cultural e democrática potencializando este desafio como algo imprescindível para a efetividade das ações internacionais. Não existe cooperação internacional sustentável entre Universidades sem a compreensão da relevância da interculturalidade nestas ações. As atividades de intercâmbio solidário só se tornam possíveis com a existência de políticas de convivência e com respeito à relevância da multiculturalidade presente no contexto internacional (ROSA, 2015, p. 34).

Rosa (2015) descreve os programas e projetos, na gestão Lula, que contribuíram para a Internacionalização, destacando o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados (desenvolvido pelo setor educacional do Mercosul); o Programa de Mobilidade Mercosul; o Programa de Estudante Convênio de Graduação; a Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira; Universidade Aberta do Brasil em Moçambique; e o Leitorados Brasileiros.

Rosa (2015) salienta a importância da "profissionalização da internacionalização" daqueles que se encontram a frente da gestão da internacionalização nas Instituições de Ensino. Salienta a necessidade de haver um setor (ou departamento) específico, um planejamento estratégico sustentado no diagnóstico do estágio em que a instituição se encontra em termos de internacionalização articulado ao cenário global; e monitoramento a avaliação constante das ações. Tal planejamento, no entender de Rosa (2015), requer a observação de aspectos tais como: os programas de mobilidade; as Redes de Cooperação Acadêmica Internacional; os acordos de colaboração; a pesquisa compartilhada; a Dupla Diplomação; os projetos de cooperação internacional e a Gestão da Cooperação Acadêmica Internacional; a alocação de recursos para a internacionalização e o fluxo de informações.

De acordo com Rosa (2015, p. 94), "A política externa desenvolvida durante os anos de governo do Ex-Presidente Lula utilizou a cultura como um forte elemento de integração no Hemisfério Sul". Entretanto, a autora pondera que "[...] apesar disto ter favorecido os tradicionais processos de internacionalização universitária, a

interculturalidade não foi um instrumento utilizado estatisticamente nas análises dos resultados oficiais" (ROSA, 2015, p. 94).

Ainda, segundo a autora:

> Um ponto relevante nesta pesquisa foi o fato de não serem encontrados, oficialmente, números qualitativos dos programas analisados. As publicações institucionais sobre o resultado das ações abordavam quantidade, mas não a qualidade dos resultados dessas iniciativas. Isso traz a reflexão de que, ainda que o governo tenha oferecido oportunidades, pouco se conhece sobre a efetividade destas iniciativas para a internacionalização universitária no Brasil. (ROSA, 2015, p. 96).

Por fim, Rosa (2015, p. 97) afirma que: "Não é possível falar de educação superior [...] sem levar em consideração as possibilidades de internacionalização da

Universidade e o alinhamento destas ações com a Política Externa do Estado". Igualmente, "não se pode discorrer sobre internacionalização universitária efetiva sem investir no diálogo intercultural e na diversidade" (ROSA, 2015, p. 97).

Egreggio (2016), em sua dissertação, *A influência das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do Ensino Superior brasileiro* teve como foco as políticas públicas formuladas no Brasil nos últimos dez anos, e a influência delas no processo de democratização do acesso e internacionalização do Ensino Superior brasileiro. De acordo com o autor:

> O primeiro indicador do processo de democratização do acesso ao ES é a expansão do número de vagas. Neste sentido, a aprovação da LDB de 1996, no Governo FHC, é considerada uma espécie de "divisor de águas". Entre outras situações, a LDB/96 flexibilizou as regras de credenciamento de IES privadas, resultando em um forte crescimento do número de matrículas neste segmento de ensino. Mas o caminho da democratização evidencia-se mais claramente a partir do Governo Lula (2003 – 2010), caracterizada pela formulação de políticas públicas orientadas para a expansão do acesso ao ES no Brasil, entre elas merecem destaque os programas Prouni, Fies e Reuni (EGREGGIO, 2016, p. 103).

Egreggio (2016, p. 119) destaca que os fatores econômicos prejudicam o acesso dos estudantes à Educação Superior, sendo que

> [...] uma maior igualdade social e uma melhor qualidade do ensino público básico tornaria o ingresso no Ensino Superior mais equitativo. Um aspecto relevante a ser ponderado nesse processo de expansão é o fato do aumento do número vagas ter ocorrido majoritariamente via setor privado (EGREGGIO, 2016, p. 119).

Conforme Egreggio (2016, p. 108):

> Outra barreira apresentada pelos programas Prouni e Fies é reverter o quadro no qual ir à universidade pública e cursar as carreiras mais concorridas e valorizadas pela sociedade é opção reservada a poucos. Em função da baixa qualidade de ensino recebido, a maioria dos estudantes de baixa renda não consegue ingressar nesses cursos, em IES públicas. Como também em IES privadas, devido ao alto valor das mensalidades. Entretanto, em sua maioria, os cursos de maior prestígio não são atendidos com bolsas pelos programas Prouni e Fies.

Sob o ponto de vista da internacionalização do ES, o autor menciona duas iniciativas do governo federal:

> (1) o processo de Internacionalização Solidária ES, que engloba iniciativas de o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária as universidades federais com vocação internacional, que oferecem cursos diferenciados a um público que ultrapassa as fronteiras locais e (2) o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), desenvolvido como uma política de incentivo à mobilidade acadêmica, com prioridade à mobilidade estudantil de estudantes de cursos de graduação. Ambos os programas despontam como uma iniciativa importante para a inserção do Brasil no mundo globalizado (EGREGGIO, 2016, p. 111).

Contudo, segundo Egreggio (2016, p.120-121) houve investimento de valores “significativos de recursos do Tesouro em cada um dos programas pesquisados, sem uma oportuna classificação de prioridades ou avaliação do impacto efetivo deles no aumento da empregabilidade e renda dos bolsistas depois de formados”. Afirma ainda: “em um país como o Brasil, em constante crise e sujeito a restrições orçamentárias, essa não parece ser a melhor forma de administrar os recursos públicos voltados à educação” (EGREGGIO, 2016, p. 120-121).

Bischoff (2017), aborda em sua tese, *As ações públicas de internacionalização da Educação Superior no Brasil e o seu alinhamento com a política externa brasileira no governo Dilma Rousseff 2011 - 2014.* A autora refere que:

> [...] as IES poderiam usufruir das iniciativas oficiais para alavancar seus próprios projetos internacionais, na medida em que exista uma coerente e articulada política externa do país com esse mesmo horizonte, ou seja, a internacionalização da educação superior (BISCHOFF, 2017, p. 23).

Ao se referir a política externa para a internacionalização, Bischoff (2017, p. 52), afira que ela “representa um instrumento efetivo de soft power, conduz,

inevitavelmente, ao desenvolvimento da nação, seja ele social, econômico, político ou cultural". Destaca ainda que:

> Durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, diversos foram os programas ou ações de fomento à internacionalização da educação superior brasileira que permaneceram de governos anteriores. Tais programas, que já existiam ao início do governo Dilma, evidenciam que as raízes de algumas iniciativas governamentais de internacionalização da educação são mais complexas e historicamente difusas, ou seja, provêm de motivadores e matizes partidários não exatamente alinhados à proposta de governo da presidente (BISCHOFF, 2017, p. 150-151).

Dentre as ações, a autora destaca o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G); o Programa de Estudantes-Convênio Pós-Graduação – PEC-PG Projeto Cooperação Sul-Sul da Agência Brasileira de Cooperação; a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), em Redenção-CE, e da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), em Foz do Iguaçu-PR; o Programa Brasil France Ingénieur Tecnologia (BRAFITEC); os programas do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB); os programas MATH-AMSud (foco na pesquisa em Matemática) e STIC-AmSud (colaboração de redes de pesquisa das Ciências e Tecnologias da Informação e da Comunicação); o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI); o Programa Parcerias Universitárias Brasil-Alemanha (UNIBRAL); o Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisadores Brasileiros e Alemães (PROBAL); Doutorado CAPES/DAAD/CNPq; o Programa Professor Assistente de Língua Portuguesa nos EUA; Professor Pesquisador Visitante nos EUA, dentre outros.

Nesse contexto, Bischoff (2017, p. 178) salienta que

> [...] foram quatro os programas de internacionalização da educação superior que não particularizaram os países de destino ou parceiros das iniciativas: o Professor Visitante Estrangeiro (PVE); o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE); o Ciência sem Fronteiras (CsF); e o Idioma sem Fronteiras (IsF).

Dentre tais programas, Bischoff (2017, p. 181), enfatiza que

> O Ciência sem Fronteiras, de certo modo, pode ser considerado como a mais ousada iniciativa governamental para a promoção da educação superior brasileira, como instrumento para ampliar a inserção internacional do Brasil no cenário da educação internacional.

Em suas considerações finais, a autora enfatiza que:

> De todas as condições apontadas como necessárias aos projetos de internacionalização da educação superior de uma universidade, a dimensão política talvez represente a maior possibilidade de avanço dessa expansão internacional e, ao mesmo tempo, há de se ponderar que essa variável também significa maior ameaça potencial ao sucesso das intenções das IES. O desafio representado está no fato de que, normalmente, esses processos se dão imersos em contextos de acentuadas desigualdades econômicas e sociais, além de divergentes e até conflituosos interesses políticos. Assim, a tarefa de conciliar o desejo de internacionalização da educação superior com a necessária redução das assimetrias sociais, com garantias de desenvolver a economia nacional, deveria estar embutida na construção da política externa de qualquer país preocupado com o tema (BISCHOFF, 2017, p. 212).

Passamos à apresentação dos estudos categorizados no eixo temático 2.

5.1.2 Eixo temático 2: Processos de internacionalização das Instituições de Ensino Superior

A ênfase nos processos de internacionalização das IES recai sobre a abordagem dos modos de como as IES legitimam e efetivam a internacionalização em seus contextos. Nesse eixo, categorizamos as dissertações realizadas por Gianasi (2006), Silva (2014), Lago (2015), Coelho (2016) e Santos (2017), conforme apresentamos no Quadro 16.

Quadro 16 – Eixo temático 2: Processos de internacionalização das Instituições de Ensino Superior

Autor	Título/Área de concentração/Instituição	Nível	Ano
GIANASI, A. L. de C.	**Internacionalização do Ensino Superior**: Cooperação Internacional *versus* Mercantilização. Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.	M	2006
SILVA, F. F. da.	**Internacionalização do Ensino Superior**: Política, Gestão, Lições e Aprendizagens da Faculdade Internacional da Paraíba. Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba.	M	2014
LAGO, S. L. do	**O processo de Internacionalização de uma Instituição de Ensino Superior:** o caso da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Administração. Universidade Estadual de Maringá.	M	2015
COELHO, Camila Pain Veran	**Referencial estratégico para a internacionalização do campus Florianópolis-continente do Instituto Federal de Santa Catarina**. Administração Universitária. Universidade Federal de Santa Catarina.	MP	2016
SANTOS, B. L. de S.	**Desenvolvimento da Internacionalização da Universidade Federal de Roraima (2009-2015**). Desenvolvimento Regional. Fundação Universidade Federal de Roraima.	M	2017

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da consulta direta ao texto integral das dissertações e teses (2018).

Gianasi (2006), na dissertação a *Internacionalização do Ensino Superior: Cooperação Internacional versus Mercantilização* enfatiza o direito à educação, a cooperação e a solidariedade, contrapondo-se à perspectiva mercantilista constatada nas últimas décadas. Segundo a autora:

> Direito humano amplamente reconhecido em diversos tratados internacionais de Direitos Humanos, o direito à educação superior corre o grave risco de se firmar como mais uma mercadoria negociável nos conhecidos moldes da lex mercatoria. Como garantir que a internacionalização do ensino superior, resultado do crescente intercâmbio entre Estados e pessoas, não assuma moldes mercantilistas calcados em interesses econômicos absolutamente descomprometidos com os Direitos Humanos? (GIANASI, 2006, p. 14).

Gianasi (2006, p. 56) questiona:

> Em quais bases o Brasil pretende desenvolver-se rumo à internacionalização do seu ensino superior? Em bases mercantilistas? Ou em bases de cooperação internacional fundamentada na solidariedade e na dignidade da pessoa humana?

Pautada, especialmente nos dispositivos difundidos pela UNESCO e nos dispositivos nacionais, a autora retoma o ideário dos direitos humanos, aprofundando a questão do direito à educação como um direito subjetivo. É enfática ao afirmar:

> A conquista do direito à educação, acompanhada por tantos outros direitos, faz parte do patrimônio jurídico-social-político de todo um povo e não de uma parcela favorecida pela histórica desigualdade fomentada pela globalização econômica (GIANASI, 2006, p. 96).

Destaca ainda que:

> A superação das crises vivenciadas pela universidade, a saída da encruzilhada, depende da reinvenção do projeto nacional de cada um dos Estados, nos quais a educação há de ocupar posição de destaque. A cooperação em voga deve ser concebida como uma parte integrante das missões institucionais de entidades e sistemas de ensino superior, que, com o apoio das organizações intergovernamentais, as agências financiadoras e as organizações não governamentais deverão desenvolver-se, gradativamente e na medida do possível, sob os auspícios da solidariedade. (GIANASI, 2006, p. 114).

Por fim, Gianasi (2006, p. 118-119) reafirma que:

> Sem pretender resolver as pendências comumente agravadas a cada rodada de negociação em que a educação é colocada à mesa, a razão do trabalho apresentado consistiu em breve tentativa de alerta para a necessidade de

> maior debate sobre o papel da educação no mundo globalizado. De um lado, as organizações internacionais de cunho econômico-financeiro fomentadas por Estados centrais, defensores da liberalização do mercado educacional, disputam quem vai produzir o conhecimento a ser consumido pelos demais Estados. De outro, os adeptos dos alicerces humanísticos inerentes ao direito fundamental à educação apregoam a importância da garantia do acesso de todos os segmentos sociais ao ensino superior, aliada à manutenção de níveis de qualidade educacional, condição à plena implementação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Silva (2014), tematiza a *Internacionalização do Ensino Superior: Política, Gestão, Lições e Aprendizagens da Faculdade Internacional da Paraíba*, em sua dissertação. O autor tem como central de sua pesquisa: “Quais as lições e as aprendizagens apropriadas pela FPB em seu processo de internacionalização, do modelo e política de gestão da rede LIU?” (SILVA, 2014, p. 16). Ao se referir a rede *Laureate*, salienta que:

> O modelo de política e gestão da Laureate centra-se, visivelmente, na internacionalização da rede, e isso se reflete nas escolhas de instituições reconhecidas, em termos de imagem, cultura e conceito comunitário, responsabilidade social e sustentabilidade no mercado. Após a aquisição, a Laureate inicia o processo de fusão e implantação de sua cultura, ou melhor, seu modelo de política e gestão, valorizando e preservando a identidade e essência das instituições compradas. Para tanto, respeita a autonomia nos processos acadêmicos da instituição adquirida, seus aspectos internos e externos, para que se mantenham atuando e atendendo as demandas, tanto mercadológicas quanto educacionais da sociedade e as dos órgãos reguladores (SILVA, 2014, p. 57).

Dentre os aspectos atinentes ao processo de internacionalização da UFPB, Silva (2014), destaca: a) o modelo e o processo de gestão sem imposição, atendendo às especificidades da unidade em questão; b) o reconhecimento da internacionalização como “uma oportunidade e elemento imprescindível” para o preparo dos estudantes; c) os programas de intercâmbios, cursos específicos de desenvolvimento de professores, incentivo à pesquisa e à produção científica, preços acessíveis dos seus cursos; d) o desenvolvimento e a qualidade acadêmica; e) a padronização e a elevação de qualidade dos processos administrativos internos; f) a captação de estudantes por meio da criação de *feeder School* (divulgação em escolas) e *feeder company* (divulgação em empresas); g) programa de língua inglesa para estudantes, professores e o público em geral, e h) o incentivo e a participação de estudantes em eventos internacionais da rede.

No entender do autor, a partir do estudo realizado, “o aprendizado da FPB vem do conhecimento incorporado a partir do modelo da LIU, capaz de influenciar as suas

políticas, planejamento, gestão e inovação organizacional" (SILVA, 2014, p. 62). Diante do exposto, o autor enfatiza os "indicadores de resultados que demonstraram um crescimento acima da média das instituições congêneres, se comparada, proporcionalmente, a seu tempo de vida"; e os "indicadores de qualidade e de competitividade ao ponto de elevar os conceitos de seus cursos de graduação". (SILVA, 2014, p. 62). Tais resultados, segundo Silva (2014, p. 63), contribuem "não apenas para promoção, crescimento e expansão da LIU, mas especificamente, para a internacionalização da FPB. E como efeito fortalecer a internacionalização da rede".

Lago (2015), em sua dissertação *O processo de Internacionalização de uma Instituição de Ensino Superior: o caso da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*, teve como objetivo "compreender como ocorre o processo de internacionalização da PUCPR" (LAGO, 2015, p. 18).

O autor evidencia que o processo de internacionalização não é homogêneo e que o nível em que cada IES se situa está relacionado ao ambiente institucional, às motivações e as estratégias adotadas em cada IES para esse processo. Afirma que "a internacionalização se apresenta às instituições de ensino superior, cada vez mais, como uma realidade a ser considerada em suas estratégias, sob pena de verem comprometida sua competitividade e mesmo sua continuidade" (LAGO, 2015, p. 19).

Nesse sentido, segundo o autor,

> O conhecimento das motivações que levam as instituições de ensino superior a buscarem a internacionalização é de fundamental importância para o estudo das estratégias e ações para internacionalização. Diferentes motivações podem levar a escolha de diferentes meios para obtenção de diferentes fins (LAGO, 2015, p. 42).

Lago (2015) explica que adotou o modelo de Knight para realizar a análise do processo de internacionalização da PUCPR. Segundo o autor,

> A opção recaiu sobre este modelo por ser mais abrangente, pois além de considerar elementos fundamentais da internacionalização, também propõe um ciclo de internacionalização contra o qual se pode confrontar a realidade da instituição pesquisada (LAGO, 2015, p. 61).

De acordo com Lago (2015), o processo de internacionalização da PUCPR: a) iniciou com discussões informais, avançando para a prospecção de missões internacionais e estabelecimentos de parcerias, projetos de pesquisa em conjunto, acordos de dupla diplomação, mobilidade de docentes e discentes e bolsas de estudo

no exterior; b) teve como marco a criação do Escritório de Internacionalização, sua profissionalização e reposicionamento para a condição de Diretoria; c) ênfase inicial em intercâmbios linguísticos e acadêmicos; e d) inclusão da internacionalização no planejamento estratégico institucional. Como principais motivações para o processo de internacionalização, Lago (2015) identificou a dimensão sociocultural, objetivando a formação das pessoas para um mundo global; a dimensão acadêmica, com vistas à melhoria da qualidade de ensino; o posicionamento da Universidade nos *rankings* internacionais; o desenvolvimento de pesquisas relevantes; e a dimensão econômica, buscando a captação de alunos estrangeiros.

Com relação as estratégias adotadas, Lago (2015, p. 87) relata que "A maioria das ações de internacionalização da PUCPR são estratégias programáticas classificadas como programas acadêmicos", destacando-se a mobilidade estudantil que já se encontra consolidada. Segundo Lago (2015, p. 88):

> Uma estratégia mais recente de internacionalização, também classificada como programa acadêmico, é o *English Semester*. O *English Semester* é o programa de disciplinas ofertadas em inglês, tanto para os alunos internacionais, quanto para os alunos da PUCPR.

Quanto à pesquisa, o autor destaca as parcerias institucionais, o incentivo e o apoio aos pesquisadores para que façam seu estágio pós-doutoral, preferencialmente no exterior, e o programa que incentiva a vinda de pesquisadores estrangeiros para a PUCPR (LAGO, 2015). No que se refere às estratégias organizacionais, o autor salienta que, apesar da internacionalização não estar contemplada na missão institucional, existe sua inclusão no planejamento estratégico institucional, havendo, também, um planejamento estratégico específico para ela. Lago (2015, p. 90-91) esclarece que

> Quanto ao envolvimento ativo do corpo de funcionários na internacionalização - apesar do compromisso expresso pelos líderes, da existência de objetivos claros e articulados para a internacionalização e da existência de planejamento estratégicos e políticas próprias -, ele não alcança toda a comunidade acadêmica.

No que concerne às estratégias organizacionais de operações, "a PUCPR conta com estrutura apropriada para o desenvolvimento da internacionalização" (LAGO, 2015, p. 92). No que diz respeito às "estruturas organizacionais de apoio de

comunicação, ligação e coordenação dentro da instituição", Lago (2015, p. 92) considera que

> [...] uma estratégia que se destaca na PUCPR é a da criação de um representante de relações internacionais em cada uma das nove escolas e em cada campus. São os agentes de internacionalização. Estes agentes de internacionalização são professores de tempo integral que tem um determinado número de horas de atividades dedicadas à internacionalização na escola ou campus. Eles desempenham tarefas como a promover de ações que levem ao reconhecimento internacional da escola, atuar como facilitador para conhecimento e aproveitamento de oportunidades de intercâmbio internacional, facilitar o processo de comunicação entre a Diretoria de Relações Internacionais e as escolas ou *campi*, etc.

As estratégias de serviço salientada por Lago (2015, p. 93) "é a busca de recursos que permitam uma democratização do acesso à internacionalização", sendo que "A instituição está sempre trabalhando para desenvolver o programa de bolsas, tanto com outras instituições de ensino superior quanto com órgãos como a CAPES". O autor também menciona o "*Buddy Program*", que consiste num

> [...] programa da Diretoria de Relações Internacionais que reúne voluntários para acolhimento do estrangeiro que chega à PUCPR. O voluntário pode ser tanto um aluno, quanto um professor ou colaborador. O programa acaba beneficiando tanto quem recebe quanto quem é recebido. Quem recebe tem a oportunidade de manter contato com pessoas de outras culturas. Já o aluno que está chegando à PUCPR tem o apoio para se ambientar à instituição e à cidade (LAGO, 2015, p. 94).

No âmbito das estratégias de recursos humanos, Lago (2015, p. 95) cita "a possibilidade de contratação de professores estrangeiros e repatriados". Os fatores favoráveis à internacionalização, identificados por Lago (2015), são o sistema de governança e a continuidade do planejamento estratégico institucional, de plano estratégico de internacionalização e planos de ação; a estrutura e a localização do campus; os programas e as bolsas concedidas pelo governo federal. Com relação aos fatores restritivos, a localização também aparece. Conforme o autor:

> É interessante notar que enquanto a localização e as amarras legais são barreiras que afetam a segmentos específicos da internacionalização, como o recebimento de alunos estrangeiros e a dupla diplomação, respectivamente, a barreira linguística permeia todo o processo de internacionalização, ganhando assim maior relevância e demandando estratégias institucionais e nacionais específicas (LAGO, 2015, p. 99).

Como benefícios da internacionalização, Lago (2015) salienta a capacitação e a preparação dos alunos da PUCPR e dos alunos estrangeiros recebidos; o *benchmarking* com outras instituições de ensino superior; a melhoria na imagem institucional; e a possibilidade de intercâmbio internacional. Já os riscos, “a “fuga de cérebros”, a comoditização do ensino e o risco de exclusão de alunos do processo de internacionalização” (LAGO, 2015, p. 101, grifo do autor).

Coelho (2016)**,** em sua dissertação *Referencial estratégico para a internacionalização do campus Florianópolis-continente do Instituto Federal de Santa Catarina,* analisa *“*o processo de internacionalização do *campus* Florianópolis-Continente (CTE) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)” (COELHO, 2016, p. 28).

Dentre as ações realizadas pelo CTE, Coelho (2016) salienta a presença de atividades relativas à internacionalização nos componentes teóricos e práticos, visando o desenvolvimento intercultural. A autora chama a atenção para o fato de que o *site* institucional não possui um espaço destinado

> [...] a informações relacionadas à internacionalização do Campus, como guia de cursos em línguas estrangeiras, oportunidades de estágio para estudantes estrangeiros oriundos de instituições parcerias do CTE, entre outras informações importantes para incentivar a integração do Campus com instituições de ensino estrangeiras (COELHO, 2016, p. 130).

Contudo, a autora menciona que “as ações desenvolvidas no CTE relatadas demonstram que o campus já participa ativamente do processo de internacionalização do IFSC” (COELHO, 2016, p. 130), mas ainda está “necessitando de conhecimentos especializados na área e estrutura organizacional e física para dar prosseguimento de forma profissional e consciente ao processo” (COELHO, 2016, p. 130).

No que se refere ao conhecimento dos gestores entrevistados sobre as políticas e estratégias de internacionalização, Coelho (2016) constata certo desconhecimento, mesmo elas estando presentes no PDI. Apesar disso, a autora destaca que os entrevistados “concordam que a internacionalização do ensino é importante para a Instituição, contribui academicamente, ajuda na divulgação da imagem institucional, e se insere em um ambiente já globalizado para se atualizar” (COELHO, 2016, p. 133).

Em relação à administração das questões atinentes à internacionalização, Coelho (2016, p. 137) salienta que “na concepção dos entrevistados [...] ainda não está clara e bem definida”, pois

> Durante as entrevistas os gestores buscaram explicar um pouco como funciona funcionam os procedimentos relacionados aos assuntos internacionais dentro do Campus, mas eles próprios reconhecem que não possui processos e procedimentos muito bem delineados, reconhecem que há dificuldades com informações oriundas da Reitoria do IFSC e entendem que o processo deve ser melhorado (COELHO, 2016, p. 137).

Ao avaliar tal situação, Coelho (2016, p. 138) considera

> [...] que esta dificuldade com a gestão da internacionalização ocorre porque não há um relacionamento efetivo entre diferentes setores que estão direta ou indiretamente ligados às atividades de internacionalização, somando à falta de articuladores de outras parcerias para auxiliar os setores e as informações oriundas da Reitoria que não são claras, gerando insegurança e incertezas o que prejudica as tomadas de decisões.

No que diz respeito as melhorias, a autora observa haver

> [...] a concordância com a necessidade de melhorar a estrutura de trabalho na área de assuntos internacionais do Campus, com sugestões que vão desde ter um grupo ou comissão responsável por assuntos internacionais, até criar um setor estruturado com coordenação específica para este fim. Com isso percebe-se que ainda não está claro e ainda não há um consenso sobre o que fazer, mas já se tem um ponto de partida que é a consciência da necessidade de mudança (COELHO, 2016, p. 140).

Coelho (2016, p. 144), constata “nas falas dos gestores de que ainda não há uma definição clara das parcerias e ações de internacionalização que o campus Florianópolis-Continente (CTE) pretende executar no futuro a curto, médio e longo prazo”. Igualmente, “de acordo com os gestores entrevistados, a avaliação das atividades de internacionalização realizadas ainda não é muito efetiva” (COELHO, 2016, p. 145).

Ao relacionar as respostas dos gestores entrevistados com as dos servidores, a autora evidencia a correlação entre elas. A ausência de clareza, no âmbito da liderança, acerca de aspectos considerados essenciais para a internacionalização, impacta nas concepções e *modus operandi* dos servidores (COELHO, 2016).

Com base no estudo realizado, Coelho (2016, p. 168) lista os seguintes desafios para o processo de internacionalização do campus:

> Recurso financeiro escasso, pouco fomento para as atividades de internacionalização no Campus por órgãos e instituições superiores;
> Oportunidades limitadas de acesso a programas e atividades voltados à internacionalização;
> Fluxos e processos administrativos pouco definidos;
> Dificuldade de domínio de língua estrangeira;
> Falta de um setor próprio responsável pelos processos e atividades internacionais;
> Dificuldades na liberação de servidor para capacitações;
> Falta de avaliação de retorno à instituição das atividades de internacionalização realizadas;
> Desconhecimento dos gestores e servidores sobre as estratégias de internacionalização do PDI;
> Falta de um planejamento institucional para a internacionalização do CTE;
> Poucas parcerias ativas;
> Informações insuficientes no site do IFSC sobre assuntos internacionais voltadas para a comunidade acadêmica da instituição e estrangeiros;
> Site do CTE sem espaço destinado a informações relacionadas à internacionalização do Campus (COELHO, 2016, p. 168).

Os pontos positivos identificados pela autora foram:

> Reconhecimento da parte dos gestores e servidores do CTE da importância da internacionalização;
> Consciência crítica dos gestores e servidores do CTE da importância em trabalhar em rede;
> Argumento com viés cultural e educacional, quanto à internacionalização e a preparação de estudantes como cidadãos e profissionais críticos;
> Solidificação da parceria Brasil França com o apoio de um articulador que auxilia nos procedimentos e na realização de ações internacionais;
> Acordo de cooperação com estabelecimentos da Grande Florianópolis para receber estagiários internacionais;
> Reconhecimento de que a Instituição necessita de uma estrutura organizacional formalizada para as relações internacionais no campus Florianópolis-Continente;
> Pró-atividade dos servidores em contribuir para o processo de internacionalização;
> Realização de parcerias internacionais solidárias, emissivas e receptivas;
> Preocupação dos servidores e gestores para a oportunização efetiva de acesso as atividades de internacionalização para toda a comunidade acadêmica; Pertencimento do IFSC à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
> Autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar do IFSC para administrar os campi;
> Participação do IFSC como membro associado da FAUBAI e do FORINTER;
> Valorização da internacionalização do IFSC por meio do PDI;
> Criação do setor Assuntos Internacionais na Reitoria;
> Site institucional do IFSC contendo um espaço para divulgação de editais, programas, parcerias e demais assuntos internacionais; Programa família acolhedora do IFSC (COELHO, 2016, p. 168-169).

Por fim, a autora propõe um referencial estratégico para a internacionalização, contemplando as seguintes fases: a) Definição de abordagem (ou concepção de internacionalização) e o tipo de cooperação; b) Planejamento do processo de

internacionalização; c) Sensibilização da comunidade acadêmica; d) Implantação do plano; e, e) Avaliação de resultados (COELHO, 2016).

Santos (2017), em sua dissertação *Desenvolvimento da Internacionalização da Universidade Federal de Roraima (2009-2015),* questiona “Quais são as características do processo de internacionalização da Universidade Federal de Roraima no período de 2009 a 2015?” (SANTOS, 2017, p. 17).

Ao apresentar a análise realizada acerca de tal processo, a autora apresenta as fases pelas quais a instituição passou no decorrer do seu ciclo de internacionalização, a saber: embrionária, maturação e desenvolvimento. Segundo Santos (2017, p. 91), na fase embrionária da internacionalização:

> [...] considerar internacionalização na prática era agir de forma instintiva, sem caráter técnico ou metodológico, no entanto, era provida de astúcia e engenhosidade que a historicidade desta instituição conta por meio de ações determinados stakeholders frente aos seus controles, além da precisão das execuções individuais de alguns professores na sua demanda por aprimoramento profissional ou realizações de pesquisas que encontraram no exterior a concretização das mesmas. A UFRR é uma IES que nasce internacionalizada, embora esse processo não fizesse parte da missão do tripé institucional (ensino-pesquisa-extensão), seguiu-se uma lógica dentro de um modelo humboldtiano. Em todo o caso, esse processo inicial é fruto de ações voluntárias de caráter estritamente unilateral e pessoalizado.

Na fase de maturação da internacionalização, a autora destaca que “a UFRR busca ampliar as parcerias no sentido de realizar intercâmbios, seja de professores/pesquisadores, além de alunos e colaboração técnica e científica”. (SANTOS, 2017, p. 92). Assim,

> [...] a internacionalização tem um caráter voltado a atender não somente a estrutura da universidade, como ficou marcada a parceria com Cuba, mas auxiliar na cooperação das pesquisas promovidas por departamentos de cursos, além de criar cultura de intercâmbio acadêmico e aperfeiçoamento das atividades de pesquisa em parceria com esta IFES.

Contudo, esclarece a autora

> A maturação da internacionalização na UFRR não quer dizer que de fato, a universidade é internacionalizada por meio de gestão organizacional, pois a extensão e continuação das suas atividades passaram por transições sazonais e que necessitavam operar de forma continua, para isso, seria necessário profissionalizar os assuntos envolvendo as atividades internacionais [...] (SANTOS, 2017, p. 94).

Na terceira fase, desenvolvimento da internacionalização, Santos (2017, p. 94) acentua a importância da criação da Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT), sendo que ela “torna os assuntos internacionais um processo centralizado a este órgão interno vinculado a Reitoria, passando a figurar papel fundamental no processo de internacionalização da UFRR”. A autora destaca que enormes foram os “desafios propostos à implementação da CRINT, visto que a universidade não detinha de estruturas organizacionais e de gestão, além de sólidas estratégias para a promoção de uma internacionalização” (SANTOS, 2017, p. 94). Santos explica ainda que:

> Ciclo marcante de consolidação e desenvolvimento das atividades de internacionalização da UFRR, esse processo passa a ser figurado na instituição como estratégia educacional que visa além da ampliação das ações internacionais, seja com missões e participações da Reitoria em encontros no exterior, promove ainda, a integração de toda a comunidade acadêmica nesse sistema (SANTOS, 2017, p. 96).

A autora identifica, também, dois processos que o seu entender “baseiam-se em aportes de dupla-via, ou seja, fatores responsáveis por favorecerem dois padrões de desenvolvimento nesta instituição” (SANTOS, 2017, p. 97), a saber:

> [...] o desenvolvimento exógeno, promovido por professores/pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação vindos do exterior e; padrão de desenvolvimento endógeno, formado por professores/pesquisadores, acadêmicos de graduação e pós-graduação que saem da UFRR para realizarem atividades internacionais alicerçados no tripé ensino, pesquisa e extensão universitária (SANTOS, 2017, p. 97).

Santos (2017, p. 123) menciona que “as estratégias para a internacionalização da UFRR estão baseadas em plano institucional responsável por direcionar as políticas utilizadas para esse processo”. Nas suas considerações finais, a autora reforça a necessidade de

> [...] aprofundar os debates sobre a internacionalização de universidades brasileiras, a fim de compreender esse fenômeno, seu conceito e características até que se consiga responder questionamentos como “internacionalizar para quê?” E “internacionalizar para quem?” Essas postulações apontam para uma lógica de atividades, das quais os agentes e mecanismos utilizados para esse processo sigam por políticas de estratégias que construam, de forma efetiva, parâmetros de desenvolvimento, sejam eles de movimentos de dentro para fora (endógeno) quanto os de fora para dentro (exógeno) (SANTOS, 2017, p. 135, grifo da autora).

O eixo temático 2 está subdividido em dois sub eixos. Passamos à apresentação do estudo sobre a internacionalização do currículo, no sub eixo temático 2.1.

5.1.2.1 Sub eixo-temático 2.1: A internacionalização do currículo

Quadro 17 – Sub eixo temático 2.1: Internacionalização do currículo

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
REGIS, H. W. de F.	**Internacionalização do Campo do Currículo:** a influência estrangeira nas disciplinas Didáticas e Currículos nas Universidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Educação. Universidade Católica do Rio de Janeiro.	M	2016

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da consulta direta ao texto integral das dissertações e teses (2018).

Regis (2016), em sua dissertação, tem como temática investigativa a *Internacionalização do Campo do Currículo: a influência estrangeira nas disciplinas Didáticas e Currículos nas Universidades do Rio de Janeiro e de Niterói.*

O autor apresenta pressupostos acerca do campo do currículo e de conceitos que, na sua perspectiva, necessitam ser discutidos. Para tal aprofundamento, recorre especialmente a autores brasileiros, cujos estudos se situam no campo do currículo. Dentre os vários pressupostos abordados pelo autor que permeiam a questão da internacionalização do campo do currículo, destacamos: a globalização e as assimetrias de poder; a colonização e a descolonização; o hibridismo cultural; o cosmopolitismo no sentido do pertencimento coletivo; o diálogo e a cooperação solidária entre as nações; a valorização dos direitos humanos; a identidade cultural, a diversidade e a interculturalidade.

Regis (2016) explicita sua reflexão acerca dos depoimentos dos professores entrevistados, sendo alguns desses pesquisadores reconhecidos na área do currículo. O autor afirma que:

> [...] todos os depoimentos dos entrevistados foram no sentido de uma análise política da internacionalização do campo curricular, atentando, principalmente, para o aspecto da assimetria de poder entre países pertencentes a um grupo restrito de nações poderosas economicamente, as chamadas superpotências, e um outro grupo intermediário de potências médias que são cognominadas países emergentes. Por essa razão, abordamos essa temática para fazer uma configuração da internacionalização do campo do currículo com base no aspecto

> comprovadamente de maior interesse de ser discutido pelos docentes e pesquisadores da Educação e de áreas afins, que é a questão política. (REGIS, 2016, p. 80).

Esclarece também que:

> [...] todos os entrevistados se mostravam a favor da internacionalização por meio de intercâmbios, parcerias, políticas internacionais como via de mão dupla, mas apresentavam suas ponderações, abordando os riscos oriundos desse processo e os avanços que poderiam ser alcançados por meio de boas parcerias. Há uma tendência dos docentes a se reportarem a importância de existir uma agenda democratizante entre os países, dentro de uma relação menos assimétrica. São unânimes em afirmar que os programas de pós-graduação têm investido nessa internacionalização, em processos de mobilidade tanto de docentes como de alunos no sentido de publicação no exterior e apresentação de pesquisas em congressos internacionais. Dessa forma, entendem a internacionalização como uma forma de intercâmbio cada vez mais forte, mas é preciso que cada país tenha sua consolidação no campo curricular com autonomia e crítica para estar atento a um processo que tende à subalternidade, mas também pode trazer benefícios para os que têm uma crítica coerente e permanente sobre o processo (REGIS, 2016, p. 80).

Regis (2016) destaca a predominância da literatura estrangeira nos cursos de Pedagogia de todo o Brasil, especialmente na disciplina de Currículo e que, segundo os participantes do estudo, isso não é compreendido como algo negativo, desde que haja uma análise crítica dessa literatura. Conforme elucida o autor, “não fazer pura transferência” (REGIS, 2016, p. 158), pois a internacionalização precisa ser concebida numa perspectiva de troca, diálogo e cooperação.

Um dos fatores mencionados que propiciam a influência internacional são as parcerias estabelecidas pelos professores em termos de pesquisa, as participações em eventos e estudos no exterior, dentre outros. Há também o destaque que, mesmo que não houvessem essas ações, o acesso a literatura internacional também se dá por meio da leitura das publicações que cada vez mais são acessíveis devido ao desenvolvimento tecnológico.

Regis (2016, p. 170) salienta também que:

> [...] a partir dos depoimentos dos professores entrevistados, que: (I) a inclinação da internacionalização do campo curricular brasileiro ainda é para parcerias com pesquisadores do eixo Sul-Norte; (II) os pesquisadores africanos não têm conquistado significativo espaço no campo curricular brasileiro; (III) os autores dos países latino-americanos têm alcançado um pouco mais de espaço no campo curricular brasileiro com fortes parcerias que têm feito com pesquisadores do Brasil e assim inclinado um pouco mais os estudos curriculares para um intercâmbio Sul-Sul.

Por fim, Regis (2016, p. 171), assevera que

> [...] a reconceituação da categoria cosmopolitismo por si só já apresenta um mérito muito intenso, pois nos abre a possibilidade de uma visão cosmopolita somada à necessária adequação em cada faculdade de educação no que diz respeito à organização curricular, à construção dos programas de disciplinas, à elaboração dos projetos pedagógicos, às metodologias de ensino, podendo contribuir para uma ação docente que se beneficiaria de uma influência estrangeira necessária, indispensável e que deve ser procurada no sentido de aumentar as parcerias.

Passamos à apresentação dos estudos sobre a gestão da informação, no sub eixo temático 2.2.

5.1.2.2 Sub eixo-temático 2.2: Gestão da informação

Quadro 18 – Sub eixo temático 2.2: Gestão da Informação

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
RIOGA, D. C. P.	**Um modelo de gestão da informação para o contexto da internacionalização universitária:** estudo de caso na UFMG. Gestão & Organização do Conhecimento. Universidade Federal de Minas Gerais.	M	2017
MUNZLINGER, A.	**A Internacionalização dos *websites* das Instituições Federais de Ensino do Brasil**. Administração. Fundação Universitária Regional de Blumenau.	M	2016

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da consulta direta ao texto integral das dissertações e teses (2018).

Rioga (2017), em sua dissertação *Um modelo de gestão da informação para o contexto da internacionalização universitária: estudo de caso na UFMG,* com base na Modelagem do Fluxo Informacional, propôs “um modelo capaz de ser aplicado à realidade do Setor de Acolhimento e do Programa Bem-Vindo da UFMG” (RIOGA, 2017, p. 25). Teve por base as seguintes questões:

> [...] como cooperar com os processos de Gestão da Informação e do Setor de Acolhimento e do Programa Bem-Vindo da UFMG? O uso da Modelagem do Fluxo Informacional pode contribuir para o Setor de Acolhimento e Programa Bem-Vindo e, consequentemente, para a internacionalização da universidade? (RIOGA, 2017, p. 26).

Rioga (2017) explica que o Setor de Acolhimento e o Programa Bem-Vindo realiza desde o contato com o aluno estrangeiro até o seu acolhimento e

acompanhamento no período da sua estadia como aluno no Brasil. De acordo com a autora:

> Em todo o processo de mobilidade, que vai desde o interesse da realização de um intercâmbio até a chegada e estadia do estudante na universidade receptora, por exemplo, existe uma sequência de práticas que envolvem a comunicação direta, o uso da tecnologia, o uso de outros idiomas, o envio de documentos entre outros quesitos. Esses procedimentos ou ferramentas conectam as duas instituições antes da chegada do aluno, durante sua estadia e quando ele retorna à sua universidade de origem. Nesse caso, demanda-se de ambas as instituições uma estrutura física: uma equipe de trabalho, laboratórios, computadores, telefones, acesso à internet e um sistema de informação adequado às demandas (RIOGA, 2017, p. 26).

Nesse contexto, segundo a autora, a *Gestão da Informação* é um fator fundamental para o gerenciamento e o fluxo dos dados. Após o diagnóstico e o desenvolvimento do modelo de gestão que se propôs a realizar, a autora conclui que:

> O trabalho apresentado permite a geração de alternativas que facilitem a gestão da informação, ficando claro que a utilização da ferramenta de BPMN é uma opção para contribuir com esse processo dentro do Setor de Acolhimento e do Programa Bem-Vindo. Ficarão a critério da equipe as modificações dos fluxos, caso seja pertinente (RIOGA, 2017, p. 131).

Munzlinger (2016), em sua dissertação, *A Internacionalização dos websites das Instituições Federais de Ensino do Brasil,* tem como problema de investigação “qual o nível da internacionalização dos websites das instituições federais de ensino do Brasil?” (MUNZLINGER, 2016, p. 29). No seu entender:

> A inclusão das tecnologias da informação e comunicação, as mídias - dentro de um contexto de divulgação e comunicação entre as instituições - não são mais escolhas, mas presentes no cotidiano, produzir conhecimento e informações para ampliar o impacto social das mesmas – analisando que as mídias digitais são o maior veículo de comunicação - é o que momento impõe às instituições geradoras de conhecimento (MUNZLINGER, 2016, p. 26-28).

De acordo com a autora, a importância do *website* institucional está no fato de que, por vezes, ele é “o primeiro contato do estudante ou pesquisador com a universidade ou o instituto onde deseja realizar sua formação ou parte dela, uma ferramenta imprescindível de marketing internacional, que não pode ser desprezada” (MUNZLINGER, 2016, p. 28).

Com base na análise pautada pela abordagem quantitativa, dos *websites* de noventa instituições federais (Universidades Federais, Institutos Federais de

Educação Ciência e Tecnologia e os Centro Federal de Educação Tecnológica), as principais considerações apresentadas pela autora são:

> [...] interesse das Instituições [...] em direcionar suas ações estratégicas para a internacionalização, divulgando em seus websites informações relevantes e que possibilitam a estudantes e pesquisadores o contato com as instituições de interesse no Brasil.
> [...] todas as instituições analisadas possuem website ativo, como canal de comunicação entre o público externo.
> [..] apenas 20 não possuem departamento ou diretoria voltados aos processos de internacionalização, como Assessoria de Relações Internacionais ou Coordenação de Internacionalização.
> [...] o idioma e a tradução dos documentos, um dos fatores importantes relacionados na literatura, como aspecto da internacionalização, há necessidade de melhoria por parte das IFEs.
> [...] a falta de opção de idiomas na tradução, sendo o inglês disponibilizado nas 36 instituições. O Espanhol foi o segundo idioma apresentado, com 16 ocorrências, seguido do Francês, encontrado em 11 instituições. Alemão e Mandarim foram observados em apenas uma.
> [...] apenas 18 instituições não possuem acordos internacionais, evidenciando que as IFEs estão buscando ampliar os mesmos em diferentes áreas do conhecimento.
> [...] No aspecto de mobilidade docente, 43,3% das instituições possuem ao menos uma forma de intercâmbio apresentada, sendo ele, muitas vezes, como capacitação do idioma de língua inglesa.
> [...] Também relacionado ao trabalho docente, foi realizado o levantamento das pesquisas realizadas em parcerias internacionais; 14,4% das IFEs pesquisadas possuem parcerias, neste quesito, disponibilizada para consulta pública (MUNZLINGER, 2016, p. 91-92).

Quanto ao nível dos websites em relação ao conjunto de informações avaliadas, Munzlinger (2016, p. 92) conclui que:

> [...] apenas 11,1% das instituições possuem mais de 75% de atendimento nos quesitos pesquisados, sendo classificadas com excelente nível de internacionalização. A maioria das IFEs, com 43,4% que atingiram de 50% até 75% foram denominadas com bom nível. 34,4% das instituições atingiram de 25% até 50% e ficaram como intermediárias e as11,1% das instituições que não obtiveram 25% dos quesitos foram classificadas como baixo nível de internacionalização na análise dos websites.

Passamos à apresentação do estudo sobre a avaliação da internacionalização das Instituições de Ensino Superior, categorizado no eixo temático 3.

5.1.3 Eixo temático 3: Avaliação da internacionalização das Instituições de Ensino Superior

Quadro 19 – Eixo temático 3: Avaliação da internacionalização das Instituições de Ensino Superior

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
SILVA, C. C. C. da.	**Avaliação da Internacionalização no Ensino Superior:** um estudo Multicaso. Gestão e Negócios. Universidade Regional do Vale do Rio dos Sinos.	MP	2015

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da consulta direta ao texto integral das dissertações e teses (2018).

Silva (2015), em sua dissertação *Avaliação da Internacionalização no Ensino Superior: um estudo Multicaso,* tem como questão norteadora "Como duas IES privadas brasileiras avaliam o seu processo de internacionalização?" (SILVA, 2015, p. 25).

A autora assevera que:

> A necessidade de monitoramento e avaliação constantes torna-se, portanto, imprescindível, pois a internacionalização poderá apoiar as instituições no alcance de seus objetivos estratégicos, mas também poderá tornar-se uma despesa alta, se mal administrada (SILVA, 2015, p. 20).

A autora embasa seu acento na importância da avaliação do processo de internacionalização por meio de uma revisão de pressupostos teóricos de autores internacionais que discutem tal tema. Menciona, também, iniciativas, tais como projetos e instrumentos, para avaliar a internacionalização (como, por exemplo: *International Quality Review Process* (IQRP)[38]; Centrum für Hochschulentwicklung (CHE) *Indicator Project*[39]; *Nuffic Tool Mapping Internationalisation* (MINT)[40];

---

[38] "O International Quality Review Process (IQRP) foi desenvolvido pelo Institutional Management in Higher Education Programme (IMHE) da OCDE, em parceria com a Academic Cooperation Association (ACA) e a Association of European Universities (EUA). Foi uma das primeiras iniciativas internacionais criada para assistir instituições de ensino superior na avaliação e na melhoria dos seus processos de internacionalização" (SILVA, 2015, p. 52).

[39] "Em 2006, quatro IES alemãs deram início a um projeto para mensurar internacionalização com um direcionamento para a importância de números e cálculos chave como indicadores de internacionalidade das IES. O projeto também presta atenção especial aos aspectos de validade, objetividade e confiabilidade dos dados e indicadores. O CHE foi projetado com o objetivo de incluir uma avaliação quantitativa de internacionalidade e internacionalização nos rankings universitários".

[40] "A ferramenta, chamada Mapping Internationalisation (MINT), [criada pela Netherlands Organisation for International Cooperation in Higher Education (Nuffic), organização holandesa] visa apoiar IES e provê-las com uma visão geral das suas políticas, atividades e processos de apoio à internacionalização. Seu objetivo é auxiliar instituições a se organizarem de forma individual para 1)

Deutscher Akademischer Austausch Dienst (DAAD)[41]; *Indicators for Mapping and Profiling Internationalization* (IMPI)[42]), salientando a importância da consideração de indicadores qualitativos e quantitativos. Silva (2015, p. 59) salienta que:

> [...] uma boa prática avaliativa envolve elementos essenciais como definir objetivos e metas, coletar e organizar evidências e utilizar as evidências coletadas. Esses elementos essenciais devem fazer parte de uma análise global em que o próprio processo avaliativo pode ser avaliado por sua eficácia no processo.

Com relação ao processo de avaliação da internacionalização nas duas instituições, campo empírico de sua pesquisa, Silva (2015) analisou desde as estratégias de internacionalização; a gestão do processo de internacionalização e os avanços nesse processo para, depois, chegar às práticas de avaliação. Constata a existência de mecanismos direcionados a avaliação do processo em ambas instituições. Conforme a autora:

> [...] as práticas de avaliação adotadas pelas IES X e Y, não apenas geram input e auxiliam na tomada de decisão a respeito da continuidade, descontinuidade e intensificação de ações e projetos internacionais, mas também na definição de intervenções e adaptações necessárias para correções de curso e melhoria das atividades existentes. Também se pode compreender que as avaliações buscam identificar causas de falhas ocorridas e lacunas existentes para então definirem-se ações corretivas (SILVA, 2015, p. 53).

Silva (2015, p. 150) salienta que "Não foi possível identificar, a partir do estudo realizado, o uso de *benchmarking* como instrumento de avaliação da internacionalização nas IES pesquisadas". No seu entender, o *benchmarking* "é uma prática validada pela literatura e que poderia contribuir para os avanços pretendidos para a internacionalização nas universidades X e Y" (SILVA, 2015, p. 150). A autora

---

criar uma pauta para o progresso do seu processo de internacionalização, 2) traçar o seu perfil de internacionalização e 3) desenvolver benchmarking" (SILVA, 2015, p. 53).

[41] "O projeto "Internationality at German Higher Education Institutions – Conception and Collection of Profile Data" (Internacionalidade em instituições de Educação Superior Alemãs – Concepções e Coleta de Informações de Perfis) criou um método para medir o grau de internacionalidade das IES alemãs (SILVA, 2015, p. 54).

[42] "Criado em 2010, o IMPI Project tem como foco o mapeamento e descrição do perfil de internacionalização de IES. O projeto visa prover uma compreensão maisaprofundada do desempenho de internacionalização e medidas de progresso das IES. Também um conjunto de indicadores foi elaborado considerando dados de IES europeias. O instrumento prevê opções para comparações, mas também oferece oportunidades para que as IES escolham seus perfis individuais de internacionalização (SILVA, 2015, p. 55).

destaca que “foi possível depreender que as IES também realizam avaliações mais específicas e direcionadas às atividades e projetos” (SILVA, 2015, p. 150), mas, apesar disso, “trazem importantes insights a respeito da satisfação dos participantes, dificuldades encontradas e possivelmente também agreguem no sentido de visualizar oportunidades de melhoria nestes níveis, para estas atividades”. (SILVA, 2015, p. 150). Ressalta ainda “que nenhuma das IES pesquisadas utiliza-se de instrumento específico de avaliação da internacionalização, conforme sugere a literatura” (SILVA, 2015, p. 151).

Por fim, Silva (2015, p. 178) assevera:

> A necessidade das IES elaborarem um Plano de Internacionalização, a qualificação de gestores que atuam na área, a definição e monitoramento de metas e indicadores específicos de internacionalização, a necessidade de auferirem-se custos de todos os recursos necessários para o desenvolvimento de ações e projetos internacionais e a exiguidade de uma avaliação da internacionalização através de instrumentos específicos e teoricamente válidos, podem ser consideradas implicações gerenciais válidas. Ainda a proposição do ciclo de evolução da internacionalização pela autora mostra-se como caminho exequível para as IES, viabilizando a implementação de práticas que contribuirão para o progresso dos seus processos de internacionalização.

Passamos à apresentação dos estudos categorizados no eixo temático 4.

5.1.4 Eixo temático 4: Internacionalização e Mobilidade Acadêmica Estudantil

Os estudos categorizados no eixo temático 4 têm como enfoque investigativo a mobilidade acadêmica estudantil, visto sob a perspectiva de programas, convênios e acordos de cooperação direcionados à internacionalização. Neste eixo, categorizamos as teses realizadas por Sehnem (2015), Cunha (2016), Fernández (2016) e as dissertações realizadas por Ramos (2009), Sena (2013), Anastacio (2014), Braz (2015), Jesus (2015), Lage (2015), Rosa (2015), Voigt (2015), Almeida (2016), Guimaraes (2016), Silva (2016), Nascimento (2016) e Souza (2016), conforme apresentamos no Quadro 20.

Quadro 20 – Eixo temático 4: Mobilidade Acadêmica Estudantil

Autor	Título/Área de concentração/Instituição	Nível	Ano
RAMOS, V. C. C.	**Perfil e motivações dos estudantes participantes do Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação da UFMG**. Educação. Universidade Federal de Minas Gerais.	M	2009
SENA, A. P. de.	**Internacionalização da educação e formação de capital humano e cultural:** estudo com alunos Intercambistas da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Administração de Empresas. Universidade de Fortaleza.	M	2013
ANASTACIO, T. P. Z.	**Circulação Internacional de Estudantes de Graduação**: Caso UNICAMP**.** Educação. Universidade Estadual de Campinas.	M	2014
BRAZ, R. L.	**O Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica**: uma Mobilidade Estudantil no Sistema Federal de Ensino Superior Brasileiro. Educação. Universidade Federal de Minas Gerais.	M	2015
JESUS, D. P., de.	**Educação a Distância entre Fronteiras:** Cursos de Graduação à Distância Brasileiros em Moçambique e a Internacionalização da Educação. Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora.	M	2015
LAGE, T. S. R.	**Políticas de internacionalização da Educação Superior na região norte do Brasil**: uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Tocantins. Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins.	M	2015
VOIGT, A. C. M.	**Mobilidade Estudantil**: Relações Brasil no MERCOSUL. Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros.	M	2015
SEHNEM, P. R.	**Relações entre os contributos de Programas de Mobilidade Internacional e a competência comunicativa intercultural de estudantes universitários**. Educação. Universidade do Vale do Itajaí.	D	2015
ALMEIDA, A. L.	**A Mobilidade Acadêmica Internacional na aprendizagem de administradores e engenheiros**. Administração. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.	M	2016
CUNHA, D. A., da.	**Ciência sem Fronteiras:** perspectivas da Internacionalização e a experiência Australiana. Educação em Ciências Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	D	2016
GUIMARAES, F. F.	**Programa Ciência sem Fronteiras:** proposta de gestão a partir da avaliação de procedimentos e Experiências Discentes da Universidade Federal do Espírito Santo. Gestão. Universidade Federal do Espírito Santo.	MP	2016
FERNÁNDEZ, E.	**Política Educacional:** Percepções dos Estudantes da Área de Engenharia Elétrica e dos Coordenadores do Programa Ciência sem Fronteiras. Educação em Ciências Química da vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	D	2016
NASCIMENTO, A. F.	**Análise da Implementação do Programa Ciência sem Fronteiras nos Cursos de Graduação em Engenharia de Minas Gerais.** Educação Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológico de Minas Gerais.	M	2016
SILVA, W. de A.	**Internacionalização e conhecimento:** análise do Programa Capes-Brafagri na Universidade Federal de Viçosa sob a ótica de estudantes-participantes no biênio 2013-2014. Educação. Universidade Federal de Viçosa.	M	2016
SOUZA, N. C.	**Programa de licenciatura internacional na Universidade Federal de Uberlândia:** limites e possibilidades. Educação. Universidade Federal de Uberlândia.	M	2016

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da consulta direta ao texto integral das dissertações e teses (2018).

Ramos (2009) em sua dissertação *Perfil e motivações dos estudantes participantes do Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação da UFMG,* tem como foco saber quem são os jovens participantes desse Programa e por que decidem participar dele. De acordo com a autora:

> O "Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação" está hoje organizado sobre a base de acordos bilaterais, ou seja, assentado em um intercâmbio entre alunos das universidades parceiras. Trata-se de acordos firmados entre os setores internacionais das universidades que surgem, em grande parte, como consequência de contatos estabelecidos pelos professores/pesquisadores das diversas instituições. A universidade estrangeira parceira pode definir *a priori* o número de vagas que disponibilizará para cada curso de graduação. Ela pode também determinar, por exemplo, que das suas seis vagas disponíveis, quatro serão disponibilizadas para um determinado curso. A parceria com as universidades estrangeiras isenta os intercambistas do pagamento de taxas acadêmicas. No entanto, eles devem arcar com as demais despesas, tanto com a documentação (passaporte, vistos, traduções juramentadas, etc.), quanto com as despesas diretamente ligadas à viagem (bilhete aéreo, seguro-saúde, alimentação, transporte, moradia, etc.) (RAMOS, 2009, p. 38, grifo da autora).

Segundo Ramos (2009), a preferência dos estudantes é pelos Estados Unidos e países da Europa ocidental em detrimento dos latino-americanos, sendo a área de Ciências Sociais Aplicadas, especialmente o Curso de Engenharia, a que mais concentra intercambistas. Predomina o sexo feminino (67% dos participantes); a média de idade é de 25,6 anos; a raça branca; provenientes de famílias pouco numerosas; provêm de lares cujos pais possuem o ensino superior completo; provêm de famílias cujos pais exercem ocupações mais elevadas do que aquelas verificadas pela clientela da UFMG; 71,6% dos alunos intercambistas dedicam-se em tempo integral à universidade; possuem experiências internacionais prévias; demonstram competência linguística e possuem aprendizagem de um idioma estrangeiro desde cedo. No entender da autora:

> O certo é que os intercambistas constituem, no contexto brasileiro, a minoria dentre uma minoria. Eles não apenas chegaram ao ensino superior, mas o fizeram em uma universidade pública altamente concorrida. Construíram, ao longo de sua vida, uma série de disposições, competências e currículo acadêmico que possibilitaram sua aprovação na seleção para o intercâmbio. Finalmente, constituem uma minoria porque provêm de famílias que, além de valorizar e incentivar a ida para o intercâmbio, têm condições financeiras para arcar com as despesas dele provenientes (RAMOS, 2009, p. 121).

Com relação às motivações dos estudantes para realizar um intercâmbio, Ramos (2009) indica dois planos: o “identitário” e o “instrumental”:

> No primeiro, estaria-se em busca do desenvolvimento de disposições de abertura, flexibilidade, autonomia, etc. Enquanto que, do segundo, esperaria-se a chance de desenvolver competências linguísticas, de formar um capital social internacional e o aprimorar o próprio curriculum vitae. Entretanto, motivações “identitárias” e “instrumentais” estão intimamente relacionadas e emaranhadas, reforçando-se mutuamente. Dessa forma, o intercâmbio seria um vetor de formação de competências e disposições altamente valorizadas no mundo atual, servindo, além do mais, como elemento de distinção entre aqueles que tiveram acesso a essa experiência e os que não o tiveram. (RAMOS, 2009, p. 121-122, grifo da autora).

Sena (2013), em sua dissertação *Internacionalização da educação e formação de capital humano e cultural: estudo com alunos Intercambistas da Universidade de Fortaleza (UNIFOR),* propõe como problema: “Quais as implicações que a participação em programas de intercâmbios acadêmicos internacionais da UNIFOR tem tido no processo de qualificação dos seus discentes envolvidos, em termos da formação de capital humano e cultural”? (SENA, 2013, p. 18).

Para Sena (2013, p. 42), “o investimento em capital humano e cultural por meio do intercâmbio promovido pelas IES pode tornar-se um diferencial competitivo na sociedade do conhecimento”, considerando-se que, cada vez mais, aumentam as exigências com a qualificação profissional.

Dentre os resultados do seu estudo, a autora destaca que dentre os participantes do programa de intercâmbio prepondera o sexo feminino; a média de tempo é de seis meses, sendo a Espanha o país mais escolhido; todos os participantes consideram positiva a participação; há destaque às abordagens de ensino (alguns evidenciam a parte prática das disciplinas e outros a ênfase na memorização); a forma de avaliação adotada; a relação entre as atividades acadêmicas ou profissionais e a área de estudo no intercâmbio; manutenção do contato com os colegas do exterior; e a familiarização gradativa com a cultura local. Dentre as dificuldades encontradas, identificou a dificuldade com o domínio do idioma; relacionamento com as pessoas; integração no ambiente acadêmico e relação professor-aluno pautada pelo formalismo (SENA, 2013).

Sena (2013, p. 74) considera que:

> [...] a participação em programas de intercâmbios acadêmicos internacionais da UNIFOR foi positiva para os intercambistas, tanto em termos acadêmicos – conhecer sistemas diferentes de ensino; aprender outro idioma – como em termos de experiência de vida – conhecer outra cultura, ter contato com novos hábitos e valores, tudo podendo ter relevante influência na formação do capital humano e cultural.

Anastacio (2014), na dissertação *Circulação Internacional de Estudantes de Graduação: Caso UNICAMP,* traçou como objetivo de seu estudo: "refletir sobre a circulação internacional de estudantes do Ensino Superior e as políticas de Educação que têm estimulado, de modo crescente, essa modalidade de mobilidade e de formação (ANASTACIO, 2014, p. 15).

Com base na pesquisa bibliográfica, a autora analisa a mobilidade dos estudantes, direcionando seu olhar para a UNICAMP. No entender de Anastacio (2014, p. 27):

> Pelas várias razões em direção à internacionalização, alguns autores acreditam que a mobilidade seja um dos aspectos fundamentais no processo de internacionalização, e por isso cada vez mais se amplia o número de participantes e diversas modalidades em programas educacionais internacionais, de diferentes durações e atividades. Esse número está a cada dia reforçando os dados de um tipo de migração, chamada neste trabalho de mobilidade estudantil. Os programas de mobilidade de universitários são estimulados não apenas pelas universidades tendo em vista a formação e a produção de conhecimentos, mas por políticas públicas e privadas, nacionais e internacionais que impactam as dinâmicas de pessoas circulando pelo mundo.

Com base no estudo realizado, a autora assevera que "para os estudantes intercambistas, a circulação internacional importa como [...] uma experiência de vida, a construção de um currículo com uma aprendizagem diferenciada, e também [...] pelas suas competências e títulos obtidos no exterior" (ANASTACIO, 2014, p. 144).

Ainda, segundo Anastacio (2014, p. 145), "fica evidente que a mobilidade internacional de estudantes, hoje, é influenciada pela lógica do mercado, por políticas agressivas de governantes e por aderência das instituições de Ensino Superior com a anuência das famílias e dos estudantes".

Braz (2015), em sua dissertação *O Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica: uma Mobilidade Estudantil no Sistema Federal de Ensino Superior Brasileiro,* tem como foco o perfil e as motivações dos participantes deste Programa. Conforme a autora, o Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica (PAMA) foi criado

em 2003 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES):

> Trata-se de um programa de mobilidade acadêmica estudantil nacional, isto é, a ser realizado exclusivamente no território brasileiro, ocorrendo durante o ensino da graduação, sendo a participação no programa uma opção do estudante. O PAMA é realizado por meio de convênio firmado entre a Associação e 63 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), estabelecendo uma relação de reciprocidade entre as signatárias do Programa para fins de mobilidade dos alunos da graduação, de modo que eles possam cursar componentes curriculares em instituição federal diversa daquela em que estão regularmente matriculados (BRAZ, 2015, p. 17).

No entender de Braz (2015, p. 22):

> A mobilidade estudantil coloca o sujeito em um novo contexto, um novo lugar, e essa mudança espacial provoca nele efeitos para além do aspecto acadêmico, propondo-lhe novas relações, novos aprendizados, enfim, um novo olhar sobre sua relação com o mundo e seu processo de formação para a vida, em especial no quesito profissional. Dessa forma, a mobilidade estudantil é uma vivência que pode construir aprendizagens diferenciadas, favorecendo o profissional em um mundo que está fundamentado na competição.

Com relação ao perfil dos estudantes participantes do PAMA, Braz (2015, p. 121), “identificou que são majoritariamente, brancos, do sexo feminino, com média de idade de 23 anos, provenientes de famílias pequenas (com poucos irmãos) e de pais com escolaridade de ensino médio, ou de ensino superior”. Além disso, “Em sua grande parte, são discentes de cursos de graduação diurnos, da área de Ciências Sociais e Aplicadas, de universidades localizadas na região sudeste, tendo percursos escolares sem grandes interrupções” (BRAZ, 2015, p. 121).

No que diz respeito as motivações para participar do Programa, Braz (2015, p. 121-122) explica que:

> Os estudantes apontaram as aprendizagens e vivências proporcionadas pela experiência vivida no PAMA como as principais motivações para participarem do Programa. A mobilidade revela-se, para a maioria dos pesquisados, como uma oportunidade de aperfeiçoar conhecimentos e ampliar as vivências acadêmicas decorrentes dos contatos mantidos com as comunidades das instituições receptoras, além de permitir a aproximação com áreas de pesquisa e de extensão de interesse dos estudantes participantes do Programa. Em síntese, a motivação mais recorrente entre os estudantes que participaram do PAMA, no período analisado, foi a acadêmica, seja pela busca por experiências formativas diferenciadas, seja pelo desejo de contatar as especialidades da instituição de destino e de seus docentes.

A autora conclui que “a mobilidade é uma vivência construtiva na formação acadêmica e que deve ser ampliada para alcançar diferentes perfis estudantis” (BRAZ, 2015, p. 122).

Jesus (2015) em sua dissertação *Educação a Distância entre Fronteiras: Cursos de Graduação à Distância Brasileiros em Moçambique e a Internacionalização da Educação*, analisa o contexto da internacionalização da Educação Superior, tendo como foco o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/ Universidade Aberta do Brasil (UAB) na República de Moçambique.

A autora menciona que a Educação a Distância pode ser uma das possibilidades de cooperação entre países parceiros. Nesse sentido, explica que:

> A internacionalização da educação, por meio da modalidade à distância, é uma face do processo de nítida expansão da modalidade. A frequente e observável preocupação de organismos nacionais e multilaterais em assinalar a EaD como opção de formação demonstra o reconhecimento da importância que a capacitação tem atualmente na atuação no mercado de trabalho e, consequentemente, no desenvolvimento social e econômico do país (JESUS, 2015, p. 31).

A partir da análise documental e das entrevistas realizadas, Jesus (2015) destaca como contribuição do Programa estudado o financiamento geral e a utilização da EaD no Brasil, a partir da UAB, para uma experiência internacional. Segundo a autora:

> [...] a proposta governamental foi de construir uma Cooperação Sul-Sul com a transferência de boas práticas quando muitas instituições brasileiras envolvidas também não tinham experiência em cooperação internacional na área de educação, em especial em estratégias de cooperação para o desenvolvimento envolvendo países do sul. Um trabalho cooperativo requer que estejam presentes elementos como construção coletiva de ideias e projetos, respeito às diferenças, trabalho intercultural, interculturalidade. Por conseguinte, é entendida como uma proposta de convivência democrática entre diferentes culturas, objetivando uma integração que fomente o potencial criativo que resulta de relações entre sociedades diferentes, em contextos diferentes (JESUS, 2015, p. 116).

Em relação às dificuldades, Jesus (2015) destaca o posicionamento político, por parte das instituições brasileiras, para a manutenção da proposta inicial do Programa. No seu entender:

> A pouca experiência institucional brasileira no desenvolvimento de propostas de cooperação [...] pode levar a uma condução pela vontade pessoal dos envolvidos, que tentam conduzir as ações ainda que sem todo o amparo necessário (JESUS, 2015, p. 117).

A autora salienta, também, “a natureza segmentada e variada do quadro institucional responsável pelas ações de cooperação” (JESUS, 2015, p. 118), havendo:

> [...] uma multiplicidade de intervenientes (governamentais e institucionais) envolvidos em um projeto inédito, atuando de forma relativamente independente e simultânea, criando, nesse sentido, algumas dificuldades de gestão, como a falta de definição de papéis dos órgãos governamentais envolvidos no Programa e algumas fragilidades institucionais que criam entraves para o desenvolvimento de ações [...] (JESUS, 2015, p. 118).

Ainda, segundo Jesus (2015, p. 121):

> A falta de amparo das instituições – principalmente brasileiras – responsáveis pelo Programa é clara e tem prejudicado o andamento dos cursos e do pessoal envolvido justamente pela instabilidade que traz. O corpo docente, discente e a coordenação acabam orientando suas ações, também, pela instabilidade conferida ao Programa: informações incompletas, incertas e cruzadas prejudicam a condução do curso pela coordenação, o que afeta docentes e discentes. Os cursos em si padecem de organização interna coesa e abrangente, capaz de conferir ao Programa uma coerência mínima que proponha alguma atitude e posicionamento intercultural, tendo em vista que o Programa conta com a especificidade de ser binacional, interinstitucional e multicultural. E a leitura dos PP assinala como as propostas dos cursos são frágeis se entendidas como parte de um só Programa de ação.

Por fim, a autora assevera que “O desafio é manter esse espaço ocupado e desenvolver ações entre os países que realmente proporcionem a cooperação”. (JESUS, 2015, p. 122).

Voigt (2015), na dissertação *Mobilidade Estudantil: Relações Brasil no MERCOSUL. Desenvolvimento Social,* tem como temática investigativa a análise da legislação relativa aos diplomas estrangeiros obtidos nos países do Mercosul e o reconhecimento de tais diplomas no Brasil. A autora explica que:

> [...] existem estudantes e pesquisadores que retornam para o Brasil contando com o título obtido para conseguir um emprego, para pesquisa, docência ou progressão funcional, e não conseguem fazê-lo de forma automática ou não conseguem fazê-lo por vias administrativas e nem judiciais. [...] a concessão de títulos do ensino superior obtidos fora do Brasil, devido a leis e regulamentações internas brasileiras, é fornecida por universidades públicas.

> Estudantes e pesquisadores brasileiros que obtiveram seus títulos em outros países membros do Mercosul necessitam, portanto, se submeter às regras e exigências das universidades acolhedoras brasileiras para terem reconhecidos seus títulos obtidos, e, em alguns casos, as universidades se recusam a aceitar o processo de reconhecimento (VOIGT, 2015, p.11-12).

Voigt (2015) enfatiza as dificuldades encontradas para o reconhecimento dos diplomas obtidos no exterior, tanto em países do Mercosul quanto em alguns dos países da União Europeia. No seu entender, a busca pelo reconhecimento se "transforma em uma via crucis. Isto porque há uma série de impedimentos legais e de conflito de normas que obstam o reconhecimento automático de tais diplomas" (VOIGT, 2015, p. 36). A partir do estudo realizado, a autora menciona que a cooperação no Mercosul ocorreu por interesses econômicos e, nesse contexto, entrou a educação, sendo ela considerada necessária para a especialização e qualificação profissional. Continua explicando que: "A formação de blocos como o Mercosul, a União Europeia, o Nafta e a Bacia do Pacífico ocorreram e o processo de miscigenação cultural, econômica e política se deu associado à facilitação pela eliminação de barreiras" (VOIGT, 2015, p. 88).

Por fim, conclui que ainda é preciso avançar nas políticas e estratégias que viabilizem o reconhecimento dos títulos, mesmo havendo dispositivos legais que amparam tal reconhecimento. Diante disso,

> Enquanto a situação não se resolve, os estudantes e pesquisadores que buscam usufruir das possibilidades oriundas de um acordo internacional do qual o Brasil faz parte enfrentam processos administrativos e judiciais, criando suas próprias estratégias de cooperação para superação do problema, associando-se e cobrando providências do Poder Público. Ainda são muitos desafios a serem enfrentados para a resolução da questão do reconhecimento dos títulos obtidos nos países integrantes do Mercosul no Brasil (VOIGT, 2015, p. 91).

Sehnem (2015), na sua tese *Relações entre os contributos de Programas de Mobilidade Internacional e a competência comunicativa intercultural de estudantes universitários,* tem como problema de pesquisa "Quais os contributos, obtidos por alunos do CsF e ERASMUS com a participação nestes programas de mobilidade e qual a relação entre a CCI e a obtenção dos contributos dos participantes?" (SEHNEM, 2015, p. 17). De acordo com o autor:

> Uma das condições que defendemos como necessárias para que o estudante em mobilidade consiga, em seu país de destino, imergir na cultura e no idioma

> local e regressar a seu país de origem com contribuições à sua universidade e país, é possuir competências para comunicação e absorção de conhecimento em outra universidade e país. A competência a que nos referimos está ligada a dois conceitos fundamentais para esta pesquisa, a competência comunicativa (CC) e a competência comunicativa intercultural (CCI). Para definir CC apoiamo-nos em Canale e Swain (1980) e referimo-nos a sistemas subjacentes de conhecimentos e habilidades requeridas para comunicação. Para definir CCI apoiamo-nos em Fantini (2006), a qual a define como um complexo de habilidades necessárias para agir efetiva e apropriadamente quando interagindo com outros que são linguística e culturalmente diferentes de si, para fazer-se entender aos interlocutores e interagir nas relações cotidianas e acadêmicas com o máximo de aproveitamento (SEHNEM, 2015, p.11).

Tendo presente o estudo realizado, Sehnem (2015, p. 141) afirma que a mobilidade estudantil “independente de qual programa queiramos nos referir, é [...] fundamental para o desenvolvimento de um país, de seu povo, de seu sistema de ensino, para o mercado de trabalho e para a formação humana”.

Quanto aos contributos acadêmicos, o autor destaca que os resultados revelam “que o rendimento acadêmico não é alterado pelo período de mobilidade em termos de notas em geral ou melhora delas após retorno” (SEHNEM, 2015, p. 143).

Contudo, “O conhecimento trazido por frequentar disciplinas diferentes, o uso dos laboratórios, o contato com novas formas de aprender e estudar, bem como as habilidades de pesquisa” (SEHNEM, 2015, p.143) fazem com que o estudante contribua para o enriquecimento das aulas.

Em relação aos contributos socioculturais, Sehnem (2015, p. 143) destaca o “Contato positivo com a outra cultura, a desenvolta interação em entornos multiculturais e a manutenção de contato com pessoas de outros países, inclusive após o período de mobilidade”. Para o autor:

> Cabe considerar que obter estes contributos pode estar em risco se os alunos em mobilidade tiverem conhecimento baixo ou nulo da língua e da cultura do país de destino, pois provavelmente terão maior dificuldade para interagir no ambiente acadêmico e social. Desta forma, obter Contributos Socioculturais está ligado às habilidades de CCI como Empatia, Respeito ao Outro e Tolerância à Ambiguidade. Alguns dos entrevistados demonstraram reconhecer a necessidade de uma preparação prévia em língua e cultura para participar da mobilidade, sob pena de não aproveitar o período de mobilidade. (SEHNEM, 2015, p. 144).

Sobre os contributos linguísticos, Sehnem (2015, p. 144) afirma

> [...] que são obtidos, embora o desconhecimento da língua seja uma barreira a ser observada como entrave para seu desenvolvimento. Os dados

> apontaram para um aumento significativo das habilidades de uso da língua no retorno, fruto do contato direto com a língua e a cultura na qual o aluno se insere. Entre outras, a dimensão de CCI Consciência Comunicativa se revela como habilidade diretamente ligada à obtenção destes contributos.

No que diz respeito aos contributos profissionais, Sehnem (2015, p. 144) constatou diferenças, em termos de percepções:

> No Brasil, as possibilidades profissionais foram percebidas por professores e outros profissionais como bastante evidentes, enquanto os espanhóis não demonstraram tão seguramente esse elemento. Esse fato pode revelar fragilidades que podem ser enfrentadas pelo Erasmus, bem como qualquer programa, quando inserido em contextos onde os recursos possam se escassear ou for reduzido por decisões políticas. É o caso da Espanha que enfrenta, atualmente, altos índices de desemprego, afetando as possibilidades profissionais.

Entretanto, com relação à empregabilidade, “o peso é percebido de igual forma nos dois programas”, sendo que, no entender do autor, tal fato se justifica pelo “desenvolvimento e aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes ligadas ao conhecimento, à abertura e adaptabilidade, elementos ligados às dimensões de CCI e indispensáveis para o mercado de trabalho” (SEHNEM, 2015, p. 144).

Com relação aos contributos pessoais, Sehnem (2015, p. 145) assevera que

> [...] parecem ser traduzidos em elementos transformadores dos egressos e dos seus entornos. Visão de mundo, autoconfiança, maturidade, segurança, flexibilidade, independência e *status* social são algumas das formas de materialização dos Contributos Pessoais e possuem forte ligação com as habilidades representadas pelas Dimensões de CCI.

Por fim, o autor conclui que “há relações entre obtenção de contributos de mobilidade e CCI e sugerir que ela, a CCI, possa ser vista como central e necessária para colocar um aluno em mobilidade” (SEHNEM, 2015, p. 145).

Almeida (2016) em sua dissertação *A Mobilidade Acadêmica Internacional na aprendizagem de administradores e engenheiros,* analisa a experiência de mobilidade destes estudantes, tendo como referência os quatro pilares da educação propostos pela UNESCO: aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser. Para a autora,

> A mobilidade acadêmica, geralmente, está situada em um esquema de trabalho interinstitucional, nacional ou internacional, embora seja possível que o fluxo de pessoas se desenvolva a partir da iniciativa dos próprios sujeitos ou como parte de projetos específicos, que não necessariamente

> envolvem várias IES ou centros de pesquisa no trabalho (ALMEIDA, 2016, p. 26).

Almeida (2016) descreve aspectos relacionados ao processo vivenciado pelos estudantes, contemplando o planejamento (preparo e despreparo, obtenção do visto, as expectativas e os sentimentos de deixar a família e o país de origem; dentre outros), a chegada ao país de destino (a adaptação, as experiências prévias, a hospedagem, o deslocamento, a alimentação, a cultura, a estadia, as disciplinas, a busca de informações, o câmbio, etc.); e a experiência da mobilidade (o idioma, a convivência, as diferenças culturais, o relacionamento com os estrangeiros e com a população local, preconceitos, dentre outros). A autora conclui que: “O conhecer ficou restrito ao idioma. Fazer teve pouco destaque, tanto na questão profissional como nas questões práticas diárias” (ALMEIDA, 2016, p. 75). Prossegue afirmando: “O conviver abordou a diferença cultural e diversos tipos de relacionamento. E o ser reuniu o medo, a quebra de preconceitos e as mudanças de postura” (ALMEIDA, 2016, p. 75).

Cunha (2016), em sua tese *Ciência sem Fronteiras: perspectivas da Internacionalização e a experiência Australiana* tem como problema de investigação: “Em que medida o Programa Ciência sem Fronteiras ajudará o Brasil a sair da posição incômoda e dependente de exportações de *commodities*, por meio da capacitação de recursos humanos e internacionalização de suas universidades”? (CUNHA, 2016, p. 24).

A tese é desenvolvida por meio de três artigos. O primeiro artigo:

> apresenta a revisão bibliográfica, com vistas a mostrar a relevância do Programa Ciência sem Fronteiras no processo de internacionalização das universidades brasileiras e a necessidade de sua continuidade enquanto política pública (CUNHA, 2016, p. 23).

O segundo, “continua a análise do programa CsF na Austrália, [...] trazendo os resultados de pesquisa realizada com especialistas australianos e latino-americanos” (CUNHA, 2016, p. 24), visando a testagem da hipótese de pesquisa:

> [...] o programa foi importante para a formação de estudantes brasileiros de graduação sanduíche egressos das universidades australianas, no sentido de ter possibilitado experiências educacionais importantes em termos acadêmicos e de perspectivas futuras (CUNHA, 2016, p. 24).

O terceiro artigo, segundo a autora “os relatórios finais dos egressos da graduação sanduíche das universidades australianas, bem como de seus coordenadores institucionais são analisados e os resultados apresentados”, tendo em vista também “testar a hipótese do trabalho, sob o ângulo destes atores” (CUNHA, 2016, p. 24).

Cunha (2016) apresenta as seguintes considerações acerca do Programa Ciência sem Fronteiras: enquanto uma política pública, o Programa “projetou a ciência e a educação brasileiras internacionalmente”, considerando-se o número de estudantes que participaram; a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico prejudicaram o fomento da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação; a concentração excessiva em bolsas de graduação sanduíche; e a necessidade de direcionar os estudantes para as melhores universidades estrangeiras. A autora afirma que: “o CsF veio para oportunizar aos brasileiros de todas as classes sociais uma das melhores experiências de vida, com impactos duradouros” (CUNHA, 2016, p. 50).

Com relação ao desempenho, tendo como referência as percepções dos próprios estudantes quanto dos professores orientadores das universidades australianas, Cunha (2016, p. 65) explica que: “As universidades australianas apoiam atividades inovadoras e empreendedoras, sendo que o desempenho não é medido apenas pelas notas”. Dentre as dificuldades encontradas pelos estudantes, a autora salienta “o despreparo dos estudantes brasileiros, no sentido de não serem independentes, não possuírem o hábito de estudar sozinhos, de buscar informações e/ou de frequentar bibliotecas” (CUNHA, 2016, p. 66). A autora cita, também, a dificuldade com o idioma; a adaptação inicial e o desequilíbrio emocional.

Quanto aos pontos negativos do Programa, na ótica dos participantes do estudo, Cunha (2016, p. 68-69) menciona:

> [...] a fragilidade no planejamento do programa, a qual reuniu as seguintes unidades de registro: ausência de diretrizes em relação aos objetivos do programa; falta de informação sobre estágios e áreas contempladas pelo governo brasileiro; processo seletivo que não priorizou a iniciação científica e premiações como medalhas de mérito; comunicação deficiente entre os atores envolvidos no processo; não envolvimento da Instituição de Ensino Superior (IES) brasileira nas negociações dos acordos de cooperação e acompanhamento do estudante; pouca habilidade de estudantes no idioma inglês; dificuldade no aproveitamento de créditos pela IES; envio de estudantes em larga escala; e o pouco tempo de mobilidade.

No que se refere à relevância do Programa, Cunha (2016, p. 71) apresenta os seguintes indicativos:

> a) Os estudantes após a mobilidade e contato com a graduação internacionalizada pensam no PhD e em outras possibilidades[...]
> b) Os estudantes agregam ganhos primários e secundários com a mobilidade. [...] que envolvem o relacionamento interinstitucional entre universidades brasileiras e australianas.
> c) O CsF vai além do processo de ir e vir, para possibilitar o incentivo à pesquisa nas IES brasileiras que fortalecem o envolvimento em projetos, com vistas à transferência de conhecimento.
> d) O programa abriu canais de contato importantes e mostrou o potencial existente de colaboração em pesquisa entre Brasil e Austrália. [...] mostrou aos australianos que a América Latina, em especial o Brasil, é uma região importante para colaboração.
> e) O CsF contribuiu para colocar o Brasil em posição internacional mais competitiva em termos de inovação e conhecimento. É um programa ambicioso pelos valores envolvidos e número de estudantes participantes.
> f) O programa pode ampliar sua relevância, na medida em que diminui os estágios de graduação, adotando critérios mais rigorosos de seleção e aumenta as bolsas de pós-graduação plena e pós-doutoramento nas universidades mais bem avaliadas.
> g) Com o CsF, as IES visualizaram a importância da oferta de disciplinas em língua inglesa. Há grande esforço dos professores em fazer programas em inglês e preparar as aulas, o que requer treinamento.
> h) [...] as IES reconhecem a importância de receber pesquisadores estrangeiros que possam contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.
> i) [...] ajuda a promover a internacionalização da IES. As IES que não participarem desse processo, correm o risco de ficarem ultrapassadas. Neste sentido, o CsF foi facilitador e envolveu a graduação no processo já iniciado de internacionalização.
> j) [...] contribuiu para ampliar a cooperação do Brasil com outros países e fortalecer a sua credibilidade com referência ao esforço que vem sendo feito para inseri-lo em circuito internacional de avanços da ciência.

Cunha (2016, p. 83) apresenta, também, as motivações dos estudantes para realizar a mobilidade:

> investir na futura carreira profissional; praticar um idioma estrangeiro; melhorar a qualidade do ensino; aumentar a independência e a autoconfiança; conhecer outra cultura; morar no exterior; estabelecer uma rede de relacionamentos acadêmicos” (CUNHA, 2016, p. 83).

Com relação aos benefícios, a autora identificou

> [...] a prática de um idioma estrangeiro; investimento na futura carreira profissional; melhora da qualidade de ensino; aumento da independência e autoconfiança; conhecimento de outra cultura; vivência no exterior, e estabelecimento de uma rede de relacionamentos acadêmicos. Os estudantes tiveram ganhos pessoais e acadêmicos, tendo melhorado a

> autoconfiança, a independência, as habilidades intelectuais e linguísticas. (CUNHA, 2016, p. 86).

A autora, considerando “o ponto de vista de egressos das universidades australianas e de seus coordenadores institucionais” assevera que “o CsF foi importante para os estudantes, tendo em vista que possibilitou aquisição de experiências educacionais de notório alcance em termos acadêmicos e de perspectivas para o futuro”. Por fim, destaca que “Estas conquistas podem se converter, se bem aproveitadas e também incentivadas, em futuro acadêmico e profissional promissor para os estudantes” (CUNHA, 2016, p. 94).

Fernández (2016), em sua tese *Política Educacional: Percepções dos Estudantes da Área de Engenharia Elétrica e dos Coordenadores do Programa Ciência sem Fronteiras,* teve como objetivo geral “Analisar os resultados alcançados pelos bolsistas de Graduação Sanduíche, após os estudos no exterior, e os efeitos e mudanças ocorridos nas IES participantes do programa CsF” (FERNÁNDEZ, 2016, p. 19).

A autora, com base nos dados do seu estudo, afirma que o Programa Ciência sem Fronteiras “pode, de fato, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil, bem como para o desenvolvimento tecnológico e econômico do País” (FERNÁNDEZ, 2016, p. 51). No seu entender, “A criação de uma cultura da inovação no país, incentivando a participação cada vez maior de estudantes, pesquisadores e empresários brasileiros na C,T&I, se faz necessária para o sucesso do programa” (FERNÁNDEZ, 2016, p. 51).

Fernández (2016) chama a atenção para o fato da validação parcial ou total dos créditos cursados no exterior, sendo esta uma competência da instituição de origem. Nesse sentido, a autora questiona:

> Qual seria a real finalidade de enviar o aluno para estudar fora do país se, em seu retorno, ele não aproveitasse quase nada desse estudo para completar sua grade curricular? É importante, para a continuidade do programa, que os estudantes tenham a confiança de que as instituições que fazem parte do programa garantam a decisão de revalidação automática das disciplinas cursadas no exterior. Dessa forma, obteremos um melhor desempenho político e institucional, ajustando a comunicação entre as instituições de ensino e as respectivas agências fomentadoras do programa (FERNÁNDEZ, 2016, p. 54).

Com relação ao acompanhamento dos bolsistas no exterior, Fernández (2016, p. 64) considera “que as IES deveriam prestar serviços mais eficientes aos seus

alunos, pois os estudantes internacionais precisam de acompanhamento especial para adaptação no contexto das instituições estrangeiras". Assevera também que a "oportunidade de vivenciar outra cultura, desenvolver os estudos, aprimorar outro idioma e os estudos por meio da mobilidade estudantil influenciou na vida profissional/acadêmica do aluno após a experiência de estudos no exterior" (FERNÁNDEZ, 2016, p. 68).

A autora considera que:

> O estudo demonstrou que o País obteve sucesso ao implementar o programa e elevar a produção acadêmica, essenciais ao enriquecimento nas áreas do saber científico brasileiro. A inauguração do programa significou uma virada importante para a educação superior, tornando mais firme a aceleração do processo de internacionalização das universidades brasileiras. Desse modo, o CsF pareceu ter seu resultado afirmado na ampliação da formação de alto nível no exterior (FERNÁNDEZ, 2016, p. 71-72).

Em termos de síntese dos achados de seu estudo, Fernández (2016, p. 77) contata que:

> [...] foi possível verificar que os bolsistas consideram a participação no programa Ciência sem Fronteiras uma importante experiência em suas vidas, tanto pessoal quanto profissional. São otimistas, mas, ao mesmo tempo, preocupados com a possibilidade de difundir os conhecimentos adquiridos no retorno ao Brasil, de poderem contribuir com o ensino na universidade de origem e retribuir o investimento em seus estudos. Os estudantes observam que o tempo destinado à realização do estágio e à pesquisa é pouco e sugerem o seu aumento. Ainda, indicam maior comunicação entre as instituições ou, mesmo, a criação de uma rede a fim de viabilizar a realização de estágio em empresas e pesquisas aplicadas, bem como que haja um processo de acompanhamento de avaliação eficiente e continuado para os bolsistas de graduação sanduíche do programa Ciência sem Fronteiras. (FERNÁNDEZ, 2016, p. 77).

Por fim, Fernandéz (2016) assevera que o programa tem seu resultado "assegurado na ampliação da formação de alto nível no exterior. O País obteve sucesso em implementar o programa e elevar a produção acadêmica, essenciais à evolução nas áreas do saber científico brasileiro" (FERNÁNDEZ, 2016, p. 79).

Guimarães (2016), em sua dissertação *Programa Ciência sem Fronteiras: proposta de gestão a partir da avaliação de procedimentos e Experiências Discentes da Universidade Federal do Espírito Santo*, questiona "Como gerir o conhecimento produzido por discentes da UFES, após a participação desses estudantes no programa "Ciência sem Fronteiras" (CSF)?" (GUIMARÃES, 2016, p. 25).

O autor salienta a “necessidade de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes participantes de programas de mobilidade acadêmica no exterior”, pois “a dificuldade de acesso a informações sobre esses alunos tende a gerar empecilhos na gestão dos programas de mobilidade” (GUIMARÃES, 2016, p.152). Ressalta também que, segundo os participantes, “as maiores contribuições do intercâmbio foram a experiência cultural e linguística”; o “estágio no exterior foi uma oportunidade única, na qual tiveram acesso à informação, equipamentos e orientação que teriam apenas em laboratório de pesquisa ou indústria” (GUIMARÃES, 2016, p. 153).

Além disso, o autor menciona o destaque dos participantes feito “a excelente infraestrutura (equipamentos, laboratórios, salas de aula, dentre outros) das instituições estrangeiras”, e o “bom acolhimento dos brasileiros para seu desenvolvimento acadêmico no exterior, com atuação [...] dos representantes dessas instituições, para sanar dúvidas e auxiliar na solução de problemas cotidianos” (GUIMARÃES, 2016, p. 153). No que se refere às dificuldades encontradas pelos participantes, Guimarães (2016) cita como principal a adaptação inicial.

Guimarães (2016, p. 150) considera que para o aprimoramento da gestão do Programa é necessário “o desenvolvimento de um sistema disponível no Portal da SRI, para o controle e acompanhamento de bolsistas CSF da UFES”, articulando-o “aos sistemas do Programa CSF em Brasília, com sistemas da Capes e CNPq, e com sistema de controle acadêmico (SIE) da UFES”.

Lage (2015), em sua dissertação *Políticas de Internacionalização*[43] *da Educação Superior na Região Norte do Brasil: uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Tocantins,* questiona: “*Quais são as principais potencialidades e fragilidades do Programa Ciência sem Fronteiras, com base na percepção de seus beneficiários e gestores no âmbito da Universidade Federal do Tocantins?”* (LAGE, 2015, p. 25). De acordo com a autora:

> Ao tratar do CsF, enquanto política pública de internacionalização, tem sido observado que a apesar do fato de que a maior parte dos bolsistas participantes do Programa provenha de instituições públicas, a participação de alunos das Instituições Federais de Ensino da Região Norte, nas chamadas nacionais, ainda é bastante reduzida (LAGE, 2015, p. 25).

[43] Apesar do título sugerir que o referido estudo devesse ser categorizado no exo temático 1, *Políticas fomentadoras da internacionalização*, a análise do mesmo indica que a autora se dedicou à reflexão sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da Universidade Federal do Tocantins e não de forma ampla.

Um dos aspectos destacados por Lage (2015) se refere à aplicabilidade do conhecimento obtido no exterior. Segundo a autora:

> A resposta da maioria dos respondentes, no que tange à possibilidade de aplicação do aprendizado aqui, após o retorno da mobilidade, como sendo apenas viável, faz com que transpareçam as perspectivas de futuro do aluno a respeito da realidade nacional. Faz-se um ponto a ser tratado com atenção, uma vez que o objetivo primordial do Programa é o fomento do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e, para isso, é necessário que haja mão de obra qualificada, ou a permanência da mesma no país. (LAGE, 2015, p. 137).

Lage (2015, p. 137) encontrou consonância entre as percepções dos gestores e dos bolsistas quanto à contribuição do Programa em termos de “crescimento e amadurecimento pessoal do aluno, bem como na permanência dos estudantes no ensino superior, constituindo-se como um fator positivo no auxílio para o não abandono”. Igualmente, indicam o idioma como “um dos maiores, senão o maior obstáculo, responsável pela falta de sucesso de muitos estudantes proponentes à bolsa e a perfeita implementação do Programa” (LAGE, 2015, p. 137).

A autora conclui que “o Programa CsF foi um marco na internacionalização no âmbito da UFT”, sendo que:

> anteriormente à institucionalização do CsF, a acessibilidade dos alunos às mobilidades acadêmicas internacionais era bastante restrita” devido aos “limitados subsídios disponibilizados pelos demais Programas, os quais, na maior parte das vezes, se restringiam às taxas acadêmicas (LAGE, 2015, p. 140).

Nascimento (2016), em sua dissertação *Análise da Implementação do Programa Ciência sem Fronteiras nos Cursos de Graduação em Engenharia de Minas Gerais,* analisa aspetos relativos a política traçada pelas diretrizes do programa, as dificuldades para implementação, os ajustes para o sucesso do programa e as suas contribuições à formação e à qualificação profissional dos estudantes. De acordo com a autora:

> O Ciência sem Fronteiras, enquanto política educacional de internacionalização, foi criado para amenizar problemas decorrentes das aceleradas mudanças tecnológicas que afetam a formação e a qualificação profissional dos engenheiros, determinando novos requisitos para o trabalho, diante da intensificação da incorporação de novas tecnologias à produção. (NASCIMENTO, 2016, p. 64).

Continua explicando que:

> Diante da deficiência de mão de obra detectada em áreas estratégicas como a Engenharia, reforçou-se a instituição de políticas governamentais, como o Ciência sem Fronteiras, voltadas para a mobilidade acadêmica, possibilitando a interação entre estudantes de diferentes níveis de conhecimentos e a participação em grupos de pesquisa altamente qualificados (NASCIMENTO, 2016, p. 64).

No que se refere à *Compreensão da rede de atores sobre a política do programa*, Nascimento (2016) constatou, nas três instituições, a existência de um setor específico com pessoas responsáveis pelo funcionamento e acompanhamento do Programa. A autora identificou, com base nas entrevistas, que a comunicação entre os responsáveis e os demais atores (coordenadores institucionais, professores, estudantes, coordenadores de curso, membros do colegiado, assistentes administrativos, CAPES e CNPq), segundo os entrevistados, requer melhorias, assim como o processo de seleção, de avaliação do perfil dos candidatos, a preparação e o acompanhamento dos selecionados. Ressalta também que:

> [...] a estruturação do programa ocorreu com poucas discussões e interferências das IES, não dando autonomia para a escolha de suas parcerias e na definição das estratégias para melhor funcionamento e implementação do programa, confirmando as características do programa enquanto política de governo que se classifica no modelo top-down. (NASCIMENTO, 2016, p. 85).

Nascimento (2016, p. 90) salienta que, a partir da compreensão das entrevistadas, o Programa “proporcionou aos estudantes a oportunidade de uma experiência acadêmica internacional dando visibilidade aos estudantes e às IES brasileiras”. Além disso, o Programa atendeu “às necessidades dos estudantes, despertando-os para uma educação de ponta e de qualidade, fazendo com que ele adquira traquejo internacional, aprendendo ou melhorando seu idioma” (NASCIMENTO, 2016, p. 92). A autora apresenta dois pontos que, no seu entender, devem ser aperfeiçoados, no que diz respeito

> a) ao país, porque muitos estudantes acabam retornando para os países em que fizeram seu intercâmbio, aplicando no exterior o seu conhecimento, reforçando o fenômeno conhecido como fuga de cérebros; e
> b) às universidades, pela falta de amarração dos objetivos com a pesquisa daquela universidade que está enviando o seu aluno. Ele teria um alcance de resultados muito maiores se tivesse a previsão e a gestão dessa oportunidade. (NASCIMENTO, 2016, p. 85).

Salienta também, enquanto dificuldades relatadas pelas entrevistadas:

> a) à falta de proficiência no idioma do país de destino;
> b) aos problemas com as bolsas de estudos;
> c) à ausência de diálogo do governo, das agências de fomento CAPES e CNPq e das instituições parceiras com as IES brasileiras;
> d) à resistência à validação de créditos das disciplinas cursadas pelos estudantes; e
> e) à falta de acompanhamento e de dados sobre os egressos. (NASCIMENTO, 2016, p. 93).

No que diz respeito às *Contribuições do programa na formação e qualificação profissional do engenheiro*, Nascimento (2016, p. 93) destaca que há consenso entre as entrevistas que a participação no Programa "representa um diferencial na vida dos estudantes de graduação em Engenharia, possibilitando um grau maior de empregabilidade". Nesse sentido, como pontos positivos, a autora destaca:

> a) a experiência com os estágios;
> b) a independência;
> c) o conhecimento de novas culturas, mudando a capacidade de pensar e de resolver problemas;
> d) o aperfeiçoamento de uma língua;
> e) o diferencial no currículo; e
> f) a possibilidade de um maior grau de empregabilidade. (NASCIMENTO, 2016, p. 100).

Nascimento (2016, p. 103) apresenta como impactos positivos do Programa:

> a) o aumento significativo de bolsas para cursos no exterior;
> b) a ampliação de convênios e acordos institucionais das diversas agências de pesquisa e das universidades;
> c) o aumento da visibilidade internacional do Brasil na pauta das universidades de países da Europa e EUA;
> d) a modificação da percepção dos estudantes participantes, diante de sua futura profissão e sua contribuição para a indústria, economia e sociedade, no contato com universidades de alto nível de conhecimento científico e tecnológico que ocupam os principais rankings internacionais;
> e) o aumento da cooperação internacional na área de C,T&I; e,
> f) o diálogo a nível internacional entre as universidades brasileiras e as estrangeiras.

Por fim, com base nos achados de seu estudo, a autora faz as seguintes recomendações:

> a) a internacionalização dentro das universidades, visando preparar os estudantes, principalmente, no domínio da língua para facilitar a comunicação e proporcionar maior aproveitamento das disciplinas;

> b) uma atuação mais ativa das universidades no acompanhamento do estudante que participa do programa, por meio de um professor tutor que mantenha contato com a universidade estrangeira;
> c) a obrigatoriedade, aos estudantes egressos, de desenvolverem seminários na área de C,T&I que resultem na elaboração de projetos;
> d) a criação de meios para maior integração entre os professores brasileiros e os estrangeiros, na elaboração de currículos interdisciplinares;
> e) a aproximação entre formuladores e implementadores do programa;
> f) a busca de novas fontes de financiamento, especialmente as parcerias com o setor privado, com a renovação das parcerias exitosas e a busca de novos parceiros, e,
> g) a mudança de política de governo para política de Estado. (NASCIMENTO, 2016, p. 105).

Silva (2016) em sua dissertação *Internacionalização e conhecimento: análise do Programa Capes-Brafagri na Universidade Federal de Viçosa sob a ótica de estudantes-participantes no biênio 2013-2014* analisa o desenvolvimento do Programa, pontos positivos, dificuldades, benefícios e o seu papel na formação dos estudantes e na internacionalização da ciência brasileira. De acordo com a autora,

> O Programa de Intercâmbio Brasil França Agricultura (Capes-Brafagri) é resultante da parceria universitária estabelecida, formalmente, em 2008 entre o Brasil e a França, concedendo bolsas de estudos anuais para estudantes em nível de graduação nas áreas de ciências agronômicas, agroalimentares e veterinária. É uma parceria mútua entre os dois países, onde ambos recebem e enviam estudantes, acompanhando e orientando os alunos contemplados com bolsas (SILVA, 2016, p. 4).

Com base no estudo realizado, a autora pondera sobre as contribuições do Programa para a inovação tecnológica, considerando haver “muitas controvérsias no que tange às reais contribuições” (SILVA, 2016, p. 99), pois

> Alguns estudantes acreditam que o programa traz sim benefícios diretos para a inovação da tecnologia brasileira, mas existem outros que não acreditam nesse discurso. Para estes últimos, a formação diferenciada que receberam está muito mais atrelada à inserção no mercado de trabalho, voltada para o desenvolvimento de habilidades requeridas pelas empresas e pelas indústrias (SILVA, 2016, p. 99).

Com relação ao aumento de produção do conhecimento, Silva (2016, p. 101) explica que existe

> [...] um ganho obtido durante a formação em instituições estrangeiras, de múltiplas formas. A oportunidade vivenciada amplia os horizontes acadêmicos dos estudantes, possibilitando a aquisição de novos conhecimentos e de novas formas de ver algo que já havia sido estudado em instituições brasileiras. As formações adquiridas se complementam e geram

> frutos tais como a criticidade, a criatividade, a vontade de inovar e de publicar o que foi descoberto ou produzido.

No entender da autora “é imprescindível que o governo brasileiro, juntamente com as instituições de ensino superior e de fomento à pesquisa, invista e incentive a permanência desses estudantes e futuros profissionais no país” (SILVA, 2016, p. 103), considerando que “a fuga de cérebros é uma prática recorrente após a participação em um programa de intercâmbio estudantil” (SILVA, 2016, p. 103). Para Silva (2016, p. 103), “Os grandes potenciais brasileiros acabam saindo do país em busca de reconhecimento social e melhores condições de vida e de trabalho”.

Souza (2016) analisa em sua dissertação, o *Programa de Licenciatura Internacional na Universidade Federal de Uberlândia: limites e possibilidades,* conforme a autora, o referido Programa (criado pela CAPES em 2010) teve como foco a melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura.

A autora salienta que “a implementação da política pública PLI na UFU foi marcada por dificuldades que de alguma forma terminaram limitando os objetivos pretendidos” (SOUZA, 2016, p. 100), considerando-se haver “um distanciamento entre a proposta da Capes em seus documentos oficiais e a realidade vivida no programa na UFU ao longo de três edições realizadas entre 2010 e 2012” (SOUZA, 2016, p. 100). Destaca, também, a existência de

> [...] interesses conflitantes que interferiram, de fato, na formação dos discentes participantes, tanto no exterior quanto depois do seu retorno ao Brasil, por terem sido obrigados, dentre outros, a cursar disciplinas em Portugal equivalentes aos bacharelados, resultante de uma lógica político-pedagógica e curricular completamente diferente com o que se pratica no Brasil, no que diz respeito, especificamente, à concepção da formação de licenciados cujas disciplinas pedagógicas somente são cursadas no âmbito do mestrado em Portugal se o discente quiser tornar-se, de fato, professor. (SOUZA, 2016, p. 100).

De acordo com Souza (2016, p. 101), dentre as dificuldades apontadas pelos participantes do estudo, destacam-se a “não convalidação de disciplinas cursadas no exterior por motivos diversos, assim como também a demora posterior para a obtenção do duplo-diploma, por motivos alegados de natureza burocrática de ambas as instituições conveniadas” (SOUZA, 2016, p. 101).

Ainda, a autora menciona que:

> [...] de acordo com a visão dos discentes, o programa não estaria, de fato, contribuindo academicamente para melhorar a formação profissional, mas, ao contrário, pelo ocorrido em Portugal ao longo das três edições aqui analisadas, o mesmo teria contribuído para reafirmar entre os discentes a sua vontade política de não atuar no âmbito da educação básica como professores (SOUZA, 2016, p. 101).

A autora pondera que:

> a oportunidade concedida pelo PLI/Capes implica na liberação e utilização de recursos financeiros para fins específicos que extrapolam 'experiência pessoal e cultural adquirida', motivo pelo qual se entende que o impacto desse programa deve ser, de fato, profundamente refletido e revisto. (SOUZA, 2016, p. 101-102, grifo da autora).

Por fim, salienta que "deve ser considerado no contexto do PLI, a quem efetivamente esse programa vai servir no contexto político da formação profissional", considerando-se "além da simples menção de que a sua finalidade é contribuir com a formação de professores, aspectos esses que objetivamente não puderam ser confirmados durante a realização desta pesquisa" (SOUZA, 2016, p. 102).

Feitas tais considerações, passamos, na próxima seção, à caracterização dos estudos atinentes às dimensões teórica e metodológica.

5.2 Caracterização dos estudos atinentes às dimensões teórica e metodológica

No que se refere aos pressupostos teóricos sobre internacionalização, o Quadro 21 apresenta os autores que tiveram acima de dez menções no referencial teórico das teses e dissertações analisadas.

Quadro 21 – Autores mais citados nos estudos

Autor	Frequência
Knight; Knight e coautores	59
Morosini	37
De Wit; De Wit e coautores	34
Lima e Contel; Lima e coautores	29
Stallivieri; Stallivieri e coautores	22
Altabach; Altabach e coautores	21
Laus; Laus e coautores	16
Miura	11

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

De acordo com o apresentado no Quadro 21, podemos perceber que dois oito autores mais citados, Knight e Altabach são da América do Norte; De Wit da Europa e Morosini, Lima e Contel, Stallivieri, Laus e Miura são da América do Sul (Brasil). Gacel-Ávila (2017, p. 7) aponta a questão do idioma das publicações sobre a internacionalização:

> La investigación sobre la internacionalización de la educación superior es relativamente reciente y la realiza un número muy reducido de expertos e investigadores en el mundo, principalmente provenientes de Europa Occidental y América del Norte. [...] Las publicaciones están, en una abrumante mayoría, en inglés, y los investigadores europeos y norteamericanos prácticamente nunca citan publicaciones de otra región, en particular de América Latina y el Caribe (ALC), y mucho menos de otros idiomas, como el español.

Com o objetivo de identificar as produções mais citadas e a recorrência dessa produção, apresentamos na sequência, os quadros 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, e 29 que apresentam tais dados.

O Quadro 22 apresenta dados relativos as produções de Jane Knight, e de Jane Knight com coautores, citadas pelos autores das dissertações e teses.

Quadro 22 – Produção bibliográfica de Knight, e de Knight com coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
KNIGHT, Jane. Internationalization Remodeled: Definitions, Approaches and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 8, n.1, p. 5-31. 2004. DOI 10.1177/1028315303260832.	07
KNIGHT, Jane. Cinco verdades a respeito da internacionalização. **International Higher Education**, Boston, (MA), v. 69, n. 4-5, p. 1-4, 2012. DOI 10.6017/ihe.2012.69.8644.	07
KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries. *In:* **Strategies for internationalisation of Higher Education**. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.	06
ALTBACH, P. G.; KNIGHT, Jane. The internationalization of higher education: Motivations and Realitie. *In:* **The NEA 2006 Almanac of Higher Education**. Washington, DC: National Education Association 2007. p. 290-305.	06
KNIGHT, Jane. Updated the Definition of Internationalization. **International Higher Education**, Boston, (MA), v. 33, p. 2-3, 2003. DOI 10.6017/ihe.2003.33.7391.	04
KNIGHT, Jane. Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux. *In:* OECD. **L'enseignement supérieur en Amérique latine – la dimension internationale**. Paris: OECD, 2005. p.11- 45.	04
KNIGHT, Jane. **Internationalization:** Elements and Checkpoints. Canadian Bureau for International Education - CBIE Research, n. 7. Ottawa, CAN: CBIE, 1994. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED549823.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.	03
KNIGHT, Jane. An internationalization model: responding to new realities and challenges, *In:* DE WIT. Hans *et al.* **Higher Education in Latin America:** the international dimension. Washington, DC: The World Bank, 2005 p. 1-39.	03
KNIGHT, Jane. Internationalization of Higher Education: a conceptual framework. *In*: KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. (eds.). **Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries.** Amsterdam: European Association for International Education, 1997.	02
KNIGHT, Jane. International universities: misunderstandings and emerging models? **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 19, n. 2, p. 107-121, 2015. DOI 10.1177/1028315315572899.	02
KNIGHT, Jane. **Higher Education in Turmoil:** the changing world of internationalisation. Rotterdam: Sense, 2008.	02
KNIGHT, Jane. Internationalization: management strategies and issues. International Education Magazine, v. 9, n. 6, p. 21-22, 1993.	01
KNIGHT, Jane. Internalization: Management Strategies and Issues. **International Education Magazine**, v. 9. n. 3, 1993[44].	01
KNIGHT, Jane. Internationalisation in Higher Education. *In:* OECD. **Quality and Internationalisation in Higher Education**. Paris: OECD, 1999. p. 13-28.	01
KNIGHT, Jane. Globalization, trade and Internationalization: complexities and challenges. *In*: **GLOBAL Educacion:** la educacion internacional ante las nuevas circuntancias. Asociación Mexicana para la Educacion International. Zapopan, Mexico, v. 7, [2003][45].	01
KNIGHT, Jane. Educação comercial através de fronteiras: implicações para o financiamento da educação superior. *In:* **EDUCAÇÃO superior em um tempo de transformação:** novas dinâmicas para a responsabilidade social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 126-128.	01

[44] Referência retirada de fonte secundária.
[45] Referência retirada de fonte secundária.

KNIGHT, Jane. Internationalisation: Key Concepts and Elements. *In:* EUROPEAN University Association. **Internationalisation of European Higher Education**. Berlin: Raabe, 2010.	01
KNIGHT, Jane. Internacionalização da educação superior: novos desenvolvimentos e consequências não intencionadas. **Boletim Iesalc-UNESCO**, n. 211, out. 2010[46].	01
KNIGHT, Jane. Concepts, Rationales, and Interpretive Frameworks in the Internationalization of Higher Education. *In:* DEARDORFF D. K. *et al.* (orgs.). **The SAGE Handbook of International Higher Education**. Los Angeles, CA: Sage Publications, 2012. p. 27-42.	01
KNIGHT, Jane. The changing landscape of higher education internationalisation - for better or worse? **Perspectives: Policy and Practice in Higher Education**, Oxfordshire, (UK), v. 17, n. 3, p. 84-90, 2013. DOI 10.1080/13603108.2012.753957.	01
KNIGHT, Jane. **Universidades apostam na internacionalização**. Entrevista a Grazieli Gotardo. Extra Classe, 14 jul. 2014. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br/geral/2014/07/universidades-apostam-na-internacionalizacao/. Acesso em: 22 set. 2020.	01
KNIGHT, Jane. (ed.). Introduction. *In:* **INTERNATIONAL Education Hubs:** Student, Talent, Knowledge-Innovation Models. New York; London: Springer, 2014. p. 1-12.	01
KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. **An Introduction to the IQRP Project and Process**. Paris: OECD, 1999.	01
DE WIT, Hans; JARAMILLO, Isabel Cristina; GACEL-AVILA, Joceline; KNIGHT, Jane. (org.). **Educación Superior en América Latina:** la dimensión internacional. Bogotá, COL; Washington, DC: Mayol Ediciones; World Bank, 2005.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

O Quadro 23 apresenta dados relativos as produções de Marília Costa Morosini, citadas pelos autores das dissertações e teses.

Quadro 23 – Produção bibliográfica de Morosini utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, jul./dez, 2006. DOI 10.1590/S0104-40602006000200008.	11
MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011. DOI 10.1590/S0102-46982011000100005.	07
MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de pedagogia universitária:** glossário. Brasília, DF: INEP/MEC, 2006, v. 7.	05
MOROSINI, Marília Costa. **Mercosur/Mercosul:** políticas e ações universitárias. Campinas: Editores Associados,1998, 263 p.	03
MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014. DOI 10.1590/S1414-40772014000200007.	02

[46] Referência retirada de fonte secundária.

MOROSINI, Marília Costa. **Universidade no Mercosul:** condicionantes e desafios. São Paulo: Cortez, 1994.	01
MOROSINI, Marília Costa. **MERCOSUL:** reconhecimento de diplomas e avaliação institucional. *In:* CATANI, Afrânio Mendes (org.). Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.	01
MOROSINI, Marília Costa. **Universidade e Integração no MERCOSUL:** condicionantes e desafios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.	01
MOROSINI, Marília Costa. Reconhecimento de Diplomas e Avaliação Universitária. *In*: CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1998.	01
MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 89-102, 2001. DOI 10.1590/S1414-32832001000200006.	01
MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da educação superior: um modelo em construção? *In:* HORTA NETO, João Luiz. (coord.). **Modelos Institucionais de Educação Superior.** Brasília, DF: INEP, 2006. Coleção Educação em Debate, v. 7. p. 93-118. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489018/Modelos+institucionais+de+educa%C3%A7%C3%A3o+superior/89198807-fbba-476e-8860-9d7ffc3e336b?version=1.0. Acesso em: 22 set. 2020.	01
MOROSINI, Marília Costa. Qualidade na educação superior: tendências do século. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2006. DOI 10.18222/eae204320092043.	01
MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da Educação Superior no Brasil pós-LDB: o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas. *In:* BITTAR, Mariluce *et al*. (org.). **Educação superior no Brasil**: 10 anos pós-LDB. Brasília, DF: INEP, 2008. Coleção Inep 70 anos, v. 2. p. 285-304.	01
MOROSINI, Marília Costa *et al*. A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 13-37, jan./mar. 2016. DOI 10.1590/S1413-24782016216402.	01
LAUS, Sonia Pereira; MOROSINI, Marilia Costa. Internationalization of Higher Education in Brazil. *In:* DE WIT. Hans *et al.* **Higher Education in Latin America:** the international dimension. Washington, DC: The World Bank, 2005. p. 111-148.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

O Quadro 24, a seguir, apresenta dados relativos as produções de Hans De Wit, e de Hans De Wit com coautores, citadas pelos autores das dissertações e teses.

Quadro 24 – Produção bibliográfica de Wit, e de Wit e coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
DE WIT, Hans. **Internationalization of higher education in the United States of America and Europe:** A historical, comparative and conceptual analysis. Greenwood: Westport, CT, 2002.	05
DE WIT, Hans. Changing Rationales for Internationalization of Higher Education. **International Higher Education**, Boston, (MA), 1999. DOI 10.6017/ihe.1999.15.6477.	03
DE WIT, Hans. Globalisation and Internationalisation of Higher Education. Introduction to online monograph. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)**, Catalunya/Barcelona, v. 8, n. 2, p. 241-248, 2011.	03
DE WIT, Hans. **Strategies of internationalization of higher education. A comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States**. Amsterdam: European Association for International Education, 1995.	02
DE WIT, Hans. Changing Rationales for the Internationalization of Higher Education. *In:* BARROWS, Leland C. (ed.). **Internationalization of higher education:** an institutional perspective. Bucharest, Romania: UNESCO/CEPES, 2000.	02
DE WIT, Hans. Quality assurance and internationalization: Trends, challenges and opportunities. *In:* BIENNIAL CONFERENCE CHANGING LANDSCAPE OF HIGHER EDUCATION: NEW DEMANDS ON QUALITY ASSURANCE – INQAAHE, 2015. Chicago, Illinois: INQAAHE, 2015.	02
DE WIT, Hans. **Internationalisation of Higher Education in Europe and its Assessment, Trends and Issues**. Nederland: NVAO, 2010.	02
DE WIT, Hans. América Latina y Europa ante el fenômeno de la internacionalización: *In:* MORA, J. G.; LAMARRA, N. F. (org.). **Educación Superior:** Convergência entre América Latina y Europa. Caseros: Eduntref, 2005. p. 222-226.	02
KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalization of higher education: a conceptual framework. *In:* KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. (ed.). **Internationalization of higher education in Asia Pacific Countries.** Amsterdam: European Association for International Education, 1997.	02
DE WIT, Hans. **Higher Education in Latin America:** the international dimension. Washington, DC: World Bank, 2005.	01
DE WIT, Hans. **Measuring success in the internationalisation of higher education**. Amsterdam: European Association for International Education, 2009.	01
DE WIT, Hans. **An introduction to higher education internationalization**. Milan: Vita e Pensiero, 2013.	01
DE WIT, Hans. Rethinking the concept of internationalisation. *In:* **Going Global**: Identifying Trends and Drivers of International Education. London: Emerald, 2013. p. 213-218.	01
DE WIT, Hans. Internationalization more than a numbers game. **University World News**, London, 6 jan. 2013. Disponível em: https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20130103025059926. Acesso em: 23 set. 2020.	01
DE WIT, Hans. Repensando o Conceito da Internacionalização. **Ensino Superior Unicamp Notícias**, International Higher Education, 20 fev. 2013. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br. Acesso em: 23 set. 2020.	01
KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. **Strategies for Internationalisation of Higher Education:** historical and conceptual perspectives. Amsterdam: European Association for International Education, 1995. p. 5-33.	01

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. **Quality and Internationalisation of Higher Education**. Paris: OECD, 1999.	01
DE WIT, Hans; JARAMILLO, Isabel Cristina; GACEL-AVILA, Joceline; KNIGHT, Jane. (org.). **Educación Superior en América Latina:** la dimensión internacional. Bogotá, COL; Washington, DC: Mayol Ediciones; World Bank, 2005.	01
KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. **Strategies for internationalization of Higher Education:** Historical and Conceptual Perspectives: a comparative study of Australia, Canada, Europa and the United States of America. Amsterdam: European Association for International Education, 1995, 176 p.	01
DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona; COELEN, Robert. Internationalisation of Higher Education in Europe: future directions. **Journal Internationalisation of Higher Education**, [*S. l.*], n. 83, p. 273 - 288, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/15295987/Internationalisation_of_Higher_Education_in_Europe_Future_Directions. Acesso em: 23 set. 2020.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

O Quadro 25 apresenta dados relativos as produções de Luciane Stallivieri, e de Luciane Stallivieri e coautores, citadas pelos autores das dissertações e teses.

Quadro 25 – Produção bibliográfica de Stallivieri, e de Stallivieri e coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Editora UCS, 2004.	10
STALLIVIERI, Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. UCS - Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 24, n. 48-49, p. 35-57, 2003. Caxias do Sul, 2003.	04
STALLIVIERI, Luciane. **As dinâmicas de uma nova linguagem intercultural na mobilidade acadêmica internacional**. 2009. Tese (Doutorado em Línguas Modernas) – Programa de Pós-Graduação em Línguas Modernas, Universidad del Salvador, Buenos Aires, 2009.	03
STALLIVIERI, Luciane. O papel das instituições de ensino superior na formação de profissionais para o mercado internacional. **Tema,** Campina Grande, PB, v. 3, n. 3, p. 168-183, 2004.	01
STALLIVIERI, Luciane. O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. *In:* D.R. Unión de Universidades de América Latina Y El Caribe (org.). **Educación superior em América Latina y el Caribe:** Sus estudiantes hoy. México: D.R. Unión de Universidades de América Latina Y El Caribe, México, 2007. p. 79-100.	01
STALLIVIERI, Luciane. Ciência sem Fronteiras abriu diálogo qualificado entre instituições, mas escancarou dificuldade dos estudantes de se comunicar em outros idiomas. **Ensino Superior Unicamp Notícias**, 24 fev. 2016. Revisão crítica do CsF. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/ciencia-sem-fronteiras-abriu-dialogo-qualificado-entre-instituicoes-mas-escancarou-dificuldade-dos-estudantes-de-se-comunicar-em-outros-idiomas. Acesso em: 23 set. 2020.	01
STALLIVIERI, Luciane; COELHO, Camila Paim Veran. Internacionalização do Instituto Federal de Santa Catarina: Projeto de Cooperação Bilateral França Brasil. *In:* COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15., 2015, Mar del Plata. **Anais** [...]. Mar del Plata: Universidade Nacional de Mar del Plata, 2015.	01

STALLIVIERI, Luciane; GONÇALVES, R. B. Novas propostas pedagógicas para o desenvolvimento de disciplinas ministradas em línguas estrangeiras nas salas de aula multiculturais. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 17, n.41, p. 130-142. 2015. DOI 10.5007/2175-8077.2015v17n41p130.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

O Quadro 26 apresenta dados relativos as produções de Altbach, e de Altbach e coautores, citadas pelos autores das dissertações e teses.

Quadro 26 – Produção bibliográfica de Altbach, e de Altbach e coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
ALTABACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The internationalisation of Higher Education: motivations and realities. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 11, n. 3-4, p. 290-305. Fall/Winter, 2007. DOI 10.1177/1028315307303542.	07
ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. Visión panorámica de la internacionalización en la educación superior: motivaciones y realidades. Traducido por Laurette Godinas**. Perfiles educativos,** México, v. 28, n. 112, p. 13-39, enero 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982006000200002. Acesso em: 24 set. 2020.	02
ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz; RUMBLEY, Laura E. **Trends in global higher education:** tracking an academic revolution. Paris: UNESCO, 2009.	02
ALTBACH, Philip. G. Globalization and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education and Management**, New York, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004. DOI 10.1023/B:TEAM.0000012239.55136.4b.	02
ALTBACH, Philip. G. **International Higher Education:** an Encyclopedia. New York: Garland, 1991.	01
ALTBACH, Philip G. Knowledge and education as international commodities: The collapse of the common good. Current Issues. **Catholic Higher Education**, Villanova, (PA), v. 22, may/june, 2002.	01
ALTBACH, Philip. G. Perspective on Internationalizing Higher Education. **International Higher Education**, Boston, n. 27, p. 6-8, mar. 2002. DOI 10.6017/ihe.2002.27.6975.	01
ALTBACH, Philip G. **International Higher Education:** reflections on policy and practice. [*S. l.*]: Center for International Higher Education Lynch School of Education, Boston College Chestnut Hill, 2006.	01
ALTBACH, Philip G. Globalization and the university: realities in an unequal world. *In:* FOREST, James J. F.; ALTBACH, Philip G. (eds.). **International Handbook of Higher Education.** Heidelberg: Springer Netherlands, 2006. p. 121-139.	01
ALTBACH, Philip G. The Complex Roles of Universities in a Period of Globalization. *In:* GLOBAL University Network For Innovation (GUNI). **Higher Education in the World 3:** New Challenges and Emerging Roles for Human and Social Development. 3. ed. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2008. p. 5-14.	01
ALTBACH, Philip. G. **Educación superior comparada:** el conocimiento, la universidad y el desarrollo. Buenos Aires: Universidad de Palermo - UP, 2009.	01
ALTBACH, P. G. **Os papéis complexos das universidades no período de Globalização**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 31-46.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

O Quadro 27 apresenta dados relativos as produções de Manolita Correia Lima, em coautoria com Fábio Betioli Contel e Lima e coautores, citadas pelos autores das dissertações e teses.

Quadro 27 – Produção bibliográfica de Lima e Contel, e de Lima e outros coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Albuquerque, Carolina Machado Saraiva de. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009.	08
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. Características atuais das políticas de Internacionalização das instituições de Educação Superior no Brasil. **Revista E-Curriculum,** São Paulo, v. 3, n. 2, jun. 2008.	04
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. **Internacionalização do ensino superior**. São Paulo: Alameda, 2011.	04
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira. Escola Superior de Propaganda e Marketing, Universidade de São Paulo. *In*: COLLOQUE DE IFBAE, 5., 2009, Grenoble, França. **Anais** [...]. Grenoble, França: IAE, 2009, 17 p. Disponível em: https://ifbae.s3.eu-west-3.amazonaws.com/file/congres/2009_B0095.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.	02
LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. Reflexões (ainda) necessárias acerca da mobilidade estudantil. *In:* COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 8., 2008, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2008.	02
LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 575-598, jul./set. 2011. DOI 10.1590/S0104-40362011000400007.	02
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio. Betioli. Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 167-193, 2007. DOI 10.18568/1980-4865.22167-193.	01
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. O Brasil conhece o Brazil: a internacionalização da educação superior, das motivações ao processo. *In:* LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio. Betioli. (orgs.). **Internacionalização da Educação Superior:** Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda Editorial, 2011. p. 153-221.	01
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio. Betioli e AVRICHIR, Ilan. **Internacionalização da Educação Superior: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo, Alameda Editorial, 2011.	01
LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli; GRACIOSO, Alexandre. Vamos todos para Passárgada? *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.	01

LIMA, Manolita Correia; RIEGEL, Viviane. Motivações da mobilidade estudantil entre os estudantes do curso de Administração. **Revista Guavira – Letras. Edição Comemorativa n. 10**, Três Lagoas, MS, v. 10, n. 1, p. 178-197, 2010.	01
LIMA, Manolita Correia; RIEGEL, Viviane. Mobilidade acadêmica made in south: refletindo sobre as motivações de estudantes brasileiros e colombianos. **Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación**, Bogotá, v. 8, n. 16, p. 109-132, jul./dic. 2015.	
LIMA, Manolita Correia; DESCIO, M. C. A viagem na trilha do processo de formação: o caso do professor universitário. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANGRAD, 23., Bento Gonçalves. **Anais** [...]. Bento Gonçalves: ENANGRAD, 2012.	01
SILVA, Cláudia S.; LIMA, Manolita Correia; RIEGEL, Viviane. Os fatores de motivação na definição de estudantes estrangeiros em mobilidade acadêmica internacional no Brasil. **Revista GUAL**. Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 232-251, set. 2013. DOI 10.5007/1983-4535.2013v6n3p232.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

O Quadro 28 apresenta dados relativos as produções de Sônia Pereira Laus, e de Sônia Pereira Laus em coautoria, citadas pelos autores das dissertações e teses.

Quadro 28 – Produção bibliográfica de Laus, e de Laus e coautores, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior:** um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.	09
LAUS, Sonia Pereira.; MOROSINI, Marília Costa. Internationalization of Higher Education in Brazil. *In:* DE WIT. Hans *et al.* **Higher Education in Latin America:** the international dimension. Washington, DC: The World Bank, 2005. p. 111-148.	03
LAUS, Sônia Pereira. Alguns desafios postos pelo processo de internacionalização da educação superior no Brasil. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 1-18.	02
LAUS, Sonia Pereira; MOROSINI, Marilia Costa. Internacionalización de la Educación Superior en Brasil. *In:* DE WIT, Hans *et al.* **Educación Superior en America Latina:** la dimensión internacional. Bogotá, COL: Mayol Ediciones, 2005. p. 111-148.	01
LAUS, Sonia Pereira. As relações acadêmico-científicas com o Brasil no quadro das relações da Europa com a América Latina. *In:* HOFMEISTER, Wilhelm (org.). **Anuário Brasil-Europa 2007**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung e.V., 2008, v. 1, p. 121-154.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

Quadro 29 – Produção bibliográfica de Miura utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo:** (um estudo de três áreas de conhecimento). 2006. Tese (Livre Docência em Recursos Humanos) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. DOI 10.11606/T.96.2006.tde-03102006-135941.	06
MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo:** um estudo de três áreas de conhecimento. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: EnANPAD, 2009.	05

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

Destacamos que sobre a internacionalização do campo do currículo, identificamos menção às produções de Antonio Flavio Barbosa Moreira, conforme apresenta o Quadro 30.

Quadro 30 – Produção bibliográfica de Moreira, utilizadas no referencial teórico sobre internacionalização do campo do currículo, citadas pelos autores das teses e dissertações

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
MOREIRA, A. F. B. O atual processo de internacionalização do campo do currículo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto (POR), n. 37, p. 45-61, 2012a. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC37_A_Moreira.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.	01
MOREIRA, A. F. B. A internacionalização do campo do currículo. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 217-225, jan./jul. 2012b. DOI 10.20500/rce.v7i13.1666.	01
MOREIRA, A. F. B. (org.). **Currículo na Contemporaneidade:** Internacionalização e Contextos Locais. Braga: Universidade do Minho, 2014. 3453 p.	01
MOREIRA, A. F. B. **A internacionalização do campo do currículo:** efeitos no Brasil. Petrópolis, RJ: Universidade Católica de Petrópolis, 2018.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

Na dimensão metodológica das dissertações e teses, constatamos haver uma mescla na classificação das pesquisas, por vezes contraditória, em termos de finalidade (básica, aplicada, desenvolvimento experimental); aos objetivos (exploratória, descritiva, explicativa); do método empregado (por exemplo Estudo de

Caso, Pesquisa-ação, Documental, Bibliográfica, dentre outros); da natureza dos dados (qualitativa, quantitativa ou mista); e do ambiente que os dados são coletados (campo, experimental).

Com relação aos instrumentos de coleta de dados, identificamos nos trabalhos a utilização da entrevista, do questionário, da observação, de documentos, da observação, do formulário e da análise bibliométrica. Alguns autores citam como instrumento de coleta a pesquisa (e ou análise) bibliográfica.

No que se refere a análise dos dados, prepondera a Técnica de Análise de Conteúdo, sendo também, citado o Método Interpretativo de Triviños, o Método de Análise Dialético, a Estatística, a Revisão Integrativa, o Método de Análise de Conglomerados; a Análise de Discurso Crítica; a Análise Textual e o Método Dialético-Hermenêutico.

Em relação aos autores e produções citadas nas teses e dissertações, os Quadros 31 e 32 apresentam dados relativos a estes aspectos.

Quadro 31 – Autores e produções (artigos e trabalhos em eventos) citadas nas teses e dissertações: referencial metodológico

PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.	02
MOZZATO. A. R.; GRYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.	02
ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Opin. Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 1-30, jun. 2009. DOI 10.1590/S0104-62762009000100001.	01
ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: questões de teoria e de método. **Educação & Tecnologia**, [*S. l.*], v. 10, n. 1, p. 29-35, jan./jun. 2005. Disponível em: https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/72. Acesso em: 24 set. 2020.	01
AZEVEDO, C. E. F.; OLIVEIRA, L. G. L.; GONZALEZ, R. K.; ABDALLA M. M. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *In*: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – ANPAD, 4., 2013, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: EnANPAD, 2013, 16 p. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ5.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.	01

BARRETTO, E. S. de S. **Perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade**. *In*: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PDE-EDUCAÇÃO BÁSICA E INTERCÂMBIO DE PESQUISA CIENTÍFICA, Brasília, 3 a 5 de setembro de 2008. Brasília, DF: MEC/ANPED, 2008.	01
BEVAN, M. T. A Method of Phenomenological Interviewing. **Qualitative Health Research**, Thousand Oaks, (CA), v. 24, n. 1, p. 136-144, 2014. DOI 10.1177/1049732313519710.	01
BONI, V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. DOI 10.5007/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976. Acesso em: 24 set. 2020.	01
BOTELHO, Louise Lira R.; CUNHA, Cristiano C. A.; MACEDO, Marcelo. O método de Revisão Integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. DOI 10.21171/ges.v5i11.1220. Disponível em: https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906. Acesso em: 24 set. 2020.	01
BOWEN, G. A. Naturalistic inquiry and the saturation concept: a research note. **Qualitative Research**, Thousand Oaks, (CA), v. 8, n. 1, p. 137-152, 2008. DOI 10.1177/1468794107085301.	01
DENZIN, N. K. Triangulation 2.0. **Journal of Mixed Methods Research**, Thousand Oaks, (CA), v. 6, n. 2, p. 80-88, 2012. DOI 10.1177/1558689812437186.	01
DOREA, G.; SEGURADO, R. Continuidades e descontinuidades em torno do debate científico. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 20-25, jul./set. 2000. DOI 10.1590/S0102-88392000000300005. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n3/9767.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.	01
FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. DOI 10.1590/S0101-73302002000300013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.	01
GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/38183-75982-10-pb.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.	01
GRANEHEIN, U. H.; LUNDMAN, B. Qualitative content analysis in nursing research: concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness. **Nurse Educ Today**, v. 24, n. 2, p. 105-112. 2004. DOI 10.1016/j.nedt.2003.10.001.	01
HSIEH, H. F.; SHANNON, S. E. Three Approaches to Qualitative Content Analysis. **Qualitative Health Research**, Thousand Oaks, (CA), v. 15, n. 9, p. 1277-1288, nov. 2005. DOI 10.1177/1049732305276687.	01
KOLBE, R. H.; BURNETT, M. S. Content-Analysis Research: an examination of applications with directives for improving research reliability and objectivity. **Journal of Consumer Research**, Chicago, (IL), v.18, n. 2, p. 243-250, 1991. DOI 10.1086/209256.	01
MELO, I. F. de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna**, São Paulo, ano 5, n. 11, 2009. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.	01

MOREIRA, Herivelto. As perspectivas da pesquisa qualitativa para as políticas públicas em Educação. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 35, p. 235-245, 2002.	01
ROSSI, George Bedinelli; SERRALVO, Francisco Antonio; JOÃO, Belmiro Nascimento. Análise de Conteúdo. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 39-48, set. 2014. DOI 10.5585/remark.v13i4.2701.	01
SANCHEZ DIAZ, Marlery; VEGA-VALDÉS, Juan Carlos Freddy. Algunos aspectos teórico-conceptuales sobre el análisis documental y el análisis de información. **Ciencias de la Información**, (Cuba), v.34, n. 2, p. 49-60, 2003. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/58824. Acesso em: 25 set. 2020.	01
SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da *et al*. Pesquisa Documental: alternativa investigativa na Formação Docente. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2009. p. 4554-4566.	01
SOUZA, A. R. de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Revista Práxis Educativa**, Dossiê: Estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional, Ponta Grossa, PR, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul. 2014. DOI 10.5212/PraxEduc.v.9i2.0003.	01
VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev. SOCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.	01
SHAFFER, D. W.; SERLIN, R. C. What good are statistics that don't generalize? **Educational Researcher**, Washington, (DC), v. 9, n. 33, p.14-25, 2004. DOI 10.3102/0013189X033009014.	01
VERGARA, Sylvia Constant. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 761-765, jul./ago. 2011. DOI 10.1590/S1415-65552011000400010.	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

Quadro 32 – Autores e produções (livros e capítulos) citadas nas teses e dissertações: referencial metodológico

PRODUÇÃO	EDITORA	EDIÇÃO	ANO	FREQUÊNCIA
ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo.	Pioneira	2. ed.	1999	01
	Thomson		2004	01
ANDRÉ, M. **Estudo de caso em pesquisa e em avaliação educacional**. Brasília, DF.	Liber Livro		2005	01
BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal.	Edições 70.		1977	01
	Edições 70		1979	01
	Edições 70		2006	03
	Edições 70		2010	01
	Edições 70		2011	02
BERELSON, B. **Content analysis in communication research**. Nova York.	Hafner Publ. Co.		1971	01
BIKLEN, Sari; BOGDAN, Robert. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal.	Porto Editora		1991	01
	Porto Editora		1994	02
BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHETE, M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais** – Os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro.	Francisco Alves		1977	01
CELLARD, A. A análise documental. *In:* POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis.	Vozes		2008	01
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. São Paulo.	Pearson Prentice Hall.	6. ed.	2007	01
CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo.	Cortez		1991	01
	Cortez		2000	01
COELHO (ed.). **Design Método**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, p.169 -178.	Novas Ideias		2006	01
COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, Análise e Interpretação dos Dados. In. BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. São Paulo.	Atlas	2. ed.	2004	01
CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre.	Artmed	2. ed.	2007	01
	Artmed: Bookman	3. ed.	2010.	01
CRESWELL, J., W. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre.	Artmed	3ª ed.	2010	01
DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**.	Atlas		2000	01
DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In:* DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (orgs.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre.	Artmed		2006	01
EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. *In:* HUBER, G. P.; VAN DE VEN, A. H. **Longitudinal Field Research Methods – Studying Processes of Organizational Change.** Thousand Oaks.	Sage Publications		1995	01

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo.	Saraiva	4. ed.	2003	01
FAIRCLOUGH, N**. Analyzing discourse:** textual analysis for social research. London**,** New York.	Routledge		2003	01
FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo.	Artmed	3. ed.	2009	01
FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília.	Liber Livro Editora	4. ed.	2008	01
FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo.	Cortez	12. ed.	2010	01
GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. Chapecó.	Argus		2007	01
GASKELL, G. Entrevistas sociais e grupais. *In:* BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis.	Vozes		2002	02
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo.	Atlas	4. ed.	2002	03
	Atlas		2008	02
	Atlas		2010	03
GODOI, A. S.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. **Pesquisa qualitativa nas organizações:** paradigmas estratégias e métodos. São Paulo.	Saraiva		2006.	01
	Saraiva		2010	01
GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. *In:* GODOY, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo, p. 89-112.	Saraiva		2006	02
GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro.	Record		1999	01
HAIR, JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre.	Bookman		2005	02
JACKSON, Philip W. **Handbook of Research on Curriculum**. New York.	MacMilan		1996	01
KAUARK, F.S.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C.H. **Metodologia de pesquisa:** um guia prático. Itabuna.	Via Litterarum		2010	01
KERLINGER, Fred. **Investigación del comportamiento y técnicas metodológicas**. México, DF.	Editorial Interamericana	2. ed.	1979	01
LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. São Paulo.	Atlas	5. ed.	2007	01
LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo	EPU		1986	03
	Bookman		2001	01
	Bookman		2006	01
LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo.	Atlas	3. ed.	1993	01
	Atlas		2003	02
	Atlas		2010	01
MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. Porto Alegre.			2001	01

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo.	Atlas		2012	01
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo.	Atlas		2012	01
MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Designing Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA.	SAge Publications		1999	01
MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo.	Atlas			
MARTINS, J. A pesquisa qualitativa. *In:* FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, p. 49-58.	Cortez		1994	01
MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco.	Jossey-Bass		1988	01
MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis.	Vozes		1994	01
	Vozes		2004	01
	Vozes		2011	01
MINAYO, M. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo.	Hucitec-Abrasco	4. ed.	1996	01
	Hucitec-Abrasco	10. ed.	2007	01
NEWMAN, W. **Social research methods:** qualitative and quantitative approaches. Boston.	Allyn and Bacon		1997	01
OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis.	Vozes		2007	01
PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. Thousand Oaks.	Sage Publications	3. ed.	2002	01
PINAR, William F. **International Handbook of Curriculum Research**. New Jersey.	Lawrence Erlbaum Associates		2003	01
	Lawrence Erlbaum Associates	2. ed.	2014	01
PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In:* POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis.	Vozes	3. ed.	2012	01
RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. *In*: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. São Paulo.	Atlas	2. ed.	2004	01
REGAZZI, A. J. **Análise multivariada**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Departamento de Informática, 2001.				
RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo.	Atlas	3. ed.	1999	03
	Atlas	4. ed.	2012	01
ROMANELLI, Geraldo. Questões teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre família e escola. *In*: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia (orgs.). **Itinerários de pesquisa:** perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: p. 245-264.	DP&A		2003	01

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre.	Penso	5.ed.	2013	01
SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro, p. 60-89.	DP&A	6. ed.	2004	01
SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo.	Helder		1967	01
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo.	Cortez		2007	01
SOARES, Edvaldo. **Metodologia científica:** lógica, epistemologia e normas. São Paulo.	Atlas		2003	01
STRAUSS A.; CORBIN J. **Pesquisa Qualitativa:** técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre.	Artmed	2. ed.	2008	01
TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo.	Atlas		1987	03
	Atlas		2006	01
	Atlas		2013	01
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo.	Atlas		2000	01
	Atlas		2006	01
	Atlas	12. ed.	2010	01
	Atlas	14. ed.	2013	01
	Atlas		2015	01
YIN, Robert. **Case Study Research:** Design and Methods. Thousand Oaks, CA.	Sage Publications		1994	
YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. Porto Alegre.	Artmed Editora		1994	01
	Bookman		2001	01
	Bookman	3. ed.	2005	02
	Bookman		2010	01
ZHANG, Y.; WILDEMUTH, B. M. Qualitative analysis of content. *In:* WILDEMUTH, Barbara M. (ed.). **Applications of Social Research Methods to Questions in Information and Library Science**. Westport, CT, p. 308-319.	Libraries Unlimited		2009	01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

Passamos, no próximo capítulo, à reflexão sobre as contribuições e os desafios da internacionalização, no âmbito da Graduação, e suas relações com a qualidade educacional.

6 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA GRADUAÇÃO, E SUAS RELAÇÕES COM A QUALIDADE EDUCACIONAL

Neste capítulo, partilhamos as reflexões que realizamos acerca dos principais aportes dos estudos analisados para a reflexão, em termos de contribuições e desafios da internacionalização, no âmbito da Graduação, e suas relações com a qualidade educacional. Por fim, tendo presente as considerações realizadas, retomamos a tese que propomos, explicitando os indicativos que nos permitem confirmá-la.

6.1 Contribuições e desafios da internacionalização

Tanto a revisão de literatura quanto a incursão que realizamos nas dissertações e teses constituintes do *corpus* investigativo, permitem-nos evidenciar que a internacionalização é um tema complexo. Dessa forma, a reflexão sobre a internacionalização, requer a consideração de vários aspectos, que de forma isolada e ou de forma articulada, podem contribuir para a promoção e a efetivação ou inviabilizar a implementação da internacionalização. Por meio da Figura 10, apresentamos uma síntese.

Figura 10 – Internacionalização - Contribuições e desafios nos diferentes níveis

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da revisão de literatura e da análise das dissertações e teses.

Conforme apresentado na Figura 10, além dos níveis nacional e institucional (GACEL-ÁVILA, 2006, 2017; HUDZIK, 2011; KNIGHT, 2014; DE WIT; HUNTER, 2015) ou planos (MOROSINI, 2011), sugerimos, também, a inclusão do nível internacional. No decorrer deste capítulo, retomaremos tal ideia, apesentando indicativos que nos levaram a tal proposição.

6.1.1 Contribuições e desafios no nível internacional

Tanto na literatura quanto nos estudos que analisamos, são evidenciados dois níveis (KNIGHT, 2004) ou planos (MOROSINI, 2011) relativos a internacionalização, a saber: o nacional e ou no sistema educativo e o institucional. Contudo, ao sugerirmos a inclusão do nível internacional como um outro nível a ser analisado, consideramos que as políticas, a configuração do sistema educativo e a cultura de outros países interferem e trazem implicações para a implementação da internacionalização nos níveis nacional e institucional.

A internacionalização pode contribuir para a cooperação internacional entre os países (MARTINS, 2015); à formação do cidadão global (ALMEIDA, 2016) e de competências interculturais (ROSA, 2015); a classificação das IES nos rankings internacionais (BRAZ, 2015; GUIMARÃES, 2016); a diminuição da dependência industrial e tecnológica dos países periféricos em relação aos centrais, o desenvolvimento de tecnologias internas (VOIGT, 2015).

Com relação à cooperação internacional entre os países, Martins (2015, p. 158) afirma que ela

> [...] pode desenvolver habilidades interculturais, ampliação das vertentes do conhecimento acadêmico, visão holística do saber, larga vivência pessoal e vínculos pessoais e institucionais, podendo promover maior tolerância entre povos, tanto para o indivíduo participante de uma modalidade da internacionalização (intercâmbio, pesquisas conjuntas etc.) quanto para as instituições de educação superior envolvidas no cenário.

O autor contrapõe a cooperação internacional à transnacionalziação da educação, sendo que esta “[...] pouco traz de resultado aos partícipes do processo. Trata-se de uma relação comercial de venda de conhecimento e que depende da habilidade do comprador para ter a certeza que está comprando o produto ideal para suas necessidades” (MARTINS, 2015, p. 158).

Com relação à formação do cidadão global, Almeida (2016, p. 31) destaca a “as novas demandas do mercado profissional”, que “busca cidadãos globais, com competências específicas, como forte sensibilidade cultural”. Ao se referir às competências interculturais, Rosa (2015, p. 82) as considera “como uma exigência ética, científica e profissional para fazer face à complexidade, mobilidade e diversidade cultural do mundo contemporâneo”.

Além da internacionalização contribuir para à classificação das IES nos rankings universitários internacionais, Braz (2015, p. 35) menciona que tais IES possuem:

> [...] benefícios financeiros, os quais se dão através do pagamento das mensalidades pelos estudantes estrangeiros e dos gastos realizados por eles no local (hospedagem, alimentação, lazer, dentre outros). O recebimento de estudantes estrangeiros significa ainda a divulgação da literatura, dos professores, do curso e da instituição receptora. Isso reflete também na formação de opinião positiva entre os pares, no aumento de estudantes que desejam ir para aquela instituição específica, por causa das vantagens acadêmicas e financeiras posteriores.

Em termos de desafios, Lago (2015) reflete sobre a mercantilização da Educação Superior. No seu entendimento, tal fato somente será amenizado se houver um comprometimento com a educação, compreendida como um direito de todos e, portanto, um bem comum. Conforme assevera Lago (2015, p. 41),

> [...] esta visão da educação pela lógica do mercado, como produto, regido por regras previstas para o comércio, tem gerado inúmeras críticas e debates. Os críticos enxergam o risco de, em se tornando um bem global, a educação se descontextualize dos interesses dos Estados nacionais, ampliando a exclusão social, fomentando a desigualdade e consolidando o subdesenvolvimento.

Diante do exposto, temos ciência de que qualquer IES, seja pública, privada ou comunitária, necessita de recursos financeiros para sobreviver. Contudo, colocar a perspectiva financeira acima das finalidades e da responsabilidade social da Educação Superior num país, por certo, é questionável.

Jesus (2015, p. 28) destaca que “o movimento de internacionalização da educação superior pode não se efetivar de forma homogênea entre os países, tendendo a criar uma participação desigual na academia científica mundial diretamente ligada ao ensino superior”.

Isso pode provocar a “hegemonia da polarização da produção do conhecimento por parte dos países centrais” (LAGE, 2015, p. 53). Igualmente, a “assimetria da mobilidade acadêmica internacional gera um impacto geopolítico, pois se associa a questões de poder, de economia e de estratégias competitivas” (BRAZ, 2015, p. 35).

Além desses desafios, temos a questão da cultura (ANASTACIO, 2014; ROSA, 2015), do idioma (BRAZ, 2015; SEHNEM, 2015) e da organização acadêmica e curricular (VOIGT, 2015), dentre outros. Anastacio (2014, p.18) entende que:

> Decidir estudar em outro país é uma questão não apenas acadêmica, mas também sociocultural que impacta estudantes e os locais onde ocorrem essas práticas, sendo na diversidade cultural a construção da sociabilidade intercultural. O contato entre os estudantes, habitantes nativos e os estrangeiros, a capacidade de construir redes, estabelecer vínculos e circular informações produz ambientes de vida e de aprendizagens muito particulares.

A adaptação ao novo contexto e à alimentação são destacados, assim como o idioma como principal promotor ou entrave para a comunicação e às relações interpessoais. Segundo Sehnem (2015, p. 143): “não conhecer a língua e a cultura do país ao qual nos propomos realizar a mobilidade é colocar em risco e limitar a interação com o sistema de ensino, a qual deve resultar em contributos aproveitáveis na academia no regresso”.

De acordo com Braz (2015, p. 22).

> A mobilidade, além de ser uma prática geográfica de migração, é também parte da identidade humana e coloca em questão a relação do sujeito com o espaço em que vive. Nessa perspectiva, a identidade cultural expressa-se nos modos de vida, nos hábitos, nos costumes, nas tradições, enfim, no próprio jeito de viver das pessoas e nas relações que estabelecem entre si e com o meio natural. A relação entre os grupos sociais e o espaço por eles vivenciado configura uma organização territorial que influencia tanto o âmbito político quanto o econômico e o social. Dessa forma, é no lugar, entendido como espaço vivido, que todas as relações humanas se estabelecem.

De acordo com Rosa (2015, p. 33), a conexão entre as IES “de forma sustentável e equitativa, gerando efetivos resultados para todas as partes envolvidas” requer a “consideração das diferenças e semelhanças culturais existentes entre as suas respectivas sociedades”, pois “respeitar estas características é algo fundamental para que os resultados se desdobrem em atividades eficazes e eficientes para a transformação social” (ROSA, 2015, p. 33).

Em relação às questões acadêmicas e curriculares, são destacados aspectos relativos às disciplinas feitas no exterior que nem sempre possuem equivalência com aquelas previstas na matriz curricular do cursos realizados no país de origem; a abordagem metodológica adotada (em alguns casos predominando a autonomia cognitiva do estudante, priorizando o estudo independente e as atividades práticas e em outros, a memorização de conteúdos, por exemplo); as relações entre o professor e aluno, dentre outros. Diante disso, surgem empecilhos tanto em termos de aproveitamento dos créditos cursados no exterior quanto na validação de diplomas de cursos realizados na íntegra (VOIGHT, 2015).

Assim, se por um lado, a oportunidade de vivenciar experiências em outro país é algo positivo e contribui para a formação do estudante, por outro, se constitui num desafio, pois o grau de aproveitamento desta experiência irá depender, em grande parte, dos aspectos mencionados. Portanto, as contribuições de uma experiência no exterior, especialmente àquelas financiadas com investimento público, não podem ficar restritas ao aperfeiçoamento do idioma, ao contato com outras culturas, dentre outros, de forma que não se configurem num “turismo universitário”.

Há de se considerar que são investimentos altos, restrito a poucos estudantes que dele podem se beneficiar. Dessa forma, entendemos que àqueles que são beneficiados com tal investimento precisam trazer algum tipo de retorno efetivo para o seu país e instituição. Se a nossa perspectiva sob a inclusão do nível internacional não estiver equivocada, entendemos ser necessário aprofundar esta discussão em estudos futuros, apresentando outros indicativos fundamentados num diálogo com a literatura corrente e em estudos que possam nos auxiliar a elucidar o por ora proposto.

6.1.2 Contribuições e desafios no nível nacional e ou do sistema educativo

Dentre as contribuições da internacionalização, são citadas a vantagem competitiva do país, em termos de domínio do conhecimento (LAGE, 2015); a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa nos países (SENA, 2013; BISCHOFF, 2017; SANTOS, 2017); a integração e a cooperação técnico-científica (SANTOS, 2017).

Se por um lado a internacionalização pode contribuir para a vantagem competitiva do país, em termos de domínio do conhecimento (LAGE, 2015)

contemplando-se ações colaborativas com outras IES e com empresas, por exemplo; por outro, a ausência de políticas direcionadas à potencialização das relações comerciais entre países, à inovação científica e tecnológica, a qualificação de mão de obra e a fixação dos potenciais humanos no país de origem, pode ser um entrave, contribuindo para o fenômeno conhecido como “fuga de cérebros” (LAGE, 2015, p. 78).

No nível nacional e ou do sistema educativo, os principais desafios identificados nos estudos são a mercantilização da educação no país, reflexo de uma tendência mundial (LAGE, 2015); a carência de políticas públicas de internacionalização e o investimento em programas, projetos e ações (ANASTACIO, 2014; VOIGT, 2015; ROSA, 2015; JESUS, 2015; EGREGGIO, 2016; BISCHOFF, 2017); a reestruturação e a flexibilidade dos currículos, para atender às demandas internacionais e o reconhecimento de cursos feitos no exterior (NASCIMENTO, 2016; SOUZA, 2016).

Apesar de identificarem avanços nas políticas (especialmente a partir da década de 90), no âmbito nacional, Anastacio (2014), Rosa (2015) e Jesus (2015), Voigt (2015), Egreggio (2016), Bischoff, (2017), assinalam que tais avanços não foram suficientes, havendo uma precariedade em políticas públicas nacionais de internacionalização e dos investimentos em fomentos para que ela ocorra.

Para Rosa (2015, p. 82), um dos desafios é o cuidado para que o “o governo brasileiro não seja um novo agente colonizador em sua Política Externa”, sendo necessário ações horizontais, visando o benefício mútuo das partes envolvidas.

6.1.3 Contribuições e desafios no nível institucional

A integração e o espaço para o diálogo e partilha entre diversas culturas (EGREGGIO, 2016; BISCHOFF, 2017; SANTOS, 2017); o desenvolvimento das universidades (EGREGGIO, 2016); a necessidade de sobrevivência da IES (BISCHOFF, 2017); a integração e a cooperação técnico-científica (SANTOS, 2017); a melhoria da qualidade de ensino e da pesquisa (SENA, 2013; COELHO, 2016; BISCHOFF, 2017; SANTOS, 2017) e a acreditação internacional (GUIMARÃES, 2016); a competitividade das IES (LAGE, 2015); a identidade da instituição que passa a ter contornos mais globalizados (SANTOS, 2017); partilha entre grupos de pesquisa e publicações nacionais e internacionais (RIOGA, 2017) são apontados como as principais contribuições da internacionalização para as IES.

A implementação da internacionalização, no nível institucional, ocorre mediante um processo de internacionalização (SILVA, 2014; SILVA, 2015; LAGO, 2015); características (SANTOS, 2017) que deve estar pautado num referencial estratégico (COELHO, 2016) em que aspectos tais como a construção de uma cultura institucional para a internacionalização, o delineamento de políticas institucionais e modos de efetivação devem ser contemplados, considerando ser tais aspectos são fundamentais para o seu êxito. Dessa forma, o processo de internacionalização institucional é um dos desafios que se colocam às IES, antes mesmo delas tornarem a internacionalização algo efetivo.

Para abordar o processo de internacionalização no contexto institucional, buscamos aportes em Knight (1994) quando a autora apresenta as fases do ciclo da internacionalização. Ao comentar cada uma das fases propostas pela autora, trazemos aspectos mencionados pelos autores dos estudos que se articulam aos mesmos. A Figura 11 ilustra tal ciclo.

Figura 11 – Ciclo da internacionalização, segundo Knight

Fonte: Adaptado pelo autor, com base em Knight (1994, p.12).

Conforme apresentado na Figura 11, o ciclo da internacionalização proposto por Knight (1994) está estruturado em seis fases. Com base nestas fases, dialogamos com os autores das dissertações e teses, apresentando pressupostos daqueles que se articulam a alguma destas.

A primeira fase, *conscientização,* refere-se ao processo de conscientização e mobilização da comunidade acadêmica (professores, estudantes, gestores e demais colaboradores) acerca da relevância, das contribuições, das estratégias e dos investimentos necessários à internacionalização. A segunda fase, *comprometimento*, tem como foco o engajamento da comunidade acadêmica em *prol* da internacionalização.

Em seu estudo, Rosa (2015, p. 14) assevera que a internacionalização "deve envolver todos os atores: discentes e docentes em seus diferentes níveis, tanto de forma horizontal e vertical como bilateral e multilateral. É um processo que deve ser institucionalizado e envolver a Universidade como todo".

Conforme indicado, nas duas primeiras fases, a internacionacionalização de uma IES requer que todos aqueles que atuam e estão inseridos na comunidade acadêmica compactuem e assumam coletivamente a internacionalização como um componente da cultura institucional. Evidenciamos, assim, a necessidade das IES viabilizarem espaços e tempos formativos, tanto para os acadêmicos quanto para o coletivo de colaboradores que nelas atuam. De acordo com Coelho (2016, p. 24): a "internacionalização de forma consciente, crítica e estratégica demonstra o compromisso com o ensino democrático e emancipatório [...] desenvolve cidadãos globais críticos".

A terceira fase, *planejamento,* consiste no delineamento de um plano institucional relativo à internacionalização (KNIGHT, 1994) em consonância com a missão, a visão, os valores e o planejamento estratégico institucional.

Nos estudos analisados fica claro que, nesse plano, deve estar explícita a política assumida pela IES, a qual se materializa por meio da sua inclusão nos documentos institucionais; no planejamento estratégico, definindo-se metas, indicadores, estratégias e um sistema de avaliação constante das ações. (ANASTACIO, 2014; VOIGT, 2015; JESUS, 2015; EGREGGIO, 2016; COELHO, 2016; BISCHOFF, 2017). No entender de Coelho (2016, p. 25): "é importante que as instituições de ensino superior façam os seus planos para o processo de internacionalização, considerando-o como parte fundamental e integrante das estratégias, e não como algo superficial e passageiro".

Nesse sentido, de acordo com Silva (2015, p. 40): "a gestão da internacionalização mostra-se como ponto de fundamental importância para que seja

possível conhecer se o caminho percorrido até então pela IES está de fato conduzindo ao alcance dos objetivos propostos pela mesma".

Nesse planejamento, é necessário ter o cuidado para que o modelo adotado não seja periférico, sendo este "caracterizado pela presença de atividades internacionais em apenas alguns setores da IES e não como modelo central de internacionalização da Educação Superior" (LAGE, 2015, p. 57).

Além disso, a gestão das informações relativa as ações e resultados da internacionalização universitária constitui-se num desafio a ser considerado (RIOGA, 2017). Há de se ter presente que a internacionalização pressupõe ações colaborativas internacionais, contemplando-se a relação com outras IES, organizações (públicas, privadas, não governamentais), agências de fomento e cooperação internacionais, visando à consolidação ou ampliação da gestão institucional e da tríplice missão universitária do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, neste planejamento, torna-se fundamental a previsão de possíveis acordos.

A quarta fase, *operacionalização*, direciona-se à implementação dos aspectos contidos no plano institucional e na consolidação de uma cultura institucional de internacionalização (KNIGHT, 1994). Dentre tais aspectos, destacamos com base nos estudos, a existência de setor(es) específico(s) direcionado(s) à internacionalização, que coordene e supervisione as ações de internacionalização; da busca de fomento financeiro; da disponibilização de infraestrutura; da proficiência dos colaboradores em outro idioma; da assessoria jurídica para o estabelecimento de convênios e termos de cooperação; da contratação de professores estrangeiros e repatriados; da efetivação na mobilidade acadêmica (ANASTACIO, 2014; JESUS, 2015; VOIGT, 2015; EGREGGIO, 2016; BISCHOFF, 2017), e a conscientização e preparação do corpo docente (NASCIMENTO, 2016). Para Silva (2015, p, 41):

> A otimização da implementação implica na realização de benchmarking com outras instituições já internacionalizadas, a fim obter aprendizado, buscar garantir o alinhamento organizacional para com os objetivos de internacionalização definidos na etapa anterior, estabelecimento de uma comunicação eficaz entre as diferentes áreas da instituição e com partes interessadas que atuam tanto dentro como fora da instituição, criação de um escritório de internacionalização para dar suporte aos serviços oferecidos, entre outros.

As ações de internacionalização precisam ter visibilidade, tanto para a própria comunidade educativa quanto para o público externo, pois dessa forma são possíveis

a socialização e a difusão de tais ações. Diante disso, os *websites* das IES são um espaço propício para tal socialização e difusão. (MUNZLINGER, 2016). Há de se considerar, também, conforme assevera Munzlinger (2016), as estratégias de marketing institucional, especialmente o marketing digital, direcionadas à internacionalização.

A quinta e sexta fases tratam, respectivamente, da revisão e do reforço das ações (KNIGHT, 1994). Conforme destacado na fase anterior, o monitoramento e a avaliação do processo e das ações de internacionalização é fundamental. É com base nos resultados desse monitoramento constante que será possível realizar o *feedback,* identificando os avanços, os entraves e os desafios e propor novas metas e estratégias. Segundo Silva (2015, p. 22):

> Verificar se as práticas de avaliação adotadas pelas IES podem gerar *input* para a tomada de decisão ou correção de curso do processo de internacionalização, além de identificar e sugerir práticas de avaliação do processo de internacionalização que poderão contribuir para o alcance dos resultados esperados pelas IES pode ser um *insight* substancial para a competitividade das instituições de ensino superior.

É relevante enfatizar que, em todas as fases do processo institucional de internacionalização, é necessário o *feedback* constante, pois a consolidação da cultura da internacionalização não ocorre de forma imediata. A comunidade acadêmica se revitaliza constantemente, seja em termos de gestores e demais colaboradores como de estudantes. Portanto, reafirma-se a importância de políticas institucionais, um setor, recursos humanos, orçamento e um plano específico direcionado para a internacionalização. Sem estas condições mínimas, a internacionalização institucional corre o grande risco de perder sua relevância e ficar restrita a ações pontuais.

6.1.3.1 Contribuições e desafios no âmbito da Graduação

Constatamos que no âmbito da Gradução, as discussões acerca da internacionalização giram em torno da mobilidade acadêmica estudantil, tendo presente os estudos de Ramos (2009), Sena (2013), Martins (2015), Rosa (2015), Braz (2015), Lage (2015), Sehnem (2015), Almeida (2016), Nascimento (2016), Guimarães (2016), Silva (2016), Souza (2016), Cunha (2016) e Fernandez (2016).

Quando se trata da mobilidade, preponderam os estudos que se direcionam ao Programa Ciência sem Fronteira (CsF). Com relação ao CsF, Egreggio (2016) e Bischoff (2017) salientam que tal Programa se constitui na primeira iniciativa de promoção da mobilidade acadêmica internacional voltada para estudantes de graduação, representando um marco em termos de política nacional.

Aspectos positivos presentes nos achados destes estudos podem ser resumidos nos seguintes aspectos: subsídio financeiro, as informações, a recepção na instituição; disciplinas com atividades práticas, a continuidade dos contatos, o impacto na vida pessoal e profissional; o desenvolvimento de laços afetivos e das relações interpessoais; a imersão e a vivência de experiências em contextos com culturas e realidades diferenciadas; o preparo nas dimensões científicas e tecnológicas (RAMOS, 2009; SENA, 2013; SEHNEM, 2015; LAGE, 2015; ROSA, 2015; BRAZ, 2015; ALMEIDA, 2016; NASCIMENTO, 2016; GUIMARÃES, 2016; SILVA, 2016; SOUZA, 2016; CUNHA, 2016; FERNÁNDEZ, 2016).

Dentre as contribuições que os programas de mobilidade acadêmica, analisados pelos autores das dissertações e teses, trazem para os intercambistas destacamos: a classificação em rankings internacionais, considerando que eles classificam os países que mais recebem estudantes estrangeiros como sendo os melhores para a realização de negócios (BISCHOFF, 2017); aumento da produtividade e de competitividade, por meio da relação ciência, educação, mercado de trabalho e geração de capital (SILVA, 2016), o impacto na vida pessoal e profissional; o desenvolvimento de laços afetivos e das relações interpessoais; a imersão e a vivência de experiências em contextos com culturas e realidades diferenciadas; e o aprimoramento do idioma (MARTINS, 2015; ALMEIDA, 2016; NASCIMENTO, 2016; SILVA, 2016; SOUZA, 2016).

Com relação aos desafios atinentes à mobilidade acadêmica, os autores dos estudos relatam a condição econômica dos estudantes (BRAZ, 2015; RAMOS, 2009); a necessidade de preservar a identidade cultural (ROSA, 2015); à falta de proficiência no idioma do país de destino (RAMOS, 2009; BRAZ, 2015; SEHNEM, 2015; NASCIMENTO, 2016); à ausência de diálogo do governo, das agências de fomento CAPES e CNPq e das instituições parceiras com as IES brasileiras (NASCIMENTO, 2016); à resistência à validação de créditos das disciplinas cursadas pelos estudantes (NASCIMENTO, 2016); à falta de acompanhamento, de dados e de avaliação relativa

a mobilidade acadêmica (NASCIMENTO, 2016; EGREGGIO, 2016; BISCHOFF, 2017); os valores investidos, sem uma oportuna classificação de prioridades ou avaliação do impacto efetivo deles no aumento da empregabilidade e renda dos bolsistas depois de formados (EGREGGIO, 2016; BISCHOFF, 2017).

Rosa (2015, p. 34), ao enfatizar que um dos desafios das IES é internacionalizar, preservando a sua identidade cultural, questiona: “Como preservar a cultura local sem anular a diversidade?” No seu entender,

> É fundamental criar diferentes meios de convivência cultural e democrática potencializando este desafio como algo imprescindível para a efetividade das ações internacionais. Não existe cooperação internacional sustentável entre Universidades sem a compreensão da relevância da interculturalidade nestas ações. As atividades de intercâmbio solidário só se tornam possíveis com a existência de políticas de convivência e com respeito à relevância da multiculturalidade presente no contexto internacional. A multiculturalidade caracteriza a coexistência de diferentes culturas em uma mesma sociedade, mas é a interculturalidade que torna possível a produtividade dessa convivência.

Com base nos achados do seu estudo, Ramos (2009, p. 121) constata que “os intercambistas se constituem também numa elite acadêmica”. Ou seja, geralmente os que possuem condições de participar dos intercâmbios com financiamento são os estudantes com melhores condições financeiras que estudaram em escolas renomadas e possuem conhecimentos prévios que lhes facilitam a mobilidade acadêmica, especialmente em relação ao domínio de um idioma.

Braz (2015, p. 25) chama a atenção para as mobilidades espontâneas que são “totalmente custeadas pelo próprio estudante ou por sua família”. O autor menciona que na mobilidade institucionalizada nem sempre os subsídios financeiros destinados por meio de bolsas de estudo cobrem “a totalidade dos gastos de um aluno em migração estudantil temporária, considerando suas necessidades básicas” (BRAZ, 2015, p. 25) e, desta forma “nem todos os discentes têm condições de participar de uma mobilidade acadêmica, e a sua condição socioeconômica vai ser um dos fatores condicionantes para a sua participação em um programa desse tipo” (BRAZ, 2015, p. 25). No que se refere ao idioma, conforme Braz (2015, p. 26)

> [...] a língua estrangeira [...] seu aprendizado e/ou aprimoramento, é, ao mesmo tempo, um grande motivador para a participação dos estudantes em programas de mobilidade acadêmica internacional [...] porém, para um determinado perfil de estudantes, ela é um grande entrave. Ou seja, a falta

> de domínio da língua do país de destino pode inviabilizar a participação estudantil em alguns programas dessa modalidade de mobilidade.

Ao reconhecer a relevância de tais iniciativas é apontada a necessidade de estudos que possam aferir os resultados e os impactos desses investimentos para a sociedade.

Em relação a Internacionalização do Currículo somente o estudo de Regis (2016) teve como foco a Internacionalização do Campo do Currículo, compreendido como um campo de estudo e pesquisas com especificidades. Suas reflexões se direcionam para a discussão de conceitos tais como a globalização e as assimetrias de poder; a colonização e a descolonização; o hibridismo cultural; o cosmopolitismo no sentido do pertencimento coletivo; o diálogo e a cooperação solidária entre as nações; a valorização dos direitos humanos; a identidade cultural, a diversidade e a interculturalidade.

Consideramos que o aprofundamento de tais conceitos e de suas implicações para a Internacionalização do Currículo podem ser consideradas tanto como contribuições quanto desafios. Em termos de contribuições, tais conceitos nos mobilizam a pensar que um currículo internacionalizado requer certos cuidados teóricos e não se reduz a mera contemplação de referências estrangeiras como referências. No que se refere aos desafios, entendemos que se a discussão sobre a Internacionalização do Currículo ainda é incipiente em nosso país (como já destacamos no capítulo 3), o que dizermos sobre o aprofundamento de conceitos tão específicos e emergentes na contemporaneidade.

Apesar de não ser foco dos estudos de Sena (2013) e de Braz (2015), os autores trazem algumas reflexões em relação à internacionalização do currículo. Enfatizam a importância de analisar se os fundamentos, os princípios e as concepções que alicerçam a matriz curricular de cada curso de graduação viabilizam o desenvolvimento de um conjunto de competências que possibilitem formação direcionada para a atuação em contextos nacionais e internacionais. Essa, por sua vez, precisa ser construída por meio do diálogo com outras matrizes curriculares internacionais. Dimensões como a interculturalidade, a identidade nacional e a alteridade devem perpassar a matriz curricular, como forma de assegurar um olhar crítico que possibilite refutar visões meramente mercadológicas e de dominação sociocultural entre grupos e nações.

Sena (2013, p. 71) salienta como contribuição “o conhecimento e entendimento de outros países, culturas, religiões e valores, além de preparar os estudantes para colaborar de forma global em um mundo de permanente mudança”. Já Braz (2015, p. 35) pondera que:

> [...] as atividades/ações do processo de internacionalização do currículo, tais como: desenvolvimento de disciplinas ministradas em língua inglesa, ensino de idiomas dentro da estrutura curricular de graduação, convênios de dupla titulação, emissão de históricos escolares em outras línguas, disciplinas ofertadas por professores estrangeiros visitantes, referências bibliográficas de outros idiomas, matérias de conteúdo internacional, são paulatinamente adotadas nas instituições de ensino superior como parte desse processo. Essas ações pretendem tornar os programas acadêmicos mais atrativos aos estudantes estrangeiros, propiciando uma experiência, ou uma formação, universal. Contudo, os processos de transformação curricular são complexos, e nem todas as instituições conseguem fortalecer sua dimensão internacional.

Conforme o exposto por Braz (2015), existe uma articulação entre a Internacionalização do Currículo e a Internacionalização em Casa, como formas de se efetivar a internacionalização, além da mobilidade acadêmica.

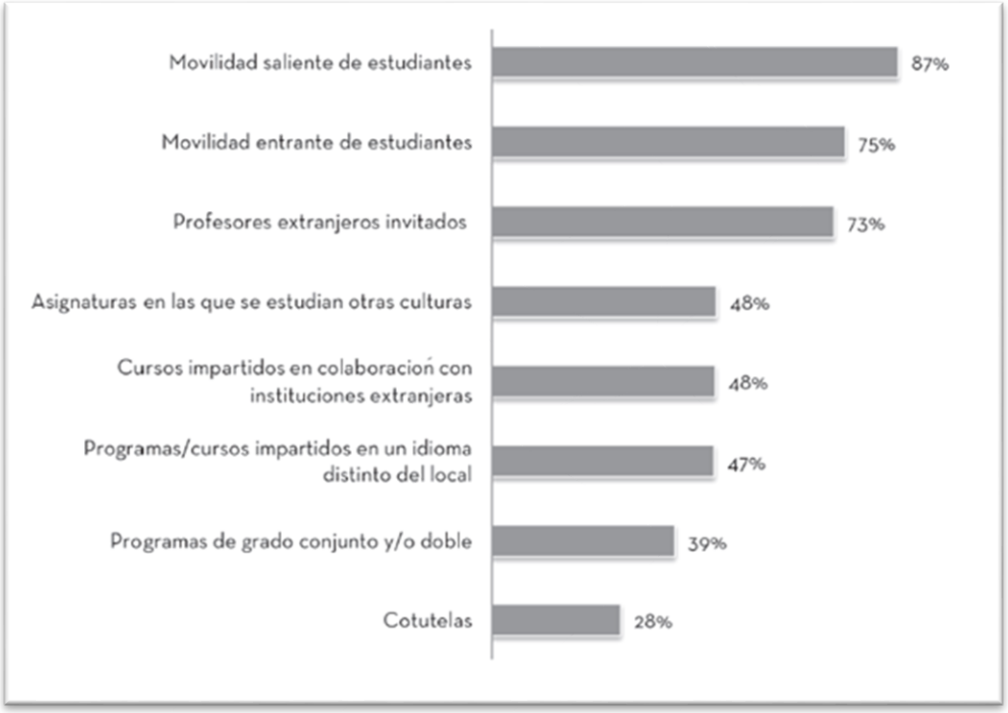
A Internacionalização em Casa e a Internacionalização do Currículo são inciativas que viabilizam ampliar as possibilidades de um número maior de acadêmicos vivenciarem experiências de internacionalização dentro do próprio ambiente institucional. Mediante a importância dessas ações, acreditamos haver uma lacuna no período analisado, haja vista a ausência de estudos com foco específico sobre a temática da Internacionalização do Currículo (IoC) e da Internacionalização em Casa (IaH).

Considerando que não identificamos nos estudos analisados proposições relativas à Internacionalização do Currículo e da Internacionalização em Casa, explicitamos na sequência, algumas contribuições dos autores que fundamentam nosso estudo. No entender de Morosini e Baranzeli (2018, p. 272),

> Pensar em outras formas de internacionalizar significa contribuir, de maneira real e expressiva, às políticas de acesso e qualidade da Educação Superior: atingindo e auxiliando grupos que historicamente estiveram à margem do ensino terciário, pois a IaC tenta promover uma aprendizagem de competências interculturais através de um currículo (formal e não formal) internacionalizado e que leve em consideração características culturais e linguísticas locais e regionais. Nesta perspectiva há uma valorização das culturas e identidades locais.

A Figura 12 apresenta dados do estudo realizado por Gacel-Ávila e Rodríguez (2018a), relativas as atividades de internacionalização do currículo, desenvolvidas pelas IES participantes.

Figura 12 – Actividades para la internacionalización del currículo



Fonte: Gacel-Ávila e Rodríguez (2018a, p. 70).

Conforme exposto na Figura 12, podemos perceber que as atividades de internacionalização não estão restritas à mobilidade acadêmica. Entretanto, elas preponderam sobre as demais indicadas.

Stallivieri (2016) destaca que existem várias formas para a Internacionalização do Currículo, sendo a por disciplina uma delas. No entender da autora “as disciplinas podem ser consideradas como um bom ponto de partida, uma vez que a discussão da IoC por programa ou por curso ainda é bastante insipiente e as iniciativas registradas no Brasil ainda são bastante raras” (STALLIVIERI, 2016, p. 163).

Diante disso, a autora relata sua experiência, como proponente e docente da disciplina *Cross-cultural Negotiations*. Conforme a autora, “*Cross-cultural Negotiation* é o exemplo de internacionalização curricular por disciplina, especialmente por utilizar a efetiva aplicação das atividades, dos recursos, da metodologia diferenciados que caracterizam uma ação curricular internacionalizada” (STALLIVIERI, 2016, p. 163).

Continua explicando que:

> O caso em questão, trata da inclusão da disciplina intitulada Cross-cultural negotiation, que originariamente é oferecida aos estudantes de graduação do Curso de Administração de Empresas e que também atraiu um importante número de alunos do Curso de Graduação em Relações Internacionais, e um número ainda mais expressivo de estudantes internacionais (STALLIVIERI, 2016, p. 164).

Ainda, de acordo com a autora supracitada, a docência numa disciplina dessa tipologia requer um professor com um perfil diferenciado. Para traçar algumas características desse professor, ela cita que analisou o estudo de Teekens (2003), o qual apresenta oito categorias:

> 1. As questões relacionadas ao uso de uma língua não nativa de instrução
> 2. Fatores relacionados ao lidar com as diferenças culturais
> 3. Os requisitos específicos em matéria de estilos de ensino e aprendizagem
> 4. Insight para as implicações culturais do uso de mídia e tecnologia
> 5. Os requisitos específicos relacionados com a disciplina acadêmica
> 6. Conhecimento de sistemas educativos estrangeiros
> 7. O conhecimento do mercado de trabalho internacional
> 8. As qualidades pessoais (TEEKENS, 2003, apud STALLIVIEREI, 2016, p. 168).

No Quadro 33, apresentamos uma síntese das considerações apresentadas por Stallivieri (2016) acerca da disciplina *Cross-cultural Negotiations.*

Quadro 33 – Disciplina Cross-cultural Negotiations

TÓPICO	CONSIDERAÇÕES
Objetivos.	• Cognitivos: línguas estrangeiras, estudos regionais e por área, Humanidades, temas internacionais específicos, dentre outros. • Comportamentais: direcionados ao desenvolvimento da competência intercultural dos estudantes (autoconsciência cultural, conhecimento específico de hábitos, crenças e valores das diferentes culturas.
Conteúdo.	• Temáticas escolhidas: relacionadas à formação de cidadãos globais, visando a compreensão sobre as diferentes manifestações culturais e a busca de soluções para os questionamentos globais.
Idioma.	• Língua Inglesa, por ser um idioma de comunicação internacional.
Metodologia.	• Pedagogia mista (*blended learning*): uso de filmes, *storytelling*, o uso do material autêntico e atualizado. • Pedagogia centrada no aluno (*student centered*). • Atividades estimulantes e desafiadoras, de forma que todos tenham interesse e sintam-se confortáveis a participar e compartilhar suas opiniões, onde serão ouvidos e, acima de tudo, terão seus pontos de vista respeitados.
Perfil e papel do professor.	• Aprendiz e facilitador do processo de internacionalização curricular. • Promotor das atividades que podem auxiliar o desenvolvimento das competências interculturais nos estudantes.

	• Valoriza e utiliza a realidade de indivíduos com diferentes hábitos, crenças e valores; considerando a vivência e a bagagem cultural de cada um dos alunos como uma fonte de aprendizagem. • Conhece o perfil dos alunos, em especial sobre as diferentes culturas e sobre os diferentes sistemas de Ensino Superior, de acordo com as nacionalidades que fazem parte de cada novo grupo. • Atualiza constantemente os assuntos, os materiais, as bibliografias e as dinâmicas de grupo propostas.
Sala de aula internacional.	• Alunos internacionais em integração com estudantes locais. • Aborda os conceitos como *foreign* (estrangeiro), *strange* (estranho), e *otherness* (alteridade) e os utiliza como estratégias de ensino. • ambiente de aprendizado onde estudantes locais e internacionais convivem, desenvolvem atividades de interesse comum, orientados pelo professor.
Resultados esperados	• Desenvolvimento da inteligência cultural e fortalecimento das competências interculturais. • Formação de cidadãos globais sensíveis e sensibilizados. • Compreensão, pelo estudante, de conceitos tais como diversidade, responsabilidade social, equidade, justiça social, globalização e interdependência, desenvolvimento sustentável, paz e conflito e modos de utilização dos novos conhecimentos em contextos internacionais. • Desenvolvimento de habilidades e aperfeiçoamento da observação, da análise, da avaliação, da interpretação do que fazem os outros povos; do pensamento crítico, da capacidade de arguir efetivamente; do respeito pelo outro, da cooperação e da busca de resoluções conjuntas para problemas comuns.

Fonte: Síntese realizada pelo autor com base em Stallivieri (2016, p. 163-172).

Tendo presente o exposto por Stallivieri (2016) parece-nos ser necessário um aprofundamento sobre o que Stallivieri (2016) entende por *inteligência cultural* sendo que tal definição não é explicitada no decorrer da exposição da referida autora. Igualmente, o conceito de *competência global*, várias vezes referido no decorrer do capítulo, seria utilizado pela autora como sinônimo de competência intercultural? Também, qual seria a compreensão acerca da *competência internacional*?

Stallivieri (2016) cita que se fundamenta na compreensão de Bennett (1998) para definição de competência intercultural. No seu entender, “por competência intercultural entende-se: um conjunto de aspectos cognitivos, afetivos, comportamentais e habilidades e características que suportam a interação eficaz e adequada em uma variedade de contextos culturais (STALLIVIERI, 2016, p. 167).

Por fim, a autora menciona também o “modelo de competências interculturais” (STALLIVIERI, 2016, p. 171), enfatizando “o desenvolvimento do conhecimento (*knowledge*), de habilidades (*skills*) e de atitudes (*atitudes*) que permitam que o estudante conviva e atue de forma confortável em ambientes cada vez mais internacionalizados” (STALLIVIERI, 2016, p. 171).

6.1.3.2 Relações ente a internacionalização e a qualidade educacional, no âmbito da Graduação

Tendo presente a revisão de literatura realizada e a análise das dissertações e teses, nesta seção retomamos os principais aspectos que entendemos ser substanciais para que a Internacionalização, no âmbito da Graduação, possa contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade educacional.

Destacamos que a relação entre a internacionalização e a qualidade educacional foi abordada de forma incipiente nos estudos que mencionaram tal relação. Dos quatro estudos que sinalizaram para a qualidade educacional como um dos contributos da internacionalização, nenhum deles indicou qual seria o entendimento acerca da qualidade educacional.

Dentre algumas sugestões constantes nos estudos relativas à internacionalização identificamos a oferta de cursos (graduação *sandwich*, cursos de línguas, cursos de formação complementar); os estágios; as missões acadêmicas; a mobilidade e o intercâmbio de pesquisadores, professores, gestores, corpo técnico-administrativo e estudantes; os projetos e redes de pesquisas; projetos comunitários interculturais; a difusão e socialização do conhecimento por meio de publicações conjuntas; os programas de cotutela; e a promoção de eventos.

Consideramos oportuno destacar que os Projetos Pedagógicos dos Cursos, ao serem (re) elaborados, deveriam contemplar no delineamento do perfil do egresso competências (e seu desmembramento em conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) que viabilizem a formação do cidadão global.

Os componentes curriculares, que estruturam o itinerário formativo dos acadêmicos, estruturados de forma que viabilize uma articulação com as temáticas contemporâneas mundiais e à reflexão entre as relações entre o global e o local e vice-versa. A ação educativa dos docentes pautada por metodologias que propiciem a reflexão, o diálogo intercultural, a consideração das diferenças, a cooperação, a solidariedade e a busca de soluções coletivas para problemas que afetam a humanidade. Para tanto, a formação continuada dos docentes em serviço, precisa estar alinhada e contemplar temática que viabilizem o desenvolvimento de competências para planejar, ensinar e avaliar de forma compatível com o que se espera de uma ação educativa internacionalizada.

A inclusão de componentes curriculares ofertados em outro idioma é considerada uma forma de contribuir significativamente para tal formação. Contudo, destacamos que as limitações de cunho linguístico podem se constituir em entraves, sendo mais complexas de serem superadas. Nem sempre os docentes e ou estudantes possuem tal proficiência. Tal limitação compromete sobremaneira qualquer iniciava de internacionalização, seja ela em casa ou em termos de mobilidade acadêmica.

Entendemos que todos os programas (internos ou externos) e ações de internacionalização efetivadas pela IES, independente das fontes de financiamento (interna ou externas), requerem um acompanhamento discente em todas as etapas. Além disso, é fundamental um sistema de avaliação de forma que seja possível averiguar se os objetivos propostos, tanto do ponto de vista institucional, do programa e ou das ações quanto do estudante foram alcançados.

Com tal acompanhamento e avaliação constante, acreditamos que seja possível analisar os contributos da internacionalização para a qualidade educacional, tanto do ponto de vista da oferta de uma educação de qualidade pela instituição quanto da qualidade da formação do egresso.

Também, na relação entre internacionalização e acreditação internacional das IES não houve maior detalhamento. Entendemos que a internacionalização pode contribuir para o reconhecimento e a acreditação da qualidade educacional; a melhoria da imagem das IES, na medida em que se constatam a formação diferenciada dos estudantes em termos de atuação em diferentes contextos; e o aumento da competitividade científica e tecnológica.

Se a internacionalização contribuiu para a qualidade educacional, então como ela está sendo analisada e aferida no SINAES? Tal problematização não encontramos nos estudos analisados, sendo que os dois que mencionaram tal relação o fizeram de forma ampla, utilizando, inclusive, o mesmo documento como referência e sem aprofundar tal aspecto. Ambos se direcionaram mais para a crítica à política de avaliação e o *modus operandi* do SINAES.

Visando responder tal questionamento, direcionamos nosso olhar para o instrumento do SINAES, fazendo um recorte no indicador que se refere a avaliação da internacionalização.

A internacionalização é um dos aspectos avaliados no eixo 2, Desenvolvimento Institucional, cujo foco avaliativo recai sobre as Dimensões 1 e 3, a saber: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Responsabilidade Social da Instituição, respectivamente. São analisados os seguintes aspectos:

a) missão institucional, metas e objetivos do Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI);
b) coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação;
c) coerência entre o PDI e as práticas de extensão;
d) coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
e) coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural;
f) coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social;
g) coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social;
h) coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial; e
i) internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.

Dessa forma, conforme a Nota Técnica nº 14/2014,

> Este eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI. Dessa forma, o eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da IES na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução (BRASIL, 2014c, p. 5).

A internacionalização é considerada e avaliada de forma articulada aos demais itens avaliativos, observando-se sua relação com o proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI é:

> [...] um importante instrumento de auxílio para as Instituições de Ensino Superior. Ele engloba métodos que influenciam na melhoria da qualidade do ensino, uniformidade das tarefas administrativas e gestão financeira eficiente. Com esses pressupostos, ele fornece informações relevantes para as Instituições de Ensino Superior públicas. Essas informações fazem com que as instituições se mantenham competitivas no mercado e, além disso, controlem eficientemente seus recursos financeiros, viabilizando o investimento em infraestrutura, em profissionais qualificados e em novas tecnologias (DAL MAGRO; RAUSCH, 2012, p. 428).

No quadro 3, apresentamos os critérios de análise utilizados pelos avaliadores do MEC nas avaliações *in loco*, com o respectivo conceito que a IES obterá de acordo com sua articulação, coordenação e regulamentação com ações que promovam a internacionalização do ensino, através de acordos e convênios e da mobilidade docente e discente. O Quadro 34 apresenta o indicador 3.8 com os conceitos e os respectivos critérios utilizados pelos avaliadores do INEP na análise das políticas institucionais para internacionalização da IES.

Quadro 34 – Conceito e Critério de Análise das Políticas Institucionais para Internacionalização da IES

INDICADOR 3.8 Política institucional para internacionalização

NSA quando não houver previsão no PDI.

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1	A política institucional para a internacionalização **não** está articulada com o PDI.
2	A política institucional para a internacionalização **está** articulada com o PDI, **mas não** apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio.
3	A política institucional para a internacionalização **está** articulada com o PDI **e apresenta** atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio.
4	A política institucional para a internacionalização **está** articulada com o PDI, **apresenta** atividades voltadas para programas de cooperação **e** intercâmbio **e é** coordenada por um grupo regulamentado.
5	A política institucional para a internacionalização **está** articulada com o PDI, **apresenta** atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio **e é** coordenada por um grupo regulamentado, **responsável por** sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente.

Fonte: Instrumento de avaliação de cursos de graduação, presencial e a distância reconhecimento | renovação de reconhecimento – INEP outubro de 2018 (BRASIL, 2018).

É importante destacar a ressalva feita neste indicador “NSA quando não houver previsão no PDI”, o que nos mobiliza à reflexão sobre a importância dada a este indicador. Ou seja, caso o Plano de Desenvolvimento Institucional não explicite a existência de política institucional para internacionalização, o indicador não será avaliado.

Dessa forma, parece que a existência de uma política de internacionalização está a critério da IES e não se configura numa exigência avaliativa. Na mesma linha reflexiva, não sendo considerada de caráter obrigatório, logo parece não se constituir num componente importante que qualifique uma IES. Dito de outra forma, do modo como está exposto, a IES não sofrerá nenhum prejuízo em termos de avaliação, caso não haja a previsão de uma política expressa em seu PDI.

No nosso entender, considerando a relevância da internacionalização numa sociedade caracterizada como global, que requer a formação de um cidadão global, a existência de uma política de internacionalização deveria ser um componente obrigatório a ser contemplado no PDI.

Caso a IES possua descrita em seu PDI, tal política será avaliada conforme os critérios de análise apresentados no Quadro 35.

Quadro 35 – Critérios de análise da política

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1	A política institucional para a internacionalização **não** está articulada com o PDI.
2	A política institucional para a internacionalização **está** articulada com o PDI, **mas não** apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio.
3	A política institucional para a internacionalização **está** articulada com o PDI **e apresenta** atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio.
4	A política institucional para a internacionalização **está** articulada com o PDI, **apresenta** atividades voltadas para programas de cooperação **e** intercâmbio **e é** coordenada por um grupo regulamentado.
5	A política institucional para a internacionalização **está** articulada com o PDI, **apresenta** atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio **e é** coordenada por um grupo regulamentado, **responsável por** sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente.

Fonte: Instrumento de avaliação de cursos de graduação, presencial e a distância reconhecimento | renovação de reconhecimento – INEP outubro de 2018 (BRASIL, 2018).

Com base no exposto no Quadro 35, é possível observar que o foco avaliativo se direciona para duas dimensões, a saber: a) atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio, e b) existência de um grupo regulamentado. Em relação a esta segunda dimensão, o que muda do conceito 4 para o 5 é a finalidade do referido grupo regulamentado, descrita como sendo a de “sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente”. Da forma como está posto, parece que basta o referido grupo possuir tal responsabilidade, não ficando evidenciado que tais acordos e convênios precisam se efetivar.

No nosso entender, tanto a possibilidade de não ser considerado o indicador (caso não conste no PDI) quanto as avaliações do indicador necessitam ser revistas. Quando sugerimos a obrigatoriedade de toda a IES contemplar em seu PDI uma política de internacionalização, temos presente uma visão acerca da mesma que não se reduz ao considerado pelo SINAES.

Em relação à *Internacionalização da IES*, além da existência de uma política direcionada a organização, ao planejamento e a gestão da internacionalização, deveriam ser aferidas os modos de efetivação e avaliação dessa política no *modus operandi* institucional, enfatizando-se os resultados e contribuições para a qualidade educacional e da formação do futuro egresso.

Considerando que não identificamos nos estudos analisados proposições relativas à avaliação da internacionalização, no âmbito do SINAES, explicitamos na sequência, algumas contribuições dos autores que fundamentam nosso estudo.

Morosini (2006b, p. 103) apresenta alguns indicadores “para avaliar o nível de internacionalização universitária em um país ou IES”. De acordo com a autora,

> São apontados como indicadores: participação internacional de estudantes; Currículo para a mudança; Parceiros internacionais; Mobilização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos para a internacionalização; Parceria entre universidade e setor privado; Contribuição dos docentes à internacionalização; Contribuição da pesquisa para à Internacionalização; Contribuição de projetos de desenvolvimento da universidade à internacionalização (MOROSINI, 2006b, p. 103).

Retomamos que, assim como é fundamental avaliar a qualidade da Educação Superior, a internacionalização enquanto um indicativo de aferição no contexto dessa qualidade, também precisa ser avaliada. Contudo, a forma como é realizada a avaliação da internacionalização pelo SINAES nos parece muito evasiva, pois está

restrita à concessão de um conceito (de 1 a 5) pautado pela existência ou não do indicador. No nosso entender, tendo presente a relevância da internacionalização para a qualidade educacional, este tipo de avaliação não viabiliza às IES um *feedback* sobre os processos e práticas alusivas à tal dimensão.

Concordamos com Miranda e Stallivieri (2017, p. 607) quando os autores enfatizam que “A internacionalização implica na avaliação contínua da qualidade da sua oferta educativa, da solidez de suas políticas institucionais e da gestão da informação”.

Gacel-Ávila (2017, p. 45), ao enfatizar a importância do processo de avaliação da dimensão internacional de uma IES, sugere que seja feito um exercício de autoavaliação, contemplando-se também a avaliação externa. No Quadro 36, apresentamos as sugestões da autora supracitada acerca dos aspectos a serem contemplados em tal exercício.

Quadro 36 – Aspectos a serem contemplados no processo de avaliação da dimensão internacional de uma IES

Aspectos
• Historia, cultura y modelo institucional. • El plan de desarrollo institucional. • Nivel y componentes de la unidad encargada de la coordinación de la política de internacionalización y de la gestión de las actividades internacionales. • Revisión de la normatividad con vista a facilitar la implementación de los programas de internacionalización. • Estructura, formación y cultura de movilidad del cuerpo académico. • Estructura y contenidos de la oferta educativa. • Capacidades institucionales para la educación virtual. • Experiencias y demandas en movilidad estudiantil internacional. • Nivel de desarrollo de la investigación y del posgrado. • Nivel de visibilidad internacional de las publicaciones universitárias. • Uso de las TIC. • Grado de dominio de idiomas extranjeros en los estudiantes y académicos. • Visibilidad y reconocimiento internacional de la institución. • Identificación de oportunidades: áreas de excelencia, demandas internas, ubicacióngeográfica, historia, relaciones internacionales consolidadas, particularidades, etc. • Nivel de desarrollo de la función de extensión universitária. • Levantamiento de un inventario exhaustivo de los programas y atividades internacionales existentes con la finalidad de identificar fuerzas y debilidades. • Elaboración de un diagnóstico sobre los factores críticos que pueden afectar o condicionar el proceso de internacionalización del entorno local, nacional e internacional.

Fonte: Gacel-Ávila (2017, p. 45-46).

Gacel-Ávila (2017, p. 46) propõe que, após a análise do conjunto de dimensões que apresentamos de forma resumida no Quadro 36, seja elaborado um documento, descrevendo

> las condiciones iniciales de la universidad para el proceso de internacionalización y su entorno". Contina a autora explicando que: "Las conclusiones de este documento serán uno de los insumos principales para identificar y priorizar los objetivos para el plan institucional de internacionalización (GACEL-ÁVILA, 2017, p. 46).

Tais objetivos, no entender da referida autora, "deberán contemplar la superación de los principales «cuellos de botella» identificados y las mejoras necesarias para profundizar el grado de internacionalización" (GACEL-ÁVILA, 2017, p. 46, grifo da autora). Na continuidade desse exercício avaliativo,

> La siguiente etapa será la evaluación externa del grado de internacionalización de la institución por medio de un equipo de expertos externos a la institución. El objetivo de este ejercicio es proveer una mirada externa a la institución para analizar y contrastar el resultado de la autoevaluación y realizar un conjunto de entrevistas con actores clave y miembros de la comunidad universitaria. El resultado de la evaluación externa será un informe en el que se evaluará la situación institucional del proceso de internacionalización, señalando las fortalezas y las debilidades de este, y precisando aquellos objetivos que deben priorizarse en el plan (GACEL-ÁVILA, 2017, 46-47).

Com base nos resultados oriundos desse exercício, a IES poderá ter mais clareza acerca de suas potencialidades e fragilidades em relação à internacionalização. Dessa forma, o planejamento, a programação, a consecução das ações delineadas e a tomada de decisões no âmbito institucional ocorrem de forma mais objetiva e precisa (GACEL-ÁVILA, 2017).

Entendemos que as sugestões apresentadas por Gacel-Ávila (2017), poderiam contribuir também, para a elaboração de um roteiro a ser utilizado pela avaliação externa.

Tendo presente o exposto, passamos às considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, à guisa de considerações finais, apresentamos os principais resultados encontrados no estudo, tendo em vista as justificativas que fundamentam a relevância da investigação, o problema, os objetivos e a tese proposta. Para tanto, retomamos o escopo do plano de investigação e o percurso percorrido para a sua efetivação, salientando as ações realizadas no decorrer desse processo. Explicitamos, também, os indicativos que corroboram a tese proposta. Por fim, apontamos algumas perspectivas para a continuidade do estudo em futuras pesquisas.

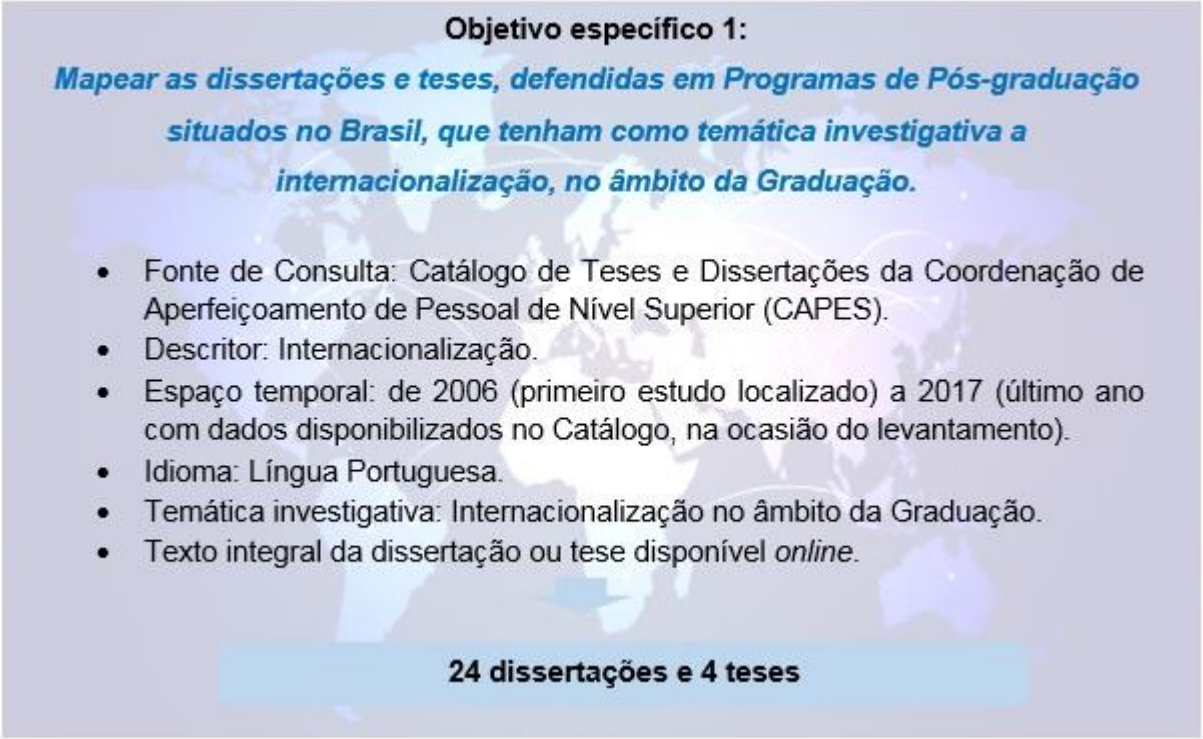
7.1 Revisitando o escopo do plano de investigação

O problema de investigação norteador do estudo é *Quais são as abordagens dos autores de dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-graduação, situados no Brasil, sobre a internacionalização da Educação Superior, no âmbito da Graduação, e de que forma tais abordagens estabelecem relações entre a internacionalização e a qualidade educacional neste nível de ensino?*

Em decorrência, traçamos como objetivo geral *Compreender como os autores de dissertações e teses, defendidas em Programas de Pós-graduação situados no Brasil, abordam em seus estudos a internacionalização, da Educação Superior, no âmbito da Graduação, analisando se tais abordagens relacionam a Internacionalização à qualidade educacional neste nível de ensino.*

Tendo presente o problema e o objetivo geral, apresentamos, na sequência, os principais aspectos relativos à cada um dos objetivos específicos traçados, iniciando pelo primeiro objetivo, conforme ilustra a Figura 13.

Figura 13 – Objetivo específico 1 e os principais achados



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Ao elegermos como temática investigativa a internacionalização no âmbito da Graduação e suas relações com a qualidade educacional, uma das limitações deste estudo é que ele não contempla todos os estudos realizados sobre a internacionalização. Ou seja, os estudos realizados com foco na pós-graduação *stricto sensu* não foram considerados. Acreditamos que, tal ressalva não desqualifica o trabalho desenvolvido, mas tem o intuito de evidenciar o recorte pelo qual optamos para sermos coerentes com a relação pretendida, pois quando falamos na Educação Superior, enquanto nível de ensino, ela abarca tanto a Graduação quanto a Pós-graduação *lato* e *stricto sensu.*

Outra limitação se refere ao recorte temporal. Com base no levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do descritor *internacionalização,* foi possível identificar que o primeiro trabalho defendido num Programa de Pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, com foco na internacionalização no âmbito da Graduação, foi no ano de 2006.

Considerando que o levantamento foi realizado no decorrer do ano de 2018, o ano base final para a consulta foi o de 2017, pois os dados atinentes a 2018 ainda

não estavam disponíveis no Catálogo da CAPES. Com a defesa da tese no ano de 2020 fica em aberto um espaço de três anos, no qual outros estudos poderiam ser acrescidos com abordagens e temáticas diferenciadas.

A partir do o exposto, de forma resumida na Figura 13, destacamos que:

a) no espaço temporal entre os anos de 2006 a 2017, os anos que mais concentram estudos defendidos são 2015 (uma tese e 8 dissertações) e 2017 (2 teses e 10 dissertações);

b) as Instituições de Ensino Superior que possuem mais estudos defendidos acerca da temática em tela, no período abordado, é a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2 dissertações), a Universidade Federal de Minas Gerais (3 dissertações) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (3 teses);

c) há certa concentração na área da Educação, a qual congrega oito trabalhos defendidos;

d) as cinco palavras-chave mais citadas nas dissertações e teses são: internacionalização (20 indicações), Ensino Superior (12 indicações), mobilidade acadêmica (10 indicações), Ciência Sem Fronteiras (9 indicações) e Internacionalização do Ensino Superior (7 indicações);

e) em relação aos orientadores das teses e dissertações, os dados apresentados no Quadro 14 apontam não haver uma concentração de trabalhos em um determinado orientador. Tal fato pode indicar que a temática da internacionalização, no âmbito da Graduação, ainda é investigada de forma singular, não sendo possível identificar orientadores de referência que se debruçam sobre tal tema.

Passamos ao segundo objetivo específico, cuja síntese é apresentada por meio a Figura 14.

Figura 14 – Objetivo específico 2 e os principais achado

Objetivo específico 2:

Identificar as abordagens relativas a internacionalização, no âmbito da Graduação, selecionados pelos autores das dissertações ou teses.

Eixos temáticos:

- ET1: Políticas públicas fomentadoras da internacionalização.
- ET 2: Processos de internacionalização das Instituições de Ensino Superior.
  2.1A internacionalização do currículo
  2.2 Gestão da Informação.
- ET3: Avaliação da internacionalização das Instituições de Ensino Superior.
- ET4: Internacionalização e Mobilidade Acadêmica Estudantil.
  4.1Programas de Mobilidade Acadêmica Estudantil.

Abordagens

Teses

•Contributos dos Programas CsF e ERASMUS (SEHNEM, 2015).
•Programa Ciência sem Fronteiras: exportações de *commodities*, capacitação de recursos humanos e internacionalização das universidades (CUNHA, 2016); resultados alcançados pelos bolsistas e os efeitos e mudanças ocorridos nas IES participantes do programa (FERNÁNDEZ, 2016).
•As ações públicas de internacionalização da Educação Superior no Brasil e o seu alinhamento com a política externa brasileira (BISCHOFF, 2017).

Dissertações

•Processo de Internacionalização da Instituição de Ensino Superior (SILVA, 2014; SILVA, 2015; LAGO, 2015); características (SANTOS, 2017); referencial estratégico (COELHO, 2016); cooperação Internacional versus Mercantilização. (GIANASI, 2006).

•Nível da internacionalização dos websites das instituições federais de ensino do Brasil (MUNZLINGER, 2016).

Internacionalização do Campo do Currículo (REGIS, 2016).

•Gestão da informação para o contexto da internacionalização universitária (RIOGA, 2017).

•Políticas públicas e processos de democratização do acesso e internacionalização do Ensino Superior brasileiro (EGREGGIO, 2016).

•Internacionalização Universitária e Interculturalidade nos Programas Federais Interuniversitários Sul-Sul (ROSA, 2015).

•Perfil e motivações dos estudantes participantes do Programa de Mobilidade Discente Internacional (RAMOS, 2009); do Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica (BRAZ, 2015).

•Programas de intercâmbios acadêmicos internacionais e a formação de capital humano e cultural (SENA, 2013).

•Circulação internacional de estudantes do Ensino Superior e as políticas de Educação (ANASTACIO, 2014).

•Contexto da internacionalização da Educação Superior no Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância da CAPES)/ UAB.(JESUS, 2015).

•Legislação relativa aos diplomas estrangeiros obtidos nos países do Mercosul e o reconhecimento de tais diplomas no Brasil. (VOIGT, 2015).

•Mobilidade Acadêmica Internacional na aprendizagem de administradores e engenheiros e os pilares da educação prospostos pela UNESCO (ALMEIDA, 2016).

•Programa Ciência sem Fronteiras: Concepção e implementação no âmbito da política de internacionalização da Educação Superior (MARTINS, 2015) e suas contribuições à formação e à qualificação profissional dos estudantes (NASCIMENTO, 2016); potencialidades e fragilidades (LAGE, 2015); gestão dos conhecimentos produzidos após a participação dos estudantes no Programa (GUIMARÃES, 2016).

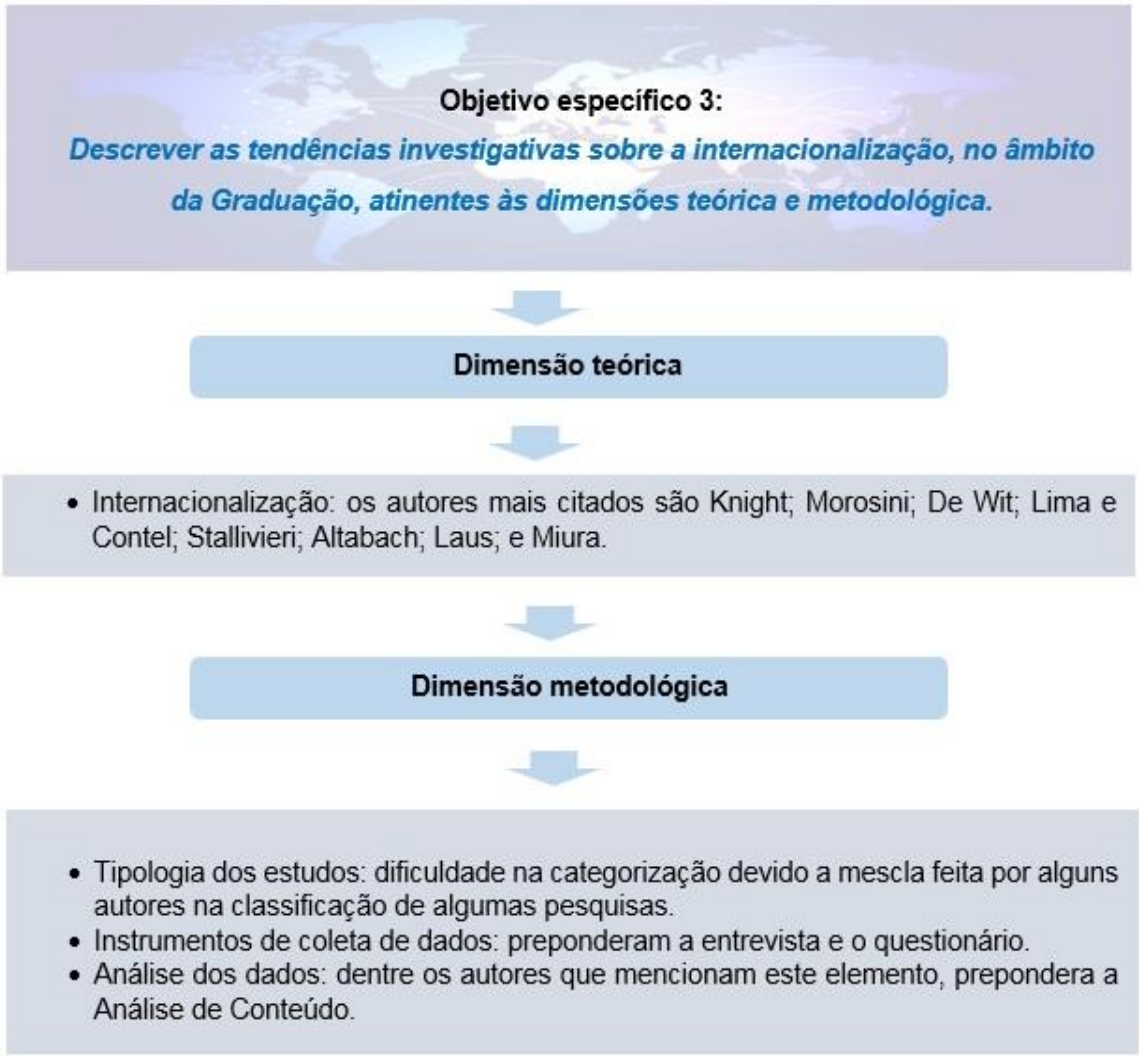
•Programa Capes-Brafagri: desenvolvimento, pontos positivos, dificuldades, benefícios e o seu papel na formação dos estudantes e na internacionalização da ciência brasileira. (SILVA, 2016).

•Programa de Licenciatura Internacional na Universidade Federal de Uberlândia: limites e possibilidades (SOUZA, 2016).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Passamos ao terceiro objetivo específico, cuja síntese é apresentada por meio a Figura 15.

Figura 15 – Objetivo específico 3 e os principais achados



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Na discussão sobre as políticas públicas fomentadoras da internacionalização é salientada nos estudos a democratização da Educação Superior, destacando-se, por exemplo, a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e do Programa Ciência sem Fronteiras. Ao reconhecer a relevância de tais iniciativas é apontada a necessidade de estudos que possam aferir os resultados e os impactos desses investimentos para a sociedade.

A ênfase nos processos de internacionalização das IES recai sobre a abordagem dos modos de como as IES legitimam e efetivam a internacionalização em seus contextos. No que se refere à Política Institucional de Internacionalização é acentuada a ideia de que a internacionalização precisa traduzir uma política assumida

pela IES, a qual se materializa por meio da sua inclusão nos documentos institucionais; no planejamento estratégico, definindo-se metas, indicadores, estratégias e um sistema de avaliação constante das ações; da existência de setor(es) específico(s) direcionado(s) à internacionalização; da busca de fomento financeiro; da disponibilização de infraestrutura; da proficiência dos colaboradores em outro idioma; da assessoria jurídica para o estabelecimento de convênios e termos de cooperação; da contratação de professores estrangeiros e repatriados; da efetivação na mobilidade acadêmica.

Dentre os fatores mais identificados pelos autores das dissertações e teses que mobilizam os estudantes a realizarem um intercâmbio, estão: a exigência do mercado pela qualificação profissional, a busca por um currículo que viabilize aprendizagens e competências diferenciadas, o desejo de conhecer outras culturas e de aprofundar determinado idioma.

Nos estudos que contemplam a mobilidade acadêmica é possível constatar que preponderam os estudos que focalizam o Programa Ciência sem Fronteiras, os quais direcionam as temáticas para a análise de aspectos, tais como: o perfil dos estudantes que realizam ações de mobilidade (geralmente oriundos da classe média); os impactos no desenvolvimento dos estudantes que participaram de tal Programa (culturais, na autonomia, no autoconhecimento, no tempo dedicado aos estudos), as implicações educacionais (a amplitude do olhar relativo a outras oportunidades em termos de carreira profissional; os conhecimentos construídos, viabilizando a melhoria do currículo e rápida inserção no mercado de trabalho; o aumento na rede de contato acadêmica e profissional; a disseminação e a motivação de outros estudantes para participar), os sentidos de ciência no contexto do Programa (as áreas consideradas não prioritárias não são contempladas por não serem consideradas uma ciência?); a gestão do Programa CsF e a proposição de um sistema de controle e acompanhamento; e a avaliação.

Os autores que investigaram o Programa CsF reconhecem que esse Programa representa um marco referencial em termos de política pública de internacionalização no país, mesmo havendo limitações a serem superadas desde a sua proposição até a sua efetivação e avaliação em termos de resultados alcançados. Eles destacam aspectos, tais como: as fases da construção da política e sua implementação; as ações empreendidas; a cooperação entre as universidades; a aproximação da meta estabelecida em termos de concessão de bolsas; os impactos na qualificação pessoal-

profissional; a grande demanda, em nível de graduação, pelas bolsas do CsF em contraponto à demanda insuficiente da pós-graduação *stricto sensu*; a falta de diálogo entre o governo e as IES para a construção e a operacionalização do referido Programa; e a descontinuidade da política. Outro aspecto destacado é a dispersão das informações (expectativas, experiências, vivências acadêmicas, produções, dentre outras) sobre os estudantes que participaram da mobilidade acadêmica, no Programa Ciência sem Fronteiras, por exemplo.

Em relação aos olhares estudantis sobre a participação em programas de intercâmbio, os aspectos mais destacados são: as dificuldades enfrentadas (o idioma, a metodologia, a incompatibilidade da matriz curricular); os aspectos positivos (o subsídio financeiro, as informações, a recepção na instituição; disciplinas com atividades práticas, a continuidade dos contatos, o impacto na vida pessoal e profissional; o desenvolvimento de laços afetivos e das relações interpessoais; a imersão e a vivência de experiências em contextos com culturas e realidades diferenciadas; o preparo nas dimensões científicas e tecnológicas).

A avaliação desse Programa é abordada sob duas perspectivas: uma que se direciona para o olhar dos participantes acerca do Programa e a outra que propõe um modelo para a avaliação de programas educacionais, incluindo-se nesse rol a possiblidade de utilizá-lo para avaliar o Programa CsF. Como forma de favorecer a mobilidade, além do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), outros programas se constituíram em foco investigativo dos estudos, como por exemplo o Programa Duplo Diploma de Graduação em Engenharias; o Programa ANDIFES; o CAPES/BRAFITEC; e o CAPES-BRAFAGRI.

No período analisado, não encontramos nenhum estudo acerca da mobilidade docente. Isso reforça a ideia que os investimentos na internacionalização, ainda se direcionam mais para a pós-graduação *stricto sensu* do que para a Graduação.

Na avaliação da internacionalização é abordada a importância da IES possuir um plano de internacionalização (com metas, estratégias e indicadores) articulado ao seu planejamento global; a necessidade de métodos de gestão e instrumentos que viabilizem o monitoramento do processo e a aferição dos resultados alcançados, tendo em vista o alcance do planejado institucionalmente. É evidenciado, também, o papel central do Estado e sua responsabilidade na definição das políticas públicas de internacionalização e financiamentos direcionados ao desenvolvimento do país.

A visibilidade das ações de internacionalização, tanto para a própria comunidade educativa quanto para o público externo, possibilita a socialização e a difusão de tais ações. A contribuição dos websites para a difusão e socialização das informações institucionais, especialmente aquelas relativas à internacionalização, é destacada num dos estudos.

Conforme apresentado na Figura 15, os nove autores mais citados para fundamentar os pressupostos teóricos atinentes à internacionalização, são Knight (e Knight e coautores), com 59 indicações; Morosini, com 37 indicações; De Wit (e De WIT e coautores), com 34 indicações; Lima e Contel (e Lima e coautores), com 29 indicações; Stallivieri (e Stallivieri e coautores) com 22 indicações; Altabach (e Altabach e coautores); com 21 indicações; Laus (e Laus e coautores) com 16 indicações; Miura, com 11indicações.

Na dimensão metodológica das dissertações e teses tivemos dificuldades, considerando-se a existência de uma estrutura diversificada. Isto é, nem todos os trabalhos apresentam os elementos considerados essenciais na dimensão metodológica (problema, questão (ões) e ou objetivos, e no caso de ser doutorado, a tese da pesquisa; a tipologia do estudo – no caso da pesquisa de campo, o contexto, os participantes; os instrumentos e a análise dos dados).

Articulada à tal dificuldade, constatamos a pluralidade de interpretações por parte de alguns autores das dissertações e teses no que se refere à tipologia do estudo realizado. Entendemos que, ao apresentar os dados atinentes à tipologia da pesquisa conforme alguns autores indicam em seus estudos, estaríamos incorrendo no risco de difundir informações equivocadas. Os quadros contendo a síntese de cada um dos trabalhos analisados (disponíveis nos apêndices de A a CC) viabilizam identificar algumas dessas contradições.

Na análise que realizamos, constatamos haver uma mescla na classificação das pesquisas, por vezes contraditória, em termos de finalidade (básica, aplicada, desenvolvimento experimental); aos objetivos (exploratória, descritiva, explicativa); do método empregado, por exemplo (Estudo de Caso, Pesquisa-ação, Documental, Bibliográfica, dentre outros); da natureza dos dados (qualitativa, quantitativa ou mista); e do ambiente que os dados são coletados (campo, experimental).

Com relação aos instrumentos de coleta de dados, identificamos nos trabalhos a utilização da entrevista, do questionário, da observação, de documentos, da

observação, do formulário e da análise bibliométrica. Alguns autores citam como instrumento de coleta a pesquisa (e ou análise) bibliográfica.

No que se refere à análise dos dados, prepondera a Técnica de Análise de Conteúdo, sendo também, citado o Método Interpretativo de Triviños, o Método de Análise Dialético, a Estatística, a Revisão Integrativa, o Método de Análise de Conglomerados; a Análise de Discurso Crítica; a Análise Textual e o Método Dialético-Hermenêutico.

Devido ao nosso aprofundamento ter sido na Técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), temos dificuldade em tecer comentários acerca das demais modalidades de análise citadas pelos autores das dissertações e teses.

Outrossim, consideramos oportuno salientar o número reduzido de autores que justificam a relevância de seus estudos nas dimensões acadêmico-científica e na social. Alguns contemplam somente a exposição de sua relação com a temática investigativa por meio de sua trajetória.

Entendemos que a relevância acadêmico-científica demonstra o conhecimento que o pesquisador possui sobre os estudos já desenvolvidos acerca da temática que se propõe a investigar. Igualmente, indica o ineditismo do estudo e aponta para as possíveis contribuições que o estudo proposto poderá trazer para o avanço das discussões na referida temática e área de conhecimento.

Já a relevância social diz respeito as possíveis contribuições do estudo a ser realizado para o contexto social, em sua dimensão macro (no âmbito do campo educacional) ou micro (no contexto específico do estudo).

Apesar do resumo ser um elemento pré-textual, consideramos necessário destacar que a estrutura deste elemento nas dissertações e teses analisadas nem sempre contempla os aspectos essenciais que viabilizam ao leitor uma visão panorâmica do estudo.

Passamos ao quarto objetivo específico, cuja síntese é apresentada por meio da Figura 16.

Figura 16 – Objetivo específico 4 e principais achados

Objetivo específico 4:

Analisar as contribuições e os desafios relativos à internacionalização e as suas relações com a qualidade educacional no âmbito da Graduação, segundo a ótica dos autores das dissertações e teses.

Contribuições nos níveis internacional, nacional e do sistema educativo, institucional.

- Integração e cooperação internacional entre os países.
- Diminuição da dependência industrial e tecnológica dos países periféricos em relação aos centrais.
- Aumento da produtividade e de competitividade, por meio da relação ciência, educação, mercado de trabalho e geração de capital.
- Desenvolvimento de tecnologias internas.
- Vantagem competitiva do país, em termos de domínio do conhecimento
- Formação do cidadão global e de competências interculturais.
- Classificação das IES nos rankings internacionais; acreditação internacional.
- Competitividade e desenvolvimento das universidades.
- Melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa nos países e instituições.
- Partilha entre grupos de pesquisa e publicações nacionais e internacionais
- Integração e o espaço para o diálogo e partilha entre diversas culturas.
- Integração e a cooperação técnico-científica.
- Identidade da instituição: contornos mais globalizados.
- Impacto na vida pessoal e profissional; desenvolvimento de laços afetivos e das relações interpessoais;
- Imersão e vivência de experiências em contextos com culturas e realidades diferenciadas.
- Aprimoramento do idioma.

Desafios nos níveis internacional, nacional e do sistema educativo, institucional.

- Mercantilização da Educação Superior.
- Assimetria da mobilidade acadêmica internacional: impacto geopolítico, questões de poder, de economia e de estratégias competitivas.
- Investimentos altos, restrito a poucos estudantes que dele podem se beneficiar.
- Carência de políticas públicas de internacionalização e o investimento em programas, projetos e ações.
- Avaliação da internacionalização no âmbito do SINAES.
- Questões culturais: adaptação ao novo contexto, especialmente o idioma.
    - Internacionalizar, preservando a identidade cultural.
- Processo de internacionalização institucional: construção de uma cultura institucional para a internacionalização; delineamento de políticas institucionais e modos de efetivação; delineamento de um plano institucional relativo à internacionalização; existência de setor(es) específico(s) direcionado(s) à internacionalização; gestão da internacionalização; gestão das informações relativas a internacionalização; contratação de professores estrangeiros e repatriados; conscientização e preparação do corpo docente; assessoria jurídica para o estabelecimento de convênios e termos de cooperação; busca de fomento financeiro; da disponibilização de infraestrutura; os websites das IES; estratégias de marketing institucional, especialmente o marketing digital, direcionadas à internacionalização; monitoramento e a avaliação do processo e das ações de internacionalização.
- Organização acadêmica e curricular; reestruturação e a flexibilidade dos currículos, para atender às demandas internacionais e o reconhecimento de cursos feitos no exterior; Internacionalização do Currículo; Internacionalização em Casa.
- Mobilidade acadêmica: condição econômica dos estudantes; falta de proficiência no idioma do país de destino; ausência de diálogo do governo, das agências de fomento CAPES e CNPq e das instituições parceiras com as IES brasileiras.
- Validação de créditos das disciplinas cursadas pelos estudantes à falta de acompanhamento, de dados e de avaliação relativa a mobilidade acadêmica; valores investidos, sem uma oportuna classificação de prioridades ou avaliação do impacto efetivo deles no aumento da empregabilidade e renda dos bolsistas depois de formados.

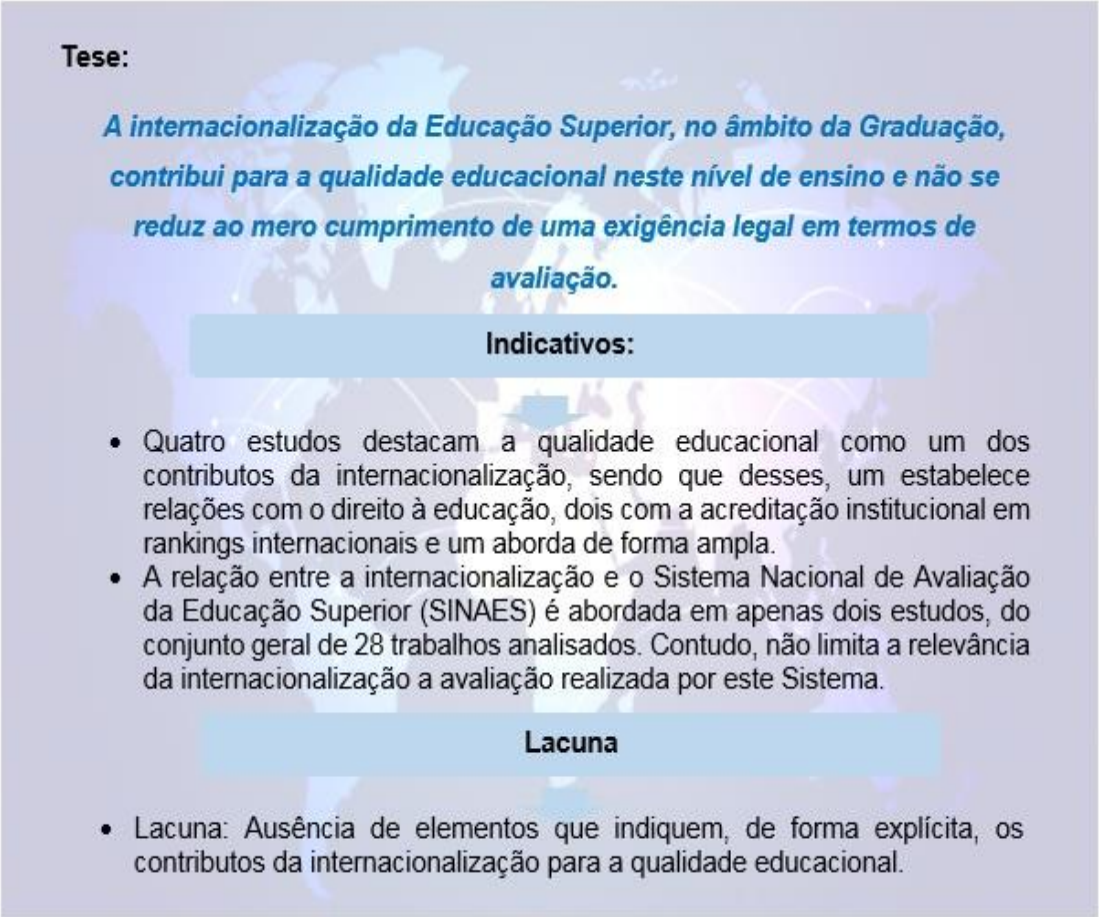
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com base na síntese apresentada nos Quadros 15 e 16 relativos às contribuições e desafios da internacionalização, respectivamente, podemos perceber as inter-relações existentes entre os níveis internacional e nacional (e do sistema educativo) e institucional. É consenso entre os autores das produções analisadas que

fatores de ordem política, econômica, sociocultural e institucional-acadêmica podem tanto potencializar quanto se constituir em entraves para a internacionalização.

7.2 Indicativos que corroboram a tese proposta e lacuna

Figura 17 – Indicativos que corroboram a tese proposta e lacuna



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com relação aos estudos que mencionam a relação entre a qualidade educacional na Graduação e a internacionalização, constatamos a ausência de uma discussão acerca do que seria esta qualidade educacional e de que forma a internacionalização contribui para que a mesma se efetive. Dito de outra forma, os autores apenas salientam que a internacionalização contribui para a qualidade educacional, mas não apresentam de forma explícita, em que aspectos. A relação explicitada está entre a qualidade educacional e a acreditação institucional em rankings internacionais.

Conforme exposto na Figura 17 no conjunto geral das teses e dissertações analisadas, somente encontramos menção ao SINAES em dois estudos. Contudo, nenhum desses estudos teve como foco a internacionalização enquanto um indicativo de qualidade educacional, segundo este Sistema. Nos dois estudos é citado o mesmo documento relativo ao SINAES, somente com edições diferenciadas.

Assim como Gacel-Ávila (2000), partimos do pressuposto de que a internacionalização não é um fim em si mesmo, mas um meio para se alcançar outros objetivos, sejam estes no nível de uma instituição ou de um sistema educacional. Um meio que pode contribuir para aproximar pessoas com trajetórias de vida em diferentes contextos, oportunizando o diálogo; a partilha e a (re) construção de conhecimentos; a promoção do (re) conhecimento e da legitimidade do outro; e a cooperação solidária na busca de soluções conjuntas para os desafios mundiais com vistas a um mundo melhor para todos.

Temos ciência dos diversos fatores que mobilizam os países e às IES à internacionalização. Contudo, dentre estes fatores, no nosso entender, a qualidade educacional é central. Consideramos oportuno, em termos de síntese, expor a posição da referida autora:

> [...] os motivos mais relevantes são a qualidade, o pertencimento e uma orientação mais humanista do que economista da educação para favorecer o desenvolvimento holístico do indivíduo. A internacionalização não deve ser um fim em si mesmo, mas sim um meio para alcançar a excelência acadêmica. No entanto, para isso acontecer a condição sine qua non é que a internacionalização passe a ser uma função central do fazer institucional e deixe de ser uma função marginal. O aprimoramento da qualidade educativa ocorre graças à aproximação profunda das disciplinas mediante a integração, nos programas dos cursos, numa perspectiva internacional, intercultural, comparativa e interdisciplinar. Pode-se alcançar maior sentido de pertença da educação pelo fato de formar egressos melhor preparados para o trabalho e a atuação sociais no mundo interdependente, competitivo e global que vivemos. Deve-se sublinhar a importância de transmitir educação humanista, de valores, que promova o conhecimento e o respeito às outras culturas, assim como aos próprios valores e etnias nacionais. Este último fundamento, de natureza acadêmica, está diretamente ligado à história e ao desenvolvimento das universidades, enfim, à universidade do conhecimento. (GACEL-ÁVILA, 2000, p. 123).

Assim como a internacionalização, a qualidade educacional também é um tema complexo, especialmente no que concerne à sua definição e avaliação. Entendemos que a qualidade educacional está articulada ao direito à educação. Portanto, ao nos referirmos à educação de qualidade, compactuamos com o ideário defendido nos

dispositivos difundidos pela UNESCO. É uma educação que se direciona para a formação de pessoas éticas, para a promoção da paz, da justiça, da igualdade, da cooperação solidária; dos direitos humanos e a busca de soluções para os problemas que afetam à humanidade.

7.3 Perspectivas para a continuidade do estudo em futuras pesquisas

Como toda a pesquisa se constitui num recorte temático e sempre requer opções teórico-metodológicas, é salutar que o pesquisador tenha ciência de outras perspectivas que possam contribuir para complementar o estudo realizado. Nesse sentido, sem o intuito de esgotar as várias possibilidades que se apresentam, sinalizamos para algumas proposições, tais como:

- continuidade do levantamento realizado nesta tese, sobre a internacionalização no âmbito da Graduação, contemplando-se o espaço temporal a partir do ano de 2018;
- estudos direcionados a dimensões tais como o planejamento institucional com vistas à internacionalização; a cultura da internacionalização e a formação da comunidade acadêmica; o monitoramento e a avaliação da gestão e das práticas de internacionalização; a Internacionalização do Currículo; a Internacionalização em Casa (IaH); os impactos da internacionalização na qualidade educacional; o processo de acompanhamento dos estudantes em mobilidade acadêmica; a mobilidade acadêmica docente, no âmbito da Graduação; a relevância dos Escritórios ou setores específicos direcionados a internacionalização; políticas nacionais de internacionalização, dentre outros.
- mapeamento de práticas exitosas acerca da internacionalização, no âmbito da Graduação, no contexto latino-americano, cujo cenário sociocultural, político e econômico possui mais similaridades com o brasileiro. Práticas essas que estejam em consonância com o ideário da internacionalização de forma abrangente, contemplando a instituição em sua totalidade e não somente ações pontuais; dentre outros.

Além da revisão de dissertações e teses, foco desse estudo, é possível perceber a necessidade de uma maior difusão de reflexões acerca da internacionalização das IES com foco na Graduação, por meio de artigos em

periódicos científicos, considerando-se o número ainda reduzido de produções brasileiras que abordem tal temática.

Por fim, almejamos que esta investigação contribua com outros pesquisadores no que se refere a temática da internacionalização da Educação Superior e suas relações com a qualidade educacional.

Feitas tais considerações, listamos as referências utilizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aline Lemos. **A mobilidade acadêmica internacional na aprendizagem de administradores e engenheiros.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ANASTACIO, Thais Pinheiro Zarattini. **Circulação Internacional de Estudantes de Graduação:** Caso UNICAMP. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ANDRÉ, Marli E. D. de A. A jovem pesquisa educacional brasileira. **Diálogo Educacional***,* Curitiba, v. 6, n. 19, p.11-24, set./dez. 2006. DOI 10.7213/rde.v6i19.3133.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BENNETT, J. M. Intercultural communication: A current perspective. In: BENNETT, J. M. (ed.). **Basic concepts of intercultural communication:** Selected readings. Yarmouth, ME: Intercultural Press. 1998.

BISCHOFF, Viviane. **As ações públicas de Internacionalização da Educação Superior no Brasil e seu alinhamento com a Política Externa Brasileira no Governo Dilma Rousseff 2011-2014**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Cria o Conselho Nacional de Educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, Edição Extra, p. 19257, 24 nov. 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 15 abr. 2004.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007a.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007b.

BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 7, 14 dez. 2011.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Edição Extra, Brasília, DF, p. 1, 25 jun. 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC/SASE, 2014b. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Nota Técnica nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC.** Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, DF: MEC, 2014c.

BRASIL. Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 4 fev. 2014d.

BRAZ, Raquel Leite. **O Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica**: uma mobilidade estudantil no sistema federal de ensino superior brasileiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COELHO, Camila Paim Veran. **Referencial Estratégico para a Internacionalização do *Campus* Florianópolis-Continente do Instituto Federal de Santa Catarina**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária) – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CUNHA, Dileine Amaral da. **Ciência sem fronteiras**: perspectivas da internacionalização e a experiência australiana. 2016. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. DOI 10.1590/S0100-15742002000200010.

DAL MAGRO, Cristian Bau; RAUSCH, Rita Buzzi. Plano de desenvolvimento institucional de universidades federais brasileiras. *In:* CONTECSI-INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT, 9., 2012, São Paulo. **Anais** […]. São Paulo: USP, 2012. p. 518-533.

DAVOK, Delsi F. Qualidade em Educação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007. DOI 10.1590/S1414-40772007000300007.

DELORS, Jacques et al. **Educação:** Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 1996. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

DE WIT, Hans. Rationales for Internationalization of Higher Education. **Millenium**, Viseu (POR), v. 3, n. 11, p. 11-19, 1998.

DE WIT, Hans et al. **Internationalisation of higher education.** Study. European Parliament Committee on Culture and Education. Brussels: European Union, 2015.

DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona. Comprendre l'internationalisation de l'enseignement supérieur dans le contexte Européen. *In:* DE WIT, Hans *et al.* **L'Internationalisation de l'Enseignement Supérieur**. Direction Générale des Politiques Internes. Département Thématique B: Politiques Structurelles et de Cohésion. Bruxelles: Parlement Européen. 2015, p. 45- 64. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU(2015)540370_FR.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

DE WIT, Hans; GACEL-ÁVILA, Jocelyne; KNOBEL, Marcelo. Estado del arte de la internacionalización de la educación superior en América Latina. **ESAL - Revista de Educación Superior en América Latina**, Vía Puerto (COL), n. 2, p. 2-5, jul./dic. 2017. DOI 10.14482/esal.2.10151.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, Avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008. DOI 10.1590/S1414-40772008000300011.

DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F. A qualidade da Educação: Perspectivas e desafios. **Cad. CEDES**, Campinas v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. DOI 10.1590/S0101-32622009000200004.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 691-713, out. 2007. DOI 10.1590/S0101-73302007000300004.

EGREGGIO, André Luís. **A influência das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do Ensino Superior brasileiro.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Mestrado em Gestão Internacional, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016.

FERNÁNDEZ, Eloisa. **Política educacional**: percepções dos estudantes da área de engenharia elétrica e dos coordenadores do Programa Ciências sem Fronteiras. 2016. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FRANCO, Maria Estela D.P. Políticas Educacionais. *In*: MOROSINI, Marilia C. (ed.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário. Brasília, DF: INEP/RIES, 2006, v. 2, p. 165-166. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Enciclop%C3%A9dia+de+pedagogia+universit%C3%A1ria+gloss%C3%A1rio+vol+2/b9d6f55d-1780-46ef-819a-cdc81ceeac39?version=1.0. Acesso em: 6 nov. 2020.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **La dimensión internacional de las universidades mexicanas**: políticas y estrategias institucionales. Guadalajara, México: Associación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior-ANUIES, 1997.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. La dimensión internacional de las universidades mexicanas. **Educación Superior y Sociedad (ESS)**, Caracas (VEN), v. 11, n. 1, y 2, p. 121-142, 2000.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne *et al.* Al estilo latinoamericano. *In*: DE WIT, Hans; JARAMILLO, Isabel Cristina; GACEL-AVILA, Joceline; KNIGHT, Jane. (org.). **Educación Superior en América Latina:** la dimensión internacional. Bogotá, COL; Washington, DC: Mayol Ediciones; World Bank, 2005. p. 351-380.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **La dimensión internacional de las universidades.** Contexto, procesos, estrategias. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, Coordinación General de Cooperación e Internacionalización, 2006.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. Calidad y educación sin fronteras. **Apertura, Guadalajara,** v. 7, n. 6, (nueva época), p. 76-91, agosto 2007.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. La educación terciaria en América Latina. El concepto de internacionalización comprehensiva. *In*: DURÁN; Humberto Grimaldo; SEGRERA, Francisco López. (comp.). **La internacionalización de la educación superior a**

nivel mundial y regional: principales tendencias y desafíos. Bogotá: Planeta, 2012. p. 123-143.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **Estrategias de internacionalización de la educación superior:** implementación, evaluación y rankings*.* México: UNESCO-IESALC, 2017.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRÍGUEZ, Scilia. **Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe:** un balance. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, UNESCO-IESALC, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2018a.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRÍGUEZ, Scilia. *In*: GACEL-ÁVILA, Jocelyne (ed.). **La dimensión internacional de la educación superior en América Latina y el Caribe.** Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2018b, p. 11- 31.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. Educación superior, internacionalización e integración en América Latina y el Caribe. *In*: GUAJARDO, Pedro Henríquez (coord.). **Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe.** Caracas: UNESCO – IESALC; Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018c, p. 111-170.

GARCÍA, Elena C. **Evaluación de la calidad educativa**. 2. ed. Organización de Estados Iberoamericanos. Madri, Espanha: La Muralla, 2012. Disponível em: https://www.arcomuralla.com/upload/INDICE%20Evaluacion%20de%20la%20calidad%20educativa.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

GIANASI, Anna Luiza de Castro. **Internacionalização do Ensino Superior**: cooperação internacional *versus* mercantilização. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARAES, Felipe Furtado. **Programa Ciência sem Fronteiras:** proposta de gestão a partir da avaliação de procedimentos e experiências discentes da Universidade Federal do Espírito Santo. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

HUDZIKI, John. **Comprehensive Internationalization:** from Concept to Action. Washington: NAFSA Association of International Educators, 2011.

JESUS, Diovana Paula de. **Educação a distância entre fronteiras**: cursos de graduação à distância brasileiros em Moçambique e a internacionalização da Educação. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

JIMÉNEZ TELLO, Pilar. **Auditoria Universitaria y Calidad:** La Evaluación como conquista social ante la competência universitária global. Saarbrücken/ Deutschland: VDM Verlag Dr. Muller, 2009.

KNIGHT, Jane. **Internationalization:** Elements and Checkpoints. Canadian Bureau for International Education - CBIE Research, n. 7, p. 1-15, Ottawa, CAN: CBIE, 1994. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED549823.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

KNIGHT, Jane. Updated Definition of Internationalization. **International Higher Education**, Boston, (MA), v. 33, 25 mar. 2003. DOI 10.6017/ihe.2003.33.7391.

KNIGHT, Jane. Internationalization Remodelled Definitions, Approaches and Rationales. **Journal for Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 8, v. 1, p. 5-31, 2004. DOI 10.1177/1028315303260832.

KNIGHT, Jane. Five Truths about Internationalization. **International Higher Education**, Boston, (MA), v. 69, n. 4-5, p. 1-4, 2012. DOI 10.6017/ihe.2012.69.8644.

LAGE, Thelma Silva Rodrigues. **Políticas de internacionalização da Educação Superior na região norte do Brasil**: uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Tocantins. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

LAGO, Sandro Luis do. **O processo de internacionalização de uma instituição de ensino superior**: o caso da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAUS, Sonia P.; MOROSINI, Marília Costa. Internacionalización de la Educación Superior em Brasil. *In*: DE WIT, Hans; JARAMILLO, Isabel C., GACEL-ÁVILA, Jocelyne; KNIGHT, Jane (orgs.). **Educación Superior en América Latina:** la dimensión internacional. Bogotá, COL; Washington, DC: Mayol Ediciones; World Bank, 2005. p. 113-151.

LEITE, Denise B. C. Avaliação Da Qualidade. *In*: MOROSINI, Marilia C. (ed.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário. Brasília, DF: INEP/RIES, 2006, v. 2, p. 468. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Enciclop%C3%A9dia+de+pedagogia+universit%C3%A1ria+gloss%C3%A1rio+vol+2/b9d6f55d-1780-46ef-819a-cdc81ceeac39?version=1.0. Acesso em: 6 nov. 2020.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio. Betioli. Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 167-193, 2007. DOI 10.18568/1980-4865.22167-193.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. Características atuais das políticas de Internacionalização das instituições de Educação Superior no Brasil. **Revista E-Curriculum,** São Paulo, v. 3, n. 2, jun. 2008.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Albuquerque, Carolina Machado Saraiva de. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, **(Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009.

LEASK, Betty. Using formal and informal curricula to improve interactions between home and international students. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 13, n. 2, p. 205–221. 2009. DOI 10.1177/1028315308329786.

LEASK, Betty. **Internationalizing the Curriculum**. New York: Routledge, 2015.

MAUÉS, Olgaíses; BASTOS, Robson B. dos. Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 333-342, set-dez, 2017. DOI 10.15448/1981-2582.2017.3.28999. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/28999/1652. Acesso em: 4 nov. 2020.

MAUÉS, Olgaíses C., SOUZA, Michele B. de. (2018). A transnacionalização e a expansão da educação superior. **Revista Educação em Questão**, Natal, v 56, n. 47, p. 151-173, jan./mar. 2018. DOI 10.21680/1981-1802.2018v56n47ID14002. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14002/9323. Acesso em: 4 nov. 2020.

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. **Programa ciência sem fronteiras no contexto da política de internacionalização da Educação Superior brasileira**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

MIRANDA, José Alberto A.; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, SP, v. 22, n. 3, p. 589-613, dec. 2017. DOI 10.1590/s1414-40772017000300002.

MIRANDA, José Alberto A.; BENTES, Jackson. Internacionalização: dificuldades na gestão das IES brasileiras. *In:* BENTES; Jackson *et al.* (org.). **Gestão no Ensino Superior:** Governança Internacional. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017, v. 1, p. 91-108.

MIRANDA, José Alberto A.; FOSSATTI, Paulo**.** Gestão da internacionalização da educação superior: desafios para o desenvolvimento do estudante global. **Rev. educ. PUC-Camp.,** Campinas, v. 23, n. 2, p. 273-289, maio/ago. 2018. DOI 10.24220/2318-0870v23n2a3811. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/3811. Acesso em: 4 nov. 2020.

MIRANDA, José Alberto A.; BISCHOFF, Viviane. Educação internacional como S*oft Power*: o ensaio da política externa de Dilma Rousseff. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 899-915, jul./set. 2018. DOI 10.21723/riaee.v13.n3.2018.10096.

MOROSINI, Marilia. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, jul./dez. 2006. DOI 10.1590/S0104-40602006000200008.

MOROSINI, Marilia C. (org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário. Brasília, DF: INEP/RIES, 2006b, v. 2, p. 97. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Enciclop%C3%A9dia+de+pedagogia+universit%C3%A1ria+gloss%C3%A1rio+vol+2/b9d6f55d-1780-46ef-819a-cdc81ceeac39?version=1.0. Acesso em: 7 nov. 2020.

MOROSINI, Marília C; BITTAR, Mariluce. Políticas Públicas. *In*: MOROSINI, Marilia C. (ed.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário. Brasília, DF: INEP/RIES, 2006, v. 2, p. 165. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Enciclop%C3%A9dia+de+pedagogia+universit%C3%A1ria+gloss%C3%A1rio+vol+2/b9d6f55d-1780-46ef-819a-cdc81ceeac39?version=1.0. Acesso em: 7 nov. 2020.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011. DOI 10.1590/S0102-46982011000100005.

MOROSINI, Marília C. Apresentação. Dossiê: Internacionalização da educação superior. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 288-292, set./dez. 2017. DOI 10.15448/1981-2582.2017.3.30004.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do. Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 33, e155071, 2017. DOI 10.1590/0102-4698155071.

MOROSINI, Marília C. Internacionalização do currículo: produção em organismos multilaterais. **Roteiro,** Joaçaba, v. 43, n. 1, p. 115-132, 11 abr. 2018. DOI 10.18593/r.v43i1.13090. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/13090/pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

MOROSINI, Marília C.; BARANZELI, Caroline. Internacionalização em casa - IAC e redes investigativas: possibilidades segundo docentes brasileiros. *In*: FRANCO, Sérgio R. K.; FRANCO, Maria E. D. P.; LEITE, Denise B. C. (orgs.). **Educação superior e conhecimento no centenário da reforma de Córdoba**: novos olhares em contextos emergentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 269-287. Disponível em: https://editora.pucrs.br/download/livros/1326.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

MUNZLINGER, André. **A internacionalização dos *websites* das instituições federais de ensino do Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

NASCIMENTO, Adeli Ferreira. **Análise da implementação do Programa Ciência sem Fronteiras nos cursos de graduação em Engenharia de Minas Gerais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, abr. 2005. DOI 10.1590/S1413-24782005000100002.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. A teoria geracional dos direitos do homem. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**, Pouso Alegre, (MG), v. 2, n. 3, p. 10-26, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Constitución de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura**. 1945. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 7 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Conferência de Jomtiem, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. [Paris]: UNESCO, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI:** Visão e Ação. Conferência Mundial sobre Educação Superior – UNESCO. [Paris]: UNESCO, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Educação para Todos:** o Compromisso de Dakar. Brasília, DF: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Educação superior:** reforma, mudança e internacionalização. Anais. Brasília, DF: UNESCO Brasil, SESU, 2003. 208 p. Disponível em: https://sinter.ufsc.br/files/2015/08/Texto-1-UNESCO.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Declaración Mundial Sobre La Educacion Superior En El Siglo XXI:** Visión Y Acción. 2008. Disponível em: http://www.monografias.com/trabajos-pdf4/declaracion-mundial-educacion-superior/declaracion-mundial-educacion-superior.pdf. Acesso em: 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**: as novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. [Paris]: UNESCO, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Declaração de Incheon – Educação 2030:** Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e à educação ao longo da vida para todos. [Paris]: UNESCO, 2015a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015b. 44 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311/PDF/234311por.pdf.multi. Acesso em: 7 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. [Paris]: ONU, 2000. Disponível em: https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html. Acesso em: 7 nov. 2020.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Caderno de Direito Constitucional**, Módulo V, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_direito_constitucional.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

RAMOS, Viviane Coelho C. **Perfil e motivações dos estudantes participantes do "Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação" da UFMG**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

REGIS, Herman Wagner de Freitas. **Internacionalização do campo do currículo**: a influência estrangeira nas disciplinas didática e currículo nas universidades públicas do rio de janeiro e de Niterói. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica De Petrópolis, Petrópolis, 2016.

RIOGA, Danielle do Carmo Pimenta. **Um modelo de gestão da informação para o contexto da internacionalização universitária**: um estudo de caso na UFMG. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROSA, Soraya Pimentel Pessino da. **Internacionalização universitária e interculturalidade**: análise dos programas federais interuniversitários sul-sul durante a gestão Lula. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, Balbina Libia de Souza. **Desenvolvimento da internacionalização da Universidade Federal de Roraima (2009-2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Da Amazônia) – Fundação Universidade Federal De Roraima, Boa Vista, 2017.

SEHNEM, Paulo Roberto. **Relações entre os contributos de programas de mobilidade internacional e a competência comunicativa intercultural de estudantes universitários**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Do Vale Do Itajaí, Itajaí, 2015.

SENA, Andrelina Pimentel de. **Internacionalização da educação e formação de capital humano e cultural**: estudo com alunos intercambistas da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). 2013. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2013.

SILVA, Carla Camargo Cassol da. **Avaliação da internacionalização no ensino superior:** um estudo multicaso. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Negócios) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SILVA, Fábio Ferreira da. **Internacionalização do ensino superior**: política, gestão, lições e aprendizagens da Faculdade Internacional da Paraíba. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional – Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Wanessa de Assis. **Internacionalização e conhecimento**: análise do programa Capes-Brafagri na Universidade Federal de Viçosa sob a ótica de estudantes-participantes no biênio 2013-2014. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal De Viçosa, Viçosa, 2016.

SOUSA, José V. Internacionalização da Educação Superior como indicador do Sinaes: de qual qualidade estamos falando? **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 343-356, set./dez. 2017. DOI https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.28979. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/28979/1652. Acesso em: 4 nov. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. DOI 10.1590/S1517-45222006000200003.

SOUZA, Nayara Christine. **Programa de licenciatura internacional na universidade federal de Uberlândia**: limites e possibilidades. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal De Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (org.). **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década 2011-2020.** Brasília, DF: UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000218964/PDF/218964por.pdf.multi. Acesso em: 7 nov. 2020.

STALLIVIERI, Luciane. Estratégias para Internacionalização do Currículo: do Discurso à Prática. *In:* LUNA, José Marcelo Freitas. **Internacionalização do currículo**: Educação, interculturalidade e cidadania global. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 157-175.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do Cogeime**, Belo Horizonte, v. 26, n. 50, p. 1-21, jan./jun. 2017. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/699/649. Acesso em: 7 nov. 2020.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002, p. 1-11. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

UNIVERSIDADE LA SALLE – UNILASALLE. **Programa de Pós-graduação em Educação**. Disponível em: https: //www.unilasalle.edu.br/canoas/ppg/educação.

VOIGT, Ana Clara Carvalho Machuca. **Mobilidade estudantil:** relações Brasil no Mercosul. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2015.

WÄCHTER, Bernd. An introduction: Internationalization at home in context. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 7, n. 1, p. 5-11, mar. 2003. DOI 10.1177/1028315302250176.

APÊNDICE A – Quadro 37 – Síntese da dissertação realizada por Almeida (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
ALMEIDA, Aline Lemos	**A Mobilidade Acadêmica Internacional na aprendizagem de administradores e engenheiros**. Administração. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.	M	2016
Orientador (a):	Prof. Dr. Roberto Patrus Mundim Pena		
Palavras-chave:	Mobilidade acadêmica internacional. Pilares da educação. Sanduíche na graduação. Domínios cognitivo e afetivo da aprendizagem. Ensino superior.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Objetivo geral: Analisar a contribuição da mobilidade acadêmica internacional para a aprendizagem do administrador e do engenheiro. **Objetivos específicos:** • Analisar a aprendizagem relatada pelos alunos de Administração e Engenharias que participaram de programa de mobilidade acadêmica internacional. • Comparar a aprendizagem dos alunos de Administração e Engenharias que participaram de programa de mobilidade acadêmica internacional.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Sagan (1985), Christino (2013), *European Commission* (2014), Bevan (2014), Delors (2003), Bloom, Krathwohl, & Masia (1977).		
Referencial Teórico	Stallivieri & Gonçalves (2015), Morosini (2006), Lima (2006), Palma (2013), Knight e De Wit (1995), Lima e Riegel (2010), Bauman (1999), Freitas (2009), Robertson (2010), Bourdin (2005), Miura (2009), Fischer e Brito (2011), Nogueira (2004), Lima & Maranhão (2011), Libâneo (1994), Saviani (2009), Callister (2010), Krathwohl (2002), Athanassiou (2003), Ferraz & Belhot (2010), Delors (2003).		
Metodologia	Bardin (2011), Stallivieri & Gonçalves (2015), Freitas (2009), Knight & De Wit (1995), Yin (1994), Bevan (2014), Benner (1994), Bardin (2011).		
Caracterização do estudo	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Estudo de Caso.		
Campo empírico e participantes	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Estudantes dos cursos de graduação em Administração e Engenharias, que participaram de programa de intercâmbio da PUC Minas no período de 2010 a 2015.		
Instrumentos de coleta de dados	Entrevista fenomenológica.		
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE B – Quadro 38 – Síntese da dissertação realizada por Anastacio (2014)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
ANASTACIO, Thais Pinheiro Zarattini	**Circulação Internacional de Estudantes de Graduação**: Caso UNICAMP**.** Educação. Universidade Estadual de Campinas.	M	2014
Orientador (a):	Profa. Dra. Débora Mazza		
Palavras-chave:	Mobilidade de estudantes. Internacionalização do Ensino Superior. Mobilidade Acadêmica. Estudantes internacionais		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Objetivo geral: Refletir sobre a circulação internacional de estudantes do Ensino Superior e as políticas de Educação que têm estimulado, de modo crescente, essa modalidade de mobilidade e de formação.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Mundo Global	Hobsbawn (1982), Reis (1997), Lautour (1994), Castells (1999), Heloani (2003), Harvey (1992), Sassen (1998), Pellegrino (2002), Desidério (2006), Martine (2005), Baumann (1999), Ortiz (1994), Fronzaglia (2011), Morosini (2006). Miura (2006),		
Mobilidade humana	Pellegrino (2002), Desidério (2006), Ravenstein (1885), Singer (1975), Kurz (2005), Martine (2005), Cunha (2005), Taurus (2010), Patarra (2006), Castells (1999), Sassen (1998), Cohen (2005), Harvey (1992), Bourdieu (1983).		
Mobilidade humana e educação	Teichler (2006), Morosini (2006), Laus (2012), Miura (2006), Stallivieri (2004), Wächter (2006), Pochmann (2004), Chesnais, (1996), Robertson (2009).		
Caracterização do estudo	Pesquisa bibliográfica.		
Análise dos dados	Não menciona.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE C – Quadro 39 – Síntese da dissertação realizada por Braz (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
BRAZ, Raquel Leite	**O Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica**: uma Mobilidade Estudantil no Sistema Federal de Ensino Superior Brasileiro. Educação. Universidade Federal de Minas Gerais.	M	2015
Orientador (a):	Profa. Dra. Maria do Carmo de Lacerda Peixoto		
Palavras-chave:	Ensino Superior. Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil. Mobilidade Acadêmica Estudantil.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Questões: Qual é o perfil dos estudantes participantes do PAMA no período de 2011 a 2013? Quais as motivações para a adesão do discente ao Programa? Como foi a implementação e a participação estudantil nesse Programa, em uma instituição federal de ensino superior? **Objetivo geral:** Identificar o perfil sociodemográfico dos estudantes participantes do Programa, bem como conhecer as suas motivações para participação em uma mobilidade nacional, considerando a internacionalização da educação e o crescimento da mobilidade internacional. **Objetivos específicos:** • Compreender qual é o perfil dos estudantes participantes do PAMA no período de 2011 a 2013. • Elucidar quais as motivações para a adesão do discente ao Programa. • Conhecer como foi a implementação e a participação estudantil nesse Programa, em uma instituição federal de ensino superior.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Castro (2012), Mallard (2013), Ramos (2009).		
Diálogo com a Literatura	Charle e Verger (1996), Carlos (1996), Bock (1999), Rego (2000), Tuan (1983), Santos (2003), Ferreira (2010), Augé (2010), Ramos (2009), Catani e Oliveira (2002), Bourdieu (2003), Foucault (1979), Van Zanten (2011), Pereira (2011), Knight (2004).		
Implementação de uma Mobilidade Acadêmica Estudantil dentro do Sistema Federal de Ensino Superior**Erro! Indicador não definido.** Brasileiro**Erro! Indicador não definido.**	Morosini (2006), Lamarra (2010), Cunha (2007), Valdés (2003), Franco (2008), Yin (1994), Costa (2010), Van Zanten (2011).		
Perfil dos Estudantes Participantes do Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica	Ristoff (2013), Ramos (2009), Prado (2007), Fonaprace (2011), Rosemberg (2001), Munanga (2003), Alves e Soares (2009), Guimarães (2003), Nogueira (2002), Bourdieu (2003), Braga e Peixoto (2006).		
O Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica na Universidade Federal de Ouro Preto	Santos e Dias (2012), Erlich (2012).		
Metodologia	Yin (1994), Bardin (2010).		
Caracterização do estudo	Estudo de Caso.		

Campo empírico e participantes	Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica (PAMA). O primeiro campo, a Andifes, e o segundo campo, o estudo de caso da Universidade Federal de Ouro Preto, formaram a base para esboçar o perfil nacional dos estudantes bolsistas do Convênio Andifes/Santader para participantes do PAMA no período de 2011 a 2013, o que constituiu o terceiro campo de pesquisa. 207 participantes do PAMA.
Instrumentos de coleta de dados	Questionário; análise documental; entrevistas.
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE D – Quadro 40 – Síntese da tese realizada por Bischoff (2017)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
BISCHOFF, Viviane	**As ações Públicas de Internacionalização da Educação Superior no Brasil e o seu alinhamento com a Política Externa Brasileira no Governo Dilma Rousseff 2011-2014**. Estudos Estratégicos Internacionais**.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	D	2017
Orientador (a):	Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini		
Palavras-chave:	Internacionalização da educação superior. Instituições de ensino superior. Política externa brasileira. Ciência sem Fronteiras. Governo Dilma.		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Hipótese:
A hipótese central de pesquisa que é perscrutada nesta tese é a possibilidade de que *há um imbricamento lógico das ações públicas de apoio à internacionalização das IES brasileiras com as ações evidenciadas na política externa brasileira, no período que considera o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, 2011-2014.*

Problema:
As ações de internacionalização da educação superior brasileira promovidas pelo Governo Federal estão alinhadas com a política externa do Brasil no período de governo Dilma I?

Objetivo Geral:
Analisar se as ações de internacionalização da educação superior brasileira promovidas pelo Governo Federal estão alinhadas com a política externa do Brasil no período de governo Dilma I.

Objetivos Específicos:
- Apresentar ações do governo brasileiro voltadas à internacionalização da educação superior no Brasil no período de 2011 a 2014.
- Apresentar a política externa brasileira no período de governo Dilma Rousseff, 2011 a 2014.
- Identificar lacunas na inserção da internacionalização da educação superior do Brasil na política externa brasileira no período de governo Dilma I.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Sguissardi (2006), Santos Tavares (2016), Magalhães (2006), Bernheim e Chaui (2008), Altbach (2009), Berry e Taylor (2013), Lima, Contel (2011), Gacel (2011), Knigth (2004), Morosini (2011), Visentini (2005).
Internacionalização da Educação Superior	Janotti (1992), Stallivieri (2004), Knigth (2004), De Wit (1999), Ianni (2002), Stiglitz (2007), Bernheim (2008), Wende (1997), Hudzik (2013), Miura (2006), Velho (1998), Lima, Contel (2011), Nye (2004), Buarque (2003), Soares (2002), Teixeira (2016), Corbucci (2004), Cunha (2003), Furtado (2005), Trindade (2004), Laus (2012).
A Política Externa: Discussões e o Caso Brasileiro	Oliveira (2005), Figueira (2010), Hill (2003), Pinheiro, Beshara (2012), Lafer (2007), Barros (1998), Caston e Power (2009), Lopes (2011), Pinheiro (2004), Milani (2012), Cervo (2008), Lima (2000), Nye (2002), Giacomino (2009), Peccequillo (2013), Marinho (2008), Silva (2016), Durkheim (1977), Nogueira e Messari (2001), Morosini (1992), Vigevani e Cepaluni (2007), Fernandes (2011), Queiroz (2013), Souza e Santos (2014), Saraiva (2014).
Internacionalização da Educação Superior no	Trindade (2009), Saraiva (2012), Morosini (2011), Perrota (2014), Didriksson (2009), Lucchesi (2007), Nye (2014), Noya (2007),

Governo Dilma I e a Possibilidade de Convergência à Política Externa.	Brackmann (2013), Cervo e Lessa (2014), Knight (2014), Lima e Contel (2011), Rosa (2008), Figueira (2010), Milani (2012).
Metodologia	Marshall e Rossman (1999), Strauss (2008), Gil (2002), Creswell (2007), Bardin (2006), Moraes (1999)
Caracterização do estudo	Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva.
Campo empírico e participantes	Três experts que haviam tido participação efetiva na execução das ações e programas voltados à internacionalização da educação superior.
Instrumentos de coleta de dados	Análise bibliográfica, pesquisa bibliográfica, entrevistas.
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE E – Quadro 41 – Síntese da Dissertação realizada por Coelho (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
COELHO, Camila Pain Veran	**Referencial estratégico para a internacionalização do campus Florianópolis-continente do Instituto Federal de Santa Catarina**. Administração Universitária. Universidade Federal de Santa Catarina.	MP	2016
Orientador (a):	Profa. Dra. Luciane Stallivieri.		
Palavras-chave:	Internacionalização. Instituição de Ensino Superior. Instituto Federal de Santa Catarina. Estratégia		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Problema:
Como realizar o planejamento sistemático do processo de internacionalização do *campus* Florianópolis-Continente (CTE) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)?

Objetivo geral:
Analisar o processo de internacionalização do *campus* Florianópolis-Continente (CTE) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Objetivos específicos:

- Identificar as estratégias existentes para a internacionalização do c*ampus* Florianópolis-Continente.
- Investigar a percepção dos gestores e servidores do c*ampus* Florianópolis-Continente sobre o processo de internacionalização da Instituição.
- Elencar os aspectos positivos e limitantes referentes à internacionalização no contexto do c*ampus* Florianópolis – Continente.
- Propor um referencial estratégico com ações para a gestão do processo de internacionalização do c*ampus* Florianópolis - Continente.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Rudzki (1998), Almeida Filho (2012), Morosini (2011), Stallivieri (2009), Lima e Contel (2008).
Estrutura das Instituições de Ensino Públicas Brasileiras	Brasil (1996), Soares (2002), Stallivieri (2007), Santos e Almeida Filho (2008), Melo (2002), Silva (2014), Souza (2009), Melo e Colossi (2004), Freire (1979), Chauí (2003), Cançado, Sausen e Villela (2013), Pereira (2010).
Internacionalização de Instituições de Ensino Superior	Knight (2004), De Wit (2007), Rudzki (1998), Morosini (2011), Sebastián (2004), Stallivieri (2009), Chermann (1999), Melo (2002), Laus (2012), Hudzik (2011),
Metodologia	Vergara (2013), Triviños (1987), Lima e Contel (2008).
Caracterização do estudo	Pesquisa descritiva, aplicada, bibliográfica, documental, pesquisa de campo e estudo de caso.
Campo empírico e participantes	Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Campus Florianópolis Continente. Seis gestores e seis servidores.
Instrumentos de coleta de dados	Pesquisa bibliográfica e documental, observação e entrevista.
Análise dos dados	Método interpretativo de Triviños (1987).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE F – Quadro 42 – Síntese da tese realizada por Cunha (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
CUNHA, Dileine Amaral da	**Ciência sem Fronteiras:** perspectivas da Internacionalização e a experiência Australiana. Educação em Ciências Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	D	2016
Orientador (a):	Prof. Dr. Ivan Rocha Neto		
Palavras-chave:	Educação Superior. Internacionalização. Programa Ciência sem Fronteiras.		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Problema:
Em que medida o Programa Ciência sem Fronteiras ajudará o Brasil a sair da posição incômoda e dependente de exportações de *commodities*, por meio da capacitação de recursos humanos e internacionalização de suas universidades?

Objetivo Geral:
Investigar a importância do Programa Ciência sem Fronteiras na formação de estudantes brasileiros de graduação egressos da Austrália, com relação às experiências educacionais, tanto no plano acadêmico, quanto em termos de perspectivas para o futuro**.**

Objetivos específicos:

- Levantar dados sobre o desempenho dos estudantes brasileiros nas diversas instituições australianas.
- Investigar se as áreas de concentração de estudos atenderam as prioridades do Programa Ciência sem Fronteiras.
- Indicar a percepção em relação aos estudos concluídos, tanto dos estudantes brasileiros e de seus coordenadores institucionais, quanto de especialistas australianos e latino-americanos.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Azevedo (2010), Garcia, Oliveira e Motoyama (1980), Teixeira (1989), Castro (2012), Dantes (1980), Cruz (2010), Castanhar (2003), Morosini (2010), Knight (2006).
Produção Acadêmico Científica	Meek (2004), Rocha Neto (2010), Spears (2014), Castro (2012), Pereira (2015), Lima e Maranhão (2009), Lima e Contel (2011), Knight (2005), Rocha Neto (2010), Nye (2001), Stallivieri (2016), Bradley (2008), Sguissardi (2002),

Tese apresentada no formato de artigos

ARTIGO 1: “A Importância do Programa Ciência sem Fronteiras: o estudo do caso australiano, primeiros resultados e recomendações”.
Envolveu pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, análise documental, exploratória e bibliográfica atual sobre o tema, incluindo livros, artigos, dissertações e teses, relatórios e papers, bem como a análise de dados estatísticos.
ARTIGO 2: “O Desempenho do Programa Ciência sem Fronteiras na Austrália sob o ponto de vista de especialistas australianos e latino-americanos”.
Pesquisa qualitativa. Os onze entrevistados, todos participantes do intercâmbio, escolhidos com base na experiência em internacionalização da educação superior e mobilidade internacional. Técnica de análise de conteúdo.
ARTIGO 3: “O Desempenho do Programa Ciência sem Fronteiras na Austrália sob o ponto de vista de egressos e coordenadores institucionais”.
Pesquisa qualitativa e quantitativa, com análise exploratória e estatística descritiva. O universo de investigação envolveu 2.747 egressos da graduação sanduíche de universidades australianas e também coordenadores de 120 instituições de ensino superior brasileiras, que responderam o questionário referente ao relatório final de 641 estudantes, no término da vigência da bolsa.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE G – Quadro 43 – Síntese da dissertação realizada por Egreggio (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
EGREGGIO, André Luis	**Influência das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do Ensino Superior Brasileiro**. Administração. Escola Superior de Propaganda e Marketing.	M	2016
Orientador (a):	Profa. Dra. Manolita Correia Lima		
Palavras-chave:	Ensino Superior. Políticas Públicas. Democratização do Acesso. Internacionalização.		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Problema:
Em que medida, as políticas públicas formuladas no Brasil nos últimos 10 anos, tem influenciado o processo de democratização do acesso e internacionalização do Ensino Superior brasileiro?

Objetivo geral:
Analisar até que ponto, as políticas públicas formuladas no Brasil nos últimos 10 anos, têm influenciado o processo de democratização do acesso e a internacionalização do Ensino Superior brasileiro, levando em conta a graduação.

Objetivos específicos:

- Desenvolver uma visão geral do contexto histórico referente ao ES brasileiro.
- Argumentar a importância social, econômica e política do acesso ao Ensino.
- Analisar os programas Prouni, Fies, Reuni e CsF com a intenção de verificar a contribuição dos mesmos para a ampliação do acesso ao Ensino Superior no Brasil e no Exterior.
- Compreender o processo de internacionalização do Ensino Superior brasileiro nos limites dos programas de incentivo à mobilidade acadêmica internacional de estudantes da graduação.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Castells (2003), Cunha (2003), Altbach e Knight (2006), Dias Sobrinho (2010), Brasil (2015).
Ensino Superior no Brasil	Soares (2002), Bueno (2003), Carvalho (2006), Martins (2009), Lima e Contel (2011), Ferreira (2012) e de Silva Jr. e Sguissardi (2013).
Democratização do Acesso ao Ensino Superior	Bobbio (2002), Souza (2006), Cunha (2007), Dias Sobrinho (2013), Ristoff (2013), Moura (2014) e Pessoa (2015).
Internacionalização do Ensino Superior Brasileiro	Castells (2003), Altbach (2004), Knight (2005), Dias Sobrinho (2005, 2010), Lima e Contel (2011), Castro; Barros, Ito-Adler e Schwartzman (2012), Macedo (2013) e Oliveira (2013), Chizzotti (2014).
Metodologia	Gaskell (2002), Yin (2005), Denzin e Lincoln (2006), Godoy (2006), Richardson (2007), Oliveira (2007), Creswell (2010), Bardin (2010), De Grande (2011).
Caracterização do estudo	Pesquisa qualitativa e de campo.
Campo empírico e participantes	6 profissionais vinculados a IES públicas e particulares de ES.
Instrumentos de coleta de dados	Entrevista.
Análise dos dados	Técnica Análise de Conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE H – Quadro 44 – Síntese da tese realizada por Fernández (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
FERNÁNDEZ, Eloisa	**Política Educacional:** Percepções dos Estudantes da Área de Engenharia Elétrica e dos Coordenadores do Programa Ciência sem Fronteiras. Educação em Ciências Química da vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	D	2016
Orientador (a):	Prof. Dr. Ivan Rocha Neto		
Palavras-chave:	Bolsista egresso; educação superior; internacionalização; Programa Ciência sem Fronteiras.		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Problemas:

- Quais os efeitos da modalidade Graduação Sanduíche no desenvolvimento e no comportamento dos alunos/bolsistas egressos do programa CsF?
- Quais as influências da participação do CsF na vida acadêmica do aluno egresso?
- Qual o efeito nas instituições de ensino da participação no programa CsF?
- A participação no CsF provocou mudanças ou melhorias organizacionais nas IES?

Objetivo geral:

Analisar os resultados alcançados pelos bolsistas de Graduação Sanduíche, após os estudos no exterior, e os efeitos e mudanças ocorridos nas IES participantes do programa CsF.

Objetivos específicos:

- Analisar a trajetória e os resultados alcançados dos egressos de Graduação Sanduíche.
- Identificar as peculiaridades e as razões que levaram os bolsistas a buscar a internacionalização dos respectivos estudos.
- Verificar o aproveitamento de créditos das disciplinas cursadas no exterior.
- Aferir as mudanças organizacionais e as melhorias institucionais, caso existam, após a participação no programa CsF.
- Analisar o processo de internacionalização.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Latour (2000), Aveiro (2014), Chaves (2015), Rocha Neto e Alonso (2011).
Revisão Bibliográfica e Contextualização	Velho (2001), Chesnais (1996), McGrew (2001), Furtado (2004), Souza (2015), Fávero e Catani (2004), Chauí (2003), Lucca (2007), Carmo e Peixoto (2009), Filardi e Padim (2015), Rocha Neto (2011), De Meis e Leta (1996), Bartholo (2012), Castro (2012), Knight (2012), Teichler (2004),
Internacionalização da Educação Superior: geração sem fronteiras	Knight (2012), Teichler (2004), Fávero e Catani (2004), Chauí (2003), Lucca (2007), Carmo e Peixoto (2009), Filardi e Padim (2015),
Ciências sem Fronteiras no Processo da Globalização	Castro (2012), Rocha Neto (2015), Andrade e Teixeira (2009), Senhoras (2006),
Metodologia	Demo (2000).

Tese em formato de artigos

ARTIGO 1: “Internacionalização da educação superior: Geração sem Fronteiras”.
Abordagem quantitativa dos ex-bolsistas de graduação egressos do exterior, e também a qualitativa, por compreender os significados das respostas dos bolsistas enviadas por meio dos relatórios finais de atividades e dos relatórios de avaliações de aproveitamento de crédito. As estatísticas descritivas

foram extraídas do Banco de Dados da Capes através do Sistema de Extração Dinâmica de Dados (SisRel), que permitiram selecionar 269 bolsistas de graduação sanduíche, da área de Engenharia Elétrica, de bolsas concedidas pela Capes no período de 2011 e 2012, dos países Alemanha, Estados Unidos, França Itália e Reino Unido.
ARTIGO 2: “Ciência sem Fronteiras no processo da globalização”. Aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, construído por meio da ferramenta eletrônica de formulários Google Drive15 e encaminhado, via internet, para a correspondência eletrônica (e-mail) de 955 coordenadores de instituições de ensino superior participantes do programa Ciência sem Fronteiras no período de 2011 a 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE I – Quadro 45 – Síntese da dissertação realizada por Gianasi (2006)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
GIANASI, Anna Luiza de Castro	**Internacionalização do Ensino Superior**: Cooperação Internacional *versus* Mercantilização. Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.	M	2006
Orientador (a):	Prof. Dr. Mário Lúcio Quintão Soares		
Palavras-chave:	Internacionalização. Ensino Superior. Mercantilização. Cooperação Internacional		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Objetivo geral: Analisar até que ponto, as políticas públicas formuladas no Brasil nos últimos 10 anos, têm influenciado o processo de democratização do acesso e a internacionalização do Ensino Superior brasileiro, levando em conta a graduação. **Objetivos específicos:** • Desenvolver uma visão geral do contexto histórico referente ao Ensino Superior brasileiro. • Argumentar a importância social, econômica e política do acesso ao Ensino. • Analisar os programas Prouni, Fies, Reuni e CsF com a intenção de verificar a contribuição dos mesmos para a ampliação do acesso ao Ensino Superior no Brasil e no Exterior. • Compreender o processo de internacionalização do Ensino Superior brasileiro nos limites dos programas de incentivo à mobilidade acadêmica internacional de estudantes da graduação.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Crise da Identidade no Mundo Globalizado: Do Sujeito à Educação	Borbules e Torres (2004), Marilena Chauí (2001), Hall (2005), Santos (2004), Silvio (2000).		
Educação no Brasil	Monteiro (2003), Buarque (2003), Cury (2000), Ranieri (2000), Fonseca (1992), Panizzi (2003), Sampaio (2000), Oliveira (2002), Cunha (2001), Saviani (1998).		
A Educação no Plano Internacional	Puig (1995), Santos (2004), Silva (2003), Coraggio (2003), Catani e Oliveira (2002), Soares (2003), Cretella Neto (2003).		
Educação: Direito ou Mercadoria	Dias (2003), Magalhães (2002), Alencar (2005), Monteiro (2003), Ranieri (2000), Silva (2004), Piovesan (2004), Bonavides (2004).		
Cooperação *versus* Mercantilização: Perspectivas para o Ensino Superior	Soares (2004), Puig (1995), Maia (2002), Gazzola (2003), Trigueiro (2000), Coraggio (2003), Cunha (2003), Hall (2005).		
Metodologia	Gaskell (2002), Denzin e Lincoln (2006), Richardson (2007), Creswell (2010), De Grande (2011), Oliveira (2007), Yin (2005). Godoy (2006), Bardin (2010).		
Caracterização do estudo	Abordagem qualitativa e método interpretativista. Bibliográfica documental e de campo.		
Instrumentos de coleta de dados	Entrevista.		
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE J – Quadro 46 – Síntese da dissertação realizada por Guimarães (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
GUIMARÃES, Felipe Furtado	**Programa Ciência sem Fronteiras:** proposta de gestão a partir da avaliação de procedimentos e Experiências Discentes da Universidade Federal do Espírito Santo. Gestão.Universidade Federal do Espírito Santo.	MP	2016
Orientador (a):	Profa. Dra. Taciana de Lemos Dias		
Palavras-chave:	Internacionalização. Mobilidade discente. Programa Ciência sem Fronteiras. Gestão do conhecimento. Graduação sanduíche.		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Questão de partida:

Como gerir o conhecimento produzido por discentes da UFES, após a participação desses estudantes no programa "Ciência sem Fronteiras" (CSF)?

Desdobramentos da questão de partida:

- Quais as experiências acadêmicas, científicas e profissionais vivenciadas pelos alunos da UFES no âmbito do programa CSF?
- Como localizar, selecionar e divulgar a produção acadêmico-científica de alunos da UFES que participaram do programa CSF?
- Como a gestão do conhecimento pode auxiliar nesse processo?

Objetivo geral:

Apresentar uma proposta de gestão, a partir da análise do programa CSF, na modalidade de graduação sanduíche no exterior, considerando a avaliação feita por discentes da UFES e seus relatos de experiências, e a avaliação dos procedimentos do CSF feita por servidores da UFES, para disseminação de conhecimento e proposição de melhorias no programa.

Objetivos específicos:

- Conhecer o processo de internacionalização por meio de programas de mobilidade, como é o caso do programa CSF, e propor melhorias em sua gestão.
- Identificar as características das experiências acadêmicas, científicas e profissionais de alunos da UFES que participaram do programa CSF.
- Propor uma forma de registrar e divulgar essas experiências discentes.
- Avaliar qualidade/satisfação dos alunos quanto às instâncias de suporte ao programa CSF no Brasil e exterior.
- Identificar a contribuição do programa CSF para os bolsistas da UFES.
- Identificar falhas no processo de acompanhamento desses alunos e propor melhorias.
- Permitir o acesso e disseminação do conhecimento tácito, criado a partir de vivências dos discentes que participaram do programa CSF.
- Destacar a contribuição do idioma, cultura e aproveitamento de estudos na experiência dos discentes da UFES participantes do programa CSF.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Laus (2012), Stiglitz (2010), Knight (2005), Charles (2009), Takeuchi e Nonaka (2008), De Wit (2005), Gomes (2002).
Referencial Teórico	Healey (2007), Carvalho (2014), Giraldi (2012), Holm-Nielsen (2005), Santos e Cerqueira (2009), Laus e Morosini (2005), Johnson (2011), Cranfield e Taylor (2008), Sedziuviene e Vveinhardt (2009),Cunha e Campos (2012),

Resultados	Knight (2005), Finardi e Tyler (2015), McDermott (1999), Alavi e Leidner (2001), Lee e Choi (2003).
Metodologia	Gil (2002), Marconi e Lakatos (2003), Bardin (2011), Yin (2010), Allison e Zelikow (2004), Severino (2007), Takeuchi e Nonaka (2008).
Caracterização do estudo	Pesquisa descritiva, explicativa e de natureza aplicada, documental, bibliográfica e de campo, estudo de caso.
Campo empírico e participantes	Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Espirito Santo, na modalidade graduação-sanduíche para o exterior e, consequentemente, os alunos de graduação da UFES participantes do programa CSF entre 2011 e 2014.
Instrumentos de coleta de dados	Documentos, entrevista, questionário e formulário.
Análise dos dados	Técnica de Análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE K – Quadro 47 – Síntese da dissertação realizada por Jesus (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
JESUS, Diovana Paula de	**Educação a Distância entre Fronteiras:** Cursos de Graduação à Distância Brasileiros em Moçambique e a Internacionalização da Educação. Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora.	M	2015
Orientador (a):	Profa. Dra. Eliane Medeiros Borges		
Palavras-chave:	Internacionalização da Educação. Educação a Distância. Cooperação contra hegemônica.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Objetivo geral: Analisar o processo de implementação dos cursos a distância a partir do conceito e das práticas de cooperação subjacentes às relações entre os parceiros, as categorias pré-estabelecidas intentaram, conjuntamente, trazer para a análise a perspectiva da cooperação, conceito chave do trabalho. **Objetivos específicos:** • Descrever o contexto de formação da proposta de cooperação internacional. • Identificar de que forma o conceito de cooperação se expressa dentro dessa proposta. • Evidenciar os modos como tem se firmado a relação entre as instituições parceiras do projeto, a partir da proposta de estrutura dos cursos e posicionamento dos atores na implementação do projeto.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Giddens (2005), Santos (2008), Gil (2008), Cervo, Bervian e Silva (2007), Castells (1999).		
Globalização Internacionalização da Educação à Distância	Castells (1999), Chauí (2003), Gajardo (2000), Santos (2008), Dias (2002), McNelly (1995), Castro (2012), Almeida Filho (2008), Lima; Maranhão (2009), Belloni (2009), Peters (2002), Schlesener; Mattei (2011).		
Globalização Contra Hegemônica e Cooperação Internacional	Puente (2010), Alonso (2005), Leite (2011), Browne (2006), Browne (2006), Plonski (1994), Lima (2005), Saraiva (2007), Cabral (2011), Costa e Veiga (2011), Dias (2002), Almeida Filho (2008), Santos e Meneses (2006).		
Cooperação Internacional no Campo da Educação: tomando como exemplo o Caso de Moçambique	Borda (2006), Santos (2008), Lima e Maranhão (2009).		
Metodologia	Gil (2008), Cervo, Bervian e Silva (2007),		
Caracterização do estudo	Pesquisa de natureza descritiva combinando elementos de pesquisa documental.		
Participantes	Cinco atores envolvidos diretamente com o Programa.		
Instrumentos de coleta de dados	Documentos apresentados e disponibilizados acerca do Projeto de Cooperação UAB/Moçambique. Entrevistas semiestruturadas com cinco atores envolvidos diretamente com o Programa.		
Análise dos dados	Somente menciona que estabeleceu categorias para a análise, tendo como base os objetivos específicos do estudo.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE L – Quadro 48 – Síntese da dissertação realizada por Lage (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
LAGE, Thelma Silva Rodrigues	**Políticas de Internacionalização da Educação Superior na Região Norte do Brasil:** uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Tocantins. Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins.	M	2015
Orientador (a):	Profa. Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva		
Palavras-chave:	Internacionalização. Ensino Superior. Programa Ciência sem Fronteiras. Universidade Federal do Tocantins.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Problema: Quais são as principais potencialidades e fragilidades do Programa Ciência sem Fronteiras, com base na percepção de seus beneficiários e gestores no âmbito da Universidade Federal do Tocantins? **Objetivo geral:** Analisar o Programa Ciência sem Fronteiras na UFT, procurando identificar suas potencialidades e fragilidades na visão de beneficiários e gestores da instituição. **Objetivos específicos:** • Caracterizar o Programa CsF em perspectiva nacional, salientando a região norte do Brasil. • Analisar o processo de institucionalização do Programa CsF na UFT. • Compreender como o Programa CsF tem sido implementado na UFT. • Avaliar as potencialidades e fragilidades do Programa CsF com base na percepção de seus beneficiários e gestores da UFT.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Hall (2006), Mello, Maculan e Renault (2010), Lima e Contel (2011), Morosini (2014), Azevedo (2013).		
Internacionalização da Educação Superior e Desenvolvimento: Contexto e Teoria	Knight e De Wit (1995), Lima e Contel (2011), De Wit (2002), Knight (1994), Ianni (2010), Bourdieu (1998), Didriksson (2005), Morosini (2014), Hall (2006), Altbach (2002), Dias Sobrinho (2005), Azevedo (2013), Mariano (2002), Schumpeter (1988).		
A internacionalização da Educação Superior no Contexto Brasileiro: O Programa Ciência sem Fronteiras	Bucci (2006), Feldfeber (2009), Lima e Contel (2011), Ferreira (2012), Saraiva (2012), Nascimento (2013), Brasil (2012), Schwartzman (2012), Alvarez (2013).		
A UFT e o Programa CSF: Potencialidades e Fragilidades na Visão dos Gestores e Bolsistas	Morosini (2006), De Wit (2002), Altbach e Knight (2006), Porto e Régnier (2003), Lima e Contel (2011).		
Metodologia	Triviños (1987), Bardin (2010).		
Caracterização do estudo	Pesquisa exploratória e bibliográfica e análise documental.		
Campo empírico e participantes	Universidade Federal do Tocantins. Oito gestores. Três bolsistas.		
Instrumentos de coleta de dados	Fontes bibliográficas e documentais. Análise de documentação obtida na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) bem como na Diretoria de Assuntos Internacionais (DAI) da Universidade Federal Tocantins. Entrevistas semiestruturadas e questionários.		
Análise dos dados	Não menciona.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE M – Quadro 49 – Síntese da dissertação realizada por Lago (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
LAGO, Sandro Luis do	**O processo de Internacionalização de uma Instituição de Ensino Superior**: *o caso da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.* Administração. Universidade Estadual de Maringá.	M	2015
Orientador (a):	Profa. Dra. Fabiane Cortez Verdu		
Palavras-chave:	Internacionalização. Ensino Superior. Instituições de Ensino Superior. Internacionalização de Instituições de Ensino Superior.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Problema: Como ocorre o processo de internacionalização da PUCPR? **Objetivo geral:** Compreender como ocorre o processo de internacionalização da PUCPR. **Objetivos específicos:** • Identificar as motivações que levaram à internacionalização da PUCPR. • Identificar as estratégias de internacionalização da PUCPR. • Identificar fatores favoráveis e restritivos à internacionalização da PUCPR. • Identificar benefícios e riscos relacionados ao processo de internacionalização da PUCPR.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Stewart (1997), Rumbley, Altbach e Reisberg (2012), Contel e Lima (2008), Maringe (2012), Stallivieri (2004).		
Revisão de Literatura	Sguissardi (2006), Santos (2004), Morosini (2006), Leite (2006), Oliven (2002), Neves (2002), Frauches; Fagundes (2012), Carneiro (2015), Mitchell e Nielsen (2002), Knight (2012), Rudzki (1998), Altbach (2006), Laus (2012), De Wit (2002), Gürüz (2011), Rudzki (1998).		
Procedimentos Metodológicos	Knight (2012), De Wit (2002), Yin (2005), Triviños (2006), Vilalta (2012), Bardin (1979).		
Apresentação e Análise de Dados	De Wit (2010), Knight (2004), Gürüz (2011), Bezerra (2012), Juliatto (2000), Morosini (2006).		
Metodologia	Gil (1999), Yin (2005), Bardin (1979).		
Caracterização do estudo	Estudo de caso.		
Campo empírico e participantes	Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Dois gestores ligados diretamente com o processo de internacionalização.		
Instrumentos de coleta de dados	Entrevistas semiestruturadas; análise de documentos.		
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE N – Quadro 50 – Síntese da dissertação realizada por Martins (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim	**Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da Educação Superior Brasileira**. Educação. Universidade Federal de Mato Grosso.	M	2015
Orientador (a):	Profa. Dra. Maria das Graças Martins da Silva		
Palavras-chave:	Internacionalização; Ciência sem Fronteira; Políticas educacionais.		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Problema:
Como se caracteriza, em termos de concepção e implementação, o Programa Ciência sem Fronteiras, no âmbito da política de internacionalização da educação superior no Brasil?

Objetivo Geral:
Analisar a concepção e a implementação do Programa CsF, no contexto da política de internacionalização da educação superior no Brasil.

Objetivos específicos:

- Contextualizar e caracterizar a política de internacionalização da educação superior brasileira.
- Identificar as interfaces entre a política de internacionalização da educação superior mundial e brasileira.
- Contextualizar e explicitar o funcionamento do Programa Ciência sem Fronteiras no Brasil, no período de 2011 a 2014.
- Caracterizar o processo de implementação do Programa Ciência sem Fronteiras, segundo a delimitação do público alvo estudantes de graduação na modalidade graduação – sanduíche, no período de 2011 a 2014, no enfoque da Universidade Federal do Mato Grosso.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Charle e Verger (1996), Dias Sobrinho (2005), Stallivieri (2001), Gomes e Oliveira (2012), Chizzotti (2000), Minayo (2011), Frigotto (2010).
A Política de Internacionalização da Educação Superior no Contexto das Mudanças Sociais.	Bruno (2013), Hervey (1989), Sampaio Jr (2010), Antunes (1999), Moraes (2001), Dias (2002), Castelo (2010), Oliveira (2001), Dias (2002), Silva (2008), Feijó (2013), Morosini (2008).
A Internacionalização da Educação Superior no Brasil	Fávero (2006), Morosini (2008), Dias (2012), Aguiar (2010), Mayor (1995), Bueno e Figueiredo (2012), Soares (2009).
O Programa Ciências sem Fronteiras	Harvey (1989), Oreiro (2011), Ferguson (2014), De Paula e Ferrari Filho (2009), D´Almeida (2011), Rêbelo (2010), Stancki (2012), Viana (2014).
Buscando Elementos para Respostas	Gomes e Oliveira (2012), Minayo (2011), Triviños (2013), Frigotto (2010), Knigth (2010), De Wit (2002), Silva (2008), Frigotto (2010).
Metodologia	Minayo (2011), Triviños (1987), Bardin (2010).
Caracterização do estudo	Estudo exploratório e de caráter qualitativo.
Campo empírico e participantes	Três representantes das instituições idealizadoras e gestoras do CsF.
Instrumentos de coleta de dados	Observação, a investigação documental, a pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada.
Análise dos dados	Método de análise dialético.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE O – Quadro 51 – Síntese da dissertação realizada por Munzlinger (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
MUNZLINGER, André	**A Internacionalização dos websites das Instituições Federais de Ensino do Brasil. Administração**. Fundação Universitária Regional de Blumenau.	M	2016
Orientador (a):	Profa. Dra. Marianne Hoeltgebaum		
Palavras-chave:	Internacionalização da educação. *Marketing*. Comunicação institucional. Análise de *Websites*. Instituições Federais de Ensino.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Problema de Pesquisa: Qual o nível da internacionalização dos *websites* das instituições federais de ensino do Brasil? **Objetivo geral:** Conhecer a internacionalização das instituições federais de ensino brasileiras, por meio da análise dos websites institucionais. **Objetivos específicos:** • Propor um instrumento de pesquisa para verificar o nível da internacionalização. • Mensurar a internacionalização das instituições por meio das informações disponibilizadas nos websites institucionais. • Comparar o resultado da pesquisa com: o ranking da internacionalização brasileiro e o ranking do MEC.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Altbach (1991), Schumpeter (1982), Schriewer (2000), De Wit (2002), Duarte (2012), Knight (2004), Brasil (2007).		
Marketing Internacional	Kotler (1994), Cavusgil Zou (1994), Limeira (2003), Wind (1986), Porter (1986), Kotler (1994), Andersen (1993), Keegan e Green (1999), Lima (2008).		
Internacionalização da Educação	Husén & Postlethwaite (1985), De Wit (2002), Van Der Wende (1997), Haigh (2002), Knight (2004), Altbach (2004), Morosini (2001), Gazzola (2006), Miura (2009), Maranhão & Lima (2009), Souza; Fleury (2009), Duarte (2009).		
Usabilidades dos Websites	Hisrich (2013), Nielsen (2001), Mayhew (1992), Nielsen (1993), Ferreira (2006), Redig (2006), Peterson (2007), Casoló (2011), De Wit (1998), Ortiz (2014).		
Procedimentos Metodológicos	Creswell (2010), Wind (1979), Andersen (1993), Cavusgil (1994), Turban (2000), Padovani (2009), Vaz (2008), Collins (2010).		
Metodologia	Richardson (1989), Raupp e Beuren (2004).		
Caracterização do estudo	Pesquisa quantitativa.		
Foco	Websites de Universidades Federais, Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e os Centro Federal de Educação Tecnológica, totalizando 90 instituições.		
Instrumentos de coleta de dados	Análise bibliométrica.		
Análise dos dados	Estatística.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE P – Quadro 52 – Síntese da realizada por Nascimento (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
NASCIMENTO, Adeli Ferreira	**Análise da Implementação do Programa Ciência sem Fronteiras nos Cursos de Graduação em Engenharia de Minas Gerais**. Educação Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológico de Minas Gerais.	M	2016
Orientador (a):	Profa. Dra. Adriana Maria Tonini		
Palavras-chave:	Internacionalização. Mobilidade Acadêmica. Ciência sem Fronteiras. Engenharia. Graduação Sanduíche		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Questões de pesquisa:
Quem são os atores responsáveis pela implementação do Ciência sem Fronteiras nas IES pesquisadas? Como compreendem a política traçada pelas diretrizes do programa? Quais as maiores dificuldades que as IES enfrentam para implementar o programa? Como essas dificuldades foram contornadas? Quais os principais ajustes para o sucesso de um programa de mobilidade acadêmica como o Ciência sem Fronteiras? Quais as contribuições do programa para a formação e qualificação profissional dos estudantes de Engenharia?

Objetivo geral:
Analisar a implementação da Política de Governo Ciência sem Fronteiras (2011-2015), em especial na modalidade graduação sanduíche, nos cursos de Engenharia de duas instituições públicas e uma privada, de Minas Gerais, visando contribuir com propostas para o melhor funcionamento do programa.

Objetivos específicos:
- Identificar os atores envolvidos na implementação do Programa Ciência sem Fronteiras nos cursos de graduação em Engenharia de instituições públicas e privadas de Minas Gerais.
- Descrever a implementação das políticas de mobilidade acadêmica do Programa Ciência sem Fronteiras nos cursos de graduação em Engenharia de instituições públicas e privadas de Minas Gerais; e verificar, na perspectiva dos atores envolvidos na implementação do Ciência sem Fronteiras, as contribuições do programa na formação e na qualificação profissional dos estudantes de Engenharia.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Knight (2012), Barata-Moura (2006), Pereira (2013), Oliveira *et al.* (2013), Silva (2012), Sander (2005), Santomé (1998), Lemos e Cário (2013), Siman (2005), Najberg e Barbosa (2006), Cunha (1991) e Westphal (2014).
Políticas de Estado e Políticas de Governo	Rua (1998), Bucci (2013), Souza (2006), Carvalho; Barbosa e Soares (2010), Bobbio (2002), Secchi (2011), Dagnino (2009), Siman (2005), Silva (2011), Di Giovanni (2010), Oliveira (2011), Kingdon (2007), Almeida (2009), Baptista e Resende (2011), Lotta (2012), Westphal (2014), Faria (2012), Draibe (2001), Lima (2012) e Pereira (2013).
Mobilidade Acadêmica: Ciência sem Fronteiras	Castro e Neto (2012), Laus (2004), Franco (2002), Gazzola e Almeida (2006), Dias (2006), Panizzi (2006), Siva e Neto (2012), Oliveira *et al.* (2013), Lemos e Cário (2013), Amorim *et al.* (2013), Tonini (2007), Saviani (2008), Sander (2005), Kuenzer (1998), Frigoto, Ciavatta e Ramos (2005), Tonini (2009) e Alaniz (2007).

Metodologia	Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), Ludke e André (1986), Lakatos e Marconi (2007), Moreira (2002) e Bardin (1977).
Caracterização do estudo	Pesquisa qualitativa.
Campo empírico e participantes	Cursos de graduação em Engenharia de três IES, sendo duas pertencentes ao sistema público e uma ao sistema privado, em Belo Horizonte/Minas Gerais. Três responsáveis pela implementação e acompanhamento do Ciência sem Fronteiras, do Departamento de Relações Internacionais de cada IES
Instrumentos de coleta de dados	Análise documental, entrevista.
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE Q – Quadro 53 – Síntese da dissertação realizada por Ramos (2009)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
RAMOS, Viviane Coelho C.	**Perfil e motivações dos estudantes participantes do Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação da UFMG**. Educação. Universidade Federal de Minas Gerais.	M	2009
Orientador (a):	Profa. Dra. Maria Alice L. G. Nogueira		
Palavras-chave:	Internacionalização do ensino superior; mobilidade discente; desigualdades sociais de escolarização.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Objetivo geral: Conhecer o usuário do programa, traçar e analisar o seu perfil abordando-o de vários ângulos, seja do ponto de vista material (renda familiar, nível socioeconômico), demográfico (sexo, idade, raça, tamanho da família), escolar (rede de ensino frequentada, turno, curso de graduação) ou pessoal (histórico familiar e pessoal de internacionalização, características individuais). **Objetivos específicos:** • Compreender as motivações desses jovens para participar do programa, bem como os investimentos das famílias face a esse bem cultural. • Oferecer uma base teórica e empírica para futuros trabalhos acerca dos estudos no exterior de jovens brasileiros, adensando assim os esforços realizados pela Faculdade de Educação da UFMG. • Problematizar, do ponto de vista sociológico, a temática da internacionalização dos estudos.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Prado (2002), Nogueira (2006), Palme (2002); Kehnn (2005); Alloway (2005), Jenkins (2005), Vieira (2007).		
A Internacionalização das Trajetórias Escolares	Ortiz (2007), Laval e Weber (2002), Zarate (1999), Wagner (2007), Vieira (2007), Sylvester (2002), Gunesh (2004), Nogueira (2006), Beck (2000), Szersynski e Urry (2002), Aguiar (2007), Melo (2008), Bourdieu (1998),		
O “Programa de Mobilidade Discente Internacional para Graduação da UFMG	Nogueira (2006), Aguiar (2007), Ramos (2008), Peixoto (2006), Braga (2006).		
Intercambistas: Perfil sociodemográfico e Trajetórias Escolares	Knight (2004), Teichler (2001), Ramos (2008), Peixoto (2006), Braga (2006), Rosenberg (2001), Glória (2007), Souto-Otero (2008), Marteleto (2002), Romanelli (2003), Nogueira (2002).		
Os Intercambistas: Recursos Familiares, características e motivações individuais	Beck (2000), Bauman (1999), Murphy-Lejeune (2003), Nogueira e Aguiar (2008), Prado (2002), Urry (2005), Vieira (2007), Bordieu (1999), Wagner (2007).		
Metodologia	Não menciona.		
Caracterização do estudo	Não menciona.		
Campo empírico e participantes	Universidade Federal de Minas Gerais. Intercambistas do ano de 2008		
Instrumentos de coleta de dados	Análise de documentos da Diretoria de Relações Internacionais Braz; observação das entrevistas de seleção; coleta de dados estatísticos secundários sobre o universo de intercambistas do ano de 2008 (N=177); aplicação de questionário aos alunos aprovados; e) entrevistas semidiretivas com um número menor de intercambistas (N=41).		
Análise dos dados	Não menciona.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE R – Quadro 54 – Síntese da dissertação realizada por Regis (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
REGIS, Herman Wagner de Freitas	**Internacionalização do Campo do Currículo:** a influência estrangeira nas disciplinas didáticas e Currículos nas Universidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Educação. Universidade Católica do Rio de Janeiro.	M	2016
Orientador (a):	Prof. Dr. Antonio Flavio Barbosa Moreira		
Palavras-chave:	Currículo. Internacionalização. Cosmopolitismo. Influência Estrangeira. Conhecimento Poderoso.		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Objetivo geral:
Entender como se configura a internacionalização do campo do currículo na visão de teóricos, de docentes das disciplinas Currículo e Didática dos cursos de Pedagogia e de pesquisadores da pós-graduação em Educação *stricto sensu*.

Objetivos específicos:

- Saber como os docentes das disciplinas Currículo e Didática dos cursos de Pedagogia e os pesquisadores da pós-graduação em Educação *stricto sensu* analisam a atual configuração da influência estrangeira nos cursos de Pedagogia no Brasil e nas disciplinas Currículo e Didática nas universidades em que trabalham.
- Avaliar a influência estrangeira em eventos referentes ao campo do Currículo e nas parcerias e intercâmbios entre docentes de universidades de diferentes países.
- Analisar como se processa a influência estrangeira na produção do campo do Currículo e da Didática no Brasil, na transferência educacional, na seleção de conhecimento e na formação de professores.
- Discutir as categorias *cosmopolitismo, hibridização, globalização, identidade cultural* e *diversidade* a partir dos depoimentos dos professores entrevistados por motivo desta pesquisa e analisadas no contexto da influência estrangeira na internacionalização do campo do currículo.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Moreira (2015), Young (2011), Lopes e Macedo (2002), Silva (2015), Pinar (2014), Pacheco (2009).
Considerações Teórico Metodológicas	Moreira (2015), Lopes e Macedo (2002), Pacheco (2009), Silva (1999), Moore e Young (2001).
A Internacionalização do Campo do Currículo na Visão dos Teóricos	Pinar (2014), Moreira (2015), Silva (2015), Young (2011).
A Internacionalização do Campo do Currículo na Visão dos Professores	Veiga-Neto (2014), Akkari (2014), Moreira (2015), Macedo (2006).
Influência Estrangeira nos Estudos Pedagógicos	Moreira (2015), Lopes e Macedo (2002), Macedo (2006).
Análise e Avaliação da Influência Estrangeira	Lopes e Macedo (2002), Moreira (2015), Silva (2015), Young (2011).
Metodologia	Triviños (2002), Bardin (2010).
Caracterização do estudo	Pesquisa bibliográfica, pesquisa do tipo qualitativa.
Campo empírico e participantes	17 Professores das disciplinas Currículo e Didática dos cursos de Pedagogia e da pós-graduação em Educação das universidades públicas UERJ, UFRJ e UNIRIO, da cidade de Rio de Janeiro e UFF, de Niterói (UFF)
Instrumentos de coleta de dados	Entrevista estruturada.
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE S – Quadro 55 – Síntese da dissertação realizada por Rioga (2017)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
RIOGA, Danielle Camargo Pimenta	**Um modelo de gestão da informação para o contexto da internacionalização universitária**: estudo de caso na UFMG. Gestão & Organização do Conhecimento. Universidade Federal de Minas Gerais.	M	2017
Orientador (a):	Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto		
Palavras-chave:	Internacionalização. Universidade. Gestão da Informação. Arquitetura da Informação. Recuperação da Informação. Modelagem do Fluxo Informacional		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Questões:
Como cooperar com os processos de Gestão da Informação e do Setor de Acolhimento e do Programa Bem-Vindo da UFMG? O uso da Modelagem do Fluxo Informacional pode contribuir para o Setor de Acolhimento e Programa Bem-Vindo e, consequentemente, para a internacionalização da universidade?

Objetivo geral
Compreender a estrutura, os fluxos e os resultados do Setor de Acolhimento e Programa Bem-vindo da Universidade Federal de Minas Gerias para, com isso, contribuir com seu processo de internacionalização, por meio do desenvolvimento de uma proposta de Modelagem do Fluxo Informacional.

Objetivos específicos:
- Facilitar o processo de fluxo informacional (troca de documentos, dados e informações) entre o Setor de Acolhimento e o Programa Bem-Vindo e entre alunos internacionais e brasileiros, com a viabilização de um canal direto de comunicação entre as partes.
- Propor melhorias para a equipe do Setor de Acolhimento e do Programa Bem-Vindo e da Diretoria de Relações Internacionais, a partir do avanço dos processos e fluxos informacionais.
- Estimular a facilitação do processo de adaptação e integração dos estudantes internacionais dentro da comunidade universitária, por meio da aplicação de um software que implantará a modelagem do fluxo informacional, possibilitando aos estudantes internacionais uma visão totalizada dos procedimentos do intercâmbio.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Knight (2004), De Wit (2007), Miura (2009), Tarapanoff (2006), Barlete (2005), Davenport (1998).
Gestão da Informação	Oliveira (2005), Saracevic (1996), Drucker (2002), Vieira e Vieira (2003), Barbosa (2008), Dante (2008), Alves e Duarte (2015), Tarapanoff (2006), McGee e Prusak (1994), Choo (2003), Wurman (1991), Reis (2007), Camargo (2004), Jeston e Nelis (2006), Sousa Neto e Medeiros Junior (2008).
O Contexto da Universidade Federal de Minas Gerais	Esteves (2015), Rojas (2011), Mückenberger (2013), Siegler (2009), Esteves (2015).
Metodologia	Marconi e Lakatos (2010), Owen (1997).
Caracterização do estudo	Exploratória. Pesquisa Aplicada.
Campo empírico e participantes	Um dos departamentos da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Universidade Federal de Minas Gerais: o Setor de Acolhimento e Programa Bem-Vindo. Equipe do setor e estudantes internacionais de origens diversas, alunos da UFMG de graduação e pós-graduação.
Instrumentos de coleta de dados	Levantamento bibliográfico, observação direta, entrevista e questionário.
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE T – Quadro 56 – Síntese da dissertação realizada por Rosa (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
ROSA, Soraya Pimentel Pessino da	**Internacionalização Universitária e Interculturalidade**: análise dos Programas Federais Interuniversitários Sul-Sul durante a gestão Lula. Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Universidade Federal da Bahia.	M	2015
Orientador (a):	Prof. Dr. Djalma Thürler		
Palavras-chave:	Internacionalização. Universidade. Diplomacia. Brasil. Cultura. Cooperação. Desenvolvimento.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Objetivos específicos: • Analisar historicamente a internacionalização universitária; contextualizar a Política Externa Sul-Sul durante a gestão Lula, com ênfase na identificação dos programas voltados ao incentivo da cooperação acadêmica internacional. • Mapear e caracterizar os programas federais que tiveram impacto nas ações interuniversitárias no Brasil neste período. • Compreender as diferentes formas de internacionalização universitárias e identificar os valores culturais presentes nas relações estudadas, e propor novos caminhos para ampliação da efetividade dos processos e métodos de internacionalização universitária.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Krawczik (2007), Sandoval (2007), Morosini (2006) Santos e Almeida Filho (2008), Stallivieri (2004) Trindade 2011) Wit (2005), Knight (2004).		
Breve análise histórica da internacionalização universitária	Janotti (1992), Trindade (2011), Hernandez e Cerda (2011), Knight (2004) e Wit (2005), Santos e Almeida Filho (2008)		
Política externa brasileira: o governo Lula e a estratégia sul-sul – programas federais de incentivo à cooperação acadêmica internacional	Machado (2012), Palma (2006) Vizentine e Pereira (2008), Almeida (2002), Candau (2000), Fleuri (2001), Vasconcelos (2013).		
Apontando caminhos: profissionalismo técnico e interculturalidade / elementos facilitadores para efetivas experiências de internacionalização universitária no Brasil	Santos e Almeida Filho (2008), Candau (2000) Pereira (2008), Almeida (2002).		
Metodologia	Não menciona.		
Caracterização do estudo	Abordagem qualitativa.		
Instrumentos de coleta de dados	Pesquisa bibliográfica. Análise dos Programas Federais Interuniversitários Sul-Sul durante a gestão Lula.		
Análise dos dados	Não menciona.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE U – Quadro 57 – Síntese da dissertação realizada por Santos (2017)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
SANTOS, Balbina Líbia de Souza	**Desenvolvimento da Internacionalização da Universidade Federal de Roraima (2009-2015).** Desenvolvimento Regional. Fundação Universidade Federal de Roraima.	M	2017
• **Orientador (a):**	Prof. Dr. Elói Martins Senhoras		
• **Palavras-chave:**	Desenvolvimento exógeno. Internacionalização universitária. Paradiplomacia educacional. Universidade Federal de Roraima.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Problema: Quais são as características do processo de internacionalização da Universidade Federal de Roraima no período de 2009 a 2015? **Objetivo geral:** Analisar o fenômeno de internacionalização universitária à luz de uma revisão histórica e teórica e de um estudo de caso com base na Universidade Federal de Roraima no período de 2009 a 2015. **Objetivos específicos:** • Desenvolver e sistematizar uma periodização sobre a internacionalização universitária, desde sua origem nos tempos medievos até o período atual. • Analisar o fenômeno de internacionalização universitária por meio dos referenciais teóricos. • Averiguar as estratégias de internacionalização universitária da Universidade Federal de Roraima (UFRR).			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	A autora não cita nenhuma referência bibliográfica.		
A Universidade como objeto de pesquisa	Wanderley (2003), Oliveira (2007), Braudel (1996), Coelho (2013), Le Goff (1989), Prota (1987), Humboldt (1997), Araújo (2009), Ben-David (1974), Loureiro (1980), Silveira e Bianchetti (2013), Cunha (1980), Laus (2012),		
Mapeamento do Campo de Estudos sobre Internacionalização de Universidades	Knight (2011), Borges (2009), Abreu (2008), Laus (2012), Morosini (2006), Levy e Ellis (2006).		
Estudo de Caso sobre a Internacionalização da UFRR	Pimentel (2015), Senhoras (2014), Lira (2016), Santos (2017), Cavalcante (2014).		
Metodologia			
Caracterização do estudo	Estudo exploratório descritivo, qualitativo. Revisão Documental e Bibliográfica. Estudo de caso.		
Campo empírico e participantes	Universidade Federal de Roraima.		
Instrumentos de coleta de dados	Revisão Bibliográfica. Revisão Documental. Entrevistas.		
Análise dos dados	Revisão Integrativa.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE V – Quadro 58 – Síntese da dissertação realizada por Sena (2013)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
SENA, A. P. de.	**Internacionalização da educação e formação de capital humano e cultural:** estudo com alunos Intercambistas da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Administração de Empresas. Universidade de Fortaleza.	M	2013
Orientador (a):	Profa. Dra. Fátima Regina Ney Matos		
Palavras-chave:	Internacionalização da Educação. Intercâmbios Acadêmicos. Capital Humano e Cultural.		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Problema:
Quais as implicações que a participação em programas de intercâmbios acadêmicos internacionais da UNIFOR têm tido no processo de qualificação dos seus discentes envolvidos, em termos da formação de capital humano e cultural?

Objetivo geral:
Investigar as implicações da participação em programas de intercâmbios acadêmicos internacionais da UNIFOR no processo de qualificação dos discentes da UNIFOR envolvidos, em termos da formação de capital humano e cultural.

Objetivos específicos:

- Investigar o conteúdo dos acordos bilaterais de convênios internacionais estabelecidos entre a UNIFOR e as demais IES estrangeiras, focando nos quesitos relativos à participação discente.
- Identificar similaridades nas formas de ensino das IES estrangeiras parceiras quando comparadas à UNIFOR.
- Analisar aspectos relativos à experiência vivida pelos participantes discentes estrangeiros envolvendo a UNIFOR a as respectivas universidades de origem.
- Identificar as principais implicações em termos da formação de capital humano e cultural advindas da participação dos discentes nos intercâmbios internacionais.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução e Fundamentação Teórica	Levin (2006), Fávero (1980), Stallivieri (2004), Nogueira, Aguiar e Ramos (2008), Durkheim (1978), Marshall (1985), Drucker (1993), Faoro (2001), Maxwell (1996), Teixeira (1989), Martins (2000), Graciani (2011), Acevedo (2004), Carvalho (2011), Brown (1992), Muira (2006), Dias Sobrinho (2005), Reis (2009), Pimenta e Duarte (2007), Haigh (2008), Morosini (1998), Neave (1988), Kerr (1990), Zakharieva (1991), Chan (2013), Middleton (2011), Morin (2002), Saul (2004), Schultz (1973), Viana e Lima (2010), Bourdieu (1998), Melo, Raposo e Campos (2008).
A Universidade de Fortaleza, a Assessoria Internacional e o Escritório Education USA	Queiroz (1973), Neves e Norte (2009).
Procedimentos Metodológicos	Merriam (1998), Malhotra (2001), Minayo (2007), Eisenhardt (1995), Silva (2005), Bourdieu (2005), Gaskell e Bauer (2002), Pires (2012).
Apresentação e Análise dos Resultados	Lima (1980), Morosini (2006), Castells (2003), Stallivieri (2004), Pimenta e Duarte (2007), Viana e Lima (2010), Morin (2002), Haigh (2008).

Introdução e Fundamentação Teórica	Levin (2006), Fávero (1980), Stallivieri (2004), Nogueira, Aguiar e Ramos (2008), Durkheim (1978), Marshall (1985), Drucker (1993), Faoro (2001), Maxwell (1996), Teixeira (1989), Martins (2000), Graciani (2011), Acevedo (2004), Carvalho (2011), Brown (1992), Muira (2006), Dias Sobrinho (2005), Reis (2009), Pimenta e Duarte (2007), Haigh (2008), Morosini (1998), Neave (1988), Kerr (1990), Zakharieva (1991), Chan (2013), Middleton (2011), Morin (2002), Saul (2004), Schultz (1973), Viana e Lima (2010), Bourdieu (1998), Melo, Raposo e Campos (2008).
Metodologia	Merriam (1998), Newman (1997), Boudieu (2005), Patton (2002).
Caracterização do estudo	Estudo qualitativo básico ou genérico; pesquisa descritiva.
Campo empírico e participantes	Universidade de Fortaleza. 53 alunos de graduação que participaram do intercâmbio entre os anos de 2001 a 2012. Amostra teórica, escolha racional.
Instrumentos de coleta de dados	Questionários semiestruturados e análise de documentos.
Análise dos dados	Método de Análise de Conglomerados.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE W – Quadro 59 – Síntese da dissertação realizada por Silva (2014)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
SILVA, Fábio Ferreira da	**Internacionalização do Ensino Superior**: Política, Gestão, Lições e Aprendizagens da Faculdade Internacional da Paraíba. Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba.	M	2014
Orientador (a):	Profa. Dra. Maria Gorete de Figueiredo		
Palavras-chave:	Inovação e Gestão Organizacional; Organizações em Rede; Redes de Universidades; Internacionalização de Universidades Privadas.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Questão central: Quais as lições e as aprendizagens apropriadas pela FPB em seu processo de internacionalização, do modelo e política de gestão da rede LIU? **Objetivo geral:** Analisar as lições e as aprendizagens apropriadas pela Faculdade Internacional da Paraíba em seu processo de internacionalização do modelo de política e gestão *Laureate International Universities.* **Objetivos específicos:** • Caracterizar a FIPB e sua trajetória desde a sua criação. • Identificar o modelo de política de internacionalização, atuação e de gestão da rede LIU. • Mapear as dimensões do seu processo de internacionalização da FIPB à luz da sua integração com a rede LIU. • Avaliar os resultados acadêmicos da FIPB provenientes da integração da rede LIU.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Dellagnelo e Silva (2000), Porter (1989), Silva Filho (1998), Knight e Wit (1997), Altbach (2002), Knight (2014), Morosini (2006), Wit (2013), Brown (2013).		
Marcos Teóricos	Romão (2000), Teixeira (1998), Cury (2008), Assmann (2007), Delors (1998), Colombo (2011), Sampaio (2011), Schwartzman (2008), Lopes (1999), Bezerra (2010), Senge (2009), Maximiano (2008), Porter (1989), Moran (2008), Knight (2014).		
Modelos de Política e Gestão de Rede Laureate	Bautzer (2013), Becker (2014), Brown (2013), Loureiro (2014).		
Discussão dos Resultados	Carneiro (2013), Nogueira (2002).		
Metodologia	Vergara (2010), Gil (2002), Martins (2006), Bourdieu (1998).		
Caracterização do estudo	Natureza exploratória e descritiva, baseando-se em análise bibliográfica e documental.		
Instrumentos de coleta de dados	Análise bibliográfica e documental.		
Análise dos dados	Técnica de Análise de Conteúdo.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE X – Quadro 60 – Síntese da dissertação realizada por Silva (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
SILVA, Carla Camargo Cassol da	**Avaliação da Internacionalização no Ensino Superior**: um estudo Multicaso. Gestão e Negócios. Universidade Regional do Vale do Rio dos Sinos.	MP	2015
Orientador (a):	Prof. Dr. Marcelo Machado		
Palavras-chave:	Internacionalização. Ensino Superior. Gestão da Internacionalização. Avaliação da Internacionalização		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Problema:
Como duas IES privadas brasileiras avaliam o seu processo de internacionalização?
Objetivo geral:
Analisar como duas IES privadas brasileiras avaliam seus processos de internacionalização.
Objetivos específicos:

- Descrever o *status* atual da internacionalização das IES estudadas.
- Identificar se há práticas de avaliação do processo de internacionalização utilizadas pelas IES pesquisadas.
- Verificar se as práticas de avaliação adotadas pelas IES pesquisadas geram *input* para a tomada de decisão ou correção de curso do processo de internacionalização.
- Identificar e sugerir possíveis práticas de avaliação do processo de internacionalização que poderão contribuir para o alcance dos resultados esperados pelas IES estudadas.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Conceito de Internacionalização da Educação Superior	Knight (2008); Hudzik (2011); Gacel-Ávila (2003).
Motivações para a Internacionalização	Wit (2002, 2011); Knight (2004, 2008); Altbach e Knight (2007); Stallivieri (2004).
Gestão da Internacionalização	Rudzki (1998); Hénard, Diamond e Roseveare (2012); Knight (1994, 1995); Zapalska, Shuklian, Rudd e Flanegin (2002); Maringe (2009); Brandenburg e Federkeil (2007); Jiang e Carpenter (2013); Sebastián (2004).
Estratégias de Internacionalização	Knight (2004); Mueller (2013); Pimenta e Duarte, (2007); Miura (2009); Souza e Fleury (2009); Sarfati e Andreassi (2011); Childress (2009); Stallivieri (2004); Maringe (2009).
Avaliação da Internacionalização	Egron-Polak, 2012; Hénard, Diamond e Roseveare (2012); Hudzik e Stohl (2009); Deardorff, Pysarchik e Yun (2009); Sebastián (2004).
Projetos e Instrumentos de Avaliação da Internacionalização	Gaalen (2009); German Academic Exchange Service (2010); Brandenburg e Federkeil (2007); IMHE/OCDE (1999); Beerkens, Brandenburg, Evers, Gaalen, Leichsenring e Zimmermann (2010).
Metodologia	Vergara (2000); Yin (2006); Malhotra (2010).
Caracterização do estudo	Pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, método Estudo de Caso múltiplos.
Campo empírico e participantes	Duas IES privadas, comunitárias, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Seis gestores.
Instrumentos de coleta de dados	Entrevistas; visitas a campo com observação. Análise documental.
Análise dos dados	Análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE Y – Quadro 61 – Síntese da dissertação realizada por Silva (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
SILVA, Wanessa de Assis	**Internacionalização e conhecimento: análise do Programa Capes-Brafagri na Universidade Federal de Viçosa sob a ótica de estudantes-participantes no biênio 2013-2014**. Educação. Universidade Federal de Viçosa.	M	2016
Orientador (a):	Prof. Dr. Cezar Luiz De Mari		
Palavras-chave:	Internacionalização. Conhecimento. Programa CAPES-BRAFAGRI. Universidade Federal.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Perguntas: Como ocorre o desenvolvimento do programa? Quais os pontos positivos e as dificuldades encontradas na realização do Capes-Brafagri? Quais são os benefícios da participação em um programa dessa natureza? Qual o papel do programa na formação dos estudantes e na internacionalização da ciência brasileira? **Objetivo geral:** Discutir sobre as políticas de internacionalização desenvolvidas no ensino superior brasileiro, pela análise das experiências de ex-participantes do Programa de Intercâmbio Brasil França Agricultura (Capes-Brafagri). **Objetivos específicos:** • Entender o desenvolvimento do programa e refletir sobre seus aspectos positivos; dificuldades e barreiras. • Identificar os benefícios para a formação acadêmica e humana dos estudantes; e seu papel no processo de internacionalização da ciência brasileira.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Stallivieri (2003), Laus e Morosini (2006), Morosini (2011), Thiengo (2013), Akkari (2011), Gramsci (1999), Magalhães (2004).		
Internacionalização no Ensino Superior: Contexto Histórico e Características Atuais	Stallivieri (2003), Lima e Maranhão (2008), Buarque (2003), Laus (2012), Cunha (2000), Ribeiro e Silva (2007), Teichler (2004), Altbach e Knight (2007), Knight e De Wit (1997), Krawczyk (2008), Siebiger (2011).		
O Processo de Internacionalização na Universidade Federal de Viçosa	Lima (1996), Lopes (2011), Martins (2011), Ribeiro (2006), Borges e Sabioni (2010), Santos (2006).		
Experiências Vivenciadas no Capes-Brafagri: a voz dos Estudantes	Gil (2002), Bogdan e Biklen (1994), Triviños (1987), Lüdke e André (1986), Magalhães (2004).		
Contribuições do Capes-Brafagri para a Ciência Brasileira	Gil (2002), Bogdan e Biklen (1994), Triviños (1987), Lüdke e André (1986), Magalhães (2004).		
Metodologia	Magalhães 2004, Gil (2002), Triviños (1987).		
Caracterização do estudo	Investigação de cunho qualitativo-interpretativo.		
Campo empírico e participantes	Universidade Federal de Viçosa. Coordenador do programa na UFV e com oito estudantes que participaram do mesmo no biênio 2013/2014.		
Instrumentos de coleta de dados	Entrevista e questionário.		
Análise dos dados	Análise de Discurso Crítica (ADC).		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE Z – Quadro 62 – Síntese da tese realizada por Sehnem (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
SEHNEM, Paulo Roberto	**Relações entre os contributos de Programas de Mobilidade Internacional e a competência comunicativa intercultural de estudantes universitários.** Educação. Universidade do Vale do Itajaí.	D	2015
Orientador (a):	Prof. Dr. José Marcelo Freitas de Luna		
Palavras-chave:	Internacionalização; Competência Comunicativa Intercultural; Programas de Mobilidade Estudantil; Erasmus; Ciências Sem Fronteiras.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Problema: Quais os contributos, obtidos por alunos do CsF e ERASMUS com a participação nestes programas de mobilidade e qual a relação entre a CCI e a obtenção dos contributos dos participantes? **Objetivo geral:** Interpretar a percepção de professores e de outros profissionais acerca da obtenção dos contributos e sua relação com a CCI dos egressos dos programas de mobilidade Erasmus e CsF. **Objetivos específicos:** • Descrever o processo de concepção dos programas de mobilidade internacional Erasmus e CsF. • Identificar as percepções dos professores sobre os contributos e a CCI do aluno egresso dos programas Erasmus e CsF. • Identificar as percepções dos outros profissionais sobre os contributos e a CCI dos egressos dos programas Erasmus e CsF. • Apontar as relações entre contributos e CCI.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Beck (1999), Ianni (1995), Santos (2001), Canale e Swain (1980), Fantini (2006), Ayala (2004), Nascimento (2004), Luna (2012), Lima e Maranhão (2008), Leal e Ramos (2011),		
Histórico da Universidade e dos Programas de mobilidade Internacional	Knight (2005), Hudzig (2014), Loureiro (2010), Wagner (2007), Dias (2002), Panizzi (2002), Fiemeyer (2004), Leher (2005), Maynka (2009), Miura (2006), Stallivieri (2004), Ramos (2009), Dalcin (2011), Rudzki (1998).		
Programas de Mobilidade Internacional	Stallivieri (2004), Dalcin (2011), Szarka (2003), Knight (2004), Dias (2002), Lima e Maranhão (2008), Leal e Ramos (2011), Souto-Otero (2008), Vieira (2007), Andrés (2007), Schwartzmann (2001), Castro (2012), Deardorff (2009), Sebben (2009).		
Metodologia	Shaffer e Serlin (2004), Leal e Ramos (2011), Andrés (2007)		
Caracterização do estudo	Pesquisa de natureza mista, pois utilizou estratégias qualitativas e quantitativas.		
Campo empírico e participantes	Programas de Mobilidade Internacional Erasmus e CsF. A amostra foi composta por dois grupos: o dos professores e o dos outros profissionais. O grupo de professores espanhóis foi composto por sete, oriundos da Universidade de Salamanca (USAL), cujo contato direto foi com egressos do programa Erasmus, e oito professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo contato foi com egressos do programa CsF. O segundo grupo, o dos		

	outros profissionais, foi composto por um número de cinco empresas/universidades espanholas e sete brasileiras. Para compor este grupo na Espanha contamos com Universidades e Empresas e no Brasil este grupo contou com sete profissionais participantes, oriundos exclusivamente de setores de RRHH. Total de 27 participantes.
Instrumentos de coleta de dados	Análise documental (editais de convocação, editais de retificação, decretos, leis, decisões, emendas e outros textos que se fizeram pertinentes); entrevista semiestruturada; questionários fechados.
Análise dos dados	Análise textual.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE AA – Quadro 63 – Síntese da dissertação realizada por Souza (2016)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
SOUZA, Nayara Christine	**Programa de licenciatura internacional na Universidade Federal de Uberlândia**: limites e possibilidades. Educação. Universidade Federal de Uberlândia.	M	2016
Orientador (a):	Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox		
Palavras-chave:	Internacionalização. Ensino superior. Formação docente		

Problema/objetivo/questões de pesquisa

Pergunta central:
Quais são os limites e possibilidades de desenvolvimento do Programa de Licenciatura Internacional – PLI na Universidade Federal de Uberlândia no período 2010-2012?

Objetivo geral:
Descrever e analisar as implicações, enquanto limites e possibilidades, da sua implementação na Universidade Federal de Uberlândia no período 2010-2012.

Objetivos específicos:

- Descrever e analisar criticamente os fundamentos históricos e legais dos programas internacionais de intercâmbio estudantil instituídos para o ensino superior no contexto da internacionalização da educação.
- Descrever e analisar os dispositivos legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e fazer reflexões sobre a carência de professores no ensino básico, bem como a estrutura e funcionamento institucional do PLI da Capes.
- Descrever o processo institucional de autorização, implantação e funcionamento do PLI na UFU no período 2010-2012, com base na pesquisa documental, bibliográfica; e também expor a visão dos gestores da UFU em relação ao PLI.
- Descrever e analisar a visão dos professores-coordenadores e discentes participantes do PLI a respeito da importância dele, limites, possibilidades e desafios de desenvolvimento e contribuição para a formação de licenciados.

Referencial teórico

Capítulo	Autores citados
Introdução	Ferreira (2011), Stallivieri (2004).
Internacionalização o ensino superior: conceitos, políticas e o programa de licenciatura internacional na UFU	Miura (2009), Knight e De Wit (1997), Hall (1990), De Wit (1998), Souza (2010), Dias (2004), Vidal (2006), Peixoto (2011), Jones (2013), Morosini (2009), Santini (2015).
LDB e Reflexões sobre os Desafios das Licenciaturas no Brasil	Libâneo (2007), Santos (2001), Marques (2012), Silva (2002), Freitas (2002), Mendes (2009), Chizzotti (2012), Apple (1997), Correia e Matos (1999), Araújo e Vianna (2008), Fanfani (2007).
Análise da Visão dos Docentes Coordenadores e Discentes a Respeito da Estrutura, Importância, Limites, Possibilidades e Contribuições do PLI para a Formação de Licenciados	Gamboa (2007), Palafox (2001), Martins (2004), Minayo (1996), Habermas (1986), Lüdke e André (1986), Triviños (1987).
Requisitos das IESs para o PLI	Lima e Maranhão (2009), Peixoto (2011).
Metodologia	Muñoz Palafox (2013), Triviños (1987).

Caracterização do estudo	Pesquisa quali-quantitativa, pesquisa de campo.
Campo empírico e participantes	Universidade Federal de Uberlândia. Dois gestores, três professores, 12 discentes.
Instrumentos de coleta de dados	Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada.
Análise dos dados	Método dialético-hermenêutico.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE BB – Quadro 64 – Síntese da dissertação realizada por Voigt (2015)

AUTOR	TÍTULO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO
VOIGT, Ana Clara Machuca.	**Mobilidade Estudantil:** Relações Brasil no MERCOSUL. Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros.	M	2015
Orientador (a):	Profa. Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula		
Palavras-chave:	Mobilidade. Mercosul. Superior Tribunal de Justiça. Educação Superior. Títulos.		
Problema/objetivo/questões de pesquisa			
Objetivo geral: Analisar as legislações interna (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) e internacionais (Protocolos do Mercosul para a educação superior e a pós-graduação) e o posicionamento de órgãos brasileiros como o CNE (Conselho Nacional de Educação) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) acerca dos diplomas estrangeiros obtidos nos países do Mercosul e o reconhecimento de tais diplomas no Brasil.			
Referencial teórico			
Capítulo	Autores citados		
Introdução	Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96), Decreto Legislativo nº800/2003, Decreto Presidencial nº 5.518/2005.		
A Internacionalização da Educação Superior	Wit (2002), Santos e Donini (2011), Peters e Roberts (2000), Araújo e Magnoli (1995), Laus (2012), Alcántara e Silva (2006) e Morosini (1994;1998), Krawczyk (2008).		
Reconhecimento de Títulos Estrangeiros. Os tratados Internacionais e a Legislação Brasileira	Araújo e Magnoli (1995), Lima, Azevedo e Catani (2008), Voigt (2014), Rangel (2002), Rezek (1989), More (2007), Becker (2011), Piovesan (2007), Gabriel (2004), Couto (2001), Souza (1997).		
Tratado de Assunção, Protocolos do Mercosul Educativos e as Relações com a Legislação Brasileira	Oliveira (2000), Maliska (2009), Santos e Donini (2011), Aboites (2004).		
Metodologia	Autora não citou a bibliografia utilizada		
Caracterização do estudo.	Método qualitativo de análise; pesquisa bibliográfica.		
Instrumentos de coleta de dados	Coleta de dados por documentos e estudo de caso. Relatórios do Estudo analítico-descritivo-comparativo do Setor Educacional do MERCOSUL referentes ao período de 1996-2000 desenvolvido pelo MEC (Ministério da Educação) e pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e os protocolos do Mercosul para a educação, em especial todos os que se referem à educação superior e pós-graduação e que tratam da questão do reconhecimento dos títulos obtidos.		
Análise dos dados	Não menciona.		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acesso ao texto integral das dissertações e teses (2019).

APÊNDICE CC – Quadro 65 – Indicadores do Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

INDICADOR	DESCRIÇÃO
1.1	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
1.2	Processo de autoavaliação institucional.
1.3	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.
1.4	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.
1.5	Relatórios de autoavaliação.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2017).

APÊNDICE DD – Quadro 66 – Indicadores do Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

INDICADOR	DESCRIÇÃO
2.1	Missão, objetivos, metas e valores institucionais.
2.2	PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação para faculdades e centros universitários, considerar a pós-graduação quando houver previsão no PDI.
2.3	PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural.
2.4	PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.
2.5	PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social para a modalidade EAD, considerar as especificidades da sede e dos polos.
2.6	PDI e política institucional para a modalidade EaD Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria n° 1.134 de 10/10/2016.
2.7	Estudo para implantação de polos EaD Exclusivo para modalidade a distância com previsão de polos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE EE – Quadro 67 – Indicadores do Eixo 3: Políticas Acadêmicas

INDICADOR	DESCRIÇÃO
3.1	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. Para a modalidade EaD, não considerar “a existência de programas de monitoria”.
3.2	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* (NSA para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI).
3.3	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (NSA para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI).
3.4	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural (NSA para faculdades, exceto quando houver previsão no PDI).
3.5	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.
3.6	Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente.
3.7	Política institucional de acompanhamento dos egressos.
3.8	Política institucional para internacionalização (NSA quando não houver previsão no PDI).
3.9	Comunicação da IES com a comunidade externa.
3.10	Comunicação da IES com a comunidade interna.
3.11	Política de atendimento aos discentes (Para a modalidade EAD, não considerar programas de monitoria).
3.12	Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2017).

APÊNDICE FF – Quadro 68 – Indicadores do Eixo 4: Políticas de Gestão

INDICADOR	DESCRIÇÃO
4.1	Titulação do corpo docente.
4.2	Política de capacitação docente e formação continuada.
4.3	Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo.
4.4	Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria n° 1.134 de 10/10/2016.
4.5	Processos de gestão institucional.
4.6	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria n°1.134 de 10/10/2016.
4.7	Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional.
4.8	Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2017).

APÊNDICE GG – Quadro 69 – Indicadores do Eixo 5: Infraestrutura Física

INDICADOR	DESCRIÇÃO
5.1	Instalações administrativas.
5.2	Salas de aula (NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais).
5.3	Auditório (s) (NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais).
5.4	Sala de professores Considerar para a modalidade a distância as salas de professores e/ou de tutores.
5.5	Espaços para atendimento aos discentes (NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais).
5.6	Espaços de convivência e de alimentação.
5.7	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física (NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais).
5.8	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA.
5.9	Bibliotecas: infraestrutura (NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais).
5.10	Bibliotecas: plano de atualização do acervo.
5.11	Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente.
5.12	Instalações sanitárias.
5.13	Estrutura dos polos EAD Exclusivo para modalidade a distância com previsão de oferta em polos. As informações dos polos devem estar disponíveis na sede da Instituição.
5.14	Infraestrutura tecnológica Exclusivo para IES que preveem em seu PDI a adoção de metodologia baseada em recursos da Internet.
5.15	Infraestrutura de execução e suporte Exclusivo para IES que preveem em seu PDI a adoção de metodologia baseada em recursos da Internet.
5.16	Plano de expansão e atualização de equipamentos.
5.17	Recursos de tecnologias de informação e comunicação.
5.18	Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria n°1.134 de 10/10/2016.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2017).

APÊNDICE HH – Quadro 70 – Autores, documentos, sites e órgãos citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 1

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
AGGARWAL, R.	Strategies for internationalizing the business school: educating for the global economy. **Journal of Marketing Education,** New York, v. 11, n. 3, p. 59-64, 1989. DOI 10.1177/027347538901100309.	01
ACEVEDO MARIN, R. E.; BRASIL, W.	**Internacionalização da educação superior no Brasil:** relatório final. Belém: UNAMAZ, 2004.	01
ALBUQUERQUE, F. J. B. de.	**Produto 1:** Atividade 1 – Documento técnico contendo estudo analítico, teórico e metodológico sobre o impacto e a organização do programa Ciência sem Fronteiras nas políticas públicas da educação superior. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13938-produto-1-ciencia-sem-fronteira-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 set. 2020.	01
ALKER, H., BIERSTEKER, T.	The Dialectics of World Order: Notes for an Archeologist of International Savoir Faire. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 28, n. 2, p.121-142, 1984. DOI 10.2307/2600692.	01
AL-YOUSSEF, J.	Challenges to institutionalizing internationalization in UK university. *In:* MARINGE, Felix; FOSKETT, Nick (ed.). **Globalization and internationalization in higher education:** theoretical, strategic and management perspectives. London: Continuum International Publishing Group, p. 191-206. 2012.	01
ALMEIDA, S. M. C.	A internacionalização da educação superior e suas muitas fronteiras. *In:* JORNADA DO HISTEDBR, 12., 2014, Santarém. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/2/artigo_eixo2_319_1410835389.pdf. Acesso em: 25 maio 2015.	01
AMORIM, G.; FINARDI, K.	**Globalização e Internacionalização do Ensino Superior: Evidências de um Estudo de Caso nos Níveis Micro, Meso e Macro**. Revista Avaliação, no prelo.	01
AMORIM, N. P. *et al.*	O impacto da mobilidade acadêmica nos cursos de Engenharia da Universidade Federal de Alagoas. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 2013. Disponível em: http://docplayer.com.br/5582963-O-impacto-damobilidade-academica-nos-cursos-de-engenharia-da-universidade-federal-de-alagoas.html. Acesso em: 9 fev. 2016.	01
ANDRADE, A. M. J. de; TEIXEIRA, M. A. P.	Adaptação à universidade de estudantes internacionais: um estudo com alunos de um programa de convênio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 33-44, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_ arttext&pid=S167933902009000100006. Acesso em: 18 nov. 2015.	01
ANDREOTTI, V. de O.	Global Education in the '21st Century': two different perspectives on the 'post-' of postmodernism. **International Journal of Development Education and Global Learning,** London, v. 2 n. 2, 2010. DOI 10.18546/IJDEGL.02.2.02.	01

ANTONCIC, B.; HISRICH, R. D.; RUZZIER, M.	SME internationalization research: past, present, and future. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, Michigan, v. 13, n. 4, p. 476-497. 2006. DOI 10.1108/14626000610705705.	01
ARCHANJO, R.	Globalização e multilingualismo no Brasil competência linguística e o Programa Ciência Sem Fronteiras. **Revista RBLA**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 621-656, mar. 2015. DOI 10.1590/1984-639820156309. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbla/v15n3/1984-6398-rbla-15-03-00621.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.	01
AZEVEDO, M. L. N. de.	Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. **Crítica Educativa**, Sorocaba/São Paulo, v.1, n.1, p. 56-79, jan./jun. 2015. DOI 10.22476/revcted.v1i1.24.	01
BALL, S. J.	**Global Education INC.:** New Policy networks and the neo-liberal Imaginary. New York: Routledge, 2012.	01
BALMANT, O.; LIRA, D.	Ciência sem Fronteiras: aluno é pouco orientado e não tem disciplinas validadas. **Último Segundo**. São Paulo, 6 jun. 2014. Educação. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-06/ciencia-sem-fronteiras-aluno-e-pouco-orientado-e-naotem-disciplinas-validadas.html. Acesso em: 26 set. 2014.	01
BARBALHO, M. G. C.	**A internacionalização da Educação Superior:** o papel da Universidade. *In:* SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO – ANPAE, 23., Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: https://anpae.org.br/website/simposios/xxiii-simposio-2007. Acesso em: 17 set. 2020.	01
BARRETO, R. P. *et al.*	Análise política quanto à eficiência do programa Ciência sem Fronteiras: relatos IFRN E UFRN. *In:* CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFRN, 9., 2013, Tirol/Natal. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ocs/index.php/congic/ix/paper/view/1018. Acesso em: 17 jan. 2015.	01
BARTELL, M.	Internationalization of universities: A university culture-based framework. **Higher Education,** New York, p. 37-52. 2003. DOI 10.2307/3447513.	01
BASTOS, C. C. B.	O Processo de Bolonha no espaço europeu e a reforma universitária brasileira. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.9, Número Especial, 2007. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/729/744. Acesso em: 5 jan. 2015. DOI 10.20396/etd.v9in.esp..729.	01
BATISTA, J. S. M.	**O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-05052009-142504/publico/JanainaSMBatista.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.	01
BYRAM, M.; FLEMING, M. (eds.).	**Language learning in intercultural perspective:** approaches through drama and ethnography. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 16-31.	
BEAMISH, P. W.; CALOF, J. L.	International business education: a corporate view. **Journal of International Business Studies**, St. Louis, (MO), v. 20, n. 3, p. 553-564, 1989. DOI 10.1057/palgrave.jibs.8490368.	01

BEERKENS, E.; *et al.*	**Indicator Projects on Internationalisation - Approaches, Methods and Findings.** A report in the context of the European project "Indicators for Mapping & Profiling Internationalisation" (IMPI), 2010.	01
BENNETT, R.; KOTTASZ, R.	Strategic, competitive, and co-operative approaches to internationalisation in European business schools. **Journal of Marketing Management**, Wisconsin, v. 27, n. 11/12, p. 1087-1116, 2011. DOI 10.1080/0267257X.2011.609131.	01
BELLO, J. C. del; MUNDET, E.	**Alternativas para Facilitar la Movilidad de estudiantes, egresados y docentes en el Sistema Universitario de América Latina**. Documento de Trabajo N° 79. Universidad de Belgrano, 2001. Disponível em: http://repositorio.ub.edu.ar/bitstream/handle/123456789/420/79_del_bello.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 06 out. 2013.	01
BERRY, C.; TAYLOR, J.	Internationalisation in higher education in Latin America: policies and practice in Colombia and Mexico. **High Educ**., New York, v. 67, p. 585-601, 2014. DOI 10.1007/s10734-013-9667-z.	01
BEZERRA, A. F. D.	Internacionalização da Educação Superior no Mercosul: Novas Tendências nas Universidades Públicas de Brasil e Argentina. *In:* COLOQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICAS, 13., 2013, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/113136/2013195%20-%20Internacionaliza%c3%a7%c3%a3o%20da%20educa%c3%a7%c3%a3o%20superior.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 set. 2020.	01
BHAWUK, D. P. S.; BRISLIN, R.	The measurement of intercultural sensitivity using the concepts of individualism and collectivism. **International Journal of Intercultural Relations,** Oxford, v.16, p. 413-436, 1992. DOI 10.1016/0147-1767(92)90031-O. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/223873467_The_Measurement_of_Intercultural_Sensitivity_Using_the_Concept_of_Individualism_and_Collectivism. Acesso em: 11 set. 2020.	01
BIZON, A. C. C.	**Narrando o exame CELPE-BRAS e Convênio PEC-G:** a construção de territorialidades em tempos de internacionalização. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269528/1/Bizon_AnaCeciliaCossi_D.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.	01
BLUMENFIELD, T.; NERAD, M.	Assessing international (post) graduate education: a research agenda. **Australian Universities Review**, Melbourne, v. 54, n. 1, 2012. Disponível em: https://eric.ed.gov/?id=EJ968533. Acesso em: 11 set. 2020.	01
BONELA, D. P.	**Quatro lições para a internacionalização da ciência brasileira**. Portal eletrônico da Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=2754. Acesso em: 7 abr. 2014[47].	01
BORRI, C.; GUBERTI, E.; MELSA, J.	International dimension in engineering education. **European Journal of Engineering Education,** Oxfordshire, (UK), v. 32, n. 6, p. 627-637, 2007. DOI 10.1080/03043790701520586.	01

[47] Referência encontrada em fonte secundária.

BRACHT, O.; ENGEL, C.; JANSON, J.; OVER, A.; SCHOMBURG, H.; & TEICHER, U.	**The Professional Value of ERASMUS Mobility**. Presented to the European Comission – DG Education and Culture. University of Kassel, Kassel, Germany, 235 p. 2006.	01
BRAZ, R. L.; PEIXOTO, M. do C. de.	O programa Andifes de mobilidade acadêmica: compreendendo uma política educacional de mobilidade entre instituições federais de ensino superior no território brasileiro. *In:* CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: MOBILIDADES E DESENVOLVIMENTOS, 4., 2014, Montes Claros, **Anais** [...]. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2014. Disponível em: http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT05/01_GT_05.pdf. Acesso em: 22 maio 2015.	01
BRITISH COUNCIL.	**The shape of things to come:** higher education global trends and emerging opportunities to 2020. Londres, 2012. Disponível em: www.britishcouncil.org/higher-education. Acesso em: 20 fev. 2015.	01
BYRNE, C.; HALL, R.	**Australia's International Education as Public Diplomacy:** soft power potential. The Hague: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael' and Antwerp University, (Discussion papers in diplomacy, n. 121). July 2011.	01
CAMPOS, G.A.G.; & LIMA, M.C.	Mobilidade académica internacional e a transformação das práticas pedagógicas na direção da transculturalidade – a experiência de estudantes originários dos países de língua portuguesa. **Revista do Sindicato do Ensino Superior – SNESUP,** Lisboa, n. 45. out./dez. 2012. Disponível em: https://www.snesup.pt/cgi-bin/artigo.pl?id=EFVluuVpypkTbdMbLR. Acesso em: 9 set. 2020.	01
CANÊDO, L. B.	Masculino, Feminino e Estudos Universitários no Estrangeiro: os Bolsistas Brasileiros no Exterior (1987-1998). *In:* ALMEIDA, A. M.; BICALHO, L. C.; GARCIA, A.; BITTENCOURT, A. B. (org.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras.** Editora da UNICAMP: Campinas, 2004. v. 1, p. 168-187.	01
CANTUÁRIA, A. L.	**Escola internacional, educação nacional:** a gênese do espaço das escolas internacionais de São Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pró-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas –Unicamp, Campinas, 2005.	01
CARNEIRO, J. M. T.; DIB, L. A.	Avaliação comparativa do escopo descritivo e explanatório dos principais modelos de internacionalização de empresas. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM - INTERNEXT,** São Paulo, v. 2, n. 1, p. 26, jan./jun. 2007. DOI 10.18568/1980-4865.211-25. Disponível em: http://internext.espm.br. Acesso em: 22 dez. 2014.	01
CARVALHO, J.; MAIA, R.	**Repensar o papel da mobilidade na cooperação internacional na Europa e no Brasil**. Coimbra: Projeto Alisios, 2015.	01
CASTRO, C. D. M.; BARROS, H.; SCHWARTZMAN.	**Cem Mil Bolsistas no exterior**. Interesse Nacional. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/cemmil.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.	01
CATANI, A. M.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.	A educação superior pública brasileira nas duas últimas décadas: expansão e mercantilização internacionalizada. *In:* SOUSA, José Vieira de (org.). **Educação superior:** cenários, impasses e propostas. Autores Associados: Campinas, 2013.	01

CEA, C. M.	**Convergencia educativa y diversidad cultural en el EEES. Desde las aulas universitarias multiculturales de segundas lenguas (E/LE) hacia la Competencia intercultural**. 2012. Tese (Doutorado em Filologia da Língua Espanhola) – Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha, 2012.	01
CEFET-MG CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. Diretoria de Graduação.	Aproveitamento de estudos realizados em mobilidade estudantil pelos alunos dos cursos de Engenharias – A experiência do CEFET-MG. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 2014. Disponível em http://www.abenge.org.br/cobenge2014/Artigos/129852.pdf. Acesso em: 25 nov. 2014.	01
CENDOTEC.	**Guia Prático da Cooperação Universitária Franco-Brasileira**. Disponível em: http:// http://docplayer.com.br/5180343-Guia-pratico-da-cooperacao-universitaria-franco-brasileira.html. Acesso em: 9 set. 2020.	01
CERES, L. P.	Um aspecto do estudo de línguas estrangeiras no Brasil: os "Intercâmbios". *In:* ALMEIDA, A. M. F. *et al.* (orgs.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras.** Campinas: Ed. Unicamp, 2004.	01
CERVO, A.; LESSA, A. C.	O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Rev. bras. polít. int.,** Brasília, DF, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014. DOI 10.1590/0034-7329201400308. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.	01
CGEE - CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS.	**Mestres e Doutores 2015:** Estudos da demografia da base técnico científica-brasileira. Brasília, DF: CGEE, 2016. 511p. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/MeD 2015.pdf/d4686474-7a32-4bc991ae-eb5421e0a981. Acesso em: 13 ago. 2016.	01
CHAN, S. J.	Internationalising higher education sectors: explaining the approaches in four Asian countries. **Journal of Higher Education Policy & Management,** Lancaster, (UK), v. 35, n. 3, p. 316-329, 2013. DOI 10.1080/1360080X.2013.786854.	01
CHAVES, G. M. N.	**As bolsas de graduação-sanduíche do Programa Ciência sem Fronteiras:** uma análise de suas implicações educacionais. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília DF, 2015.	01
CHERMANN, L. de P.	**Cooperação internacional e universidade:** uma nova cultura no contexto da globalização. São Paulo: EDUC, 1999.	01
CHIN, J. M-C CHING, G. S.	Trends and indicators of Taiwan's higher education internationalization. **The Asia-Pacific education researcher,** Filipinas, n.18:2, p.185-203, 2009. DOI 10.3860/taper.v18i2.1322. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275922880_Trends_and_Indicators_of_Taiwan's_Higher_Education_Internationalization. Acesso em: 11 set. 2020.	01

CHRISTINO, A. M.	**Internacionalização de Ensino Superior: estudo de casos em cursos de Administração de instituições públicas de ensino superior**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP. 2013. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../AdrianaMChristino_Corrigida.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.	01
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	**Ciência sem Fronteiras**. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf. Acesso em: 18 fev. 2016.	01
COELEN, R. J.	Ranking and the measurement of success in internationalisation: are they related? *In:* DE WIT, Hans. (edit.). **Measuring success in the internationalisation of higher education.** EAIE Occasional Paper 22. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE), 2009, p. 39-48.	01
COLLINS, F.L.	Bridges to Learning: international student mobilities, education agencies and inter-personal networks. **Global Networks**, Hoboken, (NJ), v.8, n.4, p. 398-417, 2008. DOI 10.1111/j.1471-0374.2008.00231.x. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227785613_Bridges_to_learning_International_student_mobilities_education_agencies_and_inter-personal_networks. Acesso em: 11 set. 2020.	01
COMISSÃO EUROPEIA.	**Avaliação de Impacto Erasmus confirma contributo do programa de intercâmbio de estudantes da UE para a empregabilidade e a mobilidade profissional**. Bruxelas, 22 de setembro de 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_14_1025. Acesso em: 15 set. 2015.	01
COPEVE.	**Dados estatísticos alunos intercambistas e corpo discente da UFMG**. Remetente: vivianeramos@gmail.com, 7 mar. 2008.	01
COWEN, R. A.	**Universidade e atuais desafios:** mercado, mobilidade e performatividade. Organização de Lucíola Licinio de Castro Paixão Santos. Curitiba: CRV, 2013.	01
CRUZ, V.; FOREQUE, F.	Programa 'Ciência sem Fronteiras' será congelado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 95, n. 31.564, 3 set. 2015, Ciência. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/09/1677170-programa-ciencia-sem-fronteiras-sera-congelado.shtml. Acesso em: 9 set. 2020.	01
CUNHA, C. S. G.; CAMPOS, R. P. de.	The Internationalization of Micro and Small Companies From Knowledge-Management Standpoint: A Multiple Case Study in Brazil. *In:* INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTELLECTUAL CAPITAL, KNOWLEDGE MANAGEMENT & ORGANISATIONAL LEARNING, 9., **Anais** […]. Bogota: Universidad del Rosario, 2012, p. 60-69.	01
CURY, C. R. J.	Qualificação Pós-graduada no Exterior. *In:* ALMEIDA, A. M.; BICALHO, L. C.; GARCIA, A.; BITTENCOURT, A. B. (org.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras.** Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2004, v. 1, p. 107-143.	01
CZARLINSKI, L. V. S.; LIMA, M. C.	**O valor da viagem para o jovem que realiza o intercâmbio viabilizado pelo Rotary International**. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA ESPM, 1., São Paulo, 2012. Disponível em: http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/semic2012_leonsczarinski.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.	01

DALCIN, V. L.	A mobilidade dos estudantes universitários: contribuição para o desenvolvimento da interculturalidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Instituto de Educação, Especialização em Educação Intercultural, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.	01
DALE, R.	Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. DOI 10.1590/S0101-73302004000200007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf. Acesso em: 28 out. 2015.	01
DALMOLIN, I. S.; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A.; GOUVEIA, M. J. B.; SARDINHEIRO, J. J.	Intercâmbio acadêmico cultural internacional: uma experiência de crescimento pessoal e científico. Revista **Brasileira de Enfermagem,** Brasília, DF, v. 66, n. 3, p. 442-447, maio/jun. 2013. DOI 10.1590/S0034-71672013000300021. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v66n3/a21v66n3.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.	01
DAL-SOTO, F.; STALLIVIERI, L.; FELIX, R. R.; SANTOS, R. A. dos.; CRESPI, T.	Processos de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior (IES) do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG). *In:* ENCONTRO DA ANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro, RJ, **Anais** [...]**.** Brasil, 2013. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Luciane_Stallivieri/publication/264894912_Processos_de_Internacionalizao_de_Instituies_de_Ensino_Superior_%28IES%29_do_Consrcio_das_Universidades_Comunitrias_Gachas/links/53f497410cf2fceacc6e8fe6.pdf. Acesso em: 27 maio 2015.	01
DAQUILA, T. C.	Internationalizing higher education in Singapore: government policies and the NUS experience. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 17, n. 5, p. 629-647, 2013. DOI 10.1177/1028315313499232.	01
DARCHY-KOECHLIN, B.	Internacionalização da Formação. *In:* **Dicionário de Educação.** Petrópolis: Vozes, 2011.	01
DE MARI, C. L.; THIENG, L. C.	Ciência e políticas: Análise do programa Ciência sem Fronteiras a partir da perspectiva Gramsciana. **Educação e Fronteiras On-Line,** Dourados, v. 4, n. 11, p. 39-56, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4360. Acesso em: 6 maio 2015.	01
DECLARAÇÃO De Bolonha.	Dispõe sobre as mudanças nas políticas do ensino superior europeu dos países signatários, 1999. Disponível em: http://www.direitos humanos.usp.br/index.phd/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nasDelibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaração-de-bolonha-1999.html. Acesso em: 3 dez. 2015.	01
DECLARAÇÃO De Sorbonne.	Dispõe sobre a criação e consolidação de um espaço europeu de ensino superior. http://www.fam.ulusiada.pt/downloads/bolonha/Docs01_DeclaraçãoSorbonne.pdf. Acesso em: 3 dez. 2015.	01
DELAGADO-MARQUEZ, B. L.; ESCUDERO-TORRES, M. A.; HURTADO-TORRES, N. E.	Being highly internationalised strengthens your reputation: an empirical investigation of top higher education institutions. **The International Journal of Higher Education and Educational Planning,** Berlin, v. 66, n. 5, p. 619-633, nov. 2013. DOI 10.1007/s10734-013-9626-8. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257568416_Being_highly_internationalised_strengthens_your_reputation_An_empirical_investigation_of_top_higher_education_institutions. Acesso em: 11 set. 2020.	01

DOLBY, N.	Internationalizing higher education: the development of practice and policy in South Africa. **Teachers College Record,** New York, v. 112, n. 7, p. 1758-1791, 2010.	01
DUARTE, R. G. *et al.*	O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de IES. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 343-370, mar. 2012. DOI 10.1590/S0102-46982012000100015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a15v28n1.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.	01
EGRON-POLAK, E.	**Higher education internationalization:** seeking a new balance of values. Washington: NAFSA, 2012.	01
ELAHEE, M.; NORBIS, M.	Internationalizing business education in Latin America: issues and challenges. **Journal of Teaching in International Business,** Reino Unido, v. 20, n. 4, p. 312-329, 2009. DOI 10.1080/08975930903405084.	01
FABIANO, C.	Ciência sem Fronteiras tem 13,8% de bolsistas em universidades 'top' 100. **Globo,** São Paulo, G1 Educação. Disponível em: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/11/ciencia-sem-fronteiras-tem-138-de-bolsistas-em-universidades-top-100.html#:~:text=Ci%C3%AAncia%20sem%20Fronteiras%20tem%2013,top'%20100%20%7C%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%7C%20G1&text=Programa%20tem%20brasileiros%20em%2092,de%20cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%2Dsandu%C3%ADche. Acesso em: 3 fev. 2015.	01
FANTINI, A. E.	**Exploring and assessing intercultural competence**. Washington University: Saint Louis, 2007. Disponível em: https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1815&context=csd_research. Acesso em: 25 maio 2012.	01
FEIJÓ, R. N.	**A internacionalização da educação superior no Brasil:** um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Prós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.	01
FELDFEBER, M.	Internacionalização da educação, “Tratados de Livre Comércio” e políticas educativas na América Latina. *In:* FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (org.). **Crise da Escola e Políticas Educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.	01
FERNÁNDEZ, E.	**Estudo dos ex-bolsistas inadimplentes de doutorado pleno no exterior: Motivos e causas de insucessos - caso Capes 2012**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6663/FERNANDEZ%2c%20ELOISA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 mar. 2015.	01
FERREIRA, S.	Processo de Bolonha: A construção de uma nova universidade para a Europa? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão/SE, v. 4, n. 6, jan./jun. 2011. DOI 10.20952/revtee.v0i0.2247.	01
FILARDI, A. M; PADIM, D. F.	Políticas públicas de expansão do ensino superior federal no Brasil no contexto da mundialização do capital. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, n. 61, 2015. DOI 10.20396/rho.v15i61.8640536. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640536/8095. Acesso em: 11 set. 2020.	01
FRANCIS, A.	**Facing the future:** the internationalization of post-secondary institutions in British Columbia. Task Force report. British Columbia Center for International Education, 1993.	01

FREIRE JUNIOR, J. C.	Revisão do Programa Ciência sem Fronteiras. **Jornal da Ciência**, Notícias, Sociedade Brasileira para O Progresso da Ciência – SBPC, São Paulo, 3 ago. 2016. Disponível em: http:// http://www.jornaldaciencia.org.br/revisao-do-programa-ciencia-sem-fronteiras/. Acesso em: 4 ago. 2016.	01
FROLICH, N.	Still academic and national: Internationalization in Norwegian research and higher education. **Higher Education**, n. 52, n. 3, p.405-420, 2006. DOI 10.2307/29735020.	01
FRONZAGLIA, M. L.	**Políticas públicas internacionais:** o caso do Processo de Bolonha. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281027/1/Fronzaglia_MauricioLoboda_D.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.	01
GALLOWAY, F. J; JENKINS, J. R.	The Adjustment Problems Faced by International Students in the United States: A Comparison of International Students and Administrative Perceptions at Two Private, Religiously Affiliated Universities. **NASPA Journal**, Oxfordshire, (UK), v. 42, n. 2, 2005. DOI 10.2202/0027-6014.1471.	01
GARCÍA PALMA, J. J.	Movilidad estudiantil internacional y cooperación educativa en el nivel superior de educación. **Revista Ibero-Americana de Educación**, Madri, (ES), v. 61, p. 59-76, 2013. DOI 10.35362/rie610600. Disponível em: https://rieoei.org/historico/documentos/rie61a04.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.	01
GARCIA, A.; GOES, D. C.	Amizades de estudantes africanos residindo no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 138-153, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1938/193814418012.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.	01
GOEDEGEBUURE, L, F. *et al.*	**Higher Education Policy:** An International Comparative Perspective. Oxford: Pergamon Press. 1994.	01
GOMES, J. M.	**Estudantes na terra dos outros:** vivências dos angolanos no Brasil. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007.	01
GORDON, G. G.	Let's "internationalize" our marketing students. **Journal of Marketing**, Chicago, v. 28, n. 2, p. 38-40, 1964. DOI 10.2307/1248888.	01
GRAF, L.	Applying the Varieties of Capitalism Approach to Higher Education: comparing the internationalisation of German and British universities. **European Journal of Education**, Hoboken (NJ), v. 44, n. 4, p. 569-585, 2009. DOI 10.1111/j.1465-3435.2009.01401.x.	01
GREEN, M. F.	Internationalizing community colleges: barriers and strategies. **New Directions for Community Colleges**, Hoboken (NJ), n. 138, p. 15-24, Summer 2007. DOI 10.1002/cc.277.	01
GUADILLA, C.G.	Complejidades de la globalización e internacionalización de la educación superior: interrogantes para América Latina. **Cuadernos del CENDES**, Venezuela, v. 22, n. 58, p. 1-22, enero/abr. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237034300_Complejidades_de_la_globalizacion_e_internacionalizacion_de_la_educacion_superior_Interrogantes_para_America_Latina. Acesso em: 12 set. 2020.	01
GUIMARÃES, J. A.	Conferência de Internacionalização das Universidades Brasileiras. 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 28 de julho de 2014. **Fundação Capes**, Notícias. Disponível em: http://capes.gov.br/36-noticias/7090-internacionalizacao-das-universidades-brasileiras-e-tema-de-conferencia-na-reuniao-anual-da-sbpc. Acesso em: 12 set. 2020.	01

GUNESCH, K.	Education for cosmopolitanism? Cosmopolitanism as a personal cultural identity model for and within international education. **Journal of Research in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 3, n. 3, p. 251-275, dec. 2004. DOI 10.1177/1475240904047355.	01
HAIGH, M.	Internationalisation, planetary citizenship and Higher Education Inc. **A Journal of Comparative Education,** Oxfordshire, (UK), v. 38, n. 4, p. 427-440, 2008. DOI 10.1080/03057920701582731.	01
HEALEY, N. M.	**Is higher education in really internationalizing?** Christchurch: College of Business and Economics, 2007.	01
HELLSTÉN, M. PRESCOTT, A.	**Learning at University: The International Student Experience**. International Education Journal. v. 5. n. 3. 2004. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ903859.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.	01
HELMS, R. M. *et al.*	**Internationalizing higher education worldwide:** national policies and programs. Washington: American Council of Education, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313428029_Internationalizing_Higher_Education_Worldwide_National_Policies_and_Programs. Acesso em: 10 abr. 2015.	01
HÉNARD, F; DIAMOND, L; ROSEVEARE, D.	**Approaches to internationalisation and their implications for strategic management and institutional practice**. Paris: OCDE, 2012. Disponível em: http://www.oecd.org/education/imhe/Approaches%20to%20internationalisation%20-%20final%20-%20web.pdf. Acesso em: 11. Set. 2020.	01
HERNÁNDEZ, P. M.; CERDA, A. B. N.	**Internacionalización em la educación superior**. Revista de La Educación Superior, México, v. 40, n. 159, jul./sep. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/pdf/resu/v40n159/v40n159a3.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.	01
HIGUERA, D. M.; PIÑEROS, R.; RONCANCIO, P.; GÓMEZ, D. N. R.; ÁLVAREZ, G. A.	Aportes para la compresión de la llegada de estudiantes colombianos a las universidades argentinas: construcción de un estudio exploratorio. *In*: CONGRESO ALAS CHILE 2013: CRISIS Y EMERGENCIAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA, 39., 2013, Chile. **Anais** […]. GT 25: Educación y desigualdad social. Chile, 2013.	01
HOLM-NIELSEN, L. B. *et al.*	**Regional and international challenges to higher education in Latin America**. *In:* DE WIT, Hans *et al.* (ed.). Higher Education in Latin America: the international dimension. Washington: World Bank, 2005.	01
HUSÉN, T.; POSTLETHWAITE, T. N.	**The International Encyclopedia of Education**. Pergamon Press Ltd. 1985.	01
INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION.	**Open doors report on international student exchange**. 2013. Disponível em: http://www.iie.org/en/Research-and-Publications/Open-Doors/Data/InternationalStudents/Infographic. Acesso em: 30 abr. 2014.	01
JACOBSON, W.; SCHLEICHER, D.; MAUREEN, B.	Portfolio assessment of intercultural competence. **International Journal of Intercultural Relations**, Amsterdam, v. 23, n.3, p.467-492, 1999. DOI 10.1016/S0147-1767(99)00006-1.	01
JANTSCH, A. P.	**Educação Superior no Brasil: Tempos de internacionalização**. São Paulo: EJR Xamã, 2010.	01

JIANG, N.; CARPENTER, V.	The case study of issues of strategy implementation in internationalization of higher education. **International Journal of Educational Management**, Bradford, Eng., v. 27 n. 1, p. 4-18, 2013. 10.1108/09513541311289792.	01
JONES, E.	Internacionalizacion and employability: the role of intercultural experiences in the development of transferable skills. **Public Money e Management,** Oxfordshire, (UK), v. 33, n. 2, p. 95-104, 2013. DOI 10.1080/09540962.2013.763416. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263565061_Internationalization_and_employability_The_role_of_intercultural_experiences_in_the_development_of_transferable_skills. Acesso em: 11 set. 2020.	01
JULIATTO, C. I.	Internacionalização da universidade. **Folha de Londrina**, Londrina, 04 ago. 2000.	01
KÄLVEMARK, T.; WENDE, M. C. V. D.	**National Policies for the internationalisation of Higher Education in Europe**. National Agency for Higher Education. Stockholm: Printgraf. 1997.	01
KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P.	**A execução premium:** a obtenção de vantage competitiva através do veículo da estratégia com as operações do negócio. 8. ed. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008.	01
KARLSEN, T.; SILSETH, P.R.; BENITO, G.R.G.; WELCH, L.S.	Knowledge, internationalization of the firm, and inward-outward connections. **Industrial Marketing Management,** Amsterdam, v.32, n. 5, p.385-396, 2003. DOI 10.1016/S0019-8501(03)00012-9.	01
KELO, M.; TEICHLER, U.; WÄCHTER, B.	Toward improved data on student mobility in Europe: findings and concepts of the eurodata study. **Journal of Studies in International Education,** Thousand Oaks, (CA), v. 10, n. 3, p. 194-223, 2006. DOI 10.1177/1028315306288755.	01
KERR, C.	The internationalisation of learning and the nationalisation of the purpose of higher education: two 'laws of motion' in conflict? **European Journal of Education**, Hoboken (NJ), v. 25, n. 1, p. 5-22, 1990. DOI 10.2307/1502702.	01
KITSANTAS, A.; MEYERS, J.	Studying abroad: Does it enhance college student crosscultural awareness? *In*: ANNUAL MEETING OF THE SAN DIEGO STATE UNIVERSITY AND THE U.S. Department of Education Centers for International Business Education and Research, San Diego, CA, 2001. San Diego, CA, 2001, p. 28-31. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED456648.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.	01
KLASEK, C. B., *et al.* (ed.).	Bridges to the future: strategies for internationalizing higher education. *In*: ASSOCIATION OF INTERNATIONAL EDUCATION ADMINISTRATORS, University at Carbondale, Illinois, 1992. Carbondale, IL, 1992, 219 p. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED362112.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.	01
KOESTER, J.; OLEBE, M.	The behavioral assessment scale for intercultural assessment. **International Journal of Intercultural Relations**, v.12, p. 233-246, 1988[48].	01
LAVANKURA, P.	Internationalizing higher education in Thailand: government and university responses. **Journal of studies in international education,** Thousand Oaks, (CA), n.17, n. 5, p.663-676, 2013. DOI 10.1177/1028315313478193.	01
LEITE, A. O.; CARMO, V. M.	Os doutorados em cotutela no Brasil e em seus principais parceiros acadêmicos. **Revista Brasileira de Pós-Graduacao**, Brasília, DF, v. 11, n. 26, p. 969-997, 2014. DOI 10.21713/2358-2332.2014.v11.560. Disponível em: http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/560/pdf_1. Acesso em: 12 set. 2020.	01

[48] Referência encontrada em fonte secundária.

LEWIS, R. D.	**Cross-Cultural Communication:** A Visual Approach. Hampshire. United Kingdom: Transcreen Publications, 2008.	01
LIMA, M. R. S. de.	A política externa brasileira e os desafios da Cooperação Sul-Sul. **Rev. bras. de polít. int.**, Brasília, DF, v. 48, n. 1, 2005. DOI 10.1590/S0034-73292005000100002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002. Acesso em: 12 set. 2020.	
LIVRO VERDE.	**Promover a Mobilidade dos Jovens para fins de Aprendizagem**. Bruxelas: COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2009. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0329:FIN:PT:PDF. Acesso em: 14 set. 2020.	01
LOMBAS, M. L. S.	A internacionalização da formação pós-graduada e da internacionalização do conhecimento: efeitos de uma política pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 723-724. 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3399/339930956014.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.	01
LUNA, J. M. F. de.	**Competências para a ciência sem fronteiras**. Univali em dia: 30-11-2012. Disponível em: http://www.univali.br/default.aspx?P=2169&A =open:news:item:11860&S=1. Acesso em: 01 dez. 2012[49].	01
MALDONADO, A.	**Cooperação internacional e uma descrição do financiamento da educação superior**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 111-114.	01
MARRARA, T.; RODRIGUES, J. A.	Medidas de internacionalização e o uso de idiomas estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 6, n. 11, p. 121-143, 2009. DOI 10.21713/2358-2332.2009.v6.169. Disponível em: http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/169/163. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MARRARA, T.	Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 4, n. 8, p. 245-262, 2007. DOI 10.21713/2358-2332.2007.v4.132. Disponível em: http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/132/126. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MARTINS, T. W.	**Novas dinâmicas da mobilidade espacial internacional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99385/313763.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MATTHEWS, J.; LAWLEY, M.	**Student satisfaction, teacher internships, and the case for a critical approach to international education**. Queensland: Taylor e Francis, 2011.	01
MEEK, V. L.	Produção do Conhecimento na Educação Superior Australiana: do acadêmico ao comercial? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 1023-1043, Especial-out. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a18v2588.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MELO, P. A. de.	**A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002. Disponível em:	01

[49] Referência encontrada em fonte secundária.

	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84179/189147.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 set. 2020.	
MELO, T. T.	**Mobilidade estudantil internacional de partida na UFC:** experiências e formação no Programa Duplo Diploma. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3332/1/2008_tese_TTMelo.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MENEZES, D.	Ciência sem Fronteiras deve comprometer R$ 1,1 bi de Fundo de Pesquisa. **Contas Abertas**, Brasília, DF, 7 jun. 2015. Disponível em: http://www.contasabertas.com.br/website/faleconosco. Acesso em: 28 jun. 2016.	01
MERLE, J.; MEEK, L.	Scientific mobility and international research networks: trends and policy tools for promoting research excellence and capacity building. Studies in Higher Education – **SRHE**, London, v. 38, n. 3, p. 331-344, mar. 2013. DOI 10.1080/03075079.2013.773789.	01
MICAL.	**La dinámica reciente de la movilidad internacional de personal calificado:** enfoques y tendências. Curso de Diásporas Calificadas. Clase 1. Curso Credes, 2012.	01
MITCHELL, D. E.; NIELSEN, S. Y.	Internationalization and globalization in higher education. *In*: CUADRA-MONTIEL, Hector. **Globalization – education and management agendas.** IntechOpen: London, 2002, p. 3-22.	01
MOBILIDADE.	*In:* **DICIONÁRIO de Português Online Michaelis**. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mobilidade/. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MONTEIRO, V.	Especialistas defendem ajuste do Programa Ciência sem Fronteiras em audiência pública. **Jornal da Ciência**, Notícias, Sociedade Brasileira para O Progresso da Ciência – SBPC, São Paulo, 30 abr. 2015. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/audiencia-publicaquebraespecialistas-defendem-ajuste-do-programa-csf/. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MORENO, A. C.	90% dos bolsistas do Ciência sem Fronteiras são de instituições públicas. **G1 EDUCAÇÃO**, São Paulo, 29 jan. 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/90-dos-bolsistas-do-ciencia-sem-fronteiras-sao-de-instituicoes-publicas.html#:~:text=90%25%20dos%20bolsistas%20do%20Ci%C3%AAncia,de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%BAblicas%20%7C%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%7C%20G1&text=G1%20levantou%20dados%20sobre%20bolsas,bolsistas%20por%20causa%20do%20Enem. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MOTA, R.	A Universidade Aberta do Brasil. *In:* LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (org.). **Educação a distância:** o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.	01
MUELLER, C. V.	**O Processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78147/000895950.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 set. 2020.	01
MURPHY-LEJEUNE, E.	Mobilité internationale et adaptation interculturelle: les étudiants voyageurs européens. *In*: Zarate, G. (dir.). Mobilité international et formation – dimension culturelles et enjeu professionnels. **Recherche et Formation**,	01

	Marseille, n.33, p. 11-26. 2000. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/refor_0988-1824_2000_num_33_1_1614. Acesso em: 12 set. 2020.	
NAIDOO, V.	International education: A tertiary-level industry update. **Journal of Research in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 5, n. 3, p. 323-345, dec. 2006. DOI 10.1177/1475240906069455. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249630473_International_education_A_tertiary-level_industry_update. Acesso em: 12 set. 2020.	01
NEAVE, G.	**Institutional management of higher education:** trends, needs and strategies for cooperation. Reference Document. UNESCO: Paris, 1992. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000986/098679eb.pdf. Acesso em: 1 de ago. 2015.	01
NELSON, A. R.	Regionalisation and internationalisation in higher education and development: a historical perspective, c. 1950-1970. **Journal of Higher Education Policy & Management**, Lancaster, (UK) v. 35, n. 3, p. 238-248, 2013. DOI 10.1080/1360080X.2013.786858.	01
NEVES, A. M. C. das; NORTE, A. L.	Internacionalização e mobilidade acadêmica: princípios e ações de uma parceria de um intercâmbio académico. *In:* COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL - CIGU, 4., 2009, Florianópolis. **Anais** […]. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: https://silo.tips/download/internacionalizaao-e-mobilidade-academica-principios-e-aoes-para-o-sucesso-de-um. Acesso em: 12 set. 2020.	01
NEVES, C. B.; BALBACHEVSK, E.	Financiamento da educação superior: lições da experiência internacional. *In:* CICLO DE SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS, 2., 2009, Educação no século XXI: modelos de sucesso, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: SENAC, 2009.	01
NG, S. W.	Rethinking the mission of internationalization of higher education in the AsiaPacific region. **Compare: A Journal of Comparative & International Education**, Lancaster, (UK), v. 42, n. 3, p. 439-459, 2012. DOI 10.1080/03057925.2011.652815.	01
NOBRE, C.; McMANUS, C.	Internacionalização e inclusão social no Ciência sem Fronteiras. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 jun. 2016. Disponível em: https://valor.globo.com/opiniao/coluna/internacionalizacao-e-inclusao-social-no-ciencia-sem-fronteiras.ghtml. Acesso em: 12 set. 2020.	01
OBST, D.; KUDER, M.	**International joint and double-degree programs**. International Higher Education, n. 66, p. 5-7, Winter 2012.	01
OLIVEIRA, J. F.; SILVA JR, J. dos R.; CATANI, A. M. (orgs.).	**Educação Superior no Brasil:** tempos de internacionalização. São Paulo: EJR Xamã, 2010.	01
OLIVEIRA, L. M. C. F.	**A Internacionalização da Educação Superior:** contributos da Mobilidade Estudantil na Pós-Graduação em Educação. (2001-2010). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: http://ppged.ufrn.br/arquivos/teses_dissertacoes/dissertacoes%20-%202013/LARISSA%20MARIA%20DA%20COSTA%20FERNANDE.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.	01

OLSON, C. L.; KROEGER, K. R.	Global competency and intercultural sensitivity. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v.5, n.2, p.116-137, 2001. DOI 10.1177/102831530152003.	01
PANDINI, C. M. C.	A parceria internacional e as estratégias de formação à distância para uma profissionalidade docente de qualidade. Uma narrativa da experiência do Projeto Alfa-Miforcal. **Rivista internazionale di Scienze dell'educazione e dellaformazione, Formazione & Insegnamento**, Veneza, v. 8, n. 1-2, p. 61-76, 2010. Disponível em: https://ojs.pensamultimedia.it/index.php/siref/article/view/1331/1296. Acesso em: 13 set. 2020.	01
PAPATSIBA, V.	Making higher education more European through student mobility? Revisiting EU initiatives in the context of the Bologna Process. **A Journal of Comparative Education**, Oxfordshire, (UK), v.42, n.1, p. 93-111, 2006. DOI 10.1080/03050060500515785.	01
PEIXOTO, M, D, S.	Mobilidade acadêmica internacional: um estudo sociológico a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFB, 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307401886_ARQUIVO_Cod8997276-Mobilidadeacademica.pdf. Acesso em: 03 fev. 2015.	01
PEIXOTO, M. C. L.	Educação como bem público, internacionalização e as perspectivas para a educação superior brasileira. *In:* **Educação Superior no Brasil tempos de internacionalização.** São Paulo: Xamã, 2010, p. 30-35.	01
PEREIRA, E. M. de A.	O processo de Bolonha e a Formação do Espaço Europeu de Educação Superior- EEES: 10 anos da reforma universitária europeia. *In:* PEREIRA, E. M. A.; ALMEIDA, M. de L. P. (org.). **Reforma universitária e a construção do espaço europeu de Educação Superior.** Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 17-37.	01
PEREIRA, V. M.	Arranjos de uma política: uma análise sobre o Programa Ciência sem Fronteiras. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 6, n. 10, p. 103-117, maio/out. 2015. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31317/18663. Acesso em: 13 set. 2020.	01
PERROTTA, D. V.	El regionalismo de la educación superior en el MERCOSUR como vector de internacionalización: un acercamiento desde la política regional de acreditación. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada - Relec**, Buenos Aires, ano 5, n. 5, p. 68-92, 2014. Disponível em: http://www.saece.com.ar/relec/revistas/5/mon5.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.	01
PETERSON, B.	**Cultural Intelligence:** A Guide to Working with People from Other Cultures. Boston-London: Intercultural Press, 2004.	01
PINHEIRO, L. M. S.; FINARDI, K.	Políticas públicas de internacionalização e o papel do inglês: evidências dos programas CSF e ISF. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUISTICOS, 2., 2014, Vitória, (ES). **Anais** [...]. Vitória: Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 1. p. 76-78, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/42121579/POL%C3%8DTICAS_P%C3%9ABLICAS_DE_INTERNACIONALIZA%C3%87%C3%83O_E_O_PAPEL_DO_INGL%C3%8AS_EVID%C3%8ANCIAS_DOS_PROGRAMAS_CSF_E_ISF. Acesso em: 13 set. 2020.	01
PONS, E. B.; HERRERO, P. P.; ANDRÉS, M. V. M.	La participación de los estudiantes universitarios en programas de movilidad: factores y motivos que la determinan. **Revista Ibero-Americana de Educación**, Madri, (ES), v.42, n.5, p.1-14, abr. 2007. DOI 10.35362/rie4252397. Disponível em: https://rieoei.org/historico/deloslectores/1532Pineda.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.	01

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS.	**Seminário de Internacionalização da PUCRS**. 2014. Disponível em http://www.pucrs.br/eventos/internacionalizacao/. Acesso em: 1 mar. 2015.	01
POOLE, D.	Moving towards professionalism: the strategic management of international education activities at Australian universities and their faculties of Business. **Higher Education**. New York, v. 42, n. 4, p.395-435, 2001. DOI 10.1023/A:1012226930654.	01
PORCINO, M.C.; FINARDI, K.	Globalization and Internationalization in ELT: Methodology, Technology and Language Policy at a Crossword in Brazil. *In:* INTERNATIONAL CONFERENCE OF EDUCATION, RESEARCH AND INNOVATION - ICERI, 2014, Sevilha. **Proceedings**. [...]. Madri: IATED, v. 1. p. 1-11, 2014.	01
PRETI, O.	A Universidade Aberta do Brasil em Moçambique: A experiência de um programa de cooperação internacional no continente africano. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 28-48, jun. 2013. Disponível em: http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/viewFile/46/36. Acesso em: 29 jul. 2014.	01
PRUEGGER, V. J.; ROGERS, T. B.	Cross-cultural sensitivity training: Methods and assessments. **International Journal of Intercultural Relations**, v.18, n.3, p.369-387, 1994. DOI 10.1016/0147-1767(94)90038-8.	01
PYVIS, D. CHAPMAN, A.	Why university students choose an international education: A case study in Malaysia. **International Journal of Educational Development**, v.27, n. 2, p. 235-246, 2007. DOI 10.1016/j.ijedudev.2006.07.008.	01
QIANG, Zha.	Internationalization of higher education: towards a conceptual framework. **Policy Futures in Education**, Thousand Oaks, (CA), v.1, n.2, p. 248-270, jun. 2003. DOI 10.2304/pfie.2003.1.2.5. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225083424_Internationalization_of_Higher_Education_Towards_a_Conceptual_Framework. Acesso em: 13 set. 2020.	01
RAMOS, C. *et al.*	From International Research Internships to Joint Projects for Research Staff Mobility. *In:* FAUBAI CONFERENCE, 2015, Cuiabá, (MG), **Anais** […]. Cuiabá, (MS): FAUBAI, 2015. Disponível em: http://www.faubai.org.br/conf/2015/submissions/detectarCelular/. Acesso em: 13 set. 2020.	01
RAMOS, V.	Programa Escala Estudantil: Perfil dos Participantes da UFMG em 2008. *In:* JORNADA DE JÓVENES INVESTIGADORES- LA INVESTIGACIÓN EN LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA, A 90 AÑOS DE LA REFORMA DE CÓRDOBA, 16., 2008, Montevideo. **Anais** […]. Montevideo: Universidad de la Republica, 2008. Disponível em: http://grupomontevideo.org/sitio/publicaciones-jornadas-de-jovenes-investigadores/. Acesso em: 13 set. 2020.	01
REISBERG, L.; RUMBLEY, L., E.	**Trends in Global Higher Education:** tracking an academic revolution. A Report Prepared for the UNESCO 2009 World Conference on Higher Education. SIDA/SAREC: Paris, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183168. Acesso em: 13 set. 2020.	01
REPPOLD FILHO, A. R.; CARDOSO, L. T.; VAZ, M. A.	A Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a internacionalização da educação superior. Movimento, 2010, v. 16, n. esp., p. 217-238, 2010. DOI 10.22456/1982-8918.18218. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18218/11890. Acesso em: 13 set. 2020.	01
REYES, M. del C. L.	**Fortalecimento das capacidades do Serviço de Mobilidade Académica do Instituto Tecnológico de Boca del Río**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Serviços e Gestão) – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal, 2012.	01

RIBEIRO, C. Z.; NEZ, E. de.	Internacionalização da educação superior - perspectivas atuais: uma entrevista com Marília Costa Morosini. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop, (MG), v.5, n. 3 (12. ed.), edição especial temática, p. 170 - 179, ago./out. 2014. Disponível em:http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/ view/1604. Acesso em: 27 maio 2015.	01
RIVAS, R. M.; MULLET, S.	Countervailing Institutional forces that shape internationalization of science: an analysis of Brazil's Science without Borders Program. **INMR - Innovation & Management Review**, São Paulo, v.13, n.1, p. 23-46, mar. 2016.	01
RODRIGUES, F.	Ciência sem Fronteiras muda e deixa de fora estudantes da graduação. **Uol Notícias**, 23 jul. 2016. Disponível em: http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/07/23/ciencia-sem-fronteiras-muda-edeixa-de-fora-estudantes-da-graduacao/l. Acesso em: 12 out. 2016.	01
ROMÃO, J. E.	"Epistemologia" Hegemônica e a internalização da Educação Superior Brasileira. **Pedagogía Y Saberes**, Bogotá, (CO), n. 35, p. 55-65, ene. 2011. DOI 10.17227/01212494.35pys55.66. Disponível em: https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/view/946/961. Acesso em: 13 set. 2020.	01
RUBEN, B. D.	Assessing communication competency for intercultural adaptation. **Group & Organization Management – GROUP ORGNA MANAGE)**, Thousand Oaks, (CA), v.1, n.3, p.334-354, 1976. DOI 10.1177/105960117600100308. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247737823_Assessing_Communication_Competency_for_Intercultural_Adaptation. Acesso em: 13 set. 2020.	01
SILVA, R. T. P.	Política de incentivo a formação de pesquisadores: reflexões sobre o programa Ciência sem Fronteiras. *In:* ANPED-SUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9, 2012, Caxias do Sul/RS. **Anais** [...] Caxias do Sul/RS: Universidade de Caxias do Sul - UCS, 2012. Disponível em:http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2219/ 743. Acesso em: 5 maio 2015.	01
SINGH, M.	Re-orienting internationalisation in African higher education. **Globalization, Societies and Education**, Oxfordshire, (UK), v. 8, n. 2, p. 269-282, 2010. DOI 10.1080/14767721003780439.	01
SINICROPE, C.; NORRIS, J.; WATANABE, Y.	Understanding and Assessing Intercultural Competence: a summary of theory, research, and practice (technical report for the foreign language program evaluation project). **Second Language Studies**, Cambrige, (UK), v.26, n. 1, p.1-58, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237592016_UNDERSTANDING_AND_ASSESSING_INTERCULTURAL_COMPETENCE_A_SUMMARY_OF_THEORY_RESEARCH_AND_PRACTICE_TECHNICAL_REPORT_FOR_THE_FOREIGN_LANGUAGE_PROGRAM_EVALUATION_PROJECT. Acesso em: 13 set. 2020.	01
RUMBLEY, L. E.	Internationalization in the universities of Span: changes and challenges at four institutions. *In:* MARINGE, Felix; FOSKETT, Nick (ed.). **Globalization and internationalization in higher education:** theoretical, strategic and management perspectives. London: Continuum International Publishing Group, 2012 p. 213-231.	01
SAARENKETO, S.; PUUMALAINEN, K.; KUIVALAINEN, O.; KYLÄHEIKO, K.	Dynamic knowledge-related learning processes in internationalizing high-tech SMEs. International Journal of production economics. v. 89, n.3, p.363-378, 2004. DOI 10.1016/S0925-5273(03)00185-3.	01

SAEE, J.; BENLI, F.	The role of marketing knowledge for Australian ICT based entrepreneurs in terms of their internationalization strategy. *In*: EUROPEAN CONFERENCE ON KNOWLEDGE MANAGEMENT, 8., 2007. **Proceedings** […]. v. 1 e 2, p.829-834, 2007.	01
SANTOS, A. P.; DIAS, H. G.	Mobilidade Acadêmica em Perspectiva: Experiências da Universidade Federal de Ouro Preto. **Revista GUAL,** Florianópolis, (SC), v. 5, n. 4, p. 172-187, edição especial 2012. DOI 10.5007/1983-4535.2012v5n4p172. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n4p172/23 686. Acesso em: 10 set. 2013.	01
SANTOS, M. R. S. dos; DONINI, A. M. C. de.	Políticas de Integração e Internacionalização da Educação Superior no MERCOSUL Educativo. *In*: OLIVEIRA, D. A.; FELDFEBER, M.; PINI, M. E. **Políticas Educacionais e Trabalho Docente:** perspectiva comparada. Coleção EDVCERE. Ed. Fino Traço. Belo Horizonte, 2011. Capítulo 5, p. 91-116.	01
SARFATI, G.; ANDREASSI, T.	A Internacionalização dos cursos de graduação em Administração de Empresas no Brasil. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD), 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/EPQ30.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.	01
SAVANI, A.	Cooperation between European, Latin-American and Caribbean Universities: an opportunity or a need? *In:* GAZZOLA, Ana Lúcia; ALMEIDA, Sandra (orgs.). **Universidade:** Cooperação e Diversidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 151-158.	01
SCHIMIDT, B. V.; MARTINS, C. B.	O acordo CAPES/COFECUB no contexto da Pós-Graduação Brasileira. *In*: SCHIMIDT, B. V.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Diálogos entre Brasil e a França:** formação e cooperação acadêmica. Recife: Editora Massangana, 2005, v. 1, p. 151-164.	01
SCHWARTZMA, S.	Nacionalismo versus internacionalismo em las políticas de formación de recursos humanos de alto nível. *In:* AUPETIT, Sylvie Didou; GÉRARD, Etienne (eds.). **Fuga de cérebros, movilidad académica, redes científicas.** Perspectivas latino-americanas. México: IESALCCINVESTAU-IRD, 2009, p. 63-73. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers12-08/010052127.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.	01
SEDDOH, K.	Internacionalização da educação superior: tendências e desenvolvimento desde 1998. *In:* EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFORMA, MUDANÇA E INTERNACIONALIZAÇÃO, 2003, Brasília, DF. **Anais** [...] Brasília, DF: UNESCO Brasil, SESu, 2003.	01
SEIXAS, L.	Ciência sem Fronteiras vai oferecer bolsas para o mestrado profissional no exterior. Rádio Nacional**. Programa de Rádio Café com a Presidenta**, 2 dez. 2013. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/cafe-presidenta/copy2_of_programa-de-radio-201ccafe-com-a-presidenta201d-com-a-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-3. Acesso em: 13 set. 2020.	01
SENHORAS, E. M.	O papel da internacionalização das universidades e a projeção da cooperação internacional do MERCOSUL. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA, 3, 2006, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2006.	01
SIEBIGER, R. H.	O Processo de Bolonha e sua influência na definição de espaços transnacionais de educação superior: a universidade brasileira em movimento. Revista da Faculdade de Educação. v. 13, n. 15, p. 115-138, jan./jun.	01

	2011. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3788/3033. Acesso em: 13 set. 2020.	
SILVA JÚNIOR, J. dos R.; AZEVEDO, M. L. N. de; SOUSA, J.	**Educação Superior:** internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas. Brasília, DF: Fino Traço Editora, 2015. v. 10. 336p.	01
SOLANAS, F.	O programa Alfa: uma experiência concreta rumo à integração acadêmica. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara/SP, v. 6, n. 10, p. 97-120. 2001. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/183/179. Acesso em: 14 set. 2020.	01
SOUTO, A.J.; REINERT, J.N.	Cooperação internacional interuniversitária: o caso da UFSC. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2004, p. 1-13. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/35579/%c3%81lvaro%20Jos%c3%a9%20de%20Souto%20%20-%20COOPERA%c3%87%c3%83O%20ACAD%c3%8aMICA.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2020.	01
STEERS, R. M.; MILLER, E. L.	Management in the 1990s: the international challenge. **Academy of Management Executive**, New York, v. 2, n. 1, p. 21-22, 1988. DOI 10.5465/AME.1988.4275580.	01
STRAFFON, D. A.	Assessing the intercultural sensitivity of high school students attending an international school. **International Journal of Intercultural Relations**, v.27, n. 4, p. 487–501, 2003. DOI 10.1016/S0147-1767(03)00035-X.	01
STROMQUIST, N. P.	**Internationalization as a response to globalization:** radical shifts in university environments. Los Angeles: University of Southern California, 2007.	01
SVENSSON, L.; WIHLBORG, M.	Internationalising the content of higher education: the need for a curriculum perspective. **Higher Education**, New York, v. 60, n. 6, p. 595-613, 2010. DOI 10.1007/s10734-010-9318-6.	01
SZARKA, J.	Mobilidade estudantil na União Europeia. **European Integration Studies**, Miskolc, (HUN), v.2, n.2, p.123-138, 2003. Disponível em: http://www.unimiskolc.hu/uni/res/kozlemenyek/2003-2/pdf/szarka.pdf. Acesso em: 07 mar. 2009.	01
TADAKI, M.; TREMEWAN, C.	Reimagining internationalization in higher education: international consortia as a transformative space? **Studies in Higher Education - SRHE**, London, v. 38, n. 3, p. 367-387, 2013. DOI 10.1080/03075079.2013.773219.	01
TERPSTRA, V.	University education for international business: A Survey of American Business Schools. **Journal of International Business Studies**, St. Louis, (MO), v. 1, n. 1, p. 89-96, 1970.	01
THAM, S. Y.	Internationalizing higher education in Malaysia: government policies and university's response. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), n. 17 p. 648-662, 2013. DOI 10.1177/1028315313476954.	
THIENGO, L. C.	**As Tendências internacionais e a Universidade Brasileira na primeira década dos anos 2000:** Ensino Superior e produção de consenso. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2013. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3447/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2020.	01

TOKARNIA, M.	Ciência sem Fronteiras deve acompanhar bolsistas na volta ao país, diz Capes. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 7 ago. 2016. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-08/ciencia-sem-fronteiras-deve-incluir-acompanhamento-de-bolsistas-na-volta-ao. Acesso em: 14 set. 2020.	01
TOSCANO, D.	Os padrões da cooperação educacional – o caso dos Estados Unidos-Brasil, e Fulbright-CAPES. Boletim **Meridiano 47 – Journal of Global Studies,** Brasília, DF, v. 15, n. 144, p. 24-31. jul./ago. 2014. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4950/4495. Acesso em: 14 set. 2020.	01
TOSSAVAINEN, P.	Institutionalising internationalisation strategies in engineering education. **European Journal of Engineering Education**, Oxfordshire, (UK), v. 34, n. 6, p. 527-543, 2009. DOI 10.1080/03043790903154457.	01
TRICE, A. G.; YOO, J. E.	International graduate students' perceptions of their academic experience. **Journal of Research in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 6, n.1 p. 41-66, 2007. DOI 10.1177/1475240907074788. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249632947_International_graduate_students'_perceptions_of_their_academic_experience. Acesso em: 14 set. 2020.	
UMAKOSHI, T.	Internationalization of Japanese higher education in the 1980's and early 1990's. **Higher Education**, New York, v. 34, n. 2, p.259-273, 1997. DOI 10.2307/3448181.	01
UYS, L. R.; MIDDLETON, L. L.	Internationalising university schools of nursing in South Africa through a community of practice. **International Nursing Review**, Hoboken, (NJ), v. 58, n. 1, p. 115-122, 2011. DOI 10.1111/j.1466-7657.2010.00854.x.	01
VEIGA, R. B. da.	**Internacionalização das Instituições de Ensino Superior em Portugal:** proposta de metodologia para a construção de indicador do grau de internacionalização. 2012. Dissertação (Mestrado em Negócios Internacionais) – Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, 2012. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/544/1/MNI%20Rita%20Veiga.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
VELHO, L.	Internacionalização da ciência: acaso ou necessidade? **Jornal da Unicamp**, Campinas, 2011, ano 25, n. 505, 5/11 set. 2011. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/setembro2011/ju505_pag2.php. Acesso em: 14 set. 2020.	01
VENTRISS, C.	The internationalization of public administration and public policy: implication for teaching. **Policy Studies Review**, Hoboken, (NJ), v. 8, n. 4, p. 898-903, 1989. DOI 10.1111/j.1541-1338.1989.tb01009.x.	01
VESSURI, H.	La cooperación de la Unión Europea y América Latina en educación superior: El programa alfa II. **Interciencia**, Caracas, (VE), v. 26, n. 2, p. 49, 2001. Disponível em http://www.redalyc.org/pdf/339/33905301.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
VIANA, G. M.	**A reação Norte-Americana ao programa Ciência sem Fronteiras.** 2014. Artigo (Especialização em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8195/1/2014_GuilhermeMedeirosViana.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
VIDAL, M. H. C.	**Atando nós que constroem redes... a expansão da rede Pitágoras no contexto da transnacionalização da educação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13966/1/MHCVidalDISSPRT.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01

WELCH, L.; LUOSTARINEN R.	Internationalization: Evolution of a concept. **Journal of General Management**, Thousand Oaks, (CA), v. 14, n.2, p.34-55. 1988. DOI 10.1177/030630708801400203.	01
VAN DER WENDE, M.	Internationalisation of Higher Education in the OECD Contries: Challenges and Opportunities for the Coming Decade. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3-4, p. 274-289, 2007. DOI 10.1177/1028315307303543.	01
WIELEWICKI, H. de G.; OLIVEIRA, M. R**.**	Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.18, n.67, p. 215-234, abr./jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a03v1867.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
WISSENSCHAFTS RAT.	**Empfehlungenzur Internationalisierung der Wissenschaftsbeziehungen**. Köln: Berlin, 1992. Disponível em: https://wissenschaftsrat.de/download/archiv/0727-92.pdf;jsessionid=06798ABF9750FEFE805889885AED3B4A.delivery2-master?__blob=publicationFile&v=3. Acesso em: 14 set. 2020.	01
YEPES, C. de P.	World Regionalization of Higher Education: Policy Proposals for International Organizations. **Higher Education Policy**, New York, v. 19, n. 1, 111–128. 2006. DOI 10.1057/palgrave.hep.8300113.	01
ZAKHARIEVA, M.	Studying innovations in education: internationalization of approaches. **Current Sociology**, Thousand Oaks, (CA), v. 39, n. 1, p. 119-136, 1991. DOI 10.1177/001139291039001008.	01
ZAMBERLAM, J. *et al.*	**Estudantes Internacionais no processo Globalizador e na Internacionalização do Ensino Superior**. Porto Alegre: Solidus, 2009. 140p.	01
ZAPALSKA, A. M *et al.*	Global and international issues in college education. **Franklin Insigths to a Changing World Journal**, Bedford, (TX), v. 12, n. 4, 2002.	01
ZARATE, G.	La mobilité transnationale en éducation: un espace de recherche. **Revue Française de Pédagogie**, Paris, n.129, p.65-72, out./dez. 1999.	01
ZICMAN, R. (org.).	**Internacionalizando a universidade**. São Paulo: EDUC, 2007. Disponível em: http://dowbor.org/blog/wpcontent/uploads/2013/03/Miolo _Internacionalizando-a-Universidade.pdf. Acesso em: 25 maio 2015.	01

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE II – Quadro 71 – Autores, documentos, sites e órgãos citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 2

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
ACEVEDO MARIN, R. E.	**Internacionalização da educação superior no Brasil:** relatório final. Belém: UNAMAZ, 2004.	01
ACEVEDO MARIN, R. E.; MARTINEZ, F. M. R.	From mother tongue education to multilingual higher education. **World Academy of Science, Engineering & Technology**, v. 6, n.8, p. 1286-1288, 2012. Disponível em: https://publications.waset.org/5720/pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
AMARAL, F. M.	**Adendo para modificações metodológicas de execução do projeto de cooperação bilateral Brasil aprovado na chamada**. MEC/SETEC/GAB, 2010. Florianópolis: MEC, 2011.	01
AMARAL, F. M.; CARRELAS, D. de C.	**Projeto de cooperação bilateral Brasil França:** eixo turismo hospitalidade. Chamada pública MEC/SETEC/GAB, 2010. Brasília, DF: MEC, 2010.	01
AVEIRO, T. M. M.	O programa Ciência sem Fronteiras como ferramenta de acesso à mobilidade internacional. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Porto Alegre/RS, v. 3, n. 2, 2014. DOI 10.35819/tear.v3.n2.a1867.	02
ARUM, S.; VAN DE WATER, J.	The need for a definition of international education in U.S. universities. *In:* KLASEK, C. B., *et al.* (ed.). **Bridges to the future:** strategies for internationalizing higher education. Carbondale, IL: Association of International Education Administrators, 1992 p. 191-203.	02
AZEVEDO, M. L. N. de.	O modelo inglês de educação superior e o Processo de Bolonha: integração, internacionalização ou mercadorização do Espaço Europeu de Educação Superior? *In:* AZEVEDO, M. L. N. **Políticas Públicas e Educação:** debates contemporâneos. Maringá: EDUEM, 2008.	02
AGUIAR, A. M. de S.	**O recurso às escolas internacionais como estratégia educativa de famílias socialmente favorecidas**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85LRUZ/1/tese_andrea_moura.doc.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
	Estratégias educativas de internacionalização: uma revisão da literatura sociológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 67-79, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/298/29811383005.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
BATISTA, J. S. M.	**O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-05052009-142504/publico/JanainaSMBatista.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.	02

BENNETT, J. M.	Toward ethnorelativism: A developmental model of intercultural sensitivity. *In:* PAIGE, R. M. (ed.). **Education for the intercultural experience.** Yarmouth, ME: Intercultural, 1993, p. 21-71.	01
	Intercultural communication: A current perspective. *In*: BENNETT, J. M. (ed.). **Basic concepts of intercultural communication:** Selected readings. Yarmouth, ME: Intercultural Press. 1998.	01
BEZERRA, M. das G. D.	**O processo de internacionalização da educação como fator estratégico de desenvolvimento institucional:** um olhar sobre as ações de internacionalização desenvolvidas em instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte na visão dos seus representantes. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Potiguar, Natal, 2012. Disponível em: https://www.unp.br/wp-content/uploads/2013/12/Maria-Das-Gracas-.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	02
BRACKMANN, M. M**.**	**Internacionalização da educação superior e política externa brasileira:** estudo da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.	02
BRANDENBURG, U.	**Internationalisation refers to the process of becoming international**. Whereas „Internationality" refers to how international a university is at a certain point in time. Measuring can be divided into three basic. 2007.	01
BRANDENBURG, U.; FEDERKEIL, G.	**How to measure internationality and internationalisation of higher education institutions! Indicators and key figures**. Guetersloh, Germany: CHE Working Papers No. 92, 2007. Disponível em: https://www.umt.edu/ilab/documents/How_to_measure_internationality_AP_92.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
BROADY, D.; BORJESSON, M.; PALME, M.	Go West! O sistema de ensino sueco e os mercados transnacionais. *In:* ALMEIDA, A. M. F.; NOGUEIRA, M. A. (orgs.). **A escolarização das elites:** um panorama internacional da pesquisa. Vozes. Petrópolis, 2002, p. 192-222.	02
BYRAN, M.	**Teaching and assessing intercultural communicative competence**. Philadelphia, PA: Multilingual Matters, 1997.	01
	Competencia intercultural y competencia comunicativa intercultural: un reto para la enseñanza de lenguas. *In:* POWELL-DAVIES, P.; OTERO, J. (ed.). **Word for Word Palabra por palavra:** El impacto social, económico y político del español y del inglês. Espanha: Instituto Cervantes, British Council, Santillana, 2011 p.35-46.	01
CASTRO, A. M. D. A.	**Internacionalização do ensino superior:** estratégia de solidariedade ou de mercado? [S.l.]: AFIRSE, p. 1-24. 2010.	01
___; CABRAL NETO, A.	O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 21, n. 21, p. 69-96, 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502012000200005. Acesso em: 14 set. 2020.	01
CHILDRESS, L. K.	Internationalization plans for higher education institutions. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 13, n. 3, p. 289-309, 2009. DOI 10.1177/1028315308329804.	02
DAVIES, J. L.	Developing a strategy for internationalization in universities: towards a conceptual framework. *In:* KLASEK, C. B., *et al.* (ed.). **Bridges to the future:** strategies for internationalizing higher education. Carbondale, IL: Association of International Education Administrators, 1992, p. 177-190.	01

	University strategies for internationalisation in different institutional and cultural settings: a conceptual framework. EAIE Occasional Paper 8. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE), 1995.	01
DEARDORFF, D. K.	**The SAGE Handbook of Intercultural Competence**. Thousands Oaks, CA: Sage, 2009.	01
DEARDORFF, D. K.; PUSARCHIK, D. T.; YUN, Z. S.	**Towards effective international learning assessment:** principles, design and implementation. Amsterdam: EAIE, 2009.	01
DENMAN, B.	Globalization and Its Impact on International University Cooperation. **Globalization**, Oxfordshire, (UK), v. 2, n. 1, Winter 2002. Disponível em: https://rune.une.edu.au/web/bitstream/1959.11/349/7/open/SOURCE04.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.	02
DEWEY, P., DUFF, S.	Reason before passion: faculty views on internationalization in higher education. **Higher Education**, New York, v. 58, n.4, p. 491-504, 2009. DOI 10.1007/s10734-009-9207-z.	02
DIDOU, S.	Internacionalización de la educación superior y provisión transnacional de servicios educativos en América Latina: del voluntarismo a las elecciones estratégicas. *In*: INFORME SOBRE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – IESALC, La metamorfosis de la educación superior, 2000-2005. Caracas, Venezuela: IESALC, p. 2132. 2006.	01
	Internacionalización de la educación superior: entre el entusiasmo y el desencanto. *In*: PERFILES EDUCATIVOS, 38., 2006. México: Centro de Estudios sobre la Universidad. Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 56-70.	01
DIDRIKSSON, A.	**Reformulación de la cooperación internacional en la educación superior de América Latina y el Caribe.** México: Fondo de Cultura, 2008[50].	01
	Depoimentos. *In:* COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – IMEA. UNILA: consulta internacional: contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da Unila. IMEA: Foz do Iguaçu, 2009, p. 91-93.	01
DWYER, M. M.	More Is Better: The Impact of Study Abroad Program Duration. **Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad, Carlisle**, PA, v. 10, p. 151-163, 2004. DOI 10.36366/frontiers.v10i1.139. Disponível em: https://frontiersjournal.org/index.php/Frontiers/article/view/139/121. Acesso em: 14 set. 2020.	01
DWYER, M. M.; PETER, C. K.	The benefits of study abroad: new study confirms significant gains. **Transitions Abroad**, mar./abr. 2004. Disponível em: https://www.iesabroad.org/system/files/Benefits%20%28Dwyer%2C%20Peters%29%20%28Transitions%20Abroad%29.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	01
DUARTE, R. G.; LIMA JÚNIOR, A. F.; BATISTA, R.V. L.	O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: o caso das Pontifícias Universidades Católicas de Minas Gerais e do Paraná. Revista Economia & Gestão. v. 7, n. 14, p. 159-172, 2007. Disponível em: http://seer.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/20. Acesso em: 14 set. 2020.	02

[50] Referência encontrada em fonte secundária.

ENNAFAA, R. P.	**Saeed. Les conditions de vie et d'études des étudiants étrangers en France**. Paris: OVE – Observatoire national de la Vie Etudiante, 2007.	01
	Resenha da obra: Les étudiants étrangers em France: l état dês savoir de A. Coulon e S. Paivandi. Cahiers du Brésil Contemporain, CRBC/EHESS,n.57/58-59/60, p. 319-330, 2004-2005.	01
FERNÁNDEZ, E.; ROCHA NETO, I.	Internacionalização da Educação Superior: Geração sem Fronteiras. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 11, n. 22, p. 3519-3539, 2015. DOI 10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2015_062. Disponível em: http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015c/ciencias/internacionalizacao%20da%20educacao.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.	02
FRANCO, M. E. D. P.	Globalização, internacionalização e cooperação interinstitucional. *In:* SOARES, M. S. A.; OLIVEN, A. C. **A educação superior no Brasil.** Brasília, DF: Unesco: CAPES: GEU, 2002, 304 p.	02
GINGRAS, Y.	Les Formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. **Actes de la recherche en Science Sociales**, v. 141-142, p. 31-45, mars 2002. DOI 10.3406/arss.2002.2816.	02
GUO, S.; CHASE, M.	Internationalization of higher education: integrating international students into Canadian academic environment. **Teaching in Higher Education**, Oxfordshire, (UK), v.16, n.3, p. 305-318, 2011. DOI 10.1080/13562517.2010.546524.	02
GÜRÜS, K.	**Higher education and international student mobility in the global knowledge economy**. Revised and updated second edition. Albany: State University of New York Press, 2011.	02
JOWI, J. O.	African universities in the global knowledge economy: the good and ugly of internationalization. **Journal of Marketing for Higher Education**, Oxsforshire, (UK), v. 22, n. 1, p. 153-165, 2012. DOI 10.1080/08841241.2012.705799.	01
	Internationalization of higher education in Africa: developments, emerging trends, issues and policy implications. **Higher Education Policy**, New York, v. 22, n. 3, p. 263-281, 2009.	01
KEHM, B. M.	The Contribution of International Student Mobility to Human Development and Global Understanding. **US-China Education Review**, Wilington, (DE), v. 2, n.1, p. 18-24, 2005. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED494512.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.	01
KEHM, B. M.; TEICHLER, U.	Research on internationalisation in higher education. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 11, n. 3-4, p. 260-273, 2007. DOI 10.1177/1028315307303534. Disponível em: http://jsi.sagepub.com/content/11/3-4/260. Acesso em: 20 fev. 2015.	01
LEAL, C. de O. S.; RAMOS, K. M. da C.	Mobilidade Estudantil Internacional: contributos para o desenvolvimento pessoal e formação acadêmico-profissional no Ensino Superior. *In*: CONFERÊNCIA DO FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA: POR UM ENSINO SUPERIOR DE QUALIDADE NOS PAÍSES E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2012, Macau. **Anais** [...]. Macau: Instituto Politécnico de Macau, 2012.	01
	Programa de mobilidade estudantil internacional: uma reflexão sobre experiências de estudantes do Curso de Pedagogia da UFPE. 2011. Disponível em: http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao _pedagogia/pdf/2012.1/programa%20de%20mobilidade%20estudantil%20internacional.pdf. Acesso em: 9 out. 2012.	01

MONTEIRO, V.	Adiada mais uma vez votação da proposta que cria lei para o Programa Ciência sem Fronteiras. **Jornal da Ciência**, Notícias, Sociedade Brasileira para O Progresso da Ciência – SBPC, São Paulo, 23 jun. 2016. Disponível em: http://www.jornaldaciencia.org.br/adiada-mais-uma-vez-votacao-da-proposta-que-cria-lei-para-o-programa-ciencia-sem-fronteiras/. Acesso em: 28 jun. 2016.	01
	Inserção internacional da produção de docentes da pós-graduação: um estudo na economia, ciência da computação e educação. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2012.	01
OLIVEIRA, A. R. M. de.	**Internacionalização da educação:** indicadores para a educação superior. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO – ANPAE, 23., Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: https://anpae.org.br/website/simposios/xxiii-simposio-2007. Acesso em: 17 set. 2020.	02
OLIVEIRA, M. G.; PAGLIUCA, L. M. F.	Programa de mobilidade acadêmica internacional em enfermagem: relato de experiência. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, RS, v. 33, n. 1, p. 195-198, 2012. DOI 10.1590/S1983-14472012000100026.	02
PANIZZI, W. M.	Cooperação Internacional: solidariedade e diálogo entre iguais? *In*: GAZZOLA, A. L.; ALMEIDA, S. (orgs.). **Universidade:** Cooperação e Diversidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 61-68.	02
PIMENTA, R. D.; DUARTE, R. G.	O processo de internacionalização de escolas de negócios: o caso da Fundação Dom Cabral. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - (EnANPAD), 31., 2007. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.	02
PRADO, C. L.	**"Intercâmbios culturais" como práticas educativas em famílias das camadas médias**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IOMS-5KENPA/1/2000000044.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Um aspecto do estudo de línguas estrangeiras no Brasil: os intercâmbios. *In:* ALMEIDA, A. M.; BICALHO, L.; GARCIA, A.; BITTENCOURT, A. B. (org.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras.** Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 64-84.	01
RIDDER-SYMOENS, H.	A mobilidade *In:* RÜEGG, W. (Coord.). **Uma história da universidade na Europa.** As universidades na Europa Moderna 1500 - 1800 (v. 2). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, n. 20, p. 280-281.	02
ROBERTSON, S. L.	Critical response to Special Section: international academic mobility. **Discourse: Studies in the cultural politics of education**, Oxfordshire, (UK), v. 31. n. 5, p. 641-647, 2010. DOI 10.1080/01596306.2010.516945.	01
	O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Rev. Bras. Educ**., Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 407-422, 2009. DOI 10.1590/S1413-24782009000300002.	01
ROSA, L. O. B.	**Cooperação acadêmica internacional:** um estudo da atuação da Capes. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas – CEPPAC), Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/6289. Acesso em: 16 set. 2020.	02

PEREIRA, V. M.	**Relatos de uma política:** uma análise sobre o programa Ciência sem Fronteiras. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15634/1/2013_VaniaMartinsPereira.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	02
SALTO, D.	Problemáticas e desafíos de la cooperación académica internacional en América Latina. *In:* JORNADA DE JÓVENES INVESTIGADORES- LA INVESTIGACIÓN EN LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA, A 90 AÑOS DE LA REFORMA DE CÓRDOBA, 26., 2008, Montevideo. **Anais** […]. Montevideo: Universidad de la Republica, 2008.	02
SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. de.	**A quarta missão da universidade:** internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.	02
SEBASTIÁN, J.	**Cooperación e Internacionalización de las Universidades.** Buenos Aires: Bilbos, 2004.	02
SGUISSARDI, V.	Educação Superior no limiar do novo século: Traços internacionais e marcas domésticas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 1-24, set./dez. 2002. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118078010.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Rumo à Universidade Mundial – e a Universidade será feita à sua Imagem e Semelhança. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.	01
SILVA, D. H. da.	Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, DF, v. 50, n. 1, p. 5-28, 2007. DOI 10.1590/S0034-73292007000100001.	02
SILVA, C. C. S.	**Mobilidade corpórea de estudantes internacionais:** as motivações dos estudantes internacionais acolhidos por instituições de educação superior localizadas em São Paulo e Belo Horizonte. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração com ênfase em Gestão Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Internacional, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, 2013. Disponível em: https://tede2.espm.br/bitstream/tede/17/1/Claudia%20Cristiane%20dos%20Santos%20Silva.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	02
SYLVERSTER, R.	Framing the map of International education (1969-1998). **Journal of Research in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 4, n. 2, p. 123-151, 2005. DOI 10.1177/1475240905054386.	01
	Mapping International education: A historical survey 1893-1944. **Journal of Research in International Education**, Thousand Oaks, (CA), v. 1, n. 1, p. 90-125, 2002. DOI 10.1177/147524090211005.	01
SOBERG, P. V.	Activity specific knowledge characteristics in the internationalization process. **Baltic Journal of Management**, Melbourne, (AUS), v. 7, n. 3, p.251-267, 2012. DOI 10.1108/17465261211245445.	02
SODERQVIST, M.	**Internationalization and its management at higher-education institutions:** Applying conceptual, Content and discourse analysis. Helsinki, Finland: Helsinki School of Economics, 2002.	
SOUZA JÚNIOR, J. M.	A internacionalização e a mobilidade na Educação Superior: o debate na América Latina. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 10, n. 2, p. 1-17, 2010. DOI 10.36311/1415-8612.2010.v10n2.345.	02
TRINDADE, H	Institucionalização e Internacionalização das Ciências Sociais na América Latina em questão. *In:* ALMEIDA, A. M. F. *et al.* (org.). **Circulação Internacional e Formação das Elites Brasileiras.** Campinas: UNICAMP, 2004, p. 144-167.	01

	UNILA: universidade para a integração latino-americana. *In:* **Educación Superior y Sociedad**, Caracas, (VE), v. 14, n. 1, p. 147-153, 2009. Disponível em: http://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/issue/view/38/39. Acesso em: 16 set. 2020.	01
VIEIRA, M. M.	A Mobilidade como Competência? Formação de Elites e o Programa Erasmus. *In*: EUROPEAN CONFERENCE ON EDUCATIONAL RESEARCH – ECER, 2007. 2007. Bélgica, **Anais** [...]. Bélgica: Universidade de Ghent, 2007.	02
VOIGT, A. C. C. M.	A influência do discurso capitalista sobre o "self" como fator incentivador dos programas de mobilidade estudantil. *In*: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: MOBILIDADES E DESENVOLVIMENTOS, 4., 2014, Montes Claros. **Anais** [...]. Montes Claros, MG: Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.	01
	Processos de interação oriundos da mobilidade estudantil no âmbito do MERCOSUL. 2013. CONGRESO ALAS CHILE 2013: CRISIS Y EMERGENCIAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA, 39., 2013, Chile. **Anais** […]. Chile, 2013.	01
WESTPHAL, A. M. S.	**Egresso da primeira chamada do programa "Ciência sem Fronteiras": reflexos no sistema educacional brasileiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/785/1/Angela%20Mara%20Sugamosto%20Westphal.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	02

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE JJ – Quadro 72 – Autores, documentos, sites e órgãos citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 3

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
AKKARI, A.	**Internacionalização das políticas educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2011.	03
ARAÚJO, E. R.; FERREIRA, F.	A "Fuga de Cérebros": um discurso multidimensional. *In*: ARAÚJO, E; FONTES, M.; BENTO, S. (eds.). **Para um Debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2013.	01
ARAÚJO, E. R.; SILVA, S.	Temos de fazer um cavalo de Troia: elementos para compreender a internacionalização da investigação e do ensino superior. **Rev. Bras. de Educ**., Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p.77-98, jan./mar. 2015.	01
ARAÚJO, E. R.; FONTES, M.	A mobilidade de investigadores em Portugal: uma abordagem de género. **Revista Ibero-Americana de Ciencia, Tecnología y Sociedad – CTS**, Buenos Aires, n. 8, v. 24, p. 9-43, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/924/92429917002.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
BRITO, Â.	Habitus de herdeiro, habitus escolar: os sentidos da internacionalização nas trajetórias dos estudantes brasileiros no exterior. *In:* ALMEIDA, A. M.; BICALHO, L.; GARCIA, A.; BITTENCOURT, A. B. (org.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras.** Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2004 p. 85-104.	03
CASTRO, A. A.; CABRAL NETO, A.	O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 21, 2012. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082. Acesso em: 16 set. 2020.	03
NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A. M. de S.; RAMOS, V. C. C.	Fronteiras desafiadas: A internacionalização das experiências escolares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-376, maio/ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/04.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	03
RAMOS, V. C. C.	**Perfil e Motivações dos estudantes Participantes do "Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação" da UFMG.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-83VPYE/1/dissertacao.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Estudos no exterior: perfil e motivações dos universitários participantes do intercâmbio discente da UFMG. 2007. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.	
SGUISSARDI, V.	**Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão**. Brasília, DF: INEP, 2005, 54 p.	02
	Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião. *In*: HORTA NETO, J. L. (coord.). **Modelos Institucionais de Educação Superior:** Brasília, DF, 13 e 14 de outubro de 2005. Organização Dilvo	01

	Ristoff e Palmira Sevgnani. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 327 p. (Coleção Educação Superior em Debate, v. 7).	
SPEARS, E.	O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo e internacionalização da educação. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 151-163, 2014. DOI 10.14244/198271991026. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1026/320. Acesso em: 16 set. 2020.	03
SILVA, S. M.W.da. ___; ROCHA NETO, I.	**Cooperação acadêmica internacional da Capes na perspectiva do Programa Ciência sem Fronteiras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.	02
	Programas de cooperação internacional da CAPES: revisão e perspectivas. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia. v. 8, n.14, p. 2094-2109, 2012. Disponível em: https://www.conhecer.org.br/enciclop/2012a/multi/programas.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
TEICHLER, U.	Temporary Study Abroad: the life of ERASMUS students. **European Journal of Education,** Hoboken (NJ), v. 39, n.4, p. 395-480, 2004. DOI 10.1111/j.1465-3435.2004.00193.x.	01
	Cooperação e mobilidade na educação superior europeia: o Programa Erasmus. *In:* FRANCO, Maria Estela del Pai; MOROSINI, Marília Costa (orgs.). **Redes Acadêmicas e Produção do Conhecimento em Educação Superior.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.	01
	The Changing debate on Internationalization of higher education. **Higher Education**, New York, n. 48, n. 1, p. 5-46, 2004. DOI 10.1023/B:HIGH.0000033771.69078.41.	01
VAN DER WENDE, M.	Missing links: the relationship between national policies for internationalization and those for higher education in general international comparative analysis and synthesis. *In:* T. KÄLVEMARK; VAN DER WENDE (ed.). **National Policies for the Internationalizations of Higher education in Europe.** Estocolmo: National Agency of Higher Education, 1997. Disponível em: https://www.uka.se/download/18.12f25798156a345894e2d4a/1487841932292/9708S.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	03
VILALTA, L. A.	**A internacionalização do ensino superior brasileiro:** conceito e características do processo em instituições privadas de ensino superior. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9685. Acesso em: 16 set. 2020.	03
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)	Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. *In:* CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1., 2003, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: Unesco Brasil; Sesu, 2003.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE KK – Quadro 73 – Autores, documentos, sites e órgãos citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 4

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.	**Andifes e os rumos das Universidades Federais**. Brasília, DF: Andifes, 2013.	01
	Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Pleno da Andifes. Disponível em: http://www.andifes.org.br/categoria/documentos/atas/. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Convênio que entre si celebram as Instituições Federais de Ensino Superior visando ao Programa de Mobilidade Acadêmica. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Convenio_Andifes_de_Mobilidade_Academica.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Universidades participantes do Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Mobilidade-Academica-23.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M.	Educação Superior, Internacionalização e Circulação de Ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos. **Inter Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 273-291, 2013. DOI 10.5216/ia.v38i2.26103.	04

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE LL – Quadro 74 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 5

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
NOGUEIRA, M. A.	**Elites econômicas e escolarização:** um estudo de trajetórias e estratégias escolares junto a um grupo de famílias de empresários de Minas Gerais. 2002. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.	01
	Uma dose de Europa e Estados Unidos Para cada filho: estratégias familiares de internacionalização dos estudos. **Pro-posições**, Campinas, v. 9, n.1, p. 113-131, 1998.	02
NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A.	La formation des élites et l'internationalisation des études: peut-on parler d'une « bonne volonté internationale? **Éducation et Sociétés**, v. 21, n.1, p.105-119, 2008. DOI 10.3917/es.021.0105.	01
NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A.; RAMOS, V.	Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-376, maio/ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/04.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
KRAWCZYK, N. R.	As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: O Caso da Regionalização no Mercosul. Dossiê. Políticas Educativas, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 41-52, 2008. DOI 10.5380/jpe.v2i4.15027.	05
RUDZKI, R. E. J.	**The strategic management of internationalization:** towards a model of theory and practice. 1998. Tese (Doutorado em Philosophy at the School of Education) – Universidade de Newcastle upon Tyne, Reino Unido. 1998.	03
	The application of a strategic management model to the internationalization of higher education institutions. **Higher Education**, New York, v. 29, p. 421-441, 1995. DOI 10.1007/BF01383961.	01
	The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice. University of New Castle, UK, 1998.	01
SOUZA, E. P.	**Mapeando os caminhos da internacionalização de instituições de ensino superior no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-16012009-122855/publico/EPinheiro_dissert_2008.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
SOUZA, E. P.; FLEURY, M. T. L.	Estratégias e competências para a internacionalização de instituições de ensino superior do Brasil. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD), 33., 2009. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPAD, 2009.	02

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE MM – Quadro 75 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 6

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
CASTRO, C. de M. *et al.*	Cem Mil Bolsistas no Exterior. **Interesse Nacional**, São Paulo, v.2, n. 17, p. 25-36, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/cemmil.pdf. Acesso em: 16 fev. 2016.	06
HUDZIK, J. K.	**Going Global 2014 – What is internacionalization?** Disponível em: https://www.britishcouncil.org/education/ihe/knowledgecentre /internationalisation/going-global-what-is-internationalisation. Acesso em: 09 abr. 2015.	01
	Changing paradigm and practice for higher education internationalization. *In:* DE WIT, Hans. (ed.). **An Introduction to Higher Education Internationalisation**. Milano: Centre for Higher Education Internationalisation (CHEI), Università Cattolica del Sacro Cuore, 2013.	01
	Comprehensive Internationalization: from concept to action. Washington, DC: NAFSA: Association of International Educators, 2011.	03
HUDZIK, J. K ; STOHL, M.	**Modelling assessment of the outcomes and impacts of internationalisation**. Amsterdam: EAIE, 2009.	01

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE NN – Quadro 76 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 8

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
AUSTRALIAN.	**Draft National Strategy for International Education**. For consultation. April 2015. 87 p. Disponível em: https://internationaleducation.gov.au/International-network/Australia/InternationalStrategy/Documents/Draft%20National%20Strategy%20for%20International%20Education.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Export income to Australia from international education activity in 2013-2014. Research Snapshot, nov. 2014. Disponível em: https://internationaleducation.gov.au/research/Research-Snapshots/Documents/Export%20Income%20FY2013-14.pdf. Acesso em: 9 mar. 2016.	01
	International student data by nationality Brazil, 2015. Disponível em: https://internationaleducation.gov.au/research/Research-Snapshots/Documents/Student%20Numbers%202015.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.	01
	International student numbers 2014. Research Snapshot, mar. 2015. Disponível em: https://internationaleducation.gov.au/research/ResearchSnapshots/ Documents/International%20Student%20Numbers%202014.pdf. Acesso em: 16 dez. 2015.	01
	International student numbers 2015. Research Snapshot, feb. 2016. Disponível em: https://internationaleducation.gov.au/research/Research-Snapshots/Documents/Student%20Numbers%202015.pdf. Acesso em: 22 jun. 2016.	01
	International students studying non-award courses. Research Snapshot, aug. 2015. Disponível em: https://internationaleducation.gov.au/research/Research-Snapshots/Documents/International%20Students%20studying%20non-award%20courses.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.	01
	Record numbers of international students choose Australia. Media Release, feb. 2016. Disponível em: https://ministers.dese.gov.au/colbeck/record-numbers-international-students-choose-australia. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Center. **Dados Gerais CsF ATN 2011-2015**. Remetente: dileine.cunha@cnpq.br em 23 fev. 2016.	01

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE OO – Quadro 77 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 10

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS.	**Estatísticas e indicadores. Atualizado em 04/02/2013**. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/estatisticas-e-indicadores. Acesso em: 8 dez. 2012.	01
	O programa: o que é? Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa. Acesso em: 20 abr. 2014.	01
	Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras. 2015. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Orientações aos participantes. Disponível em: http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/89reitoria.html?download=10904% 3Amanual-ciencia-sem-fronteiras. Acesso em: 5 maio 2015.	01
	Site institucional. 2015. Disponível em: www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf&gt. Acesso em: 12 nov. 2015.	01
	Site institucional. 2016. Disponível em: www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf&gt. Acesso em: 18 fev. 2016.	01
	Ciência sem Fronteiras. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras. gov.br/web/csf/painel-decontrole. Acesso em: 12/05/2014.	04
CAPES	**Capes divulga números referentes ao Ciência sem Fronteiras**. Disponível em: http://capes.gov.br/36-noticias/7933-capes-divulga-numeros-referentes-ao-ciencia-sem-fronteiras. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Manual de candidatura: programa de graduação sanduíche. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2786a5fd-93e2-4eff-a069-a2448fc5ed11&groupId=214072. Acesso em: 21 set. 2020.	01
	Programa Geral de Cooperação Internacional - PGCI. Disponível em: https://www.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/pais/218-multinacional/9679-programa-geral-de-cooperacao-internacional. Acesso em: 17 set. 2020.	01
	Manual para Bolsistas Graduação Sanduíche - Capes. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/2372015-Manual-Bolsistas-Graduacao-Sanduiche.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.	01
	Resultado do Edital 035/2010 - Programa Licenciaturas Internacionais. Disponível em: https://capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/Resultado_Ed35_ProgLicenciaturasIntern_CapesCoimbra.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.	01
	Edital nº 135 - Programa de Licenciaturas Internacionais. Disponível em: http://www.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/pais/218-multinacional/9637-licenciaturas-internacionais-portugal. Acesso em: 10 out. 2014[51].	01

[51] Referência encontrada em fonte secundária.

	Plano de ação da CAPES para expansão da formação de estudantes de pós-graduação, graduação e docentes no exterior. Diretoria de Relações Internacionais - CAPES/MEC. Brasília, DF: 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8191-plano-de-formacao-exterior-versaocompleta-070611-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 4 jun. 2015[52].	01
	Programa Capes-Brafagri. Disponível em: https://www.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/pais/205-franca/9605-brafagri. Acesso em: 16 set. 2020.	01
CAPES-MINISTÉRIO DO TURISMO.	**Edital 01/2014:** Convocação de Instituições de Ensino Superior para seleção de estudantes interessados em participar do Projeto de Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade – Espanha. Diário Oficial da União, Brasília, DF, set. 2014. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/2014-02-26-EDITAL-MTur-CAPES-Espanha-x1x.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	02

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

[52] Referência encontrada em fonte secundária.

APÊNDICE PP – Quadro 78 – Autores citados no referencial teórico sobre Internacionalização: frequência 33

AUTOR(ES)	PRODUÇÃO	FREQUÊNCIA
BRASIL.	**Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011.** Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 16 set. 2020.	06
	Programa Ciência sem Fronteiras - CsF - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/oprograma;jsessionid=E09FD4B97F3AC4D41E83BB19ACDF22DE. Acesso em: 5 set. 2014.	10
BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação.	Governo pressiona setor privado para bancar bolsa de estudo. **Jornal da Ciência**, Notícias, Sociedade Brasileira para O Progresso da Ciência – SBPC, São Paulo, 07 nov. 2011. Disponível em: http://www.jornaldaciencia.org.br. Detalhe.jsp?id=79954. Acesso em: 14 jun. 2013.	01
	Informações aos Coordenadores do Programa PIBIC/PIBITI. Brasília, DF, 23 ago. 2011. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/noticiais. Acesso em: 14 jun. 2013.	01
BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.	**País terá R$3,16 bi para formar cientistas**. Brasília, DF, 27 jul.2011. Disponível em: http://www.ciencia semfronteiras.gov.br/web/noticiais. Acesso em: 14 jun. 2013.	01
BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicaçõ es – MCTI.	**Número de artigos brasileiros, da América Latina e do mundo publicados em periódicos científicos indexados pela Thomson/ISI e Scopus**. 1996-2014. Brasília, DF: MCTI, 2016.	01
BRASIL. Ministério da Educação.	**Cooperação Internacional**. Brasília, DF: Capes, 2008.	01
	Aviso de Chamada Pública n. 1/2011, de 26 de agosto de 2011. Programa Ciência sem Fronteiras – Graduação sanduíche nos EUA. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/GraduacaoSanduicheEUA_ChamPubl-01_2011.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Portaria Interministerial n. 1, de 09 de janeiro de 2013. Institui as áreas e temas prioritários para o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF: Diário Oficial da União, [2013], seção 1, p. 24. Disponível em:	01

	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30156831/do1-2013-01-11-portaria-interministerial-n-1-de-9-de-janeiro-de-2013-30156824. Acesso em: 21 set. 2020.	
	Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior – CGRIFES/ANDIFES. OF. CGRIFES, n. 01/2013, Brasília, DF, 21 jun. 2013.	01
	Instituições de Destino. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/instituicoes-de-destino1. Acesso em: 09 abr. 2014.	01
	Portaria Interministerial n. 1, de 09 de janeiro de 2013. Institui as áreas e temas prioritários para o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF: Diário Oficial da União, [2013], seção 1, p. 24. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30156831/do1-2013-01-11-portaria-interministerial-n-1-de-9-de-janeiro-de-2013-30156824. Acesso em: 21 set. 2020.	01
	Capes e CNPq realizam reunião com coordenadores do CsF. Disponível em: http://www.capes.gov.br/sala-deimprensa/noticias/7192-capes-e-cnpq-realizam-reuniao-com-coordenadores-do-programaciencia-sem-fronteiras. Acesso em: 25 fev. 2015.	01
	Produto 1: Atividade 1 – Documento técnico contendo estudo analítico, teórico e metodológico sobre o impacto e a organização do programa Ciência sem Fronteiras nas políticas públicas da educação superior. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13938-produto-1-ciencia-sem-fronteira-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 set. 2020.	01
	Edital Programa de Mobilidade Acadêmica Brasil (MAB). Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/edital_mab.pdf. Acesso em: 9 fev. 2016.	01
BRASIL. Ministério das Relações Exteriores - MRE.	**Memorando de Entendimento para o estabelecimento do Programa Diálogos Estratégicos Brasil- EUA**. Convênio a ser celebrado entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) e a Comissão para o intercâmbio educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright). Brasília, DF, 19 mar. 2011. Brasília, DF. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2525-memorando-de-entendimento-para-o-estabelecimento-do-programa-dialogos-estrategicos-brasil-eua-assinado-entre-a-capes-e-a-comissao-fulbright. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	A educação na política externa brasileira. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEB.php. Acesso em: 30 set. 2016.	01
BRASIL. Senado Federal.	Ciência sem fronteiras deve tornar-se política de estado, recomenda a comissão. **Senado Notícias**, 15 dez. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/15/ciencia-sem-fronteiras-deve-tornar-se-politica-de-estado-recomenda-comissao. Agência Senado. Acesso em: 16 set. 2020.	01
	Pesquisa de Opinião: Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF, out. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/avaliacao-do-programa-ciencia-sem-fronteiras. Acesso em: 9 mar. 2016.	01

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).